

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

***COMUNICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER: A DIALÉTICA
HISTÓRICO-ESTRUTURAL NA PRÁXIS DO SINDICATO DOS PROFESSORES
PARTICULARES DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO***

Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, para obtenção do título de Doutor.

Elaine Maria Costa Machado

Porto Alegre, maio de 2006

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

***COMUNICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER: A DIALÉTICA
HISTÓRICO-ESTRUTURAL NA PRÁXIS DO SINDICATO DOS PROFESSORES
PARTICULARES DO RIO GRANDE DO SUL — SINPRO***

*Tese apresentada à Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social, para obtenção do título de
Doutor.*

Aprovada em 21 de junho de 2006

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora **Karla Muller**, UFRGS

Professora Doutora **Maria Beatriz Furtado Rahde**, PUCRS

Professora Doutora **Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza**, PUCRS

Professor Doutor **Valério Brittos**, UNISINOS

Porto Alegre, junho de 2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149c Machado, Elaine Maria Costa
Comunicação, negociação e relações de poder: a dialética histórico-estrutural na práxis do sindicato dos professores particulares do Rio Grande do Sul – SINPRO / Elaine Maria Costa Machado. — Porto Alegre, 2006.
215 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação Social.
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Roberto José Ramos.

1. Professores – Relações de Trabalho. 2. SINPRO – Rio Grande do Sul. 3. Negociações Coletivas de Trabalho. 4. Movimentos Sociais. 5. Comunicação Social. I. Título

CDD : 331.89

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

Dedicamos este estudo aos intelectuais orgânicos que estão por vir. Sujeitos de sua própria história.

Agradecimentos aos meus Sujeitos

A meu companheiro Rui Porto, por seu amor incondicional e ao meu querido filho Eduardo, por minha continuada ausência. À minha irmã e amiga Rosa, por ser meu ouvido atento e amoroso. A minha sobrinha e afilhada Thaia pelo seu sorriso e pelas vezes que dividimos o computador. Ao meu mais que sobrinho Vinícius, pelo apoio e olhar de quem observou outra etapa do amadurecimento de sua “tiamãe”. Aos meus outros amores familiares que já partiram e aqueles que estão distantes e que me fizeram, também, ser quem eu sou. Ao meu Mestre e admirável orientador que me conduziu na estrada de minhas descobertas. Aos membros da banca de qualificação que iluminaram as minhas escolhas, em especial, a professora Dr^a Beatriz Rahde. E, por último, mas não menos importantes, aos sujeitos que, mesmo sem saber, contribuíram para esta história sem fim — mas que outros irão contar, a partir de seus próprios enredos. A todos, enfim, agradeço e reconheço.

Agradeço, ainda, a todos os meus protetores espirituais, pelas bênçãos e amparo incansáveis.

Sumário

Resumo	9
Abstract	10
Pra início de conversa (...)	11
Justificativa	14
Parte I	18
1 O contexto histórico do movimento sindical e o resgate da trajetória do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul	19
1.1 O papel do capitalismo e sua relação com o surgimento dos Sindicatos	19
1.1.1 O nascimento do Sindicalismo	21
1.1.2 Um sujeito desta história	23
1.2 O Sindicalismo e suas várias concepções	24
1.3 O Sindicalismo brasileiro	29
1.3.1 Do anarquismo ao comunismo	31
1.3.2 Getúlio Vargas no Poder	33
1.3.3 A retomada das lutas sindicais no período de 1945-64	37
1.3.4 As conquistas das lutas sociais no governo Goulart	40
1.3.5 O Golpe de 64 se aproxima: uma outra história começa a ser contada	43
1.3.5.1 As ofensivas do sistema para barrar a luta operária	43
1.3.5.2 A retomada que durou pouco	44
1.3.6 1978: os trabalhadores voltam a ser sujeitos de sua história. A democracia nasce	45
1.3.7 A década de 80 traz a mudança do Sindicalismo brasileiro: Nasce a CUT e a CGT	48
1.3.7.1 O perfil da CUT e da CGT: As diferenças das centrais	49
1.3.8 Os desafios dos anos 90	52
1.3.8.1 O contexto estabelecido dos anos 90	59
1.3.8.1.1 - Organização sindical:	60
1.3.8.1.2 - Ação Sindical:	60

1.3.8.2	Muito além dos limites dos Sindicatos – os desafios colocados fora do movimento:	64
1.3.8.3	Nos limites dos Sindicatos: os desafios colocados no seio do próprio movimento sindical	64
1.4	Luís Inácio Lula da Silva é o presidente	66
1.5	A trajetória do SINPRO no contexto histórico brasileiro	67
1.5.1	De 80 a 1986: O amadurecimento da categoria e a oposição sindical	67
1.5.2	Novo Tempo: nova postura sindical	72
1.5.3	As greves: o confronto entre capital e trabalho	73
1.5.4	As realidades dos locais de trabalho: o heterogêneo no homogêneo	75
1.5.5	A outra greve: 1989	78
1.5.6	Os anos 90 e o embrião do Sindicato Cidadão	82
1.6	O Sindicato Cidadão entra em cena	83
1.7	Breve resgate da trajetória da Revista no Brasil	90
1.7.1	Sumariando a mídia revista	93
1.7.1.1	Sedução à primeira vista	93
1.7.1.2	Reportagem: a resposta das buscas na sociedade local e global	93
1.7.1.3	Em cartaz: Ilustração & fotografia – a parceria entre as imagens	101
1.7.1.4	A tecnologia chega com força na imprensa escrita	103
1.7.1.5	Do histórico ao cotidiano: Fotografia – o registro congelado do fato	104
1.7.1.6	Cultura: O cenário que reúne escritores & intelectuais nas revistas	107
1.7.1.7	Do planejamento gráfico ao design	112
1.8	Fundamentação teórica	115
1.8.1	As categorias de Gramsci	116
1.8.2	O discurso da mídia impressa, no olhar do sujeito Melo	121
1.8.3	O perfil dos discursos jornalísticos impressos	122
1.8.3.1	Editorial	122
1.8.3.2	Comentário	124
1.8.3.3	Artigo	125
1.8.3.4	Resenha ou Crítica	126
1.8.3.5	Coluna	127
1.9	Metodologia	129
1.9.1	Considerações Introdutórias da Dialética	129
1.9.2	Categorias Básicas do Método Dialético	131
1.9.2.1	Conflito Social	132
1.9.2.2	Totalidade Dialética	133
1.9.2.3	Condições Objetivas e Subjetivas	134
1.9.2.4	Unidade dos Contrários	134
1.9.2.5	Teoria e Prática	135
1.10	A trajetória histórica da Análise de Discurso (AD)	137
1.10.1	A Escola francesa de Análise de Discurso	138
1.10.2	A leitura de outro sujeito sobre a AD	139
1.10.2.1	Os elementos constituintes da AD, a partir do sujeito Verón	142
1.10.2.2	A ênfase no modo de produção	143
1.11	A Pesquisa Qualitativa	144
1.11.1.1	Delimitação e formulação do problema	145
1.11.1.2	O pesquisador	146
1.11.1.3	Os pesquisados	147
1.11.1.4	Os dados	147

1.11.1.5	A nossa busca dialética histórico-estrutural no olhar gramsciano.....	148
1.11.1.6	Objetivos	148
1.11.1.7	Questões de Pesquisa	149
Parte II.....		151
2	Acordos Coletivos: as relações de poder entre os IOT e os IOC no âmbito da negociação	152
2.1	O Acordo de 1985	152
2.2	O Acordo de 1996.....	153
2.3	O Acordo de 2005	154
2.4	A descrição e a análise de 1985, 1996 e 2005	155
2.4.1	Cláusulas do bloco econômico ou de reflexo econômico de 1985, 1996 e 2005.	155
2.4.1.1	Adicionais por tempo de serviço (1985, fl. 03, TRT – 1490/85)	156
2.4.1.2	Adicional por tempo de serviço (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 09)....	156
2.4.1.3	Adicional por tempo de serviço (CADERNO DA CCT, 2005, p. 11)	156
2.4.1.4	Tempo extraclasse à disposição do estabelecimento (1985, fl. 03, TRT, 1490/85)	157
2.4.1.5	Pagamento de janelas (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 10).....	157
2.4.1.6	Reuniões de departamento (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 12)	158
2.4.1.7	Reuniões de departamento (CADERNO DA CCT, 2005, p. 15).....	158
2.4.1.8	Antecipação do 13º salário (1985, fls. 3-4, TRT – 1490/85)	159
2.4.1.9	Antecipação do 13º salário (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 14)....	159
2.4.2	Cláusulas do bloco social ou das condições de trabalho de 1985, 1996 e 2005 ..	160
2.4.2.1	Descontos nas anuidades para filhos e dependentes dos professores (1985, fl. 4, TRT – 1490/85).....	161
2.4.2.2	Desconto para dependentes (CADERNO DE ACORDO, 1996, p. 20)	161
2.4.2.3	Contratação de novos docentes (1985, fl. 5, TRT – 1490/85)	162
2.4.2.4	Contratação de professor (CADERNO DE ACORDO, 1996, p. 16).....	163
2.4.2.5	Limites de alunos por turma (1985, fl. 5, TRT – 1490/85).....	163
2.4.3	Bloco das cláusulas sindicais dos anos de 1985, 1996 e 2005.....	164
2.4.3.1	Delegado sindical (1985, fl. 6, TRT – 1940/85).....	164
2.4.3.2	Contribuição assistencial (1985, fl. 6, TRT – 1490/85).....	165
2.4.3.3	Contribuição assistencial ao SINPRO/RS (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 24).....	165
2.4.3.4	Desconto em favor das entidades patronais (1985, fl. 06, TRT – 1490/85)	166
Parte III		173
3	A produção de sentido na Revista Textual: Os discursos dos IOT frente aos IOC.....	174
3.1	O diálogo com o medo escolar.....	174
3.1.1	A dupla cara do medo	175
3.1.2	O contexto das contradições: o diálogo entre o ideal e o real na perspectiva gramscina e na DHE	177
3.1.3	O contexto da problemática	177
3.1.4	A educação autêntica: para os sujeitos educadores sem nomes	179
3.1.5	As condições objetivas e subjetivas deste contexto	180
3.1.6	O diálogo possível	184
3.1.7	A esperança dos educadores.....	186

3.1.8	As evidências da perspectiva histórico-estrutural em Gramsci.....	187
3.2	O diálogo possível entre poderes, fazeres, limites e afetos	191
3.2.1	O sujeito observador e o contexto analisado.....	192
3.2.2	O olho do poder e sua reprodução nas relações escolares	193
3.2.3	Limites e valores: o diálogo entre duas faces.....	197
3.2.4	A reflexão das dificuldades da prática docente.....	199
3.2.5	A relação entre limites e afeto.....	202
3.2.6	Síntese da reflexão do sujeito autor.....	206
3.2.7	As manifestações da perspectiva teórica: “Poderes, fazeres, limites e afetos”, a partir de Gramsci	208
	A conversa sem fim: breve interrupção do discurso.....	214
	Referências Bibliográficas	220

Resumo

Este estudo analisa a Organização Sindical, por meio da prática do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul (SINPRO), considerando-se a **Comunicação, Negociação e Relações de Poder**, a partir do **Método Dialético Histórico-Estrutural**, por intermédio da perspectiva teórica de Antonio Gramsci, nas categorias: **Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico**. Evidenciamos, ainda, a **Análise de Discurso**, no olhar de Eliseo Verón, na categoria **discurso**, apoiados na Pesquisa Qualitativa. Nossa reflexão conta também com o suporte de José Marques de Melo, ao contemplarmos o **jornalismo opinativo** e os tipos de discursos, com ênfase na subcategoria **artigo**. O corpus da pesquisa está estruturado por duas edições da **Revista Textual** e três **Acordos Coletivos** da entidade de classe. *Comunicação, Negociação e Relações de Poder: A Dialética Histórico-Estrutural na práxis do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul* é o seu título.

A investigação dá continuidade a um projeto de pesquisa, desenvolvido entre 1998—2000, quando defendemos a Dissertação de Mestrado, na FAMECOS/PUCRS, intitulada — *A Organização Sindical: Reflexões sobre Comunicação, Negociação e Relações de Poder — a partir da Dialética Histórico-Estrutural*. Naquela ocasião, analisamos o Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e TV do Rio Grande do Sul (Sindicato dos Radialistas), um dos segmentos sindicais dos trabalhadores em comunicação. Nos Radialistas, trabalhamos, durante dez anos, como assessora sindical e de comunicação. No SINPRO, somos base da categoria, na condição de professora universitária sindicalizada, e sujeito, que optou por refletir sobre a práxis da entidade.

A trajetória assumida destacou algumas evidências, entre elas os Acordos Coletivos, que, em seus discursos, materializam a ação dos Intelectuais Orgânicos do Trabalho e figuram como agentes fiscalizadores e de extensão do fazer dos dirigentes sindicais; existem momentos em que os Intelectuais Orgânicos do Capital flexibilizam e os Intelectuais Orgânicos do Trabalho buscam alternativas possíveis no jogo da Negociação, em nome da defesa das conquistas dos trabalhadores; a Revista Textual é um dos canais em que a contra-hegemonia elabora e explora seu discurso e sua práxis, estabelecendo um confronto, mesmo que no mundo das idéias, com a hegemonia, além de ser um meio educativo não formal que expressa um sentimento de classe, refletindo a prática do SINPRO e o ambiente de trabalho dos Intelectuais Orgânicos do Trabalho.

Nossa tese, após reflexão da práxis da entidade de classe analisada, aponta a Comunicação, a Negociação e o Sujeito Coletivo como categorias a posteriori. Esta última, com suas subcategorias: Sujeito Coletivo do Trabalho e Sujeito Coletivo do Capital.

Abstract

This study examines Union Organization as it is put into practice by the Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul (SINPRO – that is, Union of Private Teachers of Rio Grande do Sul). Consideration is given to factors such as **communication, negotiation and power relationships**, adopting the Historical Structural Dialectical Method, as it is stated in Antonio Gramsci's approach, which makes use of categories such as **Ideology (power, hegemony and counter-hegemony) State, Civil Society and Organic Intellectual**. Use is also made of the category **discourse**, as it appears in Eliseo Verón's approach to **Discourse Analysis**. The reflection here presented has also benefited from José Marques de Melo's ideas, as attention is given to what is there termed **opinionative journalism** (and the types of discourse), with emphasis to the subcategory **article**. The study can be placed within the realms of what is known as Qualitative Research, its corpus being structured from two editions of the magazine **Revista Textual** and three **Acordos Coletivos** (Collective Covenants), these documents either published by or belonging to the archives of SINPRO.

The investigation is the continuation of a research project developed from 1998 through 2000, which culminated in the public submission of my Master's Dissertation at FAMECOS/PUCRS, whose title is *A Organização Sindical: Reflexões sobre Comunicação, Negociação e Relações de Poder – a partir da Dialética Histórico-Estrutural* (Union Organization: Reflections on Communication, Negotiation and Power Relationships – from the Perspective of Historical Structural Dialectics). At that time we examined the Union of Workers in Radio and TV of Rio Grande do Sul (Sindicato dos Radialistas – The Radio Broadcasters Union), one of the segments of workers in communication. At SINPRO I belong to the base of the teachers' category, since I hold the position of professor at a private university. As a subject, I have then taken the opportunity to investigate the praxis of SINPRO.

From the investigation here undertaken, some evidence has sprung to consideration: the collective covenants, in their discourse, materialize the action of Working Organic Intellectuals, representing inspection agents and expanding the actions of the union leaders. There are moments when Capitalist Organic Intellectuals act in a flexible way while the Working Organic Intellectuals, in the name of protecting workers' conquests, look for alternatives in the game of negotiating. The magazine *Revista Textual* is one of the channels through which the counter-hegemony elaborates and explores its discourse and praxis, setting up a confrontation with the hegemony, be it in the world of ideas only. The magazine is also a non-formal educative means, which expresses a sentiment of group, reflecting the practice of SINPRO and the milieu where Working Organic Intellectuals do their job.

The thesis here presented points out that Communication, Negotiation and Collective Subject are *a posteriori* categories. The Collective Subject can be split into two subcategories: Working Collective Subject and Capitalist Collective Subject.

Pra início de conversa (...)

O *diálogo* continua e desta vez privilegiaremos a práxis do SINPRO, no projeto maior denominado Comunicação, Negociação e Relações de Poder: A Dialética Histórico-Estrutural (DHE) na práxis do Sindicato dos Professores Particulares do RS. A análise se dará a partir da perspectiva teórica de Antonio Gramsci (1987), por meio de quatro categorias – *Ideologia (poder/hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico* –, destacando o **Método Dialético Histórico-Estrutural (DHE)**¹, técnica de **Análise de Discurso (AD)**, no olhar de Verón (1980), evidenciando, para tanto, a categoria *discurso*, apoiados na pesquisa qualitativa. Nossa reflexão contará, também, com o suporte de José Marques de Melo (1994), ao contemplarmos o **jornalismo opinativo** e os tipos de **artigos (discursos)**. O corpus da pesquisa será estruturado por duas edições da Revista Textual e três Acordos Coletivos da respectiva categoria.

Neste estudo, destacaremos dois artigos, extraídos da Revista Textual², publicação daquela entidade. O primeiro, discurso intitulado “*Sob a espada de Dâmocles*”, de autoria de três professores que, por questões de preservação, optaram em utilizar pseudônimos, para não sofrerem retaliações em suas escolas. O segundo recebeu o título de “*Poderes, fazeres, limites e afetos*”, de Gilson Almeida Pereira, doutorando em Educação da

¹ Ora identificaremos o método como a **Dialética Histórico-Estrutural**, ora apenas em sua forma reduzida (**sigla: DHE**), ora o **MDHE** ou ainda usaremos a expressão **Método Dialético Histórico-Estrutural**.

² Publicação semestral do SINPRO, v. 1, nº 1, (novembro, 2002, p. 22-28) e nº 3, (outubro, 2003, p. 6-13), respectivamente.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUCRS e professor da disciplina de Princípios e Métodos de Orientação Educacional das Faculdades Porto-Alegrense (FAPA).

Nesses discursos³ buscaremos a análise das categorias selecionadas, de Gramsci, a partir da DHE. Já nos Acordos Coletivos firmados entre os Sindicatos dos Professores Particulares e o dos Estabelecimentos de Ensino, focaremos os anos de 1985, 1996 e 2005, e, por consequência, três cláusulas do bloco econômico ou de reflexo econômico, três do bloco social ou das condições de trabalho e três do bloco sindical. Negociação é a categoria, nessa etapa, que pensamos identificar e propor na relação entre os Intelectuais Orgânicos do Trabalho (IOT)⁴ e os Intelectuais Orgânicos do Capital (IOC).

Os objetivos traçados para nosso plano investigativo, são os seguintes:

- a. compreender a prática da organização sindical, a partir de três áreas: Comunicação, Negociação e Relações de Poder, considerando o MDHE e as categorias de Gramsci, estabelecendo, para tanto, recortes que atendam à Negociação (cláusulas econômicas, sociais e sindicais), mediante análise de três Acordos Coletivos e, da Comunicação Sindical, duas edições da Revista Textual, privilegiando dois artigos;
- b. aplicar as categorias de Gramsci – Ideologia (Poder, Hegemonia e Contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico –, na prática desenvolvida no SINPRO, considerando as três áreas delimitadas. Da mesma forma, aplicar a categoria Discurso, de Verón, com ênfase no Processo de Produção e a categoria Jornalismo Opinativo, de Melo, analisando a sua subcategoria – Artigo –;
- c. analisar parte da produção (acordos e revistas) do SINPRO, articulada com as categorias privilegiadas;
- d. propor Negociação e Comunicação Sindicais, a partir da aplicação do MDHE, como categorias *a posteriori* que poderão emergir da análise a ser desenvolvida;

³ Artigos privilegiados.

⁴ Em nosso discurso, os Intelectuais, tanto do trabalho, quanto do capital, também serão identificados pelas iniciais IOT e IOC, respectivamente.

- e. contribuir para a produção teórica sobre Comunicação Sindical e Negociação, questões estas pouco estudadas, inclusive, no meio acadêmico, e que também, em outras áreas, são tratadas de maneira frágil.

Já as questões norteadoras da pesquisa atenderão aos seguintes aspectos:

Uma política de Comunicação e uma política de Ação Sindical são ou não as condições objetivas para que uma entidade de classe, hoje, consiga se legitimar? A análise da práxis do SINPRO passa por considerarmos questões que envolvem a Comunicação, Negociação e as Relações de Poder, pois acreditamos que, atualmente, nenhuma entidade de classe consegue se colocar/legitimar sem ter uma política de comunicação caracterizada, além é claro, de ter primeiro uma política de ação também estabelecida. Compreendemos, portanto, que a Comunicação traduz, de alguma forma, o grau de organização de uma entidade de classe, ao mesmo tempo, em que ela pode educar e formar o sujeito (base) para a ação que a direção sindical (IOT) estabeleceu como meta (projeto/concepção).

De que maneira a Negociação e a Comunicação se relacionam com a Organização Sindical? A sobrevivência das entidades, neste caso o SINPRO –, está pontuada no tratamento adequado aos processos de Negociação e Comunicação, nos seus mais diferentes níveis (ou relações/contextos). Há, portanto, necessidade de contextualizá-las, a partir da análise reflexiva e situá-las como categorias emergentes desta práxis, já que a produção textual, existente na atualidade, é insuficiente, oportunizando desta forma, a construção de uma referência teórica consistente, que as justifique.

Como se dão as relações de poder no SINPRO? As Relações de Poder, no SINPRO, se estabelecem no fazer sindical, tanto em nível interno, quanto externo, reproduzindo as ideologias vigentes nesta práxis, isto é, tanto aquelas que circulam entre os próprios IOT (embora com uma direção colegiada que, pretensamente, em princípio, garante um equilíbrio de forças e de poder), quanto as outras que ocorrem entre os mesmos IOT (no sentido de totalidade deste grupo e/ou classe de sujeitos), no enfrentamento com os IOC e destes com seus pares – numa relação dialética que reúne as condições objetivas e subjetivas desta práxis.

Nosso roteiro, então, será dividido em três partes. Na primeira, no Capítulo 1, intitulado “*O contexto histórico do movimento sindical e o resgate da trajetória do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul*” apresentaremos a história do movimento sindical, o trajeto do SINPRO e um breve resgate da revista no Brasil, pela pertinência contextual com parte de nosso corpus, além da fundamentação teórica e da perspectiva metodológica. Na segunda, o Capítulo 2, trará os acordos coletivos, com o título — “*Acordos Coletivos: As relações de poder entre os IOT e os IOC no âmbito da negociação*”. E na terceira, no Capítulo 3, reuniremos os artigos selecionados e analisados, que mereceram a seguinte titulação — “*A produção de sentido na Revista Textual: os discursos dos IOT frente aos IOC*”.

Entre tantos objetivos e questões de pesquisa, esta produção textual ainda pretenderá, neste caminho de construção intelectual, buscar o comprometimento com a cientificidade, para mantermos a coerência entre sujeito e objeto, neste processo de relação e elaboração, que terá, no cenário acadêmico, o pano de fundo ornamentado por uma abordagem teórica e metodológica que será assumida e praticada por um dos atores principais deste drama e/ou nesta trama – a pesquisadora.

Salientamos também que, por nossa opção, algumas palavras terão destaque no decorrer do texto⁵ (“**negritadas**” e/ou “*italizadas*”, com caixa alta ou não), para um chamamento especial de outros elementos que compõem o universo de vocábulos deste discurso.

Justificativa

A totalidade deste estudo pretenderá dar continuidade a um projeto de pesquisa, desenvolvido entre 1998–2000, quando defendemos a Dissertação de Mestrado, na FAMECOS/PUCRS, intitulada – *A Organização Sindical: Reflexões sobre Comunicação, Negociação e Relações de Poder – a partir da Dialética Histórico-Estrutural*. Naquela oportunidade, analisamos a realidade do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e TV do Rio

⁵ Na apresentação e análise dos artigos selecionados da Revista Textual, alguns parágrafos por nós elaborados serão “*italizados*” para evidenciarmos as nossas reflexões sobre as informações registradas (Parte III). As citações diretas, curtas e longas, não serão italizadas, advertimos. Nos acordos, deixaremos as citações textuais longas sem itálico (Parte II). As curtas contarão com este recurso. Fizemos, portanto, tratamento diferenciado em relação à primeira parte do estudo.

Grande do Sul (Sindicato dos Radialistas), um dos segmentos sindicais dos trabalhadores em comunicação.

Nesta tese pretendemos focalizar a prática do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul – SINPRO, entidade que, por sinal, nos representa em nível estadual. Para tanto, compreendemos que possamos trilhar uma trajetória semelhante à da investigação anterior, embora contemplando outros aspectos (diferenciados), que, por ventura, surjam no decorrer da pesquisa propriamente dita. Como registramos, nesta busca, a Dialética Histórico-Estrutural (DHE) permanecerá sustentando nossa análise, a partir de Antonio Gramsci (1987), nas três áreas, indicadas desta práxis: Comunicação, Negociação e Relações de Poder.

Acreditamos, porém, que esta realidade sindical apresentará condições peculiares, por se tratar de uma entidade de “*elite*” dos IOT, uma vez que sua diretoria é composta por professores universitários ou não, mas que, em geral, são privilegiados em sua própria formação educacional e cultural. Analisaremos, portanto, o perfil do SINPRO, suas particularidades, enfim, sua práxis sindical.

Vejamos, então, algumas considerações sobre estas três áreas de atuação sindical – Comunicação, Negociação e Relações de Poder. Santiago e Giannotti (1997) defendem que a preocupação de uma diretoria sindical, comprometida com os interesses dos trabalhadores, é informar, esclarecer, dialogar e, assim, fazer avançar a consciência de classe. Eles acreditam que cada luta, por menor que seja, deva ser usada para ajudar na politização da categoria: “*Onde cada trabalhador se coloque como participante ativo e consciente. Desde os objetivos, até os riscos e as conseqüências*” (1997, p. 79).

Estes mesmos autores afirmam que o maior desafio da Comunicação Sindical é despertar o interesse dos trabalhadores, estabelecendo a política traçada e, de maneira simultânea, os convença à ação. E reforçam:

O objetivo da comunicação sindical é palpável, concreto. Está intimamente ligada à ação. A ação que o sindicato vai desenvolver. Um boletim, um bom discurso, um bom programa de rádio é aquele que consegue apresentar bem uma proposta. Aquele que consegue dialogar com os trabalhadores. Dialogar sobre sua condição de

classe explorada. Sobre situações específicas desta exploração. Sobre suas implicações políticas globais. A comunicação sindical não tem um único e exclusivo papel. Têm vários. Ela é esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora (SANTIAGO e GIANNOTTI, 1997, p. 41).

A Comunicação, portanto, é instrumento indispensável no *diálogo* que a direção pretende estabelecer com a categoria. Ela, também, se bem conduzida, será mediadora destas relações, reforçando aspectos de entendimento entre aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos.

No cenário sindical, a entidade de classe dos Intelectuais Orgânicos do Trabalho (IOT), neste caso o SINPRO, para desenvolver uma ação política na sociedade, buscando o rompimento da hegemonia da classe dominante – representada pelos Intelectuais Orgânicos do Capital (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino — SINEPE), onde as relações de poder se manifestam de forma mais clara, será ainda exigido um trabalho constante de contra-informação (relação que podemos amarrar com a contra-hegemonia para Gramsci): impedido de ser estabelecido, sem que haja comunicação regular, pontuada por uma prática que esclareça, informe, forme e organize as condições objetivas e subjetivas para o enfrentamento que, aliás, nesta relação, sugere certo requinte, por envolver dois campos de intelectuais, em princípio, mais bem preparados para este *diálogo*.

Para a análise desta práxis, em nossa tese, selecionamos duas edições da Revista Textual – publicação do Sindicato dos Professores –, privilegiando dois textos jornalísticos, em que a Comunicação Sindical será estudada pela perspectiva da **DHE**, ancorados na proposta de Antonio Gramsci (1987).

Negociação é a palavra de ordem das relações sindicais, porque seu sentido, no movimento sindical, se desdobra num eco contínuo, redundante. Nossa afirmação está pontuada na práxis sindical, pois o dia-a-dia das entidades de classe é bombardeado por negociações – descumprimento de acordos vigentes, salários atrasados, conquistas sindicais históricas negadas, não-pagamento de horas-extras, entre outros aspectos. No entanto, a máxima desta relação se dá quando a data-base de cada categoria se aproxima – momento em que ocorre a chamada Campanha Salarial –, quando a forte mobilização da categoria, por meio de constante debate da pauta de reivindicações, a partir das participações em

assembléias, e das visitas no seio da produção (ambiente de trabalho), dão força e credibilidade, na mesa de Negociação, à comissão dos IOT frente à comissão patronal (IOC).

A negociação acontece quando há o enfrentamento de interesses antagônicos. Neste contexto, é hora de iniciar o *diálogo* efetivo entre as partes, para a tentativa de fechamento de acordo, ou não⁶. Este acordo deve prever, em geral, cláusulas econômicas, sindicais e sociais. No entanto, devemos considerar que a relação de Negociação ocorre num cenário com objetivos contrários, de classes e/ou categorias distintas, de Ideologias diferenciadas, de concepções também desiguais de sociedades.

Pois bem, é este “drama” de sujeitos distintos, rico de possibilidades e diferenças, que desejamos desvelar, numa perspectiva teórica, que considerará o cenário (práxis) desta entidade de classe, a partir de categorias privilegiadas por Gramsci: Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico. A categoria Negociação, como condição da dialética, será analisada, por intermédio de três Acordos Coletivos, contemplando algumas cláusulas econômicas, sociais e sindicais.

Por acreditarmos que a Organização Sindical é consequência direta, também, das relações de poder (internas e externas) que ocorrem nas entidades de classes, nosso estudo considerará esta perspectiva de análise, para justificá-lo. Reafirmamos que abordaremos as Relações de Poder (Ideologia), pontuados nas categorias gramscianas – hegemonia e contra-hegemonia. Defendemos, ainda, que as ideologias, tanto dos dirigentes sindicais (IOT), quanto dos representantes patronais (IOC), produzem Relações de Poder significativas, não somente nas mesas de negociações, merecendo, portanto, considerações e análises desta produção de sentido.

Por último, pensamos ser viável, pelo estudo que faremos nas duas outras áreas – Comunicação Sindical e Negociação –, desvendar as possíveis Relações de Poder que acontecem no contexto sindical, privilegiando, sobremaneira, *aspectos ideológicos* que permeiam este cotidiano.

⁶ Quando as negociações sindicais não chegam a um Acordo Coletivo, ocorre o Dissídio Coletivo – aquele regulado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Parte I

1 O contexto histórico do movimento sindical e o resgate da trajetória do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul

Num primeiro momento, abordaremos o surgimento do Sindicalismo internacional e nacional, o seu desenvolvimento e as suas várias concepções. No Brasil, veremos ainda as suas principais organizações e os desafios que estão lançados para o movimento sindical, considerando para tanto, o tratamento dado pelos governos brasileiros à classe trabalhadora.

Num segundo momento, será feito um resgate da trajetória do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul. O objetivo deste registro não é fazer história, mas fixar aspectos históricos. Assim, pensamos que esta contextualização de nosso objeto também nos auxiliará na identificação deste cenário de sujeitos trabalhadores e sujeitos representantes patronais, para que possamos após, pela Fundamentação Teórica e do Método escolhido, analisar as categorias selecionadas, a partir de Gramsci.

1.1 O papel do capitalismo e sua relação com o surgimento dos Sindicatos

Em meados do século XVIII, a sociedade capitalista encontrou plenas condições, para se expandir. O ritmo acelerado do desenvolvimento das máquinas, o que ocasionou a substituição da produção artesanal e manufatureira, consolidou o capitalismo – era o seu ingresso na fase industrial (ANTUNES, 1994).

Neste contexto já mecanizado, um significativo número de operários ficou sem trabalho. E, uma vez que a reserva de desempregados aumentava, o capitalista ficava mais fortalecido, pagando um salário ainda mais humilhante, para os trabalhadores.

Assim, a sociedade ficou dividida em duas classes fundamentais e antagônicas. De um lado, os capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção, como as máquinas, terras, matérias-primas e que vivem da exploração da grande massa da população, e, de outro, os proletários, que contam apenas com sua força de trabalho, ou seja, de sua capacidade de produzir.

Logo, o produto, criado pelo trabalho do operário, passou a ser apropriado pelo capitalista. Em consequência dessa realidade, os operários submeteram-se aos interesses e à força do capital, numa relação desigual. A grande força que detinham foi, em contraposição, a sua quantidade. Essa, porém, é quase nula, pois há desunião entre a classe, o que não ocorria com os capitalistas que, pelo seu reduzido número, estavam organizados e coesos em defesa da propriedade privada e dos lucros.

Neste quadro, os operários encontraram, a partir de suas próprias organizações as condições para disponibilizar de um meio de resistência eficaz contra essa pressão diária pela redução de salários. É assim que surgem os Sindicatos. Eles nasceram dos esforços da classe operária no enfrentamento à dominação do capital.

Essas entidades tiveram como objetivo primeiro impedir que os salários fossem colocados abaixo do mínimo necessário, para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e de sua família. Elas também permitiram, de alguma forma, que os operários ficassem em pé de igualdade com o patronato, principalmente no momento da venda de sua força de trabalho, impedindo que o capitalista tratasse de maneira isolada com cada operário.

Antunes (1994, p.12) destacou:

Os Sindicatos são, portanto, associações, criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas, também, em

função do tempo excessivo de trabalho, que o capitalista obriga o operário a exercer.

Além disso, retoma Antunes (1994), os Sindicatos também são uma força organizadora da classe operária, devendo ser ainda considerado o seu núcleo de organização, na busca de sua emancipação econômica, social e política. A partir da constituição do Sindicato, ficou mais difícil para o capitalista baixar o salário ou aumentar por demais a jornada de trabalho.

Atualmente, os Sindicatos são entidades reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, de jornada de trabalho e da legislação social. Afora, é claro, de serem organizações que resgatem a cidadania e, eles próprios, se configurarem em sujeitos da Sociedade Civil organizada.

1.1.1 O nascimento do Sindicalismo

A Inglaterra constituía um cenário de desenvolvimento intenso, na segunda metade do século XVIII. O surgimento do vapor e das máquinas transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas, criando as novas referências da sociedade capitalista. Era o momento da produção em larga escala. Cada vez mais se caracterizava a divisão da sociedade em capitalistas de um lado, e proletários, de outro, “*mediados por uma massa de pequenos comerciantes e artesãos, segmento flutuante e oscilante da população*” (ANTUNES, 1994, p. 15).

Registramos que, com o capitalismo, iniciava todo um elenco de transtornos sociais, como a superjornada de trabalho, que podia chegar até 16 horas por dia, a exploração da mão-de-obra das mulheres e crianças, as condições mínimas de insalubridade, que não eram respeitadas e a concentração da população em locais sem condições de vida e habitação.

O quadro já referido, de significativo contingente de mão-de-obra desempregada, dado pela introdução das máquinas, além, das condições desfavoráveis de trabalho, fez com que surgissem as primeiras manifestações de revolta dos operários – que visavam à destruição das máquinas –, movimento que foi denominado de *Ludismo* (ANTUNES, 1994).

Por isso, os constantes ataques às máquinas, comandados pelos trabalhadores, além de serem ações de caráter isolado e limitado e de não conterem o *Poder* do capitalista “*colocou a sociedade contra os operários pelo seu gesto, considerado brutal*” (ANTUNES, 1994, p. 15). Logo, era preciso encontrar uma maneira de oposição mais competente e que representasse uma postura mais qualificada da luta da classe operária.

Neste sentido, foi de significativa importância, para o avanço da luta dos trabalhadores, a Lei, de 1824, votada pelo Parlamento inglês, onde foi conquistado o direito à livre associação, o que, até então, era restrito às classes dominantes. De fato, as associações sindicais existiam na Inglaterra desde o século anterior, mas eram reprimidas de forma brutal, o que inviabilizava a organização dos trabalhadores. Assim, surgiram e desenvolveram-se por toda a Inglaterra as *Unões Sindicais (trade-unions*, como denominaram os ingleses). Elas passaram, então, a fixar os salários da categoria, impedindo com isso que o operário ficasse sozinho na luta por melhores salários.

Estas associações também regulamentavam o salário em função do lucro, conquistando aumentos que acompanhavam a produtividade, extensivos a toda a categoria. Além disto, negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários e mobilizavam a categoria para a greve, toda vez que esses salários eram rejeitados. Prestavam ainda auxílio financeiro aos operários, em greve ou desempregados, via “*caixas de resistência*” (conhecidas, aqui no Brasil, em período de grande mobilização, como Fundo de Greve), o que permitia um fôlego na capacidade de luta da classe operária e continha os patrões nas tentativas de abusos, como diminuição de salários ou aumento da jornada de trabalho.

Outra conquista foi a união das várias categorias de uma região numa federação. Foi constituída, então, em 1830, uma associação geral de operários ingleses – a “*Associação Nacional para a Proteção do Trabalho*”, tendo por objetivo atuar como central de todos Sindicatos, entre eles os operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros e mineiros (ANTUNES, 1994).

Antunes (1994, p. 17) resgata, entre outros avanços, o surgimento de um veículo de Comunicação:

Na vanguarda deste movimento, encontrava-se o operariado fabril de Lancashire (...). A Associação era liderada por John Doherty (...) e reunia milhares de associados, além de uma publicação periódica, A Voz do Povo.

Além de resistir à diminuição dos salários, a Associação Geral também dava apoio aos operários grevistas e, se os salários, fixados pela “*trade-unions*” não fossem respeitados, esta, agora mais legitimada, enviava uma delegação⁷ junto ao patronato, exigindo a aceitação prévia dos valores estabelecidos pela escala. Se não bastasse este contato, a Associação recorria à paralisação de todos os trabalhadores daquele setor ou ramo.

Este movimento poderia ser parcial, numa determinada fábrica ou setor de produção, ou generalizado, quando envolvia todo um ramo de produção⁸. Estas ações “*eram meios legais utilizados pela Associação Geral e somente se consolidavam em vitórias quando correspondiam a uma maciça organização e atuação dos operários*” (ANTUNES, 1994, p. 17).

Em contrapartida, na medida em que as associações ganhavam força, os patrões, ao demitirem, começaram a pressionar os operários a renunciar a participação da vida sindical, o que acabou com várias associações sindicais e demonstrou a dificuldade concreta de organização por parte dos trabalhadores, para enfrentar a luta contra o capital.

1.1.2 Um sujeito desta história

Um aspecto importante desta trajetória das uniões sindicais é apresentado por Antunes (1994), por intermédio de Engels⁹, quando nos traz a figura de Robert Owen, industrial que, depois, se tornou um dos precursores do Socialismo Utópico inglês. Engels

⁷ Até hoje esta prática acontece nos períodos de campanhas salariais, aqui no Brasil. São as chamadas Comissões de Negociações.

⁸ Ainda hoje estas paralisações ou greves totais acontecem como meio de forçar os patrões às negociações desejadas pelos dirigentes sindicais que representam os trabalhadores.

⁹ Em respeito à fonte original e por não disponibilizarmos a obra de Engels, conferimos as informações históricas de sua contribuição, fornecidas por Antunes (1994), em três *sites* <http://www.marxists.org/português/Marx/1880/sociutopsocien/index/htm>. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Friederich Engels, 1880. Primeira edição: como folheto *revu socialiste* de março, abril e maio de 1880, em Alemão, em Zurique (1882) e em Berlim (1891), e em inglês, em Londres (1892). <http://www.vermelho.org.br/pcdob/secretarias/formação/socialismocientifico.esp>. Destaque das principais idéias do texto: Owen (1771 1858). <http://www.pcb.org.br//biblioteca/utopico.rtf>. Ensaio na íntegra. Escrito em 1877. Editado em 1880 no folheto. Acesso em 1º de maio de 2006, no momento da revisão da tese, fruto das orientações da banca de qualificação, realizada em junho de 2005.

(1880) registra em seu ensaio “*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*” que, enquanto Owen se limitou ao papel filantrópico e assistencialista, só conquistou reconhecimento e fama, não só da burguesia, mas, entre os governantes e o Estado. Tão logo, contudo, formulou suas teorias socialistas, foi rejeitado e até mesmo perseguido pelos capitalistas e pelo Estado, além de ser esquecido por completo pela Imprensa.

A trajetória de Owen é de tamanha importância no mundo do trabalho inglês que há manifestações de que todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, registrados na Inglaterra, no interesse da classe trabalhadora, estão ligados a ele. Tanto que, em 1819, depois de muito esforço, conseguiu que fosse votada a primeira lei, limitando o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas.

Foi Owen quem presidiu o Primeiro Congresso em que as uniões sindicais tornaram-se uma única organização sindical – Grande União Consolidada dos Trabalhadores, criada em 1834. Ele também organizou cooperativas de consumo e de produção, que demonstraram que o comerciante e o proprietário capitalista não são indispensáveis e, estabelecem ainda os mercados operários, onde as trocas de produtos se davam por meio de bônus do trabalho, cuja unidade era a hora produzida (ANTUNES, 1994).

A consequência deste movimento, encabeçado por Owen, acabou por demonstrar que as uniões sindicais dos trabalhadores poderiam conquistar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.

A própria trajetória do movimento sindical refletiu estes procedimentos organizativos, quando os trabalhadores começaram a aglutinar suas forças em centrais sindicais que lutassem pelo conjunto dos operários e não por uma única categoria, o que, de certo modo, dividia o movimento e a sua oportunidade de conquistar maior espaço e vitória, para a classe trabalhadora.

1.2 O Sindicalismo e suas várias concepções

Os avanços do Sindicalismo não se limitaram à nação inglesa. O desenvolvimento das atividades industriais na Alemanha, França, nos EUA e em outros países, já na segunda metade do século passado, fez com que aparecesse um proletariado cada

vez mais forte e qualificado. Há, portanto, a expansão do movimento sindical. Aconteceram greves em todo o mundo capitalista, de todos os níveis industriais – desde os mais avançados até os mais atrasados. Logo, os trabalhadores, como classe, ganhavam mais espaço e avançavam na luta pela sua emancipação.

Em 1866, realizou-se o *Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*, reunindo representantes operários de todo o mundo e as idéias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as comunistas de Marx e de Engels. Nesta ocasião, reafirmou-se a importância da criação de entidades de classes (Sindicatos), definida como uma das tarefas prioritárias do proletariado.

O proletariado começou um processo de luta, ocasionando desde reivindicações econômicas até movimentos propriamente políticos, como o *Cartismo* na Inglaterra, as Revoluções de 1848, na França e Alemanha, e a célebre *Comuna de Paris*, de 1871. Em todos estes contextos, a participação da classe trabalhadora foi decisiva (ANTUNES, 1994).

Agora, o movimento das uniões sindicais, que buscava as reivindicações, com predominância econômica, não era a única tendência. Surge, então, em países como a França e a Itália, a segunda tendência que se auto-intitulou revolucionária. Seus defensores acreditavam que somente a greve geral poderia levar à transformação radical da sociedade.

Um dos principais teóricos desta corrente foi o francês Georges Sorel. Ele dizia, nas palavras de ANTUNES (1994, p. 20):

Que a ação direta violenta e a greve geral, levando ao conflito as distintas classes sociais, acarretariam uma possível vitória dos operários, devido à justiça de sua causa, a sua maioria numérica e sua superioridade física.

Para Antunes, Sorel ignorava que a reação dos patrões viria com toda a violência da força militar e repressiva do Estado capitalista. Desta maneira, o pensador francês negava a necessidade da luta política e qualquer forma de organização partidária, por ele concebida como utópica e reacionária. Sua postura, ainda, mereceu críticas por parte de Georg Lukács, que via, em Sorel, a Ideologia pequeno-burguesa e irracionalista, além de percebê-lo distante do conteúdo verdadeiro do proletariado. Lênin, por sua vez, o denominou

como “*conhecido confucionista*”. Segundo Antunes (1994) as idéias de Sorel também foram aproveitadas pelo fascismo de Mussolini.

A terceira tendência foi constituída pelos sindicalistas anarquistas, que igual rejeitavam a luta política e valorizavam a importância e a exclusividade dos Sindicatos no processo de emancipação da sociedade. Bakunin, um dos seus principais defensores, acreditava que os Sindicatos, além de organização natural das massas, eram “*o único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz na construção da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal*” (ANTUNES, 1994, p. 21). Outros nomes destacaram-se nesta concepção libertária – Proudhon, Kropotkin e Maletesta.

Gramsci (1987), por sua vez, acreditava que os Sindicatos não poderiam absorver toda a luta da classe trabalhadora senão por intermédio de um trabalho de anos, e dezenas de anos, até porque eles não se identificam de imediato com o Estado proletário. Ainda para Gramsci, este papel de mudança mais radical, caberá às *Comissões de Fábrica*, que são órgãos de democracia operária, onde a libertação das limitações impostas pelos empresários pode, em sua opinião, acontecer de fato.

Por fim, nosso pensador defende que o Sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade, não podendo, portanto, ser a base do Poder proletário. Já em relação à *Comissão de Fábrica*, Gramsci (1987) defendia que sua razão de ser está no trabalho, na produção, num fato permanente e não mais no salário, na divisão de classes, ou seja, num acontecimento transitório e que precisa, por meta, ser superado.

Esta corrente foi propagada em países europeus de menor desenvolvimento capitalista e, por conseqüência, de menor concentração industrial, onde havia reunião de pequenas indústrias, como na Espanha, França, Itália, Portugal, e, ainda, penetrou na maioria dos países latino-americanos.

Seus representantes também mereceram críticas em função de sua Ideologia pequeno-burguesa e individualista, entre elas a defesa da pequena propriedade, a negação da força unificadora e organizadora do Poder (abolição do Estado, antes mesmo da supressão das classes antagônicas) e a incompreensão da real dimensão política da luta de classe do

proletariado. Estas questões acabaram por subordinar a classe operária à Ideologia burguesa, sob a falsa aparência de negação da política, defendida pelos anarquistas.

Com suas origens nas uniões sindicais inglesas, surge a quarta corrente do movimento sindical, denominada reformista, fazendo oposição à atuação revolucionária do proletariado. Não negavam o princípio de que os Sindicatos eram um meio de luta, para obter reivindicações justas, só que eles pretendiam uma simples melhora da situação dos operários dentro do sistema capitalista. Seu maior exemplo é o Sindicalismo norte-americano, portanto, pautado no foco economicista e reivindicatório, numa postura de ajustamento ao sistema.

A recusa a um Sindicalismo político é violenta e é marcada desde a criação da “*Federação Americana do Trabalho*”, quando a luta dos trabalhadores grevistas alcançou ampla repercussão (mais de cinco mil greves em 1886), buscando conquistar a jornada de oito horas (ANTUNES, 1994).

O Dia do Trabalho ressaltamos, comemorado no mundo pela classe trabalhadora no 1º de maio, teve origem no enfrentamento dos operários norte-americanos com o patronato – os conhecidos *Mártires de Chicago* – pela redução da jornada de trabalho. A repressão policial às greves foi marcante, a ponto de condenar quatro operários à morte e outros à prisão perpétua sob a falsa acusação de terem cometido um atentado.

Até hoje, a Federação Americana do Trabalho (FAT) pratica um Sindicalismo que nega a luta de classes e se restringe à defesa dos interesses corporativos; apesar de ter sua estrutura sindical independente do Estado, a sua prática está pontuada na ideologia capitalista dominante, não exercendo qualquer atuação autônoma.

Temos ainda a quinta corrente – o Sindicalismo Cristão –, inspirado na encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII. Adota uma significativa colaboração social, além de reconhecer a legitimidade de princípio das organizações sindicais, sem defender transformações radicais no regime capitalista. Para os seus representantes, o capitalismo tem a necessidade de desenvolver sua função social, passando a ser um sistema justo e equitativo.

A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, criada em Haia, num congresso em 1920, afirmou que “*a vida econômica e social implica a colaboração de todos os filhos de um mesmo povo. Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes, quer do lado*

patronal, quer do lado operário” (ANTUNES, 1994, p. 23). Ainda hoje, este tipo de Sindicalismo influencia de maneira significativa alguns países, como a Itália.

A Corporativista, outra corrente do movimento sindical, surgiu nas primeiras décadas do século XX, durante a vigência do fascismo. Em 1927, Mussolini decretou a *Carta Del Lavoro*, que organizou os Sindicatos italianos nas concepções corporativistas, ou seja, as entidades ficariam subordinadas e dependentes do Estado fascista. Manifestava a política de paz social, da colaboração entre as classes, conciliando capital e trabalho, negando a luta de classes, permitindo ainda mais a acumulação capitalista e com um forte grau de exploração da classe operária. Estas corporações reuniam representantes dos capitalistas e dos operários de todas as categorias que estavam envolvidos com a produção de certo produto; assim, o Estado fascista acreditava que os conflitos de classe seriam amenizados e a Ideologia corporativista se reafirmaria.

É bem verdade que o Corporativismo se legitimou depois que os operários foram impedidos de participar de qualquer representação; uma vez que foram destruídos todos os partidos políticos de classe operária, acabaram com a liberdade sindical, liberdade de reunião e demais fóruns de caráter democráticos.

Por último, chegamos à concepção Comunista de Sindicalismo, quando os seus defensores, a partir de suas participações nos Sindicatos, acreditavam poder transformar a luta *trade-unionista* num enfrentamento mais amplo pelo fim do sistema capitalista, usando, para tanto, o despertar de consciência política, que a atuação econômica introduz, no trabalhador, para aí então elevar esta consciência ao nível da consciência revolucionária.

Antunes (1994, p. 25) explica:

Na Rússia Czarista, fase imperial anterior à Revolução Socialista de 1917, os Sindicatos que surgiram nos fins do século XIX foram locais de organização fundamentais para o avanço da classe operária. Em São Petersburgo (...) o movimento sindical foi muito ativo, sendo (...) daí que nasceu a Revolução de Fevereiro, que antecipou a Revolução Socialista de Outubro.

Quando, então, a classe operária assume o Poder na Revolução, o significado e o papel dos Sindicatos também sofreram alterações. Lênin (s/d)¹⁰ diz, inclusive, que os Sindicatos transformaram-se em organização educadora da massa trabalhadora, um órgão que dá instrução, uma escola de governo, uma escola de administração, enfim, uma escola de comunismo. Escola, aliás, que se faz sem mestre e alunos, desconhecida no capitalismo, onde se formam os setores mais avançados do proletariado (ANTUNES, 1994).

Na ditadura do proletariado, portanto, evidencia Antunes (1994), os Sindicatos encontravam-se entre o Partido e o Poder do Estado. Condição que proporcionou, inclusive, um debate entre Lênin e Trotsky, em 1921, sobre as relações entre os Sindicatos e o Estado socialista. Trotsky defendia a necessidade de os Sindicatos tornarem-se órgãos estatais (posição que abandonou mais tarde) e Lênin entendia que estas entidades, mesmo sob o socialismo, deveriam ser mantidas, com o objetivo de defender os interesses materiais dos trabalhadores na luta pela democracia operária.

Neste contexto, de transição do capitalismo para o socialismo, os Sindicatos assumiram ações fundamentais, entre elas: organização e direção de produção; a melhoria da situação econômica dos trabalhadores, a melhoria de condições dentro e fora da fábrica (garantia do direito ao trabalho, proteção de acidentes, além de proporcionar formas, para a manutenção de atividades culturais, de saúde, de turismo), buscando o bem-estar e a elevação do seu nível de vida; a preocupação com a formação ideológica, por meio da educação política, para que eles pudessem construir a sociedade socialista.

1.3 O Sindicalismo brasileiro

A origem da classe operária brasileira acontece no final do século XIX, e num cenário vinculado ao processo de modificação de nossa economia, quando o centro agro-exportador cafeeiro se destacava. Neste momento histórico, ao surgir o trabalhador assalariado em substituição ao escravo, a economia transferia parte de seus lucros para atividades industriais e autorizava a formação de um significativo mercado interno, criando a partir daí os primeiros núcleos operários, instalados principalmente na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi, então, que surgiram as primeiras lutas operárias em nosso país.

¹⁰ Artigos e textos de Lênin estão reunidos na coletânea “Sobre os Sindicatos” (s/d) (Editora Ciências Humanas). Informações fornecidas pelo autor consultado (ANTUNES, 1994).

A primeira greve, que estourou no Brasil, foi a de 1858, “quando os tipógrafos do Rio de Janeiro rebelaram-se contra as injustiças patronais e reivindicavam aumentos salariais” (ANTUNES, 1994, p. 38). A partir deste momento, as greves começaram a se espalhar para as demais categorias, e junto com elas apareceram outras formas de organização da classe trabalhadora: em 1892, aconteceu o “I Congresso Socialista Brasileiro”, cuja proposta, que não se concretizou, era a criação do Partido Socialista. Já no segundo Congresso, em 1902, a influência do socialismo era mais evidente em seu “Manifesto aos Proletários”, ilustra Antunes (1994, p. 39), quando seus dirigentes escreveram:

A história das sociedades humanas, desde que se constituíram (...), é a história mesma da luta de classes; e desse pugnar incessante resultou, (...), a eliminação de algumas dessas classes, podendo-se atualmente considerar que somente duas permaneceram, extremadas em campos adversos, inconciliáveis em seus interesses: tais são a classe da burguesia e a classe dos assalariados (...).

E foi neste quadro que surgiram os Sindicatos brasileiros, buscando conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos inúmeros congressos sindicais e operários e nas diversas manifestações dos movimentos grevistas, são referências constantes – os pedidos de melhorias salariais, a redução de jornada de trabalho, entre outras.

Em 1906, aconteceu o “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, que lançou as bandeiras para uma organização operária sindical em nível nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja luta estava voltada para as reivindicações básicas, além de uma ampla campanha de solidariedade aos operários de outros países. As duas correntes até então existentes foram as que participaram deste congresso: a anarco-sindicalista e a do socialismo reformista.

Como já registramos, a primeira negava a importância da luta política, priorizando a luta dentro da fábrica, repudiando a idéia de formação de um partido dos trabalhadores, vendo, nos Sindicatos, o modelo de organização para Sociedade anarquista. A segunda acreditava na transformação gradativa da Sociedade capitalista. Defendia a criação de uma entidade partidária e, ao pensar o Estado, utilizava a luta parlamentar.

Nos anos de 1913 e 1920, efetivaram o II e o III Congresso Operário, para dar vida novamente à Confederação Operária Brasileira. Registramos que, já neste período, o governo, de alguma forma, tentava controlar o movimento sindical brasileiro. O Congresso Operário, de 1912, foi um exemplo disto, quando teve como presidente honorário Mário Hermes, filho do então Presidente da República, Hermes da Fonseca. Ele criou uma liderança governista dentro de alguns Sindicatos.

Estas “lideranças”, embora comandassem categorias combativas, como os ferroviários e marítimos, conciliavam com o Estado, e se diferenciavam dos anarco-sindicalistas, que, quando deflagravam greves, acreditavam que elas eram um momento da greve geral que destruiria o capitalismo, enquanto os primeiros eram mediatistas e em seus períodos de mobilizações mais radicais não questionavam o sistema. Daí a denominação de Sindicatos “*amarelos*”, os percussores do Sindicalismo pelego, caracterizados por sua subordinação ao governo (ANTUNES, 1994).

Em consequência da crise de produção, após a I Guerra e da vertiginosa queda dos salários, o período de 1917-1920 foi marcado por uma série de greves de massas que, em muitos locais, assumiram grandes proporções. Aqui temos o exemplo da greve geral de 1917, em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que conquistou a adesão de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, contemplando, inclusive, o interior. Em poucos dias, o número de grevistas cresceu de dois mil para 45 mil pessoas. Em contrapartida, a repressão aos grevistas foi violenta, levando alguns operários à morte (ANTUNES, 1994).

Entre 1918 e 1920, outras greves ocorreram no Rio de Janeiro, em São Paulo, Santos, Porto Alegre, Pernambuco, Bahia, etc., reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho. Este foi o período do auge do movimento anarquista, que era, até esta época, a liderança mais significativa do movimento operário brasileiro.

1.3.1 Do anarquismo ao comunismo

As limitações do movimento anarco-sindicalista se manifestavam nas suas reivindicações puramente econômicas, uma vez que seus representantes negavam a luta política e não exigiam do Estado uma legislação trabalhista. Também, não admitiam a

formação de um partido da classe trabalhadora, da mesma forma que não aceitavam a política de alianças de classes com os demais setores da Sociedade, o que ocasionou um isolamento da luta operária, afora se tornar presa fácil do Estado e de sua força repressiva.

Esta postura, de incapacidade teórica, ideológica e política da concepção anarquista na condução do movimento, somada à grande influência, causada pela vitória da Revolução Socialista, na Rússia, junto ao operariado brasileiro, levou um grupo de militantes anarco-sindicalistas a romper com tal encaminhamento e, em 1922, fundar o Partido Comunista, o que aconteceu em março do mesmo ano, e delimitou o começo de uma nova fase do movimento operário, agora organizado num partido, cujo objetivo era dirigir a Revolução no Brasil. “*Nos primeiros anos a tarefa fundamental dos comunistas foi formar quadros, para compor o Partido, estudar e divulgar o marxismo e tentar formular uma linha política que compreendesse e orientasse a revolução brasileira*”, sintetiza Antunes (1994, p. 43).

Embora na ilegalidade que lhe foi imposta alguns meses após sua criação, o PC passou a editar a revista *Movimento Comunista*, ainda em 1922. Logo em seguida, publicou o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels e, três anos mais tarde, começou a edição do jornal *A Classe Operária*, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares.

Um dos segmentos mais significativos de atuação dos comunistas aconteceu no seio do movimento sindical. Eles criaram, então, a *Federação Regional do Rio de Janeiro* e, em 1929, efetuaram o *Congresso Sindical Nacional*, com representantes sindicais de vários estados, de onde surgiu a *Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil*, órgão, que pretendia reunir os Sindicatos influenciados pelos comunistas.

Neste período, de novo, o Estado esboçou uma tentativa de cooptação junto a alguns setores do movimento sindical, conseguindo ampliar a tendência “*reformista amarela*”. Em 1921, o Estado fundou o *Conselho Nacional do Trabalho*, buscando controlar os Sindicatos e transformá-los em organizações de conciliação entre as classes. Época, aliás, em que também se criou a *Confederação Sindical Cooperativista Brasileira*, de tendência reformista.

Por outro lado, o Estado republicano, por representar os interesses das oligarquias ligadas à produção de café, tratou de maneira diferenciada a classe trabalhadora;

ou seja, aqueles setores, cujas atividades eram fundamentais, para a exportação do café, a exemplo dos ferroviários e portuários, eram contemplados em suas reivindicações, uma vez que sua paralisação afetaria de fato a economia. Já as categorias, vinculadas à indústria, de caráter secundário na economia agrárioexportadora, eram tratadas de forma repressiva. Antunes (1994, p. 45) resgata, inclusive, a famosa afirmativa do presidente Washington Luís, que sintetizava a postura do Estado no tratamento dispensado aos trabalhadores: “*A questão social era simples caso de polícia*”.

Contudo, nesta época, o Estado republicano já demonstrava os seus primeiros sintomas de crise. O surgimento do PC causou apreensão ao Estado Oligárquico, embora não se apresentasse como uma alternativa imediata de Poder. Entretanto, o que de fato abalou o Poder do Estado foi a eclosão do movimento tenentista que, desde 1922, atuou de forma ostensiva em oposição ao regime dos burgueses do café. Aqui, encontramos o exemplo mais marcante do tenentismo – a chamada Coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes, que percorreu todo o interior brasileiro, buscando a adesão dos trabalhadores rurais, para as transformações necessárias na sociedade brasileira.

A fase final do domínio dos cafeicultores aconteceu quando, a essa oposição militar, se somou a frente comandada pelos fazendeiros descontentes (que se sentiam desprezados e desrespeitados por não produzirem café).

1.3.2 Getúlio Vargas no Poder

A Revolução de 1930 marcou a transição de uma economia agrárioexportadora para uma economia industrializada. De fato, o processo, iniciado em 1930, assemelha-se ao que Lênin denominou de “*reformismo pelo alto*”, isto é, “*um acordo entre as frações dominantes feito pelo alto, conciliando os interesses agrários com os interesses urbanos emergentes e excluindo qualquer forma de participação da classe operária*”, realça Antunes (1994, p. 45-46). Entretanto, os trabalhadores tentaram participar das eleições daquele ano, candidatando Minervino de Oliveira pelo Bloco Operário e Camponês, organização parlamentar do então ilegal PC. Mas o eleito foi o representante da burguesia cafeeira, Júlio Prestes, que teve sua posse barrada, dado o movimento militar deflagrado.

No final deste processo, em 1930, Vargas foi levado ao Poder. Começava então, uma nova fase do Sindicalismo brasileiro. Resultado de uma cisão nas classes dominantes, o Estado varguista procurou, num primeiro momento, controlar o movimento operário e sindical, envolvendo-o, para se tornar mais um “*órgão*” do aparelho de Estado.

Uma de suas primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, ainda em 1930, com o objetivo de elaborar uma política sindical que contivesse a classe trabalhadora dentro dos limites do Estado, formulando, em paralelo, uma política de acordo entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, não teve outra finalidade a criação da “*Lei de Sindicalização*”, de 1931, (Decreto 19.770), que contrariou a liberdade de associação sindical, existente durante a Primeira República, formando as bases do Sindicalismo no Brasil.

Antunes (1994, p. 46) nos apresenta as palavras de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho, do governo Vargas, na apresentação deste Decreto:

Os Sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques destas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado.

Este Decreto ainda determinava o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos Sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, bem como estabelecia o Sindicato, como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Afora estes aspectos, ele também previa: a permissão aos delegados do Ministério do Trabalho de participar das assembleias operárias; proibia qualquer atividade política e ideológica dentro das entidades; vetava sua filiação às organizações sindicais internacionais; negava a sindicalização dos funcionários públicos e limitava o número de operários estrangeiros nos Sindicatos, uma vez que boa parcela da liderança operária combativa era ainda de origem estrangeira. O único ponto que favorecia os trabalhadores era a garantia de Sindicato único por categoria.

Embora a repressão e a coerção estivessem presentes no fazer sindical, além da manipulação ideológica, os operários resistiram aos apelos dessa legislação sindical e as conquistas trabalhistas, portanto, continuavam e assim eram ampliadas para outras categorias. Entre elas: a lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor etc. Reforçamos que algumas destas leis já

existiam antes de 1930, somente limitadas a algumas categorias, como ferroviários e portuários.

Neste período, predominavam algumas tendências: os *anarco-sindicalistas*, congregados na *Federação de São Paulo*; os *socialistas*, que criaram a *Coligação dos Sindicatos Proletários*, em 1934; e os *comunistas*, que neste mesmo ano, criaram a *Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro e em São Paulo* e que, no ano seguinte, realizaram a *Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores*, reunindo “300 delegados, quando reorganizaram a *Confederação Sindical Unitária, central sindical de todo o movimento operário no Brasil*”, informa Antunes (1994, p. 48).

Na continuidade deste processo, surge, em 1935, a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), crescendo, portanto, a mobilização das massas trabalhadoras junto com as lutas sindicais. Esta frente popular, dirigida pelo PC, já contava com a participação de Luís Carlos Prestes.

Neste contexto, o governo federal, prevendo o avanço popular, retomou sua ação repressiva. E, em 4 de abril de 1935, cinco dias após o primeiro comício da ANL, decretou a *Lei de Segurança Nacional*, que proibia o direito de greve e dissolvia a *Confederação Sindical Unitária*, tida como clandestina, por se constituir à margem dos Sindicatos oficiais. Logo depois, Filinto Müller, chefe da polícia do Distrito Federal e adepto do nazismo, a mando do governo, decreta a ilegalidade, também da ANL. Como não podiam atuar legalmente os aliancistas resolveram pelo levante armado. Mas como não tiveram o apoio das massas, foram reprimidos com violência (ANTUNES, 1994).

O governo não parou por aí. Intensificou a repressão e decretou o Estado de Sítio. Surge ainda a *Comissão de Repressão ao Comunismo*; as lideranças sindicais e operárias foram presas, deportadas e mortas e os Sindicatos combativos foram fechados. A partir deste momento, o movimento sindical e operário brasileiro enfrenta a sua grande derrota e a sua perda de autonomia.

Nesta condição, a tendência “*amarela*” foi intensificada e, ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho continuava os seus esforços no sentido de cooptar mais dirigentes sindicais. Desta maneira, o controle do Estado sob as entidades de classe foi

facilitado. O “*peleguismo*”, no final, foi implantado, fazendo com que os Sindicatos permanecessem distantes da classe operária durante os 15 anos da ditadura do Estado Novo.

Em 1939, com a idéia de consolidar, ainda mais, a estrutura sindical submetida ao Estado, foi promulgado o Decreto-lei nº 1.402, que estabeleceu o enquadramento sindical; ou seja, para uma categoria ser reconhecida como tal, deveria passar pelo “*crivo*” da *Comissão de Enquadramento Sindical*, órgão governamental, ligado ao Ministério do Trabalho.

Neste ano, também, surge à revelia do movimento operário, o velho e antigo imposto, conhecido até a atualidade por todos nós, trabalhadores brasileiros – o *Imposto Sindical* – isto é, o pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano de todos os assalariados, que, em épocas passadas, representou uma significativa fonte financeira, para a manutenção de “*dirigentes pelegos*”.

Registramos, porém, que este dinheiro não era controlado pelos trabalhadores, não podendo, inclusive, ser utilizado nos momentos mais necessários, como durante as greves; criando, desta forma, condições financeiras, para transformar os Sindicatos de órgãos de luta de classes em organismos prestadores de um assistencialismo social, função, aliás, que deveria ser do Estado e não dos Sindicatos operários. Por esta razão, ainda hoje, o movimento sindical, combativo, luta, para garantir outras formas de sobrevivência das entidades que não passe pela manutenção deste imposto. Em contrapartida, enfatizamos, que raros são os Sindicatos brasileiros que conseguiram, de fato, a independência financeira, que dispensasse este vínculo com o Estado.

Dado o quadro de controle ao movimento operário, a partir destes encaminhamentos do governo federal, via Ministério do Trabalho, estava formada a estrutura sindical brasileira, vertical e subordinada ao Estado. Na base dessa estrutura, encontram-se os Sindicatos, que representam uma categoria em nível municipal, estadual ou mesmo nacional. Acima dos Sindicatos, estão as Federações que podem contemplar uma região, um estado ou os trabalhadores de uma mesma profissão em todo o país. Por último, as Confederações nacionais, que reúnem os trabalhadores dos vários setores, como a indústria, o comércio, a agricultura, entre outros.

Podemos dizer, a partir deste tipo de organização, que essa estrutura, por ser vertical, não permitia a criação de organismos sindicais horizontais, como a Central Sindical que representaria as bases de todos os Sindicatos. No entanto, a sua rigidez não impediu que a classe trabalhadora procurasse elaborar mecanismos que permitissem criar as condições, para nascer, a partir deles, organizações sindicais mais representativas, como veremos nas próximas páginas deste estudo.

1.3.3 A retomada das lutas sindicais no período de 1945-64

O Estado Novo, já nos primeiros anos da década de 40, deixava escapar os seus primeiros sinais de debilidade. Na sociedade brasileira, no campo das forças democráticas, podíamos encontrar duas frentes: uma externa, buscando derrubar o nazi-fascismo e outra, interna, visando a romper a ditadura estadonovista, objetivando, portanto, a democracia. Entretanto, as duas tendências oposicionistas também se formaram: uma liberal e burguesa (cujos interesses econômicos estavam voltados ao imperialismo), e outra nacional e popular (que visava à constituição de uma democracia, que contemplava a participação das classes populares).

A liberal e burguesa abrigava as classes dominantes e temia o projeto nacionalista de Getúlio Vargas. A nacional e popular, comandada pelas organizações populares, como o PC, acreditava que o nacionalismo de Vargas poderia se tornar um aliado para a resolução dos problemas nacionais.

Esta última avançou na luta pelas liberdades democráticas, entre elas, no início de 1945, a anistia ampla e irrestrita aos presos políticos, libertando os comunistas que estiveram presos durante todo o Estado Novo; a legalização do Partido Comunista e marcação para dezembro das eleições presidenciais e a convocação da Assembléia Constituinte (ANTUNES, 1994).

Vargas, na medida em que perdia apoio de setores dominantes, ao mesmo tempo ampliava suas bases junto aos trabalhadores. Neste sentido, decretou a *Lei Antitruste*, que formava uma comissão autorizada a desapropriar empresas estrangeiras lesivas aos interesses nacionais, causando pronta reação do governo norte-americano. Dando continuidade ao seu plano, fechou a organização *Sociedade Amigos da América*, representante

do imperialismo norte-americano e, no campo da política externa, reatou as relações diplomáticas com a União Soviética.

Por último, no mesmo ano em que foi deposto, Vargas acabou com os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais, além de terminar com a exigência de aprovação prévia daquele órgão, para a realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas.

Passada a fase de extrema repressão, o movimento sindical volta se articular e começa um trabalho de substituição das lideranças “*pelegas*” por líderes autênticos e representantes da classe operária. Isso resultou, em 1945, na criação do *Movimento Unificador dos Trabalhadores* (MUT), organismo intersindical de caráter horizontal que rompia com a estrutura vertical e que divulgava, em “*Manifesto, assinado por mais de 300 líderes sindicais representantes de 13 Estados, a luta da classe operária*”, buscando a mais completa liberdade sindical, rompendo, para tanto, com as restrições e interferências na vida das entidades de classe, registra Antunes (1994, p. 51).

Este documento, ainda, determinava a “*extinção dos órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo e comprometedores da segurança interna, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Tribunal de Segurança Nacional*”, complementa Antunes (1994, p. 51-52).

Desta maneira, a luta pelo fortalecimento do Sindicalismo brasileiro avançava. Aconteceram vários congressos sindicais em muitos estados, como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Em setembro de 1946, este processo atingiu o seu auge, quando foi realizado o *Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil*, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, reunindo 2400 delegados. A maior força sindical, neste momento, era constituída pelos comunistas, que conquistaram a sua missão maior para o movimento sindical: a criação da *Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil* (ANTUNES, 1994).

Em contrapartida, a permanência de Vargas no poder ameaçava os setores mais reacionários da Sociedade, bem como o avanço significativo das classes populares, pois esta “*parceria*” possibilitaria, ainda mais, o estabelecimento de uma proposta de governo que não lhes interessavam. Por exemplo, o Golpe, de 29 de outubro de 1945, sob a aparência de uma ação democrática, foi reacionário e antipopular, uma vez que impediu os avanços das

classes populares. Antunes (1994, p. 52) explica o golpe de 29, nas palavras do deputado do PC, João Amazonas:

Cumpra confessar que, nos últimos meses de 1945, o governo do Sr. Getúlio Vargas cedia em parte, permitindo pouco a pouco que os trabalhadores voltassem aos seus Sindicatos (...). Nosso Partido, que vive ligado às massas, que trabalha junto ao proletariado, que atua em todas as organizações trabalhistas do país, desmascarou o caráter do golpe como antidemocrático e, com muita razão, porque para os trabalhadores o 29 de outubro foi muito pior que aquele breve período que o antecedeu.

Mesmo com o Golpe, nas eleições de dezembro daquele ano o PC, que, em pouco meses de legalidade, transformou-se no maior Partido Comunista da América Latina, com cerca de 200 mil membros, conquistou 20% dos votos do eleitorado, para a presidência da República, elegendo, ainda, 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado da República (ANTUNES, 1994).

Esta conquista, porém, não foi suficiente para mudar a realidade sindical, pois na Constituinte, eleita em 1945, o PC era a quarta agremiação política. Embora contassem com o apoio do PTB, os comunistas estavam em minoria parlamentar frente aos partidos das classes dominantes, o PSD e a UDN, que juntos preenchiam 70% das vagas do Parlamento, tendo, portanto, força o bastante para impedir qualquer possibilidade de mudança na estrutura sindical pelos comunistas.

Em 1946, embora o avanço da organização das massas fosse visível, o governo antidemocrático de Dutra não demorou para editar medidas repressivas – proibiu a existência do MUT e decretou a intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, um ano depois, determinou a ilegalidade do PC, cassando o mandato de seus representantes no Parlamento. Estes encaminhamentos foram um duro golpe no avanço do movimento sindical (ANTUNES, 1994).

O mesmo pesquisador alega que as tentativas de repressão, por parte das classes dominantes aos avanços das classes populares, não foram suficientes para impedir a trajetória dos movimentos sociais, entre eles o sindical. Basta efetuarmos um pequeno resgate desta história, por exemplo, no período de 1940 a 1953, quando o movimento sindical atingiu

grande dimensão, observa Antunes (1994). A classe operária brasileira, apenas para ilustrarmos, conforme o autor, dobrou seu contingente e atingiu cerca de 1,5 milhões de trabalhadores nas indústrias. As greves tornaram-se constantes; em 1951, realizaram-se cerca de 200 paralisações, atingindo quase 400 mil trabalhadores.

Um ano depois, alastraram-se, totalizando quase 300 em todo o território nacional. Em 1953, a luta da classe operária contra a fome, a carestia alcançou, cerca de 800 mil operários. Apenas em São Paulo foram realizadas mais de 800 greves, contemplando todas as categorias profissionais. Neste mesmo ano, 300 mil trabalhadores paulistas fizeram greve, entre eles metalúrgicos e gráficos (ANTUNES, 1994).

Além deste quadro, as várias comissões de fábrica, criadas pelos comunistas, ampliaram, dentro delas, a presença dos Sindicatos, proporcionando uma configuração horizontal; o que demarcou, de fato, o avanço de organização da classe operária. Não foram poucas, também, as manifestações por liberdades sindicais, questionando a presença das forças imperialistas, em defesa das riquezas nacionais – aqui, temos os exemplos da campanha pela criação da Petrobrás e a luta contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA.

Ainda foi criado o *Pacto de Unidade Intersindical*, mais tarde transformado no PUA (*Pacto de Unidade e Ação*), que tentou romper com a estrutura vertical e reuniu mais de 100 organizações sindicais. Temos, também, os *Pactos Intersindicais* (PIS) que penetraram em várias regiões, sendo o ABC o mais combativo.

1.3.4 As conquistas das lutas sociais no governo Goulart

No início dos anos 60, o avanço das lutas operárias alcançou o seu apogeu quando, após grandes manifestações grevistas, foi realizado o *III Congresso Sindical Nacional*, momento em que os trabalhadores brasileiros reuniram suas forças sob uma única organização nacional de coordenação da luta sindical: nasce o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Este Comando combatia ao peleguismo das Confederações Nacionais, em especial a GNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), visando, ainda,

reunir os Sindicatos de Norte e Nordeste que formavam as bases do peleguismo. Neste período, além do CGT, que era de nível nacional, foi intensa a atuação, como já dissemos, do *Pacto de Unidade e Ação* (PUA), intersindical que aglutinava os trabalhadores portuários, marítimos e ferroviários.

Durante o governo de João Goulart, o CGT foi a expressão mais representativa do movimento sindical brasileiro. Seu papel foi decisivo na condução de significativas manifestações operárias, como a *Greve da Paridade*, em 1960, quando, ao buscar a equiparação salarial aos militares, 400 mil trabalhadores civis paralisaram os transportes marítimo, ferroviário e portuário em todo o Brasil. Também desempenhou importante participação política nas greves durante a crise entre a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão do vice João Goulart, momento em que os Sindicatos fizeram greve em apoio a Goulart, afetando, em primeiro lugar, as atividades industriais e de transportes do Rio de Janeiro.

Em 1962, em setembro, ocorreu nova greve geral pelo plebiscito, que derrubou o regime parlamentarista. Ainda nesta greve geral, os trabalhadores reivindicaram a revogação da Lei de Segurança Nacional, o direito de voto a todos os cidadãos, contemplando soldados e analfabetos, aumento salarial de 100%, concessão do direito de greve, reforma agrária, imediato congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aplicação da Lei que controlava a Remessa de Lucros para fora e direito de organização sindical aos camponeses (ANTUNES, 1994).

As greves se sucediam com grande rapidez. Em 1963, a greve dos 700 mil que, entre outras bandeiras, buscava a unificação da data-base dos acordos salariais, para, assim, evitar que os reajustes acontecessem em períodos diversos para as várias categorias. Se esta luta tivesse sido vitoriosa, representaria uma mudança significativa na legislação vigente desde o Estado Novo (ANTUNES, 1994). Aliás, registramos que até os dias de hoje, as principais Centrais Sindicais e as Federações lutam por esta reivindicação, pois reforçaria o movimento dos trabalhadores em épocas de campanhas salariais.

No entanto, a greve dos 700 mil conquistou outras vitórias, como 80% de aumento para todos os trabalhadores, além de obrigar os patrões a negociarem com várias categorias operárias, representadas pelo *Pacto de Ação Conjunta* (PAC), intersindical que comandou a paralisação. Depreendemos, então, que esta greve foi uma das maiores

manifestações grevistas de toda a história do movimento operário nacional (ANTUNES, 1994).

Foi neste período que os metalúrgicos de São Paulo atingiram o seu mais alto grau de mobilização. Não precisavam, por exemplo, fazer piquetes na sua categoria, pois a adesão era unânime, mas conquistar a adesão de outros ramos de produção, como têxteis, químicos, calçados etc. “Com o Golpe de 64, além de toda liderança ter sido esmagada, os 1800 delegados sindicais metalúrgicos de São Paulo foram denunciados à polícia e perderam seus empregos”, registra Antunes (1994, p. 56) .

O avanço das lutas populares também atingiu o campo. Assim, desde 1955, os trabalhadores começaram o processo de mobilização, o que ocasionou o surgimento da primeira *Liga Camponesa*, no Engenho Galiléia. Ainda em 1954, criou-se a *União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (UTAB) e, aos poucos, foram nascendo os Sindicatos rurais. Era, portanto, a entrada do campesinato e dos trabalhadores rurais no cenário político nacional, o que exigiu uma radical transformação da estrutura agrária, via a substituição dos latifúndios pela propriedade camponesa e pela propriedade estatal. Reivindicavam o acesso à terra para aqueles que desejavam nela trabalhar, além da ampliação da legislação trabalhista para o campo, buscando garantir alguns direitos aos trabalhadores rurais.

No início da década de 60, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e os Sindicatos Rurais, dirigidos pelo Partido Comunista, intensificaram a mobilização rural, cuja bandeira principal era a reforma agrária. Em 1963, elas fundaram a *Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas* (CONTAG), momento que criaram o Estatuto do Trabalhador Rural, que manifestava algumas reivindicações dos trabalhadores do campo. Uniam, portanto, suas lutas às dos trabalhadores urbanos.

Em contrapartida, a mobilização popular aumentava o temor nos setores conservadores da sociedade brasileira; as reformas de base do governo Goulart, ao enfatizar a reforma agrária contavam com o apoio das classes subalternas. O CGT, com a reversão da estrutura sindical, criada nos anos 30, agora fazia dela um instrumento de pressão junto ao aparelho do Estado, pretendendo a consolidação de um governo democrático e popular.

1.3.5 O Golpe de 64 se aproxima: uma outra história começa a ser contada

Em 13 de março de 1964, mais de 200 mil trabalhadores, mobilizados por Sindicatos e organizações operárias, foram ao Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, pretendendo implantar as reformas de base, a formação da Frente Popular e Democrática. No entanto, os setores reacionários buscaram, de todas as maneiras, inibir os avanços populares. Em São Paulo, para ilustrar, contra essas reformas, as camadas médias tradicionais também se organizaram, por meio das *Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade* (ANTUNES, 1994).

O enfrentamento estava dado. Em 31 de março, o golpe militar depôs João Goulart. O CGT e as demais organizações populares foram impedidas de agir, tendo, de imediato, suas lideranças presas. Antunes (1994, p. 58) elucidou:

Se de um lado essa liderança sindical tinha laços efetivos com os interesses populares, ela não soube preparar as bases para uma resistência mais efetiva. Uma vez contida a liderança, as bases ficaram aturdidas. Rude foi o golpe sofrido pelas classes populares. Iniciou-se uma longa noite em sua história (...).

Devemos, no entanto, enfatizar: foi durante o período 1945-64 que o movimento operário alcançou a sua fase de maior amplitude. Embora a legislação sindical permanecesse intocável, preservando as suas características de tendência corporativista, na prática os trabalhadores organizados faziam vistas grossas a essa legislação, avançando, portanto, na tentativa de romper com a estrutura sindical. Com o progresso do movimento, aconteceu o golpe militar, cuja principal meta foi impedir os avanços, até então conquistados pela classe operária, começando um período bastante difícil e delicado.

1.3.5.1 As ofensivas do sistema para barrar a luta operária

O temor da implantação da “*República Sindicalista*” durante o governo João Goulart desencadeou uma série de ações repressivas; além da prisão dos líderes operários, extinguiu as organizações sindicais, reforçaram o cumprimento da legislação

sindical defensora da paz social e da negação da luta de classes. Da mesma forma, deram mais ênfase, mediante novos instrumentos legais, ao papel do Sindicato, como órgão assistencialista e de agente mediador entre o Estado e a classe trabalhadora. Criaram, o Estado e as classes dominantes, as condições indispensáveis para a retomada da expansão do imperialismo do Brasil, que, antes de 1964, encontraram inúmeros impedimentos, dada a abrangência cada vez maior do movimento operário.

A nova política econômica, criadora do arrocho salarial, foi pautada em alguns itens, entre eles a proibição do direito de greve e a fixação dos índices de aumentos salariais, que, a partir deste momento, deixam de ser resultados da negociação entre operários e patrões, como antes de 64, e passam a ser prerrogativa única do Estado. Mas, para que o arrocho pudesse ser implantado foi preciso terminar com outra vitória do movimento operário anterior do golpe militar: o regime de estabilidade no emprego.

Em 1966, surge o *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* (FGTS), meio necessário, para as empresas de maior porte despedirem, na hora em que lhes dessem vontade, grandes contingentes de mão-de-obra, em períodos anteriores ao dissídio coletivo, para, tempos depois, recontratar em faixas salariais abaixo das determinadas pelos índices de aumento, que já eram insignificantes. Logo, a partir deste instrumental, além de a rotatividade ser implantada, por meio do regime de dispensa, sem o pagamento de indenização pelo tempo de trabalho, a superexploração da força de trabalho também se dava. Por último, a Lei de *Remessa de Lucros* voltou, permitindo ao capital externo inúmeros benefícios, para que os lucros, aqui, produzidos pelas multinacionais, fossem levados para fora.

A partir deste quadro, em 1968, iniciou o “*milagre brasileiro*”, que, para as classes dominantes representou, mais do que nunca, a sua supremacia; já para os operários, este novo contexto significou a “*linha dura*” e a miséria para a maioria do povo brasileiro.

1.3.5.2 A retomada que durou pouco

Após o rompimento, causado pelo Golpe de 64, a passos lentos o movimento operário reiniciou a sua luta, pontuado pelas danosas conseqüências, promovidas pelo arrocho salarial. No final de 1967, os dirigentes sindicais, mesmo aqueles que não ultrapassaram o Sindicalismo pelego, criaram o *Movimento Intersindical Antiarrocho* (MIA),

cuja meta era pressionar o governo, buscando o fim do arrocho salarial. Os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco, entre outros, foram os principais agentes desta mobilização.

No entanto, estes dirigentes, exceto os do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, se posicionavam de forma favorável a um movimento contra o arrocho salarial, desde que este continuasse dentro dos limites permitidos pelo Ministério do Trabalho. Para as lideranças de Osasco, que transcendiam as propostas do MIA, era ainda necessária a criação das comissões de fábricas, de uma Central Sindical e ter, na greve, um dos únicos instrumentos capaz de romper com a política salarial do governo.

Mais uma vez, as posições foram radicalizadas. A ditadura militar vivia um momento de crise; e os grupos de esquerda, balizados pelo radicalismo pequeno-burguês, acreditavam que a única alternativa, para o fim do regime, era o levante armado, isolado e sem o apoio das massas. Nesta mesma época, o movimento estudantil passava por um período de extrema agitação e pretendia penetrar no seio do movimento operário.

As greves surgiram, comandadas pelos metalúrgicos, mas não foram vitoriosas. As forças militares atuaram, de forma ativa e intensa. A repressão da ditadura derrotou o movimento grevista. Depois de mais uma tentativa, em outubro de 1968, agora do Sindicato de Osasco, que também lutava contra o arrocho salarial, a repressão foi, de novo, violenta sobre os trabalhadores mobilizados, e, além do Sindicato sofrer intervenção, esta derrota para o movimento operário significou dez anos de recuperação.

1.3.6 1978: os trabalhadores voltam a ser sujeitos de sua história. A democracia nasce

O relato de um operário da *Scania*, primeira fábrica a entrar em greve, em maio de 1978, sintetiza o momento em que os trabalhadores retomam a cena política, após a vitória do Golpe 68:

Eram sete horas da manhã (...), uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. Das sete até às 8 horas, nós ficamos de braços cruzados, ao lado das máquinas sem

fazer nada. Às 8 horas, chegou o gerente geral. (...), ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa! (...) (ANTUNES, 1994, p. 63).

A atuação limitada e isolada do movimento operário, até então, se restringia a lutas dispersas dentro das fábricas, a exemplo das “operações tartarugas”¹¹. A “operação tartaruga” foi uma prática bastante usada durante o período do arrocho salarial, parecendo ser o único instrumento possível para enfrentar a exploração sem limites dos patrões, que, aliás, era garantida pela ditadura instalada e que reprimia quaisquer ações coletivas de luta operária, durante os primeiros anos da década de 70.

Mas, no final de 1977, esta realidade começa a ser alterada em favor dos trabalhadores. A crise, provocada pelo arrocho salarial, somada à denúncia do Banco Mundial, que deixou claro que o governo havia se apossado e manipulado, através de fórmulas matemáticas, de parcela significativa do salário real dos trabalhadores “principalmente em 1973, quando se diminuiu 34,1% o índice de aumento real”, destaca Antunes (1994, p. 64), criaram condições para uma nova retomada do movimento sindical brasileiro.

A partir deste fato, os trabalhadores começaram um processo de mobilização pela reposição salarial. Esta, por sua vez, no início de 1978, encaminhou o movimento com toda a sua força e permitiu, por fim, as paralisações de maio, que abrangeram centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos no ABC e, mais tarde, no restante do Estado de São Paulo.

O ano de 1978 consagrou o movimento sindical e trouxe uma série de vitórias para a classe trabalhadora, porque: tal ação pegou de surpresa os patrões que, de uma hora para outra, viram suas fábricas paralisadas; começou uma luta significativa contra o arrocho salarial, sustentação da ditadura pós-64; enfrentou a legislação sindical repressiva, rompendo, na prática, com a *Lei Antigreve* e retomou uma postura que, de fato, buscava acabar com a estrutura sindical, ligada ao Estado; como classe fundamental, novamente se

¹¹ Estas operações diminuam o ritmo de trabalho, fazendo cair de forma significativa a produção, forçando, portanto, o patronato a dialogar e a conceder os aumentos salariais.

colocou na luta pela democratização da sociedade brasileira; preparou as condições para outras participações políticas, dando novo significado ao amplo movimento de massas, que começou a brotar, incluindo outras categorias, como médicos, bancários, professores, servidores públicos, entre outros – *“segmentos médios da sociedade, que passaram, com o fim do ‘milagre’, a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente”*, como denuncia Antunes (1994, p. 65).

Dentro deste quadro, em 1978, várias greves despontaram. Os metalúrgicos foram os que mais marcaram este período, principalmente os de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Em março de 1979, elas voltam em cima de vários eixos de reivindicações – de econômicas a sociais e políticas. Mas encontram, em contrapartida, um patronato melhor preparado para contê-las, caso elas ocorressem dentro das fábricas. A intransigência patronal marcou as rodadas de negociações com os trabalhadores. Cansados, os metalúrgicos do ABC deflagraram uma greve geral, cuja adesão foi maciça. Só que agora não ficaram parados dentro das fábricas, mas faziam grandes piquetes em suas portas. Mais uma vez surpreenderam os patrões e retomaram, desta forma, o rumo das Negociações.

Quando esta greve já ultrapassava seu décimo dia, o governo, cedendo aos interesses dos monopólios nacionais e internacionais, decretou a intervenção nos três Sindicatos Metalúrgicos do ABC, apostando que esta ação assustaria os trabalhadores e esvaziaria o movimento grevista. *“O tiro saiu pela culatra”*. O movimento grevista ficou ainda mais fortificado, ao contar com o apoio de todos os setores democráticos da sociedade, o que lhes deu fôlego e legitimidade, para exigir a volta das diretorias cassadas pelo governo. Estes diretores cassados se consagraram como os verdadeiros líderes da mobilização grevista de massas.

A partir daí, aconteceram dezenas de assembléias maciças, algo inédito na história das lutas operárias no Brasil. Para termos uma idéia, o campo de futebol da Vila Euclides, por exemplo, teve sua capacidade suplantada em mais de dez vezes, tal era o volume de trabalhadores e trabalhadoras que lá se reuniram (ANTUNES, 1994).

Neste momento, Luís Inácio Lula da Silva consolidava sua liderança, e já contava com o apoio dos Sindicatos de todo o país, que repudiavam a intervenção. Dada a força do movimento, os patrões e o governo não viram outra saída, senão negociar com os trabalhadores. A volta das lideranças sindicais já era um fato. A classe trabalhadora, por

intermédio de suas organizações sindicais, saiu fortalecida deste enfrentamento, conquistando uma participação mais efetiva nos rumos do país em nível econômico, social e político.

1.3.7 A década de 80 traz a mudança do Sindicalismo brasileiro: Nasce a CUT e a CGT

Neste período, após o ressurgimento da ação sindical e grevista, no final da década de 70, o movimento operário retomou uma antiga bandeira: a criação de uma *Central Única dos Trabalhadores* – forte, coesa e de massas; um instrumento a mais na luta dos assalariados, para enfrentar o capital.

A década de 80, porém, iniciou com um ano difícil: depois das greves vitoriosas do ABC paulista em 78 e 79 e inúmeras outras que explodiram nestes mesmos anos, que contemplaram um significativo conjunto de assalariados urbanos e rurais; a longa *greve dos 41 dias*, encabeçada pelos metalúrgicos do ABC, acabou sem o mesmo saldo positivo para os trabalhadores, quando comparada a outros embates anteriores. Este quadro, somado à política de recessão e às constantes mudanças da política salarial, feita pela ditadura, entre outras questões, levaram a uma retração da mobilização grevista. Antunes (1994, p. 68) pontua:

Se em 1978, pôde-se falar, segundo o DIEESE, em meio milhão de trabalhadores em greve e, em 1979, este contingente chegou a quase três milhões e meio, em 1980, houve uma queda significativa para cerca de 800 mil grevistas. O capital tentava recuperar-se, após os avanços expressivos, obtidos pelos trabalhadores nos anos anteriores.

Devemos ainda registrar outros pontos que caracterizaram os anos 80, como a expansão considerável das lutas dos assalariados médios e a formação de várias associações sindicais e profissionais; vivenciamos, neste período, inúmeras greves de professores, funcionários públicos, médicos, bancários, trabalhadores em serviços, entre outros, que, também, fortaleceram a luta e ação sindical. No campo, o avanço igualmente foi expressivo, ampliando a organização e resistência dos trabalhadores rurais, onde surgiram greves

inesquecíveis dos trabalhadores agrícolas, conhecidos por “*bóias frias*”, em muitas regiões do território brasileiro.

Foi neste contexto que ocorreu, em 1981, a *Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora*, após muitos anos de resistência dos trabalhadores à ditadura militar, e que reuniu mais de cinco mil delegados sindicais e de base, representantes dos assalariados urbanos e rurais, operários e assalariados médios, funcionários públicos e sem-terra (ANTUNES, 1994). Este foi um dos mais relevantes eventos da trajetória sindical e do trabalho em nosso país; significativo pela representatividade e por sua importância política, já que foi o primeiro encontro nacional desde o Golpe de 64 e o maior de toda a história dos trabalhadores até então.

Este encontro acabou demarcando um passo fundamental para a criação da *Central Única dos Trabalhadores*. No entanto, embora representasse um avanço organizativo, ele declinou as diferenças no próprio mundo sindical: de um lado estavam as tendências sindicais que defendiam o *Novo Sindicalismo*, que reuniam os setores mais importantes do Sindicalismo mais combativo e, de outro, a denominada *Unidade Sindical*, cujos participantes eram identificados com a esquerda tradicional, aliada a setores do *peleguismo*.

A partir desta divisão é que nasceram as duas principais centrais sindicais, hoje existentes: a CUT – *Central Única dos Trabalhadores*, nascida no Congresso de São Bernardo e a CONCLAT – *Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora*, criada no Congresso da Praia Grande, e que, mais tarde, passou a ser chamada de CGT – *Confederação Geral dos Trabalhadores* (sua denominação, no final da década de 80, oscilava entre “*Confederação*” e “*Central*”, em função dos grupos que a dominavam).

1.3.7.1 O perfil da CUT e da CGT: As diferenças das centrais

A CGT nasceu com o intenso apoio da esquerda tradicional, representada pelos PCs; uma Central, tomada pela burocracia sindical que buscou a modernização a partir de sua associação ao denominado *Sindicalismo de Resultados*, defendendo, por consequência, o capitalismo e o projeto neoliberal. Ela é uma corrente sindical, sem bases expressivas (com

raríssimas exceções) e que conta, para sua sobrevivência, com o apoio de diversos Sindicatos de “*carimbo*”¹², ainda, existentes no Brasil.

Sua postura é dada pela ordem, abertura e docilidade com o capital nacional e estrangeiro, recusando confrontos mais amplos, e sua liderança, por sua vez, não esconde a Ideologia burguesa junto ao movimento operário, via vertente neoliberal ou, ainda, através daqueles herdeiros do antigo *peleguismo* que hoje se pretende moderno.

Quando, porém, deixou de contar com o apoio da esquerda tradicional, que se aproximou da CUT, a CGT buscou sua consolidação pelo caminho do “*Sindicalismo de Resultados*”, negando, portanto, que o capitalismo brasileiro é baseado na superexploração do trabalho. Parece até que ela sonha com uma Suécia num país de imensos níveis de miserabilidade (ANTUNES, 1994). Mas, apesar desta postura, a CGT conta com a total sustentação da Mídia, sedenta por dar voz às lideranças sindicais, as quais defendem o capitalismo e reforçam a lógica do sistema.

A CUT nasceu pontuada pelo *Novo Sindicalismo*, do *Sindicalismo mais Combativo* que se formou a partir da metade dos anos 70, reunindo sindicalistas independentes, setores da esquerda católica, tendências socialistas e comunistas, desvinculadas dos partidos da esquerda tradicional, entre outros grupos. Sua ação foi demarcada pelo apoio à luta econômica dos trabalhadores frente ao arrocho salarial e a superexploração do trabalho. Caracterizou-se, ainda, por sua luta a favor da total independência dos Sindicatos em relação ao Estado e, desde o seu *III Congresso Nacional*, realizado no Rio de Janeiro, em 1986, bancou, em seu programa, um compromisso de combate ao capitalismo e de luta pela construção da sociedade socialista. No seu seio, encontramos várias tendências, entre elas a Articulação e a CUT pela Base (ANTUNES, 1994).

Nos encontros que realiza, a CUT se mostra como uma Central com forte sustentação dos setores mais organizados da classe trabalhadora. Em seus quadros, localizamos um número expressivo de Sindicatos urbanos e rurais, aglutinando as entidades mais significativas, mais organizadas, com maior tradição de lutas.

¹² Esta designação é utilizada para aquelas entidades que só existem no papel e para o serviço apenas burocrático. A práxis da luta sindical não está no seu foco.

Já a CGT, como registramos, é sustentada por grande segmento da burocracia sindical antiga e condescendente, herança do Sindicalismo atrelado ao Estado getulista e daqueles que se criaram durante a ditadura militar. E, ainda, daqueles que, por convicção ideológica, optaram pela defesa do capital, como fazem os membros do “*Sindicalismo de Resultados*”.

Por isso, ao final dos anos 80 e início de 90, o quadro sindical é bem distinto daquele existente dez anos antes: aqueles que, de alguma maneira, estão posicionados em defesa dos interesses dos trabalhadores, se localizavam no seio da CUT, e os que queriam integrar e conciliar a luta entre capital e trabalho, encontravam sua referência tanto na moderna burocracia sindical, quanto na tendência conhecida por *Sindicalismo de Resultados*. Desta maneira, o Sindicalismo deste período, além da luta de resistência que vem enfrentando desde o nascimento do *Sindicalismo Combativo*, terá cada vez mais claro o quadro político-ideológico, entre os que defendem a ordem do capital e aqueles que colocam sua luta no campo anticapitalista.

Em síntese, também podemos afirmar que os anos 80 contemplaram um aumento considerável dos índices de sindicalização, pelo aumento do número de trabalhadores urbanos e rurais, que se associaram aos seus respectivos Sindicatos. Realidade oposta ao que ocorreu em muitos países da Europa e nos Estados Unidos, conforme nos relata Antunes (1994, p. 72):

Enquanto em vários países europeus e nos Estados Unidos, têm havido um decréscimo das taxas de sindicalização, em nosso país deu-se o inverso. Em 1977, o índice (...) dos assalariados urbanos era de 17% nos Sindicatos oficiais e, na zona rural, esse índice chegou a 35%.

A conversão de diversas associações de classe em Sindicatos, ocorrida a partir da Constituição de 88, ajudou, de maneira expressiva, a aumentar o número de trabalhadores sindicalizados, dada, entre outros aspectos, à ampliação do direito de sindicalização para os funcionários públicos e da extensão dos direitos sindicais ao meio rural.

Se, por um lado, a década de 80 representou significativo avanço para a classe trabalhadora, a de 90 foi marcada por inúmeros outros enfrentamentos e transformações, indicando que o caminho para o movimento sindical brasileiro ainda está

repleto de embates e indagações, pois a crise atual, que atinge o mundo do trabalho, é também uma realidade que exige, em contrapartida, uma postura reflexiva sobre esta práxis.

1.3.8 Os desafios dos anos 90

Segundo Pedroso (1998), os anos 90 iniciaram com alguns fatos contraditórios: por um aspecto, terminava, no país, numa perspectiva socioeconômica, a “*década perdida*” dos anos 80. O Brasil se mostrava como campeão em desigualdade social; ao mesmo tempo em que detinha uma das mais altas concentrações de renda e de terra, competia em posição de igualdade com os países mais pobres; também apresentava uma das mais altas inflações de sua história, além de conviver com a recessão econômica e o desemprego. Mas apesar deste quadro, continuava ocupando o nono lugar na economia mundial.

Em compensação, na esfera política, os anos 80 foram evidentes, afinal o regime autoritário findou, começando a redemocratização, quando foi eleito, ainda, de forma indireta, o primeiro governo civil e, em seguida, as eleições diretas foram instituídas em todos os níveis, com ampla organização partidária. O ano de 1989 marcou a volta às eleições diretas para Presidente.

Como registramos, o movimento sindical atingiu, neste período, o seu apogeu, confirmando, entre outras coisas, o seu papel de Sujeito político. De seu meio, inclusive, surgirá um candidato à Presidência da República (Luís Inácio LULA da Silva) que, mesmo não sendo vitorioso, chegou até ao segundo turno, conquistando 31 milhões de votos contra 35 milhões do primeiro colocado. Este mesmo movimento ainda elegeu vereadores, deputados estaduais e federais e até um senador, demonstrando que os trabalhadores buscavam aumentar seus espaços de atuação política na sociedade brasileira (PEDROSO, 1998).

Assim, as expectativas em relação à nova década eram de consolidação do movimento sindical e sua ampliação. Desta forma, por muito tempo, os trabalhadores acreditaram que a própria Constituição de 1988 daria condições para a formação de um Estado de bem-estar social, onde, pela primeira vez, os Sujeitos políticos e econômicos, possuíam de meios não só políticos, mas também legais, para buscarem esta perspectiva.

Nesta década, passaram três Presidentes da República, em quatro mandatos: Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, este último com dois mandatos. Em cada um destes governos, o movimento sindical mereceu tratamento distinto.

No *governo de Collor*, o movimento sindical enfrentou:

- a) O impacto dos planos econômicos sobre os salários (congelamento, perda do poder aquisitivo, obstáculos legais, para recuperação das perdas salariais, etc.);
- b) As conseqüências sociais, políticas e econômicas da estratégia de redução do Estado (início do processo de privatização das estatais e a desmontagem da máquina estatal, com demissão do funcionalismo);
- c) Os resultados da nomeação de um sindicalista para ocupar o cargo no Ministério do Trabalho, Rogério Magri, oriundo de uma das tendências conservadoras do movimento, cujo comportamento provocou inúmeros constrangimentos entre eles, nos meios políticos e sindicais, com clara repercussão negativa sobre os riscos de um líder sindical ocupar um cargo público de alto nível;
- d) As repercussões políticas da Campanha Nacional pelo *Impeachment* do presidente Collor, quando o movimento sindical junto aos diversos outros movimentos sociais e demais setores organizados da Sociedade Civil, além de partidos políticos e representantes na Câmara Federal, fizeram uma eficaz mobilização para afastar legalmente do governo um Presidente da República eleito (PEDROSO, 1998).

Apesar de outras tantas mobilizações via manifestações públicas, como comícios, passeatas, notas à imprensa, no governo Collor, as greves diminuíram. Neste período, surgiu uma nova central sindical: a Força Sindical, liderada por Antônio Medeiros que, ao longo dos anos 90, se apresentou como alternativa a CUT, defendendo, também, o “*Sindicalismo de Resultados*”.

No *governo de Itamar Franco*, num primeiro momento, o presidente buscou sua legitimação junto aos mais diferentes segmentos da Sociedade, procurando, inclusive,

nomeações, respaldadas nos setores atingidos. Exemplo desta busca está na nomeação de Walter Barelli para o Ministério do Trabalho, nome reconhecido por sua atuação nos setores mais progressistas do movimento sindical, como técnico e diretor do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos (SIC), que assessora parte do movimento sindical mais combativo). Devemos, no entanto, registrar que o desemprego continuou crescendo, embora o ministro tivesse sido egresso deste segmento (PEDROSO, 1998).

Porém, em sua curta gestão, Barelli estimulou a discussão do Contrato Coletivo de Trabalho junto ao movimento sindical e os representantes empresariais, além de tentar democratizar as estruturas regionais do Ministério, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), procurando aproximá-las mais das questões que preocupavam o movimento sindical. Então, elas intensificam seu papel fiscalizador do cumprimento das relações trabalhistas, oportunizando o *diálogo* entre os representantes dos empregados e empregadores. Neste período, foram retomadas as comissões tripartites (governo – empresários – trabalhadores) para debater e buscar soluções de alguns problemas do mundo do trabalho.

Em 1993, começaram as discussões sobre a retirada de algumas conquistas sociais dos trabalhadores da Constituição vigente, mas a vigorosa reação, provocada pelo movimento sindical e da ocupação dos espaços de debate político pelo plebiscito, acabou por enfraquecer tal iniciativa.

Este plebiscito contou com a colaboração ativa de diversos líderes sindicais, divididos entre a preservação do sistema de governo presidencialista (aqueles que pensavam na vitória de Lula nas eleições de 94) ou sua substituição pelo sistema parlamentarista. A unanimidade, no entanto, ficou por conta do apoio, dada a forma de governo republicano contra a monárquica. No final deste processo, o presidencialismo saiu vitorioso.

Já no último ano do governo Itamar, em 1994, o movimento sindical foi surpreendido com o lançamento de um novo plano de estabilização econômica – o Plano Real, comandado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recém saído do Ministério das Relações Exteriores. Mais uma vez, os trabalhadores enfrentariam o congelamento dos salários, em níveis diferenciados de deterioração, com os preços pegos lá

em cima. As reações foram diversas entre a classe trabalhadora e, de novo, o número de greves aumentou.

O cenário eleitoral, neste período, levou outra vez o líder metalúrgico, do Partido dos Trabalhadores, Lula, a disputar com o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique, cujo Plano Real garantiu, por quase um ano, os preços inalterados da cesta básica, prometendo ainda acabar com a inflação; razões que asseguraram ao candidato do governo largas fatias do eleitorado.

Neste pleito de 1994, diferente de 1989, as principais lideranças sindicais e empresariais se posicionaram e participaram de forma ativa da campanha presidencial. O movimento sindical continuou intenso, mas, outra vez, testemunhou o seu candidato ficar em segundo lugar nas eleições presidenciais.

Então, no governo *Fernando Henrique*, o movimento sindical se viu atingido por vários meios, entre eles:

- a) O resultado de inúmeros instrumentos governamentais, para manter a estabilidade do Plano Real, a exemplo dos limites às negociações salariais que tentavam reposição de perdas e a pressão ao Judiciário, para não conceder reposições ou reajustes superiores à inflação oficial aos trabalhadores, em especial aos funcionários públicos;
- b) As conseqüências sociais, econômicas e políticas do projeto de privatização (parcial ou integral) das estatais, desencadeando reações em níveis diferentes do movimento sindical e de outros setores, organizados da Sociedade Civil;
- c) O movimento também reagiu às várias iniciativas do governo na tentativa de implantar o Programa de Reforma do Estado, que buscava retirar a estabilidade do funcionalismo público e aumentar o número de demissões (voluntárias ou não), para diminuir o “*Custo Brasil*”. Neste período, muitas greves, manifestações públicas e negociações ocorreram no país;

- d) As questões que trataram das modificações na legislação relativas às aposentadorias abalaram a classe trabalhadora, lançando um novo estilo de governar, pois, conforme a adesão, ou não, o governo federal alternava seus anúncios de mudanças, por meio de desmentidos, provocando no movimento sindical forte mobilização e, nos trabalhadores, insegurança, em especial, junto àqueles que estavam por conquistar tal benefício;
- e) A flexibilização das relações trabalhistas e a revisão do capítulo II da Constituição e da CLT, para fazer frente à expansão do desemprego, à ampliação do mercado informal de trabalho e às cobranças empresariais de instrumentos redutores dos custos de mão-de-obra, para garantir competitividade no mercado globalizado provocaram fortes reações de recusas iniciais do movimento sindical, para depois, permitir inúmeras discussões e propostas de soluções alternativas a estas questões;
- f) A posição do governo em impor pesadas sanções materiais aos Sindicatos que realizavam greves, julgadas ilegais (com significativo impacto sobre suas vidas financeiras e patrimoniais) despertou o repúdio do movimento sindical e a sua posterior desmobilização;
- g) O funcionalismo público federal, organizado de forma igual, sofreu pressão do governo FHC, ao lançar três estratégias sucessivas: 1 - negação de conceder o reajuste salarial anual à categoria (tática utilizada, inclusive, durante o regime ditatorial); 2 - redução significativa do quadro e ameaça de manutenção desta linha de atuação; 3 - ações no sentido de retirar a estabilidade destes trabalhadores;
- h) Neste período, o movimento sindical também ficou fragilizado em função da constante crítica do governo federal e de alguns representantes do empresariado, veiculada com bastante espaço nos Meios de Comunicação Massivos, de que os trabalhadores sindicalistas eram “*burocráticos*”, “*neocorporativistas*”, “*passadistas*”, verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento e à modernidade. Eles foram acusados de se preocuparem apenas com os interesses pessoais

ou de um pequeno grupo de privilegiados, abandonado à sorte a maioria de seus representados (PEDROSO, 1998).

Estas ações, somadas à intensificação da insegurança dos trabalhadores frente à tendência de manutenção e até aumento das taxas de desemprego nacional e global, além da adoção de novas tecnologias e programas de reciclagem dos recursos humanos, passaram a desencadear, na segunda metade desta década, o começo de um processo de desmobilização da classe trabalhadora, com repercussões no movimento sindical.

Pedroso (1998) sintetiza esta realidade: gradual redução do quadro de filiados e da participação dos trabalhadores nas suas entidades de classe; o comportamento individualista é privilegiado e reações doentias voltam aparecer, entre elas: elevação dos índices de alcoolismo, drogatização, neuroses e doenças mentais, isto é, agressividade, voltada contra o próprio trabalhador. E, ainda, a agressividade contra outras pessoas se revela, ora dirigida aos colegas, ora a familiares, rivais político-sindicais e outros.

As bandeiras de luta do movimento sindical dos anos 90 permaneciam, reivindicando alguns dos seus direitos mais comuns, entre eles pagamento de salários atrasados, regularização nas contratações dos trabalhadores, de acordo com a CLT, depósito do FGTS pela empresa, isonomia salarial, pagamento de horas-extras e adicional de insalubridade e o cumprimento de outros acordos formais. Ainda continuavam a reivindicar reajuste salarial, pisos salariais, reposição de perdas, acumuladas pelos planos econômicos e ganhos salariais reais.

Na continuidade da luta por melhores condições de vida, outros pedidos apareciam com frequência, nas pautas de reivindicações das categorias. Destacam-se, entre outras:

- a) Participação nos lucros e nos resultados das empresas;
- b) Pagamento de convênios médicos privados para os trabalhadores;
- c) Pagamento de cesta básica;
- d) Garantias de preservação e ampliação do emprego (reintegração dos demitidos, reversão de demissões, redução de carga horária para 40

horas e até 30 horas semanais, para viabilizar novas contratações – com ou sem redução salarial);

- e) Reversão de políticas de terceirização de algumas atividades;
- f) Sustação de flexibilização da jornada de trabalho;
- g) Estabilidade no trabalho por determinado período (seis a 12 meses); e
- h) Melhorias nas condições de segurança no trabalho (contra acidentes, assaltos e mortes no exercício profissional) (PEDROSO, 1998).

Além destas reivindicações, várias categorias lutaram por liberdade de organização sindical (direito de criar comissões de fábrica) e de ação sindical (não punição aos grevistas).

Em contrapartida, o empresariado tomou algumas posições. Vejamos então:

- a) Ampliou a adoção de tecnologia, que reduzia a mão-de-obra;
- b) Implantou políticas de gerenciamento dos recursos humanos, diminuindo tanto os níveis hierárquicos intermediários quanto o número de gerências, modificando o perfil profissional dos trabalhadores, misturando formas tradicionais de contratação com o trabalho precário (subcontratação, emprego temporário, emprego domiciliar e outros com reflexos diretos sobre o desemprego e a precariedade do trabalho junto a profissionais dos mais diversos níveis de qualificação);
- c) Alternou concessões de reajustes acima da inflação oficial, com reajustes equivalentes e inferiores à inflação e reduziu alguns benefícios já concedidos aos trabalhadores, em troca da preservação do emprego;
- d) Aumentou o uso de instrumentos de pressão sobre o governo, o Legislativo Federal e entidades sindicais, pretendendo desregulamentar as relações trabalhistas (contratuais e salariais), retrocedendo da política de contrato coletivo de trabalho para a proposta de contrato individual;

- e) Intensificou programas de participação interna e de qualidade total, com reflexos diretos e indiretos sobre:
- 1) A melhoria da qualidade e produtividade do trabalho e, por consequência, da competitividade e lucratividade da empresa;
 - 2) O estímulo a comportamentos colaborativos em detrimento dos reivindicatórios, distanciando os trabalhadores dos meios de influência sindical;
 - 3) O aumento da satisfação dos empregados no ambiente de trabalho em função do comprometimento, participação nos lucros e nas sugestões de encaminhamentos futuros da organização;
 - 4) O aumento do estresse profissional, consequência da acentuação dos instrumentos de controles externos e autocontroles, para atender aos padrões de qualidade exigidos, do desgaste resultante da polivalência e do temor da desatualização tecnológica e do desemprego (PEDROSO, 1998).

Ao analisarmos os governos de Collor, Itamar Franco e de FHC, percebemos que os Intelectuais Orgânicos, tanto da Hegemonia, como da Contra-hegemonia, mantiveram as suas posições de enfrentamento, embora possamos detectar um estreitamento das conquistas da classe trabalhadora.

1.3.8.1 O contexto estabelecido dos anos 90

Para estabelecermos, então, uma síntese do movimento sindical brasileiro nesta última década, vamos nos apoiar em Pedrosa (1998), para compreendermos as suas principais características:

1.3.8.1.1 - Organização sindical:

- a) O movimento sindical preservou a organização da estrutura sindical, aumentando o número de Sindicatos e o número das Centrais Sindicais (três novas centrais surgiram: a Força Sindical (1991), a Central Autônoma dos Trabalhadores (1996) e a Social Democracia Sindical (1997));
- b) Começou a discussão sobre a alteração desta estratégia de pulverização sindical por uma forma de fortalecimento dos Sindicatos, através das fusões sindicais;
- c) Resgatou, de maneira desordenada, o debate da mudança da estrutura sindical brasileira.

1.3.8.1.2 - Ação Sindical:

Manteve as formas tradicionais de negociação, com ou sem manifestações públicas e greves, e introduziu novidades como, por exemplo:

- a) Negociar diretamente com a matriz de multinacionais, instaladas no Brasil;
- b) Administrar a empresa, enquanto o proprietário não pagasse os salários atrasados, devidos aos trabalhadores.

Preservou as greves tradicionais e adotou inovações como:

- a) A *greve estratégica*, ação que paralisava um setor vital, que envolvia poucas pessoas e, com isso, forçava a paralisação geral da empresa;
- b) A *greve pipoca*, quando empresas diferentes de um Sindicato começam greves em períodos próximos, mas distintos, refletindo nas negociações;

c) A greve de *efeito dominó*, onde uma ou duas empresas grandes do setor tradicionais paravam, provocando as menores a segui-las. Preservou as formas de gestão sindical e adotou outras maneiras, como:

1 - Eleição de diretorias colegiadas, formadas antes ou compostas após as eleições, considerando o critério da proporcionalidade na distribuição de cargos, em conformidade com o peso eleitoral de cada chapa concorrente;

2 - Profissionalização dos dirigentes sindicais, por meio de cursos regulares de formação sindical, executados por profissionais liberais locais, regionais e nacionais, por universidades ou organizações, voltadas para este público, estas até internacionais;

3 - Ampliação da utilização de serviços especializados contratados (advogados, médicos, jornalistas, sociólogos, administradores, entre outros) ou de organismos vinculados ao movimento sindical como o DIEESE – *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos* (SIC) e o DIAP – *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, que atua como relações públicas junto às instituições políticas (Legislativo e o Governo Federal);

4 - Diminuição, em alguns casos, do quadro funcional fixo, usando a via da terceirização ou fechando contratos temporários, com parte dos serviços especializados e não-especializados, provocando polêmica no meio sindical e reação dos Sindicatos dos funcionários de Sindicatos;

5 - Uso, por parte dos grandes Sindicatos, de maneiras variadas de Comunicação Sindical, sem abandonar as tradicionais (boletins, jornais, folhetos, panfletos, cartas abertas, etc.), além de vídeos, adesivos, *bottons*, camisetas, etc., e utilização de outras novas formas, como: Meios de Comunicação Massivos – Rádio (mensagens ou programas próprios); TV (mensagens, convocações,

esclarecimentos, etc.) e os jornais (encartes, a pedido, etc.); *outdoors*, página na *Internet*, mala-direta, substituição de textos recheados de “*palavras de ordem*” por matérias científicas de interesse da categoria, artigos de intelectuais, curiosidades, entre outros;

6 - Extensão da abrangência dos serviços de saúde de muitas entidades, que não faziam apenas o trabalho assistencial, com cuidados apenas curativos, mas, o preventivo e politizador, voltado a estudar os fatores do trabalho provocadores de moléstias físicas e psicológicas. Esta nova postura, afora esclarecer a categoria, auxiliou na melhoria das reivindicações do setor, provocando um novo olhar no comportamento dos profissionais de saúde que acabaram por se sensibilizar sobre o tema;

7 - Alguns Sindicatos optaram por criar cooperativas habitacionais, para diminuir o problema de moradia dos associados;

- d) Criação de fontes alternativas de base financeira, como prestação de serviços ou busca de subsídios internacionais. Podemos exemplificar este item, com a Escola Sul da CUT, localizada no litoral de Santa Catarina, onde foi construído um hotel, para reduzir custos de hospedagem com os quadros sindicais em tempos de realização de cursos, encontros, seminários, etc., ofertando, em paralelo, empregos e vagas (unidades/quartos) aos usuários da rede hoteleira tradicional em época de alta temporada. As ONG's ou organizações sindicais mundiais, a partir de projetos encaminhados e aprovados por suas direções, também, dão subsídios a ações articuladas de entidades sindicais nacionais;
- e) Viabilização de fóruns internos ou de lideranças de diversas entidades, para avaliar sua atuação e a atribuição do Sindicato, considerando-se as alterações estruturais, privilegiando a construção da cidadania, como um dos seus papéis principais (PEDROSO, 1998).

Ampliou os campos de negociação e de articulação:

- a) Participando de fóruns tripartites, como as câmaras setoriais, com intensidades diferentes, dependendo do governo da época;
- b) Usando as brechas dos programas empresariais de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
- c) Participando de fóruns, criados pelas DRTs, governos municipais e legislativos, para ampliar a fiscalização contratual e das condições de trabalho, almejando a melhoria de vida da categoria;
- d) Reunindo as centrais sindicais em campanhas, em temas e lutas de consenso;
- e) Além de articular as várias entidades sindicais representativas dos países do Mercosul, para debater e encaminhar planos de ação, que contemplassem questões sobre o desemprego, legislação social comum e unificação do salário mínimo (PEDROSO, 1998).

Findada a década, constatamos que o movimento sindical atingiu um grau de maturidade e saiu de seus enfrentamentos de forma fortalecida. No entanto, no seu interior ou nas relações que têm diante de si, dentro de um cenário bastante *complexo*, que acaba por expor também suas fragilidades, em não conseguir vencer algumas barreiras, colocadas pelo *projeto neoliberal* e pelas novas questões, dispostas pelo *mundo globalizado*¹³, ele ainda

¹³ *Globalização, complexidade e pós-modernidade* são categorias *não a priori* deste estudo, mas que se revelam no cenário histórico e político analisado, onde encontramos em MORIN (2001) e MAFFESOLI (1996) suporte para suas releituras e interpretações, até porque estas categorias são ambíguas, pela multiplicidade de leituras que possibilitam. O pensamento complexo, para Morin, num primeiro olhar é um tecido (*complexus*: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos associados – isto é, evidencia o paradoxo do uno e do múltiplo. Num outro olhar, a complexidade é o tecido de ações, fatos, interações, determinações, acasos, que formam o mundo fenomenal. Por isso, a complexidade reúne traços inquietantes da confusão (...), de desordem, de ambigüidade, de incerteza (...) (MORIN, 2001, p. 20). Ainda para o mesmo autor, a globalização é uma planetarização tecnoc-econômica. A economia é mundial, mas com ausência de restrições de uma sociedade organizada (leis, direitos e controles). As instituições mundiais atuais, entre elas o FMI, são incapazes de estabelecer as regulamentações necessárias. Esta sociedade articula um jogo interativo da ciência, da técnica, da indústria e do capitalismo, reunindo diversas culturas – o que produz uma cultura planetária. Logo, se o planeta forma um território que conta com um sistema de comunicação, de uma economia, uma civilização e uma cultura, também lhe falta um número de regulamentos essenciais, a saber: a governança, a cidadania, o controle dos poderes e a ausência de consciência comum de fazer parte da terra-pátria. Em outras palavras, Morin diz que “o desenvolvimento deste sistema ignora que o crescimento tecnoc-econômico produz subdesenvolvimento moral e psíquico: a hiperespecialização generalizada, a compartimentalização em todas as áreas, o hiperindividualismo e o espírito

carrega uma série de desafios que deverá enfrentar. Vejamos, então, os principais deles, apoiados nas reflexões de Pedroso (1998).

1.3.8.2 Muito além dos limites dos Sindicatos – os desafios colocados fora do movimento:

- a) Demonstrar competência para enfrentar as conseqüências das mudanças estruturais nacionais e mundiais, ocasionadas pela globalização da economia, com agilidade e forças necessárias para, no mínimo, intervir na direção que o processo vem tomando no Brasil;
- b) Ter clareza, para detectar quando mudar ou escolher entre negociação, denúncia (de ordem arbitrárias ou manipuladoras), pressão e entendimentos com os empresários e os representantes dos poderes (Executivo e Legislativo), para garantir melhorias à classe trabalhadora;
- c) Reunir condições, para avaliar de forma crítica, considerando a sua trajetória histórica de avanços e recuos, se todas as conquistas (sejam elas sociais, políticas, econômicas, sindicais) são intocáveis, ou se podem eleger algumas que sejam recuperadas em conjunturas mais favoráveis e, portanto, passíveis de negociações (PEDROSO, 1998).

1.3.8.3 Nos limites dos Sindicatos: os desafios colocados no seio do próprio movimento sindical

- a) Competência para manter e ampliar a sua legitimidade junto à categoria ou aos Sindicatos que o movimento sindical representa, preservando-os

do lucro geral a perda da solidariedade". Estas e outras questões, hoje, impedem a concepção da sociedade-mundo (GLOBALIZAÇÃO – www.globalizacion.org/biblioteca/MorinGPLural.ttn). Por uma globalização plural. Edgar Morin, acesso em 02/04/2005). Maffesoli (1996), acredita que a pós-modernidade é uma mistura orgânica de elementos arcaicos e de outros mais contemporâneos, como o desenvolvimento tecnológico, conseqüência do avanço da informática e da grande "via" – rede de informação (Internet). A organicidade, para ele, mantém juntos elementos contrários, até opostos. Por isso, Maffesoli diz que a pós-modernidade, esta colcha de retalhos é feita de um conjunto de elementos diversos que estabelecem relações contraditórias (MAFFESOLI, 1996, p. 14–16).

filiados à entidade, unidos e participantes nas suas ações coletivas, demonstrando pressão, junto ao patronato e aos governantes de suas reivindicações, considerando uma conjuntura nada favorável, onde individualismo, descrença, desmobilização e medo se fazem presentes e, por conseqüência, também os riscos de participação;

- b) Habilidade e clareza para não permitir que as divergências políticas internas das tendências existentes na entidade, manifestas em especial nas eleições sindicais, provoquem enfrentamentos agressivos, que, além de fragilizar as relações entre os líderes sindicais acabam por desestimular e desacreditar a categoria, numa época em que ela é fundamental para manter as conquistas e a legitimidade da instituição;
- c) Equilíbrio para evitar que o perfil autoritário, seja em que nível for, se estabeleça nos Sindicatos, barrando, portanto, a participação sindical da massa nos fóruns de decisão. Esta clareza não manifestaria, inclusive, a contradição de lutar pela democracia na Sociedade e impedi-la na própria entidade de classe;
- d) Garantir instrumentos que evitem que os dirigentes sindicais abandonem ou desloquem os objetivos centrais e reais das entidades, utilizando-os, para atender às suas necessidades pessoais e materiais, o que acaba por deixar a categoria desconfiada e, por último, distanciada do Sindicato;
- e) Compreensão e sensibilidade para criar estratégias de inclusão dos crescentes excluídos do mercado formal de trabalho, encontrando adaptações de suas estruturas (que privilegiavam basicamente as camadas empregadas), para conseguir contemplar aqueles sujeitos que, agora, vivem em condições de trabalho bastante difíceis (terceirizados, trabalhadores temporários, em domicílio, etc.), além de parcelas de desempregados, tratando de suas necessidades, considerando ações alternativas, para solucionar estas questões;

- f) Busca constante para expandir as ações do movimento com outros setores sociais, com organizações nacionais e internacionais, outras instituições (partidos, universidades e igrejas) e com governos interessados em articular programas conjuntos, que se retratem na melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora (PEDROSO, 1998).

1.4 Luís Inácio Lula da Silva é o presidente

Em 2002, Lula da Silva chega ao Poder. O metalúrgico, agora reconhecido como “*Lulinha paz e amor*”, seduz o segmento empresarial e a sociedade brasileira e se elege presidente do Brasil. Não podemos, no entanto, afirmar que o cenário anterior sofreu quaisquer mudanças radicais. O movimento sindical continua imerso num contexto desfavorável – mas luta para ampliar sua abrangência na Sociedade Civil, reivindicando um espaço, como sujeito coletivo e cidadão. A contradição, de novo, se manifesta, pois embora tenha um trabalhador¹⁴ no *Poder* constituído, algumas categorias e outros segmentos da Sociedade Civil, que têm cobertura da mídia, acusam Lula de trair a classe trabalhadora, além de seu governo, perto do fim de mandato, ser bombardeado por denúncias de corrupção.

Mas a história continua. Acreditamos, no entanto, ter apresentado, dentro das limitações e possibilidades históricas, pequenos cenários de conteúdos que refletissem o curso do movimento sindical brasileiro e internacional, pois esta contextualização nos dá a condição de compreendermos os processos desenrolados, numa constante relação entre realidades distintas, além de um *diálogo* permanente com épocas diferentes, mas que reúnem determinadas características comuns neste trilhar. E, para mantermos nossa caminhada, tentaremos, agora, desvendar a trajetória do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul, procurando estabelecer outros tantos sentidos deste fazer sindical.

¹⁴ É o presidente que saiu daquele que foi o partido mais representativo da classe trabalhadora — o PT.

1.5 A trajetória do SINPRO no contexto histórico brasileiro

Neste momento, procuraremos resgatar os principais elementos constituintes da história mais recente (a partir dos anos 80) do SINPRO. Lembramos, porém, que o Sindicato não possui quaisquer documentos específicos e aprofundados, por ele produzidos, que dêem conta desta trajetória. Então, a partir de um trabalho acadêmico – uma dissertação de mestrado da Educação, bem como de outras publicações não-específicas¹⁵ – como em *folders*, cadernos de informação¹⁶, encartes, alguns exemplares de jornais e boletins editados pelo SINPRO/RS, além de sua página eletrônica¹⁷ tentaremos reunir alguns fatos, para melhor identificarmos a entidade em seu processo histórico. Não temos, portanto, nesta pesquisa, a intenção ou o compromisso de realizar uma investigação que atenda à totalidade desta caminhada histórica.

1.5.1 De 80 a 1986: O amadurecimento da categoria e a oposição sindical

A partir da década de 80, inicia a organização de uma oposição sindical frente à direção do Sindicato dos Professores Particulares, aqui no Estado. No entanto, já em 1979, alguns professores começam a questionar, de maneira mais consistente, “*o caráter puramente assistencial da entidade*” (CI, nº 02, p. 24). O distanciamento entre a base e o Sindicato poderia ser caracterizado por alguns fatores, entre eles o pequeno número de professores associados, pela presença frágil dos profissionais em assembléias gerais da categoria, pela pobre representatividade no interior do Rio Grande do Sul e por divergências na condução das negociações e demais atividades do SINPRO. E estas razões proporcionaram o nascimento de uma oposição mais organizada.

¹⁵ Todo material aqui utilizado foi fornecido pela diretoria e/ou assessoria de comunicação do SINPRO/RS, em contato no mês de maio de 2003, na sede do SINPRO. A dissertação é de Fabiana Borges Meira, como exigência para titulação de Mestre em Educação, em 1991, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, intitulada: A construção de um caminho coletivo – Professores de Escolas Particulares e SINPRO/RS. Orientação do Dr. Nilton Bueno Fischer.

¹⁶ Os cadernos de informação, de teses ou ainda de congressos e/ou resoluções serão identificados nesta pesquisa pelas iniciais CI. Em geral, são editados para apresentações de teses e/ou resoluções de congressos realizados no âmbito dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

¹⁷ www.sinpro-rs.org.br.

Neste mesmo período, o país vive um momento histórico importante, dado o novo quadro de mobilização da Sociedade Civil brasileira – sindicatos, associações comunitárias, entre outros aparecem no cenário, reivindicando seu espaço de atuação na vida social e política. É no contexto de manifestações intensas, então, que os professores começam a participar do movimento reivindicatório por melhores condições de vida – greves, mobilizações por salários e políticas mais dignas para os profissionais da educação – passaram ser bandeiras de luta desta categoria.

Diz Meira (1991) que, nas escolas particulares, as mudanças provocam uma série de interrogações entre os professores (IOT) e, igual, entre os membros das entidades mantenedoras (aqui também compreendidos como IOC). Grande parte das escolas gaúchas era de caráter confessional e as idéias oriundas das reuniões episcopais de Medellín (nos anos 60) e Puebla (no término dos anos 70) vão refletir com força no ensino privado. “*A teologia da libertação e a opção preferencial pelos pobres aparecem nas escolas, em formas diversas, através da chamada educação libertadora*” (MEIRA, 1991, p. 80).¹⁸ As contradições da escola privada, principalmente as de ordem confessional são expostas já no início dos anos 70, pelas próprias entidades mantenedoras.

Para o padre Agostinho Castejón S. J. (1974), da Associação de Escolas Católicas, as transformações acontecem a partir da redução do número de escolas religiosas e do aumento de empresas educacionais não-religiosas e da diminuição do número de religiosos que atuam nas escolas. Com a expansão dos leigos, aumentam os custos operacionais, já que o trabalho dos religiosos não era computado. As relações internas sofrem com este novo cenário, pois os professores leigos nem sempre estão envolvidos pelo espírito de educação da escola (CASTEJÓN, 1974). Em outras palavras, a Hegemonia também foi desestabilizada. Alega Castejón ainda: “*São os professores leigos que organizam e reivindicam melhores salários e condições de trabalho*” (CASTEJÓN, 1987, p. 43).

Estas mudanças, que ocorrem na Igreja (católica) e respingam nas escolas, acabam contribuindo, para evidenciar contradições entre discurso e prática libertadores. A

¹⁸ A autora chama a atenção para um fato curioso e contraditório: as escolas particulares, diz ela, em sua maioria trabalha com as classes média e alta, tornando-se uma contradição a opção preferencial pelos pobres na educação. E relembra que a educação libertadora é identificada com o que chamamos de “ensino crítico” (grifo da autora consultada), cuja missão é formar consciências críticas e indivíduos comprometidos com a transformação da realidade. Os métodos didáticos tradicionais são questionados; os trabalhos coletivos são incentivados e valorizados e a participação do aluno também, inclusive na avaliação (MEIRA, 1991).

participação de alguns segmentos da Igreja junto a movimentos populares¹⁹ facilita, de alguma forma, a organização dos trabalhadores nas escolas privadas, levanta Meira (1991). E com esta mobilização os professores questionam a Ideologia da comunidade escolar, que vigora em muitas escolas confessionais – onde o conflito é mascarado, conforme constatações de Meira.

As greves, que começam a pipocar nas escolas, incentivam um repensar desta escola “*sem conflito*” (grifo nosso). Segmentos conservadores e progressistas da Igreja, aqui representando a Hegemonia e Contra-hegemonia, iniciam um debate, pontuando as suas concepções de sociedade para dentro das escolas. Castejón (1987, p. 45-49) faz a sua crítica:

A comunidade escolar (...) é vista como uma ‘ilha da fantasia’, onde as relações são (...) pensadas e verbalizadas como interpessoais, psicológicas, e (...) se torna necessário repensar estas relações para que a noção de comunidade escolar não venha a esvaziar a consciência de classe.

Houve, no entanto, quem condenasse atitudes impetuosas e não próprias de um educador – assumidas durante movimentos grevistas –, que impressionavam os religiosos, que “*em geral se forma na base muito pura e ingênua de acreditar que todo mundo é bonzinho*” (RUFFIER, 1987, p. 57-58). No final da década de 70, a organização inicial dos professores de escolas privadas ainda era frágil. Mas, nas escolas maiores de Porto Alegre, começam a nascer os primeiros centros de professores, fruto da organização interna que brotava. Em 1980, a disputa eleitoral sindical no SINPRO contou com três chapas concorrentes – reflexo primeiro mais concreto do desdobramento da oposição sindical.

A “*Comissão Especial*”²⁰ criada para auxiliar a direção do Sindicato nas Negociações salariais foi o marco do início dos trabalhos da oposição sindical. A eleição de 1980 teve destaque na Mídia local, com denúncias das duas chapas de oposição relativas ao mandato da direção sindical. Imobilismo, omissão na cobrança do cumprimento dos acordos coletivos e as tentativas de manipulação no processo eleitoral em andamento foram os principais pontos da manifestação (MEIRA, 1991).

¹⁹ Conflitos pela terra, comunidades de base, associações de moradores, ou até mesmo a formação do PT, a partir de 1979.

²⁰ Esta comissão foi constituída por 46 professores (MEIRA, 1991). Meira evidencia as notícias publicadas no Jornal Zero Hora.

Mesmo com as denúncias, o grupo da situação – “*Independência e Integração*” –, obteve a vitória, por ampla maioria²¹, tendo na cabeça de chapa, pela terceira vez consecutiva, o professor Mendes Gendelmann. A diretoria assumiu a entidade no dia 18 de outubro do mesmo ano e a posse aconteceu na presença do presidente do Sindicato patronal que, ao se pronunciar, destacou as relações fraternas e o elevado entendimento entre as duas entidades, evidencia Meira (1991).

Desde então, a oposição amplia sua articulação construindo, num outro momento eleitoral, uma única chapa que, em 1983, perdeu a disputa, em segundo turno²², por somente 130 votos. Neste enfrentamento, no material de divulgação da campanha da oposição – Unidade e Renovação – já aparecem críticas à diretoria sindical, por sua ausência em mobilizações chamadas por entidades representativas, como a Intersindical, os ENCLATs ou CONCLAT, manifestando sua preocupação com a integração das lutas da categoria com as lutas gerais da Sociedade. O programa ia mais adiante e previa: o aumento do quadro de sindicalizados, maior participação dos professores nas assembléias, a criação de comissões – nas escolas, no assessoramento da direção sindical e para Negociações.

Os membros da oposição reivindicavam para si o papel de fundadores de centros, grêmios e associações nas escolas ou parte de suas diretorias, indicando o perfil e a concepção que defendiam. Eram das maiores escolas da capital, algumas faculdades, onde, de acordo com Meira (1991), o nível de organização interno era maior e muitas delas tinham associações de professores. Passadas as eleições de 1983, um grupo, denominado Oposição Sindical, nasce com uma perspectiva mais orgânica. Eles faziam reuniões periódicas, distribuía boletins e apresentavam propostas, a partir de intervenções articuladas nos vários fóruns sindicais do SINPRO.

A Oposição Sindical assume a coordenação de atividades no próprio Sindicato, tal é a sua organicidade. Elabora estudos sobre perdas salariais e propõe índices de reajustes. Apresenta e organiza o dia unificado de luta e de debate do dissídio nas escolas particulares. Participa da preparação do primeiro Encontro Estadual de Professores Particulares. Esse mesmo grupo, mais adiante, dará origem a chapa 1 – Novo Tempo –

²¹ As outras duas chapas – Renovação e Valorização Profissional –, com Paulo Coimbra Guedes disputando à presidência conquistou 327 votos; A chapa 3, Defesa da Classe, tinha como liderança o professor Raul Pont e teve apenas 97 votos. A vitoriosa chegou aos 860 votos. O colégio eleitoral reunia 1590 professores; votantes: 1293; votos nulos: 4 e votos brancos: 3, registra a pesquisadora Meira (1991).

²² Primeira vez na história do SINPRO que ocorreu segundo turno no processo eleitoral (MEIRA, 1991).

vitoriosa nas eleições de 1986. Com este trabalho de base da Oposição iniciam algumas mobilizações nas escolas por melhores salários, chegando, inclusive a paralisações até para readmissão de professores. E diversas vezes com sucesso.

Pouco a pouco, a Oposição Sindical vai assumindo o controle político da entidade – as manifestações contrárias à direção do SINPRO eram cada vez mais frequentes, até mesmo em assembleias. Em 1986, três chapas concorrem às eleições sindicais. A chapa 1 – Novo Tempo –, como registramos antes, é formada pelo grupo da Oposição Sindical e se propaga ao assumir que, por muitos anos, tem uma presença destacada nas lutas da categoria. Seu compromisso estava pontuado num Sindicalismo independente, autônomo, democrático e combativo (MEIRA, 1991).

Para Meira (1991), a “Unidade e Ação”, a chapa 3, reúne alguns membros da chapa de oposição de 1983. Divergem, no entanto, da 1, no encaminhamento das ações sindicais. Acreditavam representar a maioria dos colegas das escolas, por levar suas propostas para as assembleias; e não se viam como um grupo de oposição organizado, com propostas próprias e discursos avançados, a exemplo dos candidatos da chapa 3.

Entretanto, a partir dos programas das duas concorrentes, não era possível perceber muitas divergências. Em sua opinião, a chapa 1 era mais determinada, ao tratar da participação do SINPRO no âmbito maior do movimento sindical, em especial nas centrais sindicais. Mas, de fundo, estavam também as diferenças partidárias, cuja disputa passava pelos Sujeitos, identificados com os seguintes partidos: PT, PMDB, PDT e, ainda, o PCB. No final desta disputa de dois turnos, a chapa 1 sai vitoriosa recompensada pela ação sistemática de seus membros (MEIRA, 1991).²³

²³ A Chapa 1, Novo Tempo, com Marcos Júlio Fuhr na presidência, conquistou 1079 votos; A 2, Atuação, cujo candidato à presidência foi Ubirajara da Cruz obteve 586 votos; A chapa 3 – Unidade e Ação – apresentou uma mulher como candidata, M. Elizabeth Cadó e chegou a 626 votos. Votantes: 2317. Votos brancos: 11; votos nulos: 15. No segundo turno os resultados foram os seguintes: Chapa 1 – 1254 votos; 2 – 186 votos; 3 – 798 votos. Votantes: 2260; votos brancos, 13; votos nulos: 9.

1.5.2 Novo Tempo: nova postura sindical

A principal razão, levantada pela pesquisadora Meira (1991), da vitória da chapa Novo Tempo foi a sua militância – traduzida em visitas sistemáticas às escolas; o trabalho de sindicalização e o discurso de luta pelos interesses da categoria.

Esta postura possibilitou, ao grupo de oposição, a canalização do descontentamento existente com a diretoria do Sindicato, atraindo os professores, que, nele, percebiam possibilidade de mudança. Outra questão que auxiliou nesta nova perspectiva, por parte da categoria, é localizada na entrada de professores mais novos. Estes Sujeitos “*são mais corajosos e ativos, em contraposição aos mais antigos, que são mais acomodados. (...) inserem-se dentro do contexto de abertura política, e não querem mais aquele sindicato acomodado, pelego, dizendo amém ao que o SINEPE mandava*” (MEIRA, 1991, p. 168).²⁴

E a síntese política da nova direção sindical, no cenário mais amplo, focalizava a maior participação da entidade e de seus associados nas lutas gerais da sociedade. Sua gestão se caracterizou por alguns fatos sindicais significativos, entre eles o aumento do número de delegacias no interior do Estado; a ampliação do quadro de associados; a realização de três greves de professores – 1987, 1989 e uma campanha emergencial em 1990 –; a promoção de dois congressos estaduais de professores e a filiação a CUT, em 1991. Assim, o novo perfil de gestão sindical ia se formando, no SINPRO.

Meira (1991) esclarece que a nova administração sindical, ao privilegiar a prática política-reivindicatória em detrimento do caráter assistencial, acelerou o desuso rápido deste serviço na entidade, até a sua total extinção, no final de 1990. Esta determinação causou polêmica junto à categoria, mas a desativação do departamento assistencial foi justificada pelos altos custos dos serviços e pelo pequeno número de associados que a utilizava, somando ainda que a manutenção desses serviços era bancada, em grande parte, pelas mensalidades dos associados – aqui contabilizados os do interior, que não gozavam do “*benefício*” (grifo nosso).²⁵

²⁴ Depoimento de um de seus professores entrevistados, indicado em sua dissertação como “C”.

²⁵ O SINPRO desde lá ampliou a sua relação de convênios na capital e no interior nos mais variados segmentos – médicos, clínicos, jurídicos, serviços, comércio entre outros. Hoje, conta, inclusive, com um contrato de uma

Em 1986, o SINPRO passou por uma dificuldade financeira, em razão de uma dívida da ex-diretoria, de dezembro de 1985 a outubro de 1986, com o antigo IAPAS, por não repassar a contribuição relativa à folha de pagamento dos funcionários da entidade. O controle do pagamento das mensalidades dos associados, efetuado pelo repasse das escolas que descontavam em suas folhas de pagamentos, também não acontecia. Situação pior ficava por conta das contribuições do dissídio – que não eram fiscalizadas. Este descaso indicava a necessidade de uma nova postura administrativa daqueles que estavam chegando ao Sindicato.

1.5.3 As greves: o confronto entre capital e trabalho

No final de 1986, iniciou a Campanha Salarial/87, quando a pauta de reivindicações foi definida para ser apresentada na data-base da categoria – 1º de março de 1987. Já em janeiro, ela foi enviada à diretoria do SINEPE²⁶, numa prática que se repetiria nos anos posteriores, com a intenção de acelerar o processo de Negociação entre as partes. No entanto, abril chegou, e nada de o Sindicato patronal se manifestar. Em assembléia, realizada no mesmo mês, com representação do interior do Estado, os trabalhadores em educação decidiram por uma “*greve de advertência*” nos dias 09, dez e onze de abril, frente à “*intransigência do sindicato patronal*”, que não apresentou uma proposta (MEIRA, 1991, p. 81).

A partir deste fórum, algumas manifestações de caráter público começam a surgir. Elas pretendiam retirar os professores de seus ambientes de trabalho e mobilizá-los – com participações em passeatas, reuniões públicas, entre outras ações. O *diálogo*, que pautava as comissões de convencimento²⁷ – os denominados piquetes – em escolas que resistiam a paralisações, passou a ser comum entre os colegas. A diretoria daquela época avaliou, de forma positiva, o saldo de paralisações:

grande empresa de saúde, como faz os estabelecimentos de ensino ou empresas, “oferecendo este serviço” a seus associados.

²⁶ Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado.

²⁷ A pesquisadora Meira fez uma observação bastante pertinente: A expressão comissões de convencimento, utilizada nos materiais de divulgação, em substituição a piquetes, ocorreu por ser considerada esta última muito agressiva, evitando, assim, chocar os professores. No entanto, alguns membros da diretoria, em entrevista concedida a Meira, ironizavam este uso, uma vez que piquete é uma prática e um termo muito utilizado no meio sindical brasileiro. Mas a preocupação da época era de que os professores não se identificassem com as práticas operárias. Todavia, com o tempo esta compreensão mudou.

(...) demos uma demonstração de força e unidade frente às investidas da patronal que buscava nos dividir e aproveitamos os dias parados para denunciar as nossas precárias condições de trabalho e a enganosa propaganda do SINEPE que tenta responsabilizar os nossos salários! Pelo seu reajuste de mensalidades (MEIRA, 1991, p. 182).²⁸

Ao analisarmos a fala anterior, como bem observou Meira (1991), identificamos alguns termos do “discurso”²⁹ que passa a ser usado quando o SINPRO se dirige aos trabalhadores, a exemplo do chamamento à força e à unidade em contraposição às investidas do patronal na divisão da categoria. A luta de classes, ou ainda, o confronto entre o SINPRO X SINEPE começa a ser evidenciado. E as diferentes concepções de mundo existentes entre os IOT e IOC³⁰ transparecem, quando detectamos expressões do tipo: nossos salários X seu reajuste de mensalidades.

A linguagem³¹ é mais pontual, agressiva, desmascarando o papel dos representantes patronais, “*que, com a exploração dos salários dos professores, sustentam as instituições que as deveriam manter*” (MEIRA, 1991, p. 183). Em outros trechos de documentos emitidos pelo Sindicato, chamando para a greve, identificaremos as expressões que constituem a sua prática sindical, no enfrentamento com os seus patrões:

(...) à prepotência, à ganância e ao descaso com a educação dos donos das escolas; “(...) os docentes não aceitarão mais serem humilhados”; A perspectiva agora é outra: “(...) organização, consciência e dignidade dos professores”. O slogan criado para aquele momento sintetiza o contexto: “Quem educa seu filho para a vida não recebe o suficiente para viver” (MEIRA, 1991, p. 185-186).

²⁸ Informações extraídas de um panfleto do SINPRO que chamava para a assembléia da categoria (s/d), conforme a pesquisadora. O grifo daquelas expressões está no próprio original. O chamamento do documento enfatizava: “Todos à assembléia geral”.

²⁹ Para Verón (1980), a noção de discurso corresponde a uma determinada abordagem teórica de um identificado conjunto de significante. O discurso será concebido pelo conjunto de hipóteses ou questões relacionadas aos elementos extratextuais, contemplando um sistema de operações discursivas. Aprofundaremos este conteúdo, na Metodologia.

³⁰ Como alertamos, estas siglas designarão Intelectuais Orgânicos do Trabalho e Intelectuais Orgânicos do Capital, respectivamente.

³¹ Das falas, dos textos, dos discursos.

A greve de 1987, enfim, durou quase duas semanas, e o acordo fechado garantiu algumas reivindicações: Pagamento de “*janelas*”³²; antecipação de 50% no pagamento das férias, em julho; desconto das mensalidades, efetuado na folha de pagamento, e a respectiva remessa dos valores, mês a mês, para a entidade representativa dos trabalhadores; aumento substancial do piso salarial; o reajuste salarial, no entanto, ficou bem aquém do reivindicado e do, de fato, conquistado pelos professores, em diversas escolas, em Negociações internas com suas direções (MEIRA, 1991).

Mas o saldo embrionário da mobilização (da CS/87)³³ fez nascer um outro tipo de organização, que colherá os frutos na greve de 1989 – as denominadas “zonais” – fóruns, que reuniam os professores por aproximação geográfica das escolas. Seu propósito maior era tirar os professores de dentro das escolas, para impossibilitar o contato com as direções e/ou pais e alunos, “*sempre fonte de pressão*”, segundo Meira (1991, p. 186); em outras palavras –, evitando qualquer tipo de constrangimento ao fazer sindical, inclusive. Afora este instrumento territorial, outras ações fizeram parte da articulação sindical (pública), pensada pela direção do SINPRO naquela época.³⁴

1.5.4 As realidades dos locais de trabalho: o heterogêneo no homogêneo

A rede de escolas privadas é bastante heterogênea, reproduzindo estas diferenças nas condições e locais de trabalho da própria categoria – se considerarmos a remuneração dos funcionários, a infra-estrutura física e material, o número de alunos por estabelecimento e os valores de mensalidades. Esta realidade dificulta a preservação da unidade dos trabalhadores, dado o grau de mobilização diferenciado. Por isso, normalmente, as escolas maiores, com mantenedoras mais ricas e/ou professores mais organizados, conquistam acordos bastante sedutores – Negociações que são realizadas no âmbito interno

³² Período vago existente no horário do professor, no mesmo turno de trabalho.

³³ Identificação da expressão Campanha Salarial (CS).

³⁴ Distribuição de carta aberta à população; vigília em frente ao Sindicato patronal no centro da capital gaúcha; o debate: O descaso com a educação; vigília em frente ao TRT, durante uma audiência de conciliação entre as duas entidades de classe.

das escolas, permitindo inclusive que os trabalhadores saiam da greve antes mesmo que ela acabe (MEIRA, 1991).³⁵

Desta maneira, a organização por local de trabalho (OLT) nas relações do SINPRO com sua base reflete esta diversidade de realidades. Isto evidencia que as singularidades de cada escola, de cada mantenedora, de cada conjunto de professores, de acordo com Meira (1991), impossibilitassem a organização mais global, com um início e um fim unificados. Este contexto histórico reproduziu, em outros momentos, uma prática que se tornou comum, isto é, as demais paralisações, organizadas pelo Sindicato foram sendo negociadas a partir das reivindicações de cada grupo de professor *versus* suas respectivas direções escolares – quando o final da greve era decidido, muitos estabelecimentos já haviam retomado suas rotinas educacionais.

Convém assinalarmos, no entanto, que esta tática de a direção escolar “forçar” Negociações em separado é usada para enfraquecer o movimento e desmobilizar a categoria na sua totalidade. Mas os IOT reconhecem esta manobra como um desafio, ao assumirem num boletim de avaliação da greve: *“Manter coeso um movimento grevista numa categoria tão (...) diferenciada (...), é (...) um desafio. (...) a pressão localizada por escola tornou (...) muito difícil resistir à tática (...) dos acordos ‘em separado’. Nossa unidade passou a ser frágil (...)”* (MEIRA, 1991, p. 189). A sua compreensão vai adiante: eles, também, expõem a sua fragilidade, ao reconhecerem a prática dos patrões (IOC).

Esta realidade remete a uma outra prática, vivida pelos trabalhadores de escolas menores e com menor grau de organização. Eles, diferentes dos que trabalham em instituições maiores, fazem a greve e dela saem, sem perceber aumentos superiores àqueles, conquistados pelo SINPRO³⁶. No ano de 1989, esta relação ficou mais grave, porque os dirigentes dos professores não fecharam o acordo com o Sindicato patronal. Logo, alguns professores retornaram às atividades, sem algo – sem reajuste, sem garantias. Existiram aqueles que pensaram até em se desligar da entidade, por se sentirem abandonados no processo de Negociação.

³⁵ São essas escolas que têm uma projeção maior na sociedade (opinião pública) e ocupam um espaço maior na mídia (MEIRA, 1991).

³⁶ Aconteceu na história do SINPRO, já na fase combativa, de algumas grandes escolas conquistarem percentuais de reajustes maiores do que aqueles alcançados para a maioria, por meio da própria entidade dos trabalhadores.

Pelo depoimento de Marcos Fuhr³⁷, o então presidente do SINPRO, podemos ter acesso a sua avaliação sobre a greve de 1987. Além da importância do movimento grevista, para o conjunto de trabalhadores, ele “apontou os (...) fatores limitadores, principalmente no fato de que os professores (...) têm a tendência a se considerarem, antes de mais nada, professores de sua (...) escola e não membros (...) de uma categoria mais ampla” (MEIRA, 1991, p. 190). Em sua opinião, este entendimento provocou o elevado número de acordos em separado.

As contradições dos movimentos aparecem em diversas instâncias: se Fuhr teve esta compreensão de alguns professores, naquele momento ele próprio resgatou o seu saldo positivo: “(...) lideranças novas surgiram, numa (...) renovação da categoria, basicamente integrada por jovens professores. Surgiu um grupo de pessoas disposto a liderar (...) com uma concepção mais política de construir a unidade da categoria” (MEIRA, 1991, p. 190 –191).³⁸

O comando de greve da entidade também se manifestou no primeiro Jornal do SINPRO, como menciona Meira (1991)³⁹ e fez a seguinte avaliação: o principal saldo da greve foi a exposição das contradições, existentes nas escolas particulares, e o salto de consciência de classe. A partir de trechos, extraídos deste material, podemos enxergar com mais nitidez esta leitura – a Ideologia da “comunidade escolar” foi desmascarada, com a demonstração dos “verdadeiros papéis e interesses de cada setor que faz parte da comunidade escolar”, o que demarca o começo de uma mudança significativa no grau de consciência dos professores, como profissionais e trabalhadores.

E destacam, no mesmo documento, que o saldo qualitativo ficou por conta da “disposição de luta e combatividade” dos professores, que não “baixaram a cabeça” e nem “disseram sim, senhor” a “uma proposta que não satisfazia nossas principais reivindicações” (MEIRA, 1991, p. 191)⁴⁰. De novo, podemos formular algumas análises, como considerou a pesquisadora em Educação, Fabiana Meira. Embora com as contradições apontadas, há uma qualificação da categoria – no contexto, percebemos Sujeitos olhando os

³⁷ Depoimento extraído do Dossiê da greve dos professores do Colégio Cruzeiro do Sul, abril/maio de 87 – mimeo. Este trabalho foi coordenado, conforme referências bibliográficas de Fabiana Meira, por Enrique Padrós Serra.

³⁸ Idem a nota 20.

³⁹ A fonte da pesquisadora foi o texto: Avaliação da Campanha Salarial – as contradições da escola se manifestam. Jornal do SINPRO/RS. Porto Alegre, nº 1, 1987, 2-3 p.

⁴⁰ idem a nota 22.

seus locais de trabalho por uma perspectiva mais questionadora. Os professores se mostram com disposição de luta, combatividade e consciência de classe, aprendendo com suas experiências e desmistificando (o medo da) greve.

Na opinião de Meira (1991)⁴¹, a greve de 1987 declinou a transformação da categoria, representada pelo SINPRO. E alguns pontos foram “*elementos-chave*” desta mudança: A direção do Sindicato se esforçou para se apresentar, de forma efetiva, como representativa dos professores particulares do Rio Grande do Sul. Em seus discursos, são comuns expressões que apelam para a “*unidade*”, conferindo “*força*” à categoria. O SINPRO passa a ser um “*instrumento de luta*”, na “*ação conjunta*” da totalidade da categoria, imprimindo o seu “*grau de consciência e de organização*”.

De igual modo, são expressas diferenças de concepções de mundo entre as direções das escolas e as dos professores – dentre elas, as relações de exploração, que caracterizam a organização capitalista da Sociedade brasileira. Desta maneira, a imagem da dita “*comunidade escolar*” sem conflitos começa a ser questionada e desmascarada. As direções escolares sofrem denúncias por práticas autoritárias, a exemplo de demissões sem motivo ou, ainda, de achatarem salários dos professores para manterem maiores as suas margens de lucros, ou seja, o perfil/caráter empresarial das escolas privadas é evidenciado. Em contrapartida, o apelo à consciência de classe dos trabalhadores é mais freqüente, reforçando a aproximação de lutas maiores da Sociedade Civil organizada.⁴²

1.5.5 A outra greve: 1989

Em 1989, a campanha salarial aconteceu na conjuntura do Plano Verão, quando, no final de janeiro, o governo federal lançou o Cruzado Novo e congelou preços e salários pela média da inflação do período, isto é, dos últimos 12 meses. Por esta lógica, as mensalidades escolares foram congeladas e os salários dos professores, próximo ao dissídio, defasados em quase cem por cento. A CS/89 foi unificada, e contou com a reunião dos Sindicatos de Auxiliares de Administração, entidades representando cerca de 30 mil

⁴¹ Pautada no material impresso do SINPRO e nas falas de seus entrevistados.

⁴² No congresso estadual dos professores particulares (I CEPEP) em outubro de 87, por exemplo, é colocada na pauta de discussões a filiação do Sindicato a uma das centrais sindicais. Mas apenas no segundo congresso de professores, em junho de 1990, foi deliberado à filiação do SINPRO/RS à CUT.

trabalhadores, coordenados pela FETEE-Escolar (SAAEs) e dos demais SINPROs do estado, Ijuí e Caxias do Sul, totalizando oito SUL (Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul)⁴³.

O eixo desta campanha apelava para que não ocorressem acordos “*em separado*”, fortalecendo a busca do Acordo Coletivo – instrumento que permitia avançar nas Negociações e garantia conquistas, via as cláusulas, para o conjunto dos trabalhadores. O clima da Greve Geral dos dias 14 e 15 de março ainda estava no ar e virou um marco sindical, uma vez que houve adesão⁴⁴ de quase cem por cento da categoria dos professores particulares. O discurso dos IOT insistia na idéia de que “*avanços nas negociações dependem da postura consciente do professor*” (MEIRA, 1991, p. 196).

A primeira assembléia ocorreu em 18 de março⁴⁵ e os professores rejeitaram o índice de reajuste de 7,48%, em três parcelas. Neste mesmo dia, o indicativo de greve já foi aprovado – num prazo máximo até o dia 8 de abril, data da próxima assembléia –, quando esperavam outra proposta patronal. Naquele dia, então, a assembléia, que reuniu mais de 2000 mil trabalhadores, rejeita a proposta do SINEPE de 20% e aprova greve geral por tempo indeterminado. A greve alcançou quase todas as escolas da capital e considerável número de municípios do interior⁴⁶, além da organização das zonais.⁴⁷

Esta mobilização foi marcada por um número significativo de ações de caráter público e com uma postura mais criativa, conforme reforça Meira (1991), ao lançar a Rádio da Miséria, que se materializou no carro de som do Sindicato e estava presente nos atos públicos. A grade de programação tinha paródias de músicas, comerciais, radionovelas e um jogo de futebol, entre a seleção SINPRO-SAAE-FETEE/SUL X SINEPE. O time dos

⁴³ A Federação compreendia o Paraná e o RS e fazia parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura (CNTEC). Ao combater a estrutura vertical, imposta desde Getúlio Vargas, o SINPRO e outros sindicatos de trabalhadores em escolas privadas do país aprovaram a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). Ela foi fundada, num congresso nacional, em julho de 1991.

⁴⁴ Algumas vezes esta aparente total adesão é justificada pela própria suspensão das aulas, por parte da direção escolar, em nome da “segurança dos alunos” (MEIRA, 1991).

⁴⁵ A reconstituição histórica dos principais fatos da greve de 1989 está pontuada, basicamente, no Jornal do SINPRO/RS, Porto Alegre, nº 11, 3 – 5 p., maio/junho de 1989, conforme registra a própria pesquisadora Meira (1991).

⁴⁶ Entre eles: Pelotas, Passo Fundo, Bagé, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul, Osório, Cerro Largo, Alegrete, Erechim, São Borja, Carazinho, Viamão, Uruguaiana, Rio Grande, Bento Gonçalves, conforme os boletins da CS/89 Unificada, nº 5 e 6, abril, de 1989.

⁴⁷ Seis na capital gaúcha, uma na grande POA e centrais regionais no interior do estado, conforme MEIRA (1991).

trabalhadores era composto pelos jogadores: Espírito Crítico, União, Conscientização, entre outros. Já o do SINEPE era constituído pelos jogadores: Arrocho, Divisão, Direção, etc. Nesta partida, o resultado era óbvio – vitória dos trabalhadores.

Os meios mais tradicionais do movimento sindical marcaram presença nesta disputa – atos públicos, vigílias e palestras, entre tantos outros. Neste meio de campo, duas semanas de greves já se passavam e nada de avanço nas Negociações. Iniciam as conversas internas apontando reajustes salariais. Este encaminhamento acabou sendo aceito numa assembléia estadual de lideranças, mas com um adendo: os professores seriam reorientados a abrir e/ou manter contatos entre as associações ou lideranças com as direções escolares, “*sem, contudo, comprometer a unidade do movimento*” (MEIRA, 1991, p. 197).

O SINPRO entendia que esta estratégia elevaria os índices de reajustes nas escolas e denunciaria a resistência do SINEPE, que alegava ser inviável reajustes maiores. No entanto, não era mais possível manter a unidade do movimento e a perspectiva indicava o endurecimento do Sindicato patronal⁴⁸ e o não-fechamento do acordo entre as duas instituições. Então, garantir o máximo de reposição e/ou aumento, nas escolas que reunissem condições e os professores pudessem ter margem de briga, passou ser a meta do comando.

O confronto era maior. O SINEPE apostava no enfraquecimento da mobilização, mas, ao mesmo tempo, ele queria usá-la, como instrumento de pressão frente ao governo federal, para o descongelamento das mensalidades. Há momentos em que a briga acontece entre a própria Hegemonia – capitalistas X Estado; são outras contradições das relações dos vários Sujeitos que atuam neste cenário. Não deu certo. Vitória do governo federal.

Na terceira semana, o movimento vai ficando mais frágil, com ampliação do número de acordos por escola. O Sindicato dos patrões bate martelo nos 25%, percentual, rejeitado em assembléia dos professores, em 03 de maio de 1989. Este mesmo fórum delibera pela suspensão “formal” da greve, uma vez que ela já não existia na maioria dos estabelecimentos de ensino. Manteve, todavia, o suporte àqueles que permaneceriam

⁴⁸ Depois de 14 reuniões de negociações, O SINEPE não escondia a sua postura de não avançar nos índices de reajustes.

paralisados, em busca de maiores índices de reajustes, além de decidir pelo encaminhamento do dissídio para julgamento no TRT.⁴⁹

Mesmo assim, o comando do movimento, em sua posterior avaliação, destacou a qualificação da organização de 1989, tendo por parâmetro a greve de 1987. A adesão, no auge da mobilização, foi de 90% dos professores da capital; 95% dos de terceiro grau e 80% dos professores do interior, com paralisações em 25 municípios, além das cidades da Grande Porto Alegre, segundo o resgate elaborado por Meira (1991), a partir do Jornal do SINPRO, nº 11, conforme registramos. O saldo político, cotejado pelas lideranças sindicais com o principal ganho, foi o crescimento em *“organização, capacidade de mobilização e consciência de classe”* (MEIRA, 1991, p. 199).

As Negociações, em separado, segundo os representantes sindicais dos trabalhadores, foram satisfatórias, pois alcançaram índices que se desdobravam de 40 a 100%. Logo, quanto maior o engajamento, maior o percentual, na compreensão do comando do movimento. Mas, no âmbito qualitativo, restou o avanço da categoria. Estes acontecimentos históricos vão se refletir, tempos depois, em outros fóruns sindicais do SINPRO, como ocorreu no II congresso estadual, quando os trabalhadores reunidos traçaram um perfil do patronato: *“(…) por ser na maioria de origem religiosa, nega o caráter empresarial da escola privada e, por isso, lhe falta a mais elementar competência administrativa”* (MEIRA, 1991, p. 200).⁵⁰

De acordo com o Caderno de Informação do SINPRO⁵¹: *“O objetivo principal da escola privada confessional, é ideológico, filosófico e especialmente religioso, imbuído de uma mentalidade de arcaico assistencialismo”*. E diz mais: *“A escola privada é essencialmente mantenedora dos valores dominantes da sociedade capitalista”*. O SINEPE foi caracterizado como uma entidade sem a maior representatividade entre seus afiliados, *“principalmente entre as direções de escolas maiores, que buscam, (...) uma organização*

⁴⁹ Tribunal Regional do Trabalho. O comando de greve tomou esta decisão pontuado na experiência dos trabalhadores do SENAI que tiveram dissídio garantido por aquele órgão, com concessão do IPC integral. Este precedente, contudo não veio a se repetir no caso do dissídio dos SINPROs e SAAEs. A decisão da Justiça concedeu um índice de 40,4%, isto é, 35% + 4% de produtividade, reajuste considerado arbitrário e injusto pela coordenação da campanha.

⁵⁰ Talvez a falta de competência se justificasse para aquela conjuntura. Será que, hoje, esta leitura contemplaria a realidade vivida pelas escolas particulares, que, mesmo religiosas, apontam e até registram que seus alunos são seus “clientes”. Está aqui um outro rico argumento para o debate desta relação. Estas informações foram extraídas do CI, nº 3, p. 23, como acusa Meira (1991).

⁵¹ Referência feita na nota anterior.

paralela, como é o caso do chamado ‘Sinepinho’ ou a organização por mantenedora” (MEIRA, 1991, p. 201).⁵²

Percebemos até aqui que, a partir de 1986, o SINPRO busca uma nova identidade sindical e, de alguma forma, mesmo com as dificuldades objetivas desta realidade, vai se construindo como entidade representativa dos trabalhadores. De igual maneira, ele passa a ser um Sindicato de base estadual, ampliando a sua ação no interior do Estado e reforçando o seu papel de organizador da categoria, se colocando na “*vanguarda de seus direitos e da valorização profissional*”, conforme registros sistematizados por Meira (1991, p. 206). Talvez isto explique porque não houve chapa de oposição nas eleições de 1989⁵³. O resultado das eleições foi o seguinte: 94,2% do colégio eleitoral aprovaram a inovação sindical, provocada pelo trabalho iniciado em 1986, pela gestão Novo Tempo.⁵⁴

1.5.6 Os anos 90 e o embrião do Sindicato Cidadão

Na década de 90, outras tantas ações foram promovidas pela entidade. Entre elas a criação de mais delegacias: Rio Grande, Livramento, Erechim e Bento Gonçalves; filiação à CUT, deliberado no segundo CEPEP, de 1990; em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de Porto Alegre realizou o Simpósio Internacional – a criação histórica, que trouxe ao Estado o filósofo grego Cornélius Castoradis; a primeira edição do Jornal do SINPRO, de 1992, deixou o veículo mais atraente para a categoria, com significativas alterações editoriais e gráficas, apresentando um diferencial da maioria das publicações sindicais⁵⁵. O SINPRO lançou, no ano de 92, a campanha publicitária – “*Por uma escola que não fique só na fachada*”, preparada por uma agência de publicidade e veiculada no Estado. Mas isso não é tudo; os anos 90 revelam muito mais acontecimentos no fazer sindical do SINPRO.

⁵² A condução hegemônica que ocorre no SINEPE é dada pelos membros das mantenedoras ligadas a ordens religiosas, segundo o Caderno de Informação, II Congresso Estadual, nº 03, 25 – 26 p. (s/d.). “Nos últimos cinco anos, algumas escolas de Porto Alegre, principalmente, entre as maiores, criaram uma organização paralela – o chamado ‘Sinepinho’. A maior parte destas escolas não se desvinculou do seu sindicato, mas por discordar de muitas de suas orientações, tende a priorizar a ‘nova’ entidade. O Sinepinho é caracterizado por ter uma orientação mais moderna, empresarial, na condução de seus interesses (...)”, registra o CI (MEIRA, 1991, p. 70).

⁵³ A partir desta data as informações aqui apresentadas são provenientes do *site* do SINPRO, pois o sindicato mantém em sua página um hiper resumo, ou melhor, uma síntese mês a mês do que é feito. Atualizada até o ano de 2002, mas precisamente até o mês de junho.

⁵⁴ Informações disponibilizadas no *site* do SINPRO www.sinpro-rs.org.br, acessado em 22/06/03.

⁵⁵ Os colaboradores deste veículo eram Luís Fernando Veríssimo, Moacyr Seliar, Ruy Carlos Ostermann, entre outros (SITE, SINPRO, 06/2003).

Em 1992, o Sindicato realiza o 3º CEPEP, cuja principal resolução foi a deliberação de reformulação do estatuto da entidade. No mesmo ano, novamente, o SINPRO junto à SMC realiza o Simpósio Internacional – A Experiência do Século, e, desta vez, reuniu três pensadores contemporâneos: o norte-americano Francis Fukuyama, autor da polêmica tese do *“fim da história”*, o francês Pierre Broué, um dos principais historiadores da atualidade e o escritor português José Saramago, um dos mais lidos, segundo o SINPRO/RS.

Outra delegacia é criada. Em setembro, ocorreu o processo eleitoral no Sindicato, de novo com chapa única; Fuhr foi indicado por consenso à reeleição. A posse aconteceu em outubro daquele ano. No final de 1992, o SINPRO e a SMC realizaram o Simpósio Internacional – Pólis e Cultura, com a presença do historiador inglês Eric Hobsbawn.

1.6 O Sindicato Cidadão entra em cena

Surge um Sujeito Coletivo⁵⁶. Ele *“é co-responsável pelos destinos da sociedade e sua construção rumo a melhores dias: esta visão, pela gestão Sindicato Cidadão, prometia demarcar uma nova fase na atividade sindical gaúcha”*⁵⁷. Os Sindicatos, nesta visão, são entidades essenciais da Sociedade Civil organizada e devem propagar a sua práxis sindical para além da luta por melhores salários e condições de trabalho. A chapa Sindicato Cidadão é a síntese apaixonada da transcendência dos limites colocado ao movimento sindical – na opinião deles – o sindicato é um agente ativo do contexto sindical, privilegiando a formação de uma consciência crítica e política, de modo a democratizar a Sociedade.⁵⁸

Em 1993, aconteceu o Seminário Internacional – O Futuro da América Latina, cujos promotores foram a SMC e o Sindicato Cidadão. Estiveram presentes neste evento o senador uruguaio Danilo Astori, o professor Rodrigo Baño⁵⁹, Carlos Vilas⁶⁰, o professor titular da Unicamp, Marco Aurélio Garcia, Gilberto Carvalho, diretor-geral do

⁵⁶ O sindicato cidadão é o sujeito coletivo que dialoga, constrói e mobiliza a Sociedade. Mas o Sindicato Coletivo está para os intelectuais do trabalho, assim como para os intelectuais do capital, na condição de categoria a posteriori, que surge após a nossa análise, gerando, então, duas subcategorias: o sindicato coletivo do trabalho e sindicato coletivo do capital. Que mais adiante serão identificadas como SC, SCT, SCC, respectivamente.

⁵⁷ Informações disponibilizadas no *site* do SINPRO www.sinpro-rs.org.br, acessado em 22/06/2003.

⁵⁸ Estas informações estão disponibilizadas no *site* da entidade, como já registramos.

⁵⁹ Da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales do Chile.

⁶⁰ Membro do Conselho Editorial da Revista Nacla, da Universidade de Nova Iorque.

Instituto Cajamar⁶¹ de São Paulo e o cientista político José Álvaro Moisés. Também neste ano, em comemoração aos 55 anos do Sindicato, o SINPRO promoveu show de Arthur Moreira Lima com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.⁶²

O 4º CEPEP, em 1994, consagrou a práxis de direção colegiada. De fato, a experiência já vinha sendo vivida pelos dirigentes sindicais. Este fórum decidiu, então, acabar com o presidencialismo, assumindo o sistema colegiado⁶³ de vez. Um ano depois, a chapa Desafio venceu as eleições sindicais. Foi a primeira gestão do SINPRO/RS a incorporar o sistema colegiado. Em sua proposta programática, constava: transformar o Sindicato numa entidade moderna, ágil e auto-sustentável, mantendo sua principal bandeira – a luta reivindicatória por melhores condições de vida e trabalho para a categoria.

Além da preservação da sua principal razão de existir, outras questões foram priorizadas por esta gestão sindical: A criação da Cooperativa Habitacional (Comprometa), que já conta com um terreno para a construção de casas; ampliação da política de convênios, que, segundo dados do *site*, supera, hoje, a marca dos mil. Neste ano aconteceu espetáculo com Vital Farias, em comemoração aos 57 anos da entidade.

“Entrar para o sindicato pode levar você ao primeiro mundo” – este foi o *slogan* da campanha de sindicalização que o SINPRO promoveu, em 1996. No momento em que há um refluxo no movimento sindical mundial, o Sindicato conquista cerca de dois mil novos sócios. No início deste ano, surge o Jornal *“EXTRAClasse”*⁶⁴, um veículo plural, já que não trata somente as questões da categoria, levando à sociedade debates de diversos campos de produção de informação e conhecimento. Junto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall realiza um ciclo de conferências, que reuniu a filósofa húngara Agnes Heller, o historiador inglês Perry Anderson e o pensador francês François Furet.

O 5º CEPEP, de 1997, decide pela filiação do SINPRO a FETEE-SUL, e possui, entre outras deliberações, a meta de sindicalizar 55% da categoria até o ano 2000; na redução gradual da contribuição assistencial; luta pela unificação do calendário de férias e

⁶¹ Este instituto investe, principalmente, na formação de dirigentes sindicais.

⁶² Mais de sete mil pessoas assistiram o show ao ar livre, no Parque Farroupilha (Redenção).

⁶³ Neste sistema, cada diretor responde em igualdade de condições e responsabilidades pela entidade. Esta experiência é estendida ao interior, para as 15 delegacias existentes (SITE, SINPRO, acessado em 22/06/03).

⁶⁴ Estas fontes são as utilizadas pelo veículo. Desta forma, aliás, ela é escrita.

recesso escolar; e a criação de um fundo de apoio à qualificação docente. Surge o projeto de pré-estréia de filmes para os associados. As películas rodadas foram *O que é isso, companheiro?*; Canudos e Lua de Outubro, entre outras⁶⁵.

Em maio de 1998, o SINPRO ultrapassou a casa dos dez mil sócios. Nos 60 anos do Sindicato, inovou – promoveu shows no interior, apresentando Nei Lisboa, com o espetáculo HI-FI; Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro, Gelson Oliveira e Totonho Villeroy, em *Juntos Acústico*. E traz Paulinho da Viola a Porto Alegre, outra vez num show ao ar livre, no Parque Farroupilha, com mais de 15 mil pessoas. O SINPRO lança a campanha estadual, para debater o pagamento da hora-atividade⁶⁶ e preparar o tema para a CS/99. Os associados obtiveram descontos de 50% na compra do pacote de shows, que faziam parte do Projeto Retrato do Brasil.⁶⁷

Neste mesmo ano, o SINPRO instituiu o prêmio de Educação do Rio Grande do Sul, para evidenciar projetos, instituições e profissionais do setor. O *troféu Pena Libertária* foi criado pelo escultor Gustavo Nackle. Dentre os agraciados destacamos Edy Viñas Pereira, por sua dedicação ao magistério durante 60 anos; o programa *Integrar RS* da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT; o Movimento de Alfabetização de Porto Alegre – MOVA; o padre Elli Benincá, de Passo Fundo, estudioso e divulgador do método Paulo Freire desde a época da ditadura, e a UNISC pela democratização de sua gestão.

A Feira do Livro de Porto Alegre, em 1998, passou a integrar a agenda cultural da entidade. O SINPRO, desde esse ano, tem uma barraca própria na Praça da Alfândega, dá apoio institucional ao evento e, naquela ocasião, organizou a exposição, “*A Leitura*”, além de orientar as visitas guiadas à Feira para alunos de estabelecimentos particulares.

Em 1999, o Sindicato inovou ao fazer o lançamento público de sua CS/99 no Brique da Redenção, em Porto Alegre, e em diversas cidades do interior. Deflagra uma nova campanha de sindicalização, cuja meta pretendia atingir mais de 2.250 professores. Em

⁶⁵ Informações disponibilizadas no *site* da entidade, em 22/06/2003, como mencionamos.

⁶⁶ Período dedicado pelo professor para a preparação da aula, correção de provas, desenvolvimento de projetos, de acordo com o *site* (SINPRO, 22/06/2003). Diz ainda que a rede privada, com exceção de algumas escolas de ensino superior, não remunera os professores por esse trabalho, ao contrário do que já fazem o ensino público estadual e municipal de POA.

⁶⁷ Os espetáculos aconteceram no Teatro da OSPA com Lourdes Rodrigues e Jair Rodrigues; Gelson Oliveira e Chico Cezar; Pena Branca e Xavantinho; Jerônimo Jardim e Arrigo Barnabé (SITE, SINPRO, 22/06/2003).

abril, fecha o acordo coletivo com o SINEPE, com reajuste superior à inflação acumulada no período. Novamente o pedido de hora-atividade não foi conquistado. Ele ainda apoiou a 1ª edição da Expolivro Zona Norte. Em maio, o Sindicato lança a campanha de assinaturas para o Jornal ExtraClasse, editando o livro Extra! Extra!, reunindo os melhores textos publicados naquele veículo.

Ainda em 1999, o sindicato realiza um seminário estadual para, entre outras ações, rediscutir o pagamento da hora-atividade. De novo é parceiro na 8ª Jornada Nacional de Literatura em Passo Fundo. Organiza duas exposições fotográficas: “*A Leitura*” e “*Censura e Exclusão*”, e promove a exibição do filme Mauá – o imperador e o rei, de Sérgio Rezende, dentro do programa pré-estréia para professores.

A segunda edição do Prêmio Educação premiou a Escola Itinerante em Acampamentos do MST; o programa Interinstitucional de Integração da Universidade com a Educação Básica da UCPEL; o programa de convênios da Secretaria Municipal de Educação com Creches Comunitárias; a Fundação Unitrabalho e o professor Mário Osório Marques. A educadora Zilláh Mattos Totta recebeu, “*in memoriam*”, Menção de Reconhecimento. Na sua participação na Feira do Livro, promoveu um número significativo de atividades culturais. No final do ano, o SINPRO aprova a pauta de reivindicações para a CS/2000 e cria o Fundo Rotativo de Apoio à Qualificação Docente – FAQ, que supera o número planejado de sindicalizados.

O lançamento da CS/2000 conta com shows de Nei Lisboa, *The Hard Working Band* e Pagode do Dorinho, no Parcão, em Porto Alegre. A Campanha é em conjunto com os funcionários dos estabelecimentos particulares de ensino. De novo, o SINPRO lança a campanha de sindicalização – “*Conheça seu Sindicato e Redescubra o Brasil*”. A intenção era sindicalizar 55% da base. Como atrativo, sorteios de pacotes turísticos para cidades históricas brasileiras. Começa, na capital, a distribuição do ExtraClasse nas principais bancas de jornais – preço: R\$ 2,00 reais. Ainda em março é lançada a página sobre as escolas particulares do estado no *site* da entidade⁶⁸.

As primeiras vagas para o FAQ são sorteadas, beneficiando oito mestrados e dois doutorandos. O ExtraClasse está de “*cara nova*” – policromia na capa e novo projeto

⁶⁸ Informações disponibilizadas no *site* do SINPRO, em 22/06/2003.

gráfico. A terceira edição do Prêmio Educação acontece, oito são os premiados. O SINPRO de novo está na Feira do Livro. Em dezembro de 2000, por aprovação da categoria, é antecipada a CS/2001. O *site* da entidade oferece outros *links* de acesso – a jornais, museus, bibliotecas do país e do mundo e a legislação nacional sobre a educação.

Em fevereiro de 2001, o SINPRO e o SINEPE assinam a Convenção Coletiva de Trabalho, com índice superior à inflação do período. O Sindicato promove a Aula Inaugural do Milênio, com Içami Tiba, cuja temática foi “*A Relação Professor/Aluno: Limites na Medida Certa*”. A entidade, junto com a *NN International*, promove sessões gratuitas, para professores, do filme, “*Brava Gente Brasileira*”, de Lúcia Murat. O Sindicato lança o serviço de hospedagem gratuita de *páginas pessoais* e *endereço eletrônico*, para todos os seus 12 mil associados. Pela primeira vez na história do SINPRO, negocia um acordo fora da sua base de atuação: Fundação Liberato Salzano, de Novo Hamburgo.

A parceria do SINPRO com a *NN International* leva, agora, o filme, “*Brava Gente Brasileira*” para o interior do Estado, em maio de 2001. As inscrições para concorrer ao Prêmio Educação, podem, também, serem feitas pela Internet. A interiorização dos seminários, realizada pela entidade, a exemplo do “*Limites de Possibilidades da Educação Superior*”, passa a ser uma realidade nesta práxis sindical. “*Tá na hora do recreio*”, peça escrita pela carioca Ivanir Calado, conta com apoio do SINPRO. Resgatando a campanha pela remuneração da hora-atividade, durante um mês o SINPRO montou um calendário, para que fossem anotadas atividades e horas consumidas no trabalho extra-classe.

Agora é a vez da peça infantil “*Do outro lado da cerca*” receber o apoio da entidade. A campanha de sindicalização premia os ganhadores da promoção com automóveis, *notebook*, DVD e assinatura do *Jornal Folha de São Paulo*. Em agosto, novamente, uma única chapa se inscreve para as eleições do SINPRO. O Sindicato promove a pré-estréia do filme “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, vencedor do Festival de Gramado. Os associados têm entrada franca e ganham material didático do *Projeto Escola*, para trabalhar o filme em sala de aula. Em setembro, ocorrem as eleições no SINPRO; 95,98% dos votos vão para a Chapa 1 – Novos Desafios⁶⁹.

⁶⁹ Informações disponibilizadas no *site* da entidade. Acesso em 22 de junho de 2003.

Neste mesmo mês, a entidade retoma as reclamações contra a União, visando ao ressarcimento dos expurgos do FGTS. O Seminário da Educação Superior, promovido pelo SINPRO, debate o intenso aumento de oferta e demanda nas escolas particulares do Brasil e no Estado. Em outubro, a nova diretoria do SINPRO, gestão 2001/2004, toma posse num jantar-baile no Dia do Professor. O SINPRO participa das ações em defesa da Universidade Pública. Também em outubro, ocorre a 4ª edição do Prêmio Educação e a parceria com a Câmara Riograndense do Livro (SIC), privilegiando a 47ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Acontece, em novembro, a paralisação dos trabalhadores em educação da Universidade da Região da Campanha – Bagé, em razão do atraso sistemático dos salários. O SINPRO participa da campanha, chamada pela CUT, contrária à extinção dos direitos trabalhistas dos brasileiros. Em dezembro, os professores aprovam a minuta de reivindicações de 2002, contemplando a antecipação das Negociações salariais com o Sindicato patronal. Nessa mesma assembléia, os professores deliberam, por unanimidade, pela moção de repúdio ao projeto que altera a CLT. Iniciam as Negociações salariais com o SINEPE.

Em janeiro de 2002, a entidade defende a realização do Fórum Social Mundial 2003, em Porto Alegre. O escritor Rubem Alves é quem ministra a Aula Inaugural, promovida pelo Sindicato. Tema: “*A escola que sempre sonhei*”. Em março, a campanha de sindicalização alerta: *Participação é fundamental*, refletindo a concepção sindical de que a representação deve ser forte e atuante. Os prêmios, para recompensar os associados “*sindicalizadores*”, vão de celulares a um automóvel *Palio EX* e todos os sócios concorrem a uma viagem para Maceió, um computador *Pentium I GHZ* e uma TV *Philips 29*”.

A ULBRA, no foco do SINPRO. O descumprimento de acordo firmado com a entidade, que garantia pagamento dos salários atrasados e multas, leva o SINPRO a pedir penhora de um terreno da ULBRA, no valor de 12 milhões de reais. Outro conflito: impasse nas Negociações salariais. A categoria dos trabalhadores entende como tentativa de arrocho salarial a proposta de reajuste abaixo da inflação apresentada pelos patrões. Estes, por sua vez, afirmam que o reajuste das anuidades ficou aquém da inflação do período. Na assembléia realizada em abril, os trabalhadores em Educação das Escolas Particulares – *Dizem não! ao*

arrocho salarial, o que resultou no fechamento do acordo com reposição integral da inflação pelo INPC⁷⁰.

No mesmo mês, reinaugura a sede estadual do Sindicato Cidadão e sorteia as vagas da edição 2002 do FAQ. É encaminhado ao Supremo Tribunal Federal pedido de revisão do processo que trata da Substituição Processual, iniciado em 1997, cuja indefinição tem prejudicado milhões de trabalhadores brasileiros. Em maio, é lançada a 5ª edição do Prêmio Educação. O SINPRO alerta os professores para ficarem atentos nos extratos do FGTS fornecidos pela CEF – Caixa Econômica Federal. Os dados ali fornecidos não expressavam os reais valores devidos. Ainda nesse mês, a direção sindical lança o selo comemorativo aos 65 anos da entidade, marcado por inúmeras promoções e apoios a atividades culturais e educacionais, envolvendo a categoria e a comunidade gaúcha.

Em junho, a entidade assinou, na Assembléia Legislativa, o Protocolo de Intenções, para unificar o calendário escolar que define o início das atividades em 24 de fevereiro e seu final em 20 de dezembro. As ações sindicais do Sindicato Cidadão continuam. Uma nova publicação é lançada.

Nasce em novembro, a Textual, também em comemoração aos 65 anos de fundação. Este novo espaço editorial registra, na primeira edição, sua proposta: Ser um meio de *“divulgação da produção científico-acadêmica, para o debate acerca do mundo da escola, (...) às políticas gerenciais e ao cenário sócio-econômico (SIC) (...)”* (TEXTUAL, 2002, p. 3). Além desta novidade, as mobilizações, para a próxima campanha salarial, começam. O *slogan* da CS/2003 sintetiza a luta da categoria: *“Não abra mão do que é direito”*.

O processo de Negociação desta campanha foi o mais longo dos últimos dez anos e, depois de muitas reuniões, a direção do SINEPE admitiu que o fechamento do acordo contemplava a reposição integral dos 17,66 %, mesmo que parcelado. O SINPRO/RS considerou essa Negociação salarial *“como a mais difícil e complexa já realizada nos últimos anos. O resultado dela, no entanto, consolida a luta histórica do sindicato em manter o poder aquisitivo dos professores”*, diz o dirigente Amarildo Cenci (EXTRACLASSE, 2003, p.

⁷⁰ Informações disponíveis no *site* da entidade, acessado em 22/06/03.

14)⁷¹. A assembléia dos estabelecimentos de ensino, realizada em 20 de maio, aprovou a proposta de acordo, negociada pelas bancadas sindicais.

No dia 25 de maio, Elza Soares e outros talentos coroaram as comemorações dos 65 anos do Sindicato. O Parque da Redenção foi palco da festa, reunindo mais de oito mil pessoas, mesmo com frio e tempo nublado, conforme acentua o Jornal ExtraClasse (2003, p.14). Nei Lisboa e o Coral do Centro Ecumênico de Cultura Negra (Cecune) apresentaram as outras faces do Rio Grande. A dirigente sindical Soraya Franke disse que o espetáculo “*foi um tributo à diversidade étnica, à cultura e ao gênero, que são os pilares para a construção de uma sociedade mais humana, que sempre pautou a ação histórica do sindicato*” (EXTRACLASSE, 2003, p. 15). E, assim, a história do SINPRO/RS continua.⁷²

Esperamos, com este breve resgate, ter reunido alguns fragmentos desta trajetória. Nossa intenção, como já defendemos, não almejava um olhar puramente histórico desta caminhada, até porque nossa perspectiva apenas tenta resgatar este Sujeito Coletivo⁷³, que se diz cidadão, a partir de sua *práxis* e das relações por ele mantidas com os demais Sujeitos sociais.

1.7 Breve resgate da trajetória da Revista no Brasil

Este capítulo apresentará, de forma resumida, a trajetória da Revista no Brasil, as suas características e principais elementos constituintes.

(...) imaginar que no Brasil (...) essa festa de informação, cultura e entretenimento nasceu de tão pouco – de um maço mal encadernado de papel, tinta, páginas monotonamente recobertas de texto, sem uma ilustração que fosse. Quem chamaria aquilo de revista? (...) (RB, 2000, p. 16).

⁷¹ Publicado no mês de junho, nº 72.

⁷² O levantamento histórico do SINPRO foi atualizado até este ano, por ocasião da banca de qualificação.

⁷³ O sindicato coletivo (SC) é a figura representativa dos intelectuais orgânicos, neste caso, do trabalho, da contra-hegemonia (SCCH). No entanto, ele não se restringe a essa representação, pois os intelectuais orgânicos do capital, também, são representados pelo sujeito coletivo da hegemonia (SCH). Categorização que surgiu após a nossa análise.

Conforme a publicação *A Revista no Brasil* (2000)⁷⁴, nem mesmo seu editor, o tipógrafo e livreiro português Manoel Antonio da Silva Serva chamaria “*aquilo de revista (...) ao colocá-las à venda, em Salvador, no mês de janeiro de 1812 (...) ‘As Variedades ou Ensaios de Literatura’ como ‘folheto’*”⁷⁵ (...). Somente dois números saíram, contudo foi o suficiente para fazer de *As Variedades* a primeira revista brasileira⁷⁶. No entanto, muito tempo foi preciso para que a geração de *As Variedades* conquistasse o formato atual e fizesse parte, de fato, da vida dos brasileiros.

As primeiras revistas nacionais não tiveram muita importância para a sociedade, pois não procuravam refleti-la, de acordo com a RB (2000, p. 18): “*eram publicações eruditas, não noticiosas. A preocupação com a notícia (...) não era a tônica (...) da época – o grito de D. Pedro às margens do Ipiranga demorou treze dias para ecoar nas páginas do jornal O Espelho, do Rio de Janeiro*”.

Em janeiro de 1904, as revistas já detinham mais consistência e popularidade, dada a crônica, assinada por Olavo Bilac, na edição de estréia do semanário carioca *Kósmos*. Após registrar o medo dos grandes editores da capital francesa, de que o jornal viesse a “*ameaçar de morte a indústria do livro*” (RB, 2000, p. 18), escreveu o poeta: “*Quem está matando o livro não é propriamente o jornal; é, sim, a revista, sua irmã mais moça, cujos progressos, no século passado e neste começo de século, são de uma evidência maravilhosa*” (RB, 2000, p. 18-19). Antes desta notoriedade, porém, em 1860, a ilustração e a fotografia já entravam firmes no cenário e não demoraram por dominar as páginas dessas publicações.

⁷⁴ **A Revista no Brasil** foi publicada pela Editora Abril em julho de 2000, em comemoração aos 50 anos da Abril, com a intenção de ser um documento que contasse a história dessas publicações nos seus dois primeiros séculos. Resultado de mais de dois anos de pesquisa para elaborar o primeiro panorama da revista no Brasil, esta obra, segundo seus autores e Roberto Civita, editor da Abril, tem um estilo de revista, isto é, um livro-revista. Para fins de identificação no texto, a partir deste parágrafo, *A Revista no Brasil* será indicada pelas iniciais: **RB**.

⁷⁵ Embora, de acordo com a RB (2000), o termo ‘revista’ já existisse desde 1704, quando Daniel Defoe, o autor de *Robinson Crusoe*, lançou em Londres *A Weekly Review of the Affairs of France*.

⁷⁶ Ainda que, conforme a RB (2000), o rótulo só viesse a ser adotado em 1828, momento em que apareceu no Rio de Janeiro a *Revista Semanária dos Trabalhos Legislativos da Camara dos Senhores Deputados* (SIC). No entanto, há quem atribua o pioneirismo ao *Correio Braziliense* (CB) (SIC), que o exilado gaúcho Hipólito José da Costa editou em Londres, de 1802 a 1822. Com o subtítulo “*Armazem Literário*” (SIC), aproximadamente 100 páginas e conteúdo mais opinativo e analítico do que noticioso ou informativo, o CB, marco inaugural da imprensa nacional, como diz a RB (2000): “(...) bem que poderia, para os padrões da época, ser chamado de revista, tanto quanto *As Variedades* – mas é mais comumente tratado como jornal. As duas publicações (...) não pareciam uma coisa nem outra, tinham cara de livro” (RB, 2000, p. 18).

Os conflitos não mereceram o mesmo tratamento nas revistas. Vejamos, por exemplo, o foco sobre o país: a Guerra do Paraguai (1864-1870) ganhou destaque na *Semana Illustrada* (SIC) e na *A Vida Fluminense*, e fatos conflituosos, como o de Canudos (1837-1897), só foram pauta nos jornais, conforme registra a RB (2000). Outra característica desses impressos é que não elaboravam artigos extensos – ou seja, para eles bastavam pequenos textos-legendas, “*como aqueles que acompanharam a cobertura copiosamente fotográfica da gripe espanhola no Rio de 1918*” (RB, 2000, p. 21). A imaginação não destronava as mentes jornalísticas daquela época, pois as redações restringiam-se a buscar temas que a atualidade, gentilmente, lhes jogava ao colo.

Já em 1930, o cenário era outro. Neste ano, dois fatos distintos sacudiram os valores da nacionalidade: A revolução que deu início ao governo de Vargas e a eleição de uma Miss Universo gaúcha, Yolanda Pereira, conclamada por representar a beleza da mulher brasileira em esferas internacionais (RB, 2000); este concurso de beleza seria o berço da globalização da estética feminina, no qual a mulher é objeto de culto e admiração, apenas pela riqueza de seus atributos físicos.

Ancoradas por *O Cruzeiro*, as revistas passaram a valorizar, cada vez mais, a reportagem. O jornalista abandonou a redação e conquistou as ruas, e nelas matérias foram elaboradas, agora com a imaginação coroando suas produções. A RB (2000, p. 22) reforça a informação anterior e aponta o ônus desta nova postura quando registra: “*Esportes, política, artes e espetáculos, consumo, modos de vida – nenhum meandro da realidade brasileira deixou de ser desde então freqüentado pelo olhar atento das publicações, muitas das quais pagaram preço alto por essa intromissão*”. Ao cobrir com mais amplitude os fatos da sociedade, a entrada deste tipo de publicação na vida nacional criou a necessidade de atender públicos diversos.

Não era o caso, no entanto, apenas da simples especialização existente já na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* (SIC), de 1939, “*a publicação mais antiga ainda em circulação no país*”, segundo a RB (2000, p. 22). A segmentação, como novo fenômeno, demarcou outros recortes da Sociedade. As categorias dos segmentos, como por exemplo, a família, o homem e o adolescente conquistaram títulos próprios. Este processo acabou por definir um desdobramento (mercadológico) incrível, isto é, muitas vezes, algumas revistas passaram a gerar outras revistas “*(...) fruto maduro e sumarento de As Variedades,*

aquele maço de folhas de papel impresso que o pioneiro Silva Serva pusera à venda quase dois séculos antes” (RB, 2000, p. 22).

1.7.1 Sumariando a mídia revista

Neste ponto, resgataremos as principais características desta Mídia e apresentaremos os elementos que constituem a Revista brasileira.

1.7.1.1 Sedução à primeira vista

A capa foi destinada a seduzir o leitor e se caracterizou por ser o grande desafio dos editores. A RB (2000, p. 24) sintetiza esta preocupação: *“Como criar um ‘rosto’ que, entre centenas de outros, tenha o poder de fisgar quem vai a uma banca de revistas?”* A mesma fonte declina que boas capas vendem e consagram uma revista e indaga: *“Que leitora no Brasil teria dificuldade de identificar Nova prontamente, mesmo com o logotipo encoberto? A isso se chama de identidade visual”* (2000, p. 24). Publicações do início do século XX divulgavam em suas capas somente desenhos ou reproduções de pinturas. A capa, portanto, tinha independência em relação ao conteúdo tratado em seu interior.

O Cruzeiro, em 1940, e dez anos mais tarde, a *Manchete*, foram atrás do furo jornalístico, o que refletiu na chamada de capa e na sedução que ela provocaria no leitor. *“Os editores descobriram, então, o valor da chamada de capa, texto breve, preciso, irresistível piscadela verbal a seduzir o leitor”*, confirma a RB (2000, p. 24).

1.7.1.2 Reportagem: a resposta das buscas na sociedade local e global

O sujeito João do Rio, pseudônimo do jornalista e escritor carioca Paulo Barreto, rompeu com a produção de matérias de redações, daquela época, e surgiu com suas pautas arrojadas, dado o seu forte perfil de repórter. Logo, Barreto foi um dos primeiros jornalistas brasileiros a deixar as redações e os salões grã-finos, para encontrar a notícia nas ruas.

O que João do Rio fazia em Kósmos, revista de cultura (...), não era ainda a reportagem tal como existiria mais tarde. Não havia (...) preocupação com a objetividade. Mas a narrativa trazia já um indispensável ingrediente do gênero, a fiel observação da realidade, além da disposição do autor de contar o Brasil aos brasileiros (...) (RB, 2000, p. 41).

A reportagem de Revista tomou corpo, no Brasil, a partir da crônica, usada pelos literatos, ao tratar de fatos passageiros, e da prática das publicações estrangeiras, sobremaneira as francesas, habituadas a este gênero. Curioso pensarmos, hoje, que o texto naquela época não era o mais importante numa revista – “*ele apenas complementava a ilustração*” (RB, 2000, p. 43). Acontecia, como por exemplo, na *Revista Illustrada* (SIC), de 1876, de um mesmo autor escrever e desenhar. A Revista, portanto, era mais para ver do que para ler e os resultados desta relação, em geral, eram instantâneos característicos daquele “*fin-de-siècle*”, extratos do clima carioca e do contexto político brasileiro nos anos anteriores à Abolição da Escravatura e à Proclamação da República.

Corrupção, disputas políticas, injustiças sociais eram temas que não escapavam ao humor provocante das reportagens da *Revista Illustrada* (SIC). Um bom exemplo da provocação desta revista foi publicado na edição de 16 de novembro de 1889, que, concluída com antecedência, não divulgou a derrota da monarquia, ocorrida na véspera. Um curto texto descreveu o histórico baile, promovido dias antes por D. Pedro II, no palácio da Ilhas Fiscal, na Baía de Guanabara, evento que pontuaria o término do Império.

Para conseguir espaço necessário à dança, o sr. Hasselmann, guarda-mor da alfândega, teve de suar não só o topete, mas também o colarinho, de tal modo que este perdeu toda a compostura e tomou o aspecto de uma simples tripa enrolada no pescoço, anotou o improvisado repórter da Revista Illustrada, um republicano que se infiltrara na festa (RB, 2000, p. 43).

Segundo consta na RB (2000), o primeiro desafio jornalístico, de peso, das revistas brasileiras, foi a Guerra do Paraguai (1864 -1870). Por um bom tempo, os jornais transcreviam informações oficiais ou divulgavam cartas, enviadas do campo de batalha. Mas a cobertura de expressão iniciou, quando, em 1865, a *Semana Illustrada* (SIC), periódico de

Henrique Fleuiss, desenhista alemão, radicado no Brasil, acompanhou o desenrolar desta guerra. A estratégia de Fleuiss foi a seguinte:

Na redação da revista, no centro do Rio, Fleuiss recebeu certo dia um grupo de oficiais prestes a partir para o front. Convenceu-os então a enviar relatos exclusivos da guerra para a Semana e ensinou-lhes os princípios de uma técnica ainda precariamente aproveitada, a fotografia, a partir da qual eram elaboradas as ilustrações. Nascia ali, com aqueles repórteres de última hora, um gênero jornalístico novo no Brasil – a fotorreportagem, sob a forma de textos curtos que acompanhavam as imagens (RB, 2000, p. 44).

Desta forma, a fotografia passou a ser essencial na reportagem. A Revista da Semana, de 1900, foi quem melhor usou este recurso em seus primórdios, revela a Revista no Brasil (2000). Além de ir à rua, para fazer reportagens fotográficas, a Revista da Semana, fazia fotos de estúdio, simulações de crimes, por exemplo, para ilustrar as páginas policiais — a “dramatização” se configurou como instrumento para criar estes registros de imagens. De acordo com a RB (2000), as únicas imagens de domínio público da Revolta da Vacina⁷⁷, em 1904, foram publicadas na Revista da Semana. Ela, também, se preocupava com os acontecimentos de maior abrangência – fornecia quase um diário sobre a I Guerra Mundial (1914 -1918).

Na primeira década do século XX, surge a *Fon-Fon!*, que preferia a pauta gente – assunto, ainda hoje, tão explorado por um número significativo de revistas brasileiras. Normalmente, seus personagens ostentavam “*algum feito extraordinário no seu currículo*”⁷⁸ (...)” (RB, 2000, p. 44). No entanto, a revista que colocou a reportagem como vedete do veículo foi *O Cruzeiro*, criada em 1928, por Assis Chateaubriand, principal Sujeito de um dos maiores impérios do mercado editorial nacional.

Chateaubriand investia de forma pesada no mercado jornalístico, o que resultava, inclusive, em matérias de grande repercussão. O ano de 1930 consagrou a sua

⁷⁷ “(...) reação popular à decisão que impôs a vacinação obrigatória contra a febre amarela, no Rio (...)” (RB, 2000, p. 44).

⁷⁸ “(...) como a de Eugenia Brandão, uma jovem ‘reportista’. Para escrever ‘uma reportagem sensacional’, publicada em A Rua, ela se internou num convento para onde famílias mandavam suas filhas problemáticas – e por esse feito, virou personagem de Fon-Fon!” (RB, 2000, p. 44).

trajetória, que apenas iniciava, quando mandou produzir o primeiro concurso de Miss Brasil e, logo após, enviou equipe de reportagem “aos Estados Unidos para cobrir a etapa final (...), a eleição da Miss Universo, vencida pela gaúcha Yolanda Pereira” (RB, 2000, p. 47).

Com visão jornalística privilegiada, Chateaubriand buscou a legitimação da reportagem ilustrada em sua revista. Nos anos 40, sob o comando do fotógrafo francês Jean Manzon e do repórter paulista David Nasser, tal tarefa seria cumprida, “por uma das mais bem-sucedidas parcerias do jornalismo brasileiro” (RB, 2000, p. 47). Os dois viajavam pelo país, em lugares desconhecidos, e retornavam com fotos e “histórias sensacionais”. Mas o registro de boas duplas no *O Cruzeiro* não pára por aí, “que segundo David Nasser abrigava todo um ‘esquadrão de ouro’” (RB, 2000, p. 47). Outra dobradinha consagrada foi a de Arlindo Silva e Jorge Ferreira, no Rio, que cobriram o assassinato do bancário Afranio de Lemos (SIC), imputado ao oficial da Aeronáutica Alberto Jorge Bandeira – conhecido como “tenente Bandeira”.

Chateaubriand, figura arrojada de seu tempo, em determinado mês, espalhava uns 30 jornalistas pelo país atrás de notícias. Numa destas, em 1955, o repórter Mário de Moraes e o fotógrafo Ubiratan de Lemos acompanharam, de caminhão, destino Pernambuco/ Rio, 102 trabalhadores em busca de emprego na construção civil – o que lhes rendeu o primeiro prêmio Esso de Reportagem⁷⁹. Moraes, em *O Cruzeiro*, era conhecido pelo apelido de “rei do furo” e merecia tal denominação, pois, numa ocasião, parou numa prisão mexicana, disfarçado de advogado brasileiro, para entrevistar o assassino do líder revolucionário russo Leon Trotsky, Jacques Mornard, codinome de Ramón Mercader.

No entanto, apesar de tanto feitos e reconhecimento, *O Cruzeiro* não era modelo de rigor e isenção jornalísticos. Em 1952, ela divulgou como real a fotomontagem do que teria sido um “desfile de discos voadores no (...) Rio de Janeiro” (RB, 2000, p. 50). E num requinte gráfico que rendeu um encarte de oito páginas: “Extra: Disco Voador na Barra de Tijuca”.

⁷⁹ O Prêmio Esso de Reportagem, logo depois desta passagem, se legitimou como a distinção mais desejada pelos profissionais de imprensa no Brasil, conforme a RB (2000).

A sua concorrente, *Diretrizes*, criada por Samuel Wainer, em 1938, que não cometia deslizes desta ordem, mas bebeu do bom leite jornalístico do semanário de Chatô⁸⁰, elaborou reportagens inesquecíveis. Uma delas foi produzida por Joel Silveira, em 1943, quando este repórter se infiltrou entre os milionários quatrocentões, resultando no relato “*Granfinos em São Paulo*”, “*texto cáustico de que os meios jornalísticos guardariam lembrança mais de meio século depois*”, sentença a RB (2000, p. 50).

“*Foi a Diretrizes que o coronel do Exército Dilermando de Assis deu, em 1941, a sua primeira entrevista, revelando por que matara a tiros, 32 anos antes, o escritor Euclides da Cunha e, mais tarde, um filho deste (...)*” (RB, 2000, p. 50). Assis acabou absolvido. Minada pela censura, a *Diretrizes* parou de circular três anos depois, em 1944. Retornou como jornal em 1945, pouco antes de falecer o Estado Novo (1937 - 1945), para acabar de vez em 1946.

Mais adiante, *O Cruzeiro* enfrentou um “*verdadeiro concorrente*” – a *Manchete*, lançada em 1952, por Adolpho Bloch. Na metade da década de 50, *Manchete* circulava com impressão em cores e *O Cruzeiro* “*seguia usando papel de má qualidade e tinta sépia, o que lhe dava uma aparência envelhecida (...)*” (RB, 2000, p. 53). Mesmo assim, a revista de Chatô permanecia conquistando recordes de vendas, como os 720 mil exemplares vendidos⁸¹ sobre o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. A *Manchete* não dava ênfase à reportagem escrita, preferia a cobertura fotográfica. No entanto, sua escolha não a impedia de circular, vez ou outra, com reportagem de impacto – como a histórica entrevista do marechal Henrique Teixeira Lott.⁸² Quando Juscelino Kubitschek (JK) assumiu o poder, *Manchete* registrou com bastante entusiasmo a construção de Brasília.

Bloch fez da *Manchete* o mensageiro do sonho desenvolvimentista de JK. Não foi à toa que sua edição especial, dedicada à inauguração de Brasília, em 1960, vendeu 500 mil exemplares em apenas dois dias (RB, 2000). Em 1966, os semanários de Chatô e Bloch predominavam nas bancas, quando a Editora Abril lançou *Realidade*. Anunciada por seu fundador, Victor Civita como a revista mensal “*dos homens e das mulheres inteligentes*

⁸⁰ Tomaremos a liberdade de identificarmos Chateaubriand de Chatô, como é, também, conhecido pelos brasileiros.

⁸¹ Da edição especial.

⁸² Lott era ministro da Guerra demissionário. Concedeu a entrevista ao diretor da revista, Otto Lara Resende, em 1955. O ministro acabara de depor o presidente da República em exercício, Carlos Luz, abortando, com este afastamento, a articulação de militares e do próprio governo para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

que querem saber mais a respeito de tudo” (RB, 2000, p. 57). Ela reuniu temas ousados, investigação cuidadosa, texto elaborado e produções fotográficas antológicas, proporcionando ao leitor um padrão de reportagem até então não conhecido no Brasil. Com o regime militar instalado no país, não era trabalho fácil.

Neste contexto histórico, o esforço deste conjugado profissional poderia ser em vão. Aconteceu num número, destinado à mulher brasileira, em 1967, onde foram realizadas mais de 1200 entrevistas, num período de três meses de investigação. A edição tratava de liberação sexual, frustração no casamento e sonhos de independência. O suficiente, para que parte do número fosse apreendida, com o velho argumento militar: “*atentar contra a moral e os bons costumes*” (RB, 2000, p. 57).⁸³

Com saudáveis influências estrangeiras⁸⁴, a revista reproduzia a inquietação cultural e de costumes da década de 60, referenciando novos padrões de comportamento. Suas reportagens, desta forma, refletiam aquela Sociedade e primava pelo “*esmero literário*”. *Realidade* fez capas inesquecíveis e destacou uma geração privilegiada de jovens músicos – Chico Buarque, Gilberto Gil⁸⁵, Caetano Veloso – que entrava em cena. Deu generosos espaços para Che Guevara, morto pouco antes, na guerrilha boliviana. Assumiu, para a época, temas delicados, como maconha, os padres identificados com a esquerda, racismo e o movimento estudantil que se mobilizava nas ruas. Penetrou na Guerra do Vietnã (1964 - 1975), pagando um preço alto – na capa que apresentava a reportagem, o enviado especial José Hamilton Ribeiro aparece ferido⁸⁶.

Apesar do sucesso, *Realidade* foi se tornando inviável. Vender muito não garantia a estabilidade do veículo. Os anunciantes começaram a preferir a televisão, que “*aos poucos substituiu esse tipo de revista como veículo de interesse geral*” (RB, 2000, p. 59). É, também, dos anos 60, a revista *Quatro Rodas*, dedicada ao leitor motorizado, apresentando um gênero novo – a reportagem de serviço. Aliás, alguns repórteres de *Realidade* passaram, antes, por *Quatro Rodas*. As publicações especializadas produziram reportagens de impacto, o que acabou virando uma rotina, a exemplo da matéria intitulada: “*Um Cego Tira Carteira de*

⁸³ Mas o pior estava por vir. A pressão aumentaria com a decretação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, inibindo o vigor das reportagens de *Realidade*.

⁸⁴ “Com algo da francesa *Réalités* e da americana *Esquire* em sua fórmula (...)” (RB, 2000, p. 57).

⁸⁵ Além de compositor e cantor, hoje, ele é Ministro da Cultura do governo Lula.

⁸⁶ Este ferimento foi provocado, quando o repórter pisou na mina terrestre que lhe estraçalhou a perna esquerda.

Motorista”; Em que *Quatro Rodas* denunciou o comércio ilegal de documentos de habilitação.

A *Placar*⁸⁷, outra revista especializada, revelou casos de *doping* e fraudes na Loteria Esportiva. *Exame*, quinzenário de economia e negócios “apontou, numa reportagem rica em exemplos, escândalos e absurdos do modelo trabalhista brasileiro” (RB, 2000, p. 60). As femininas – *Claudia* (SIC), da Abril, e *Marie Claire*, da Globo – não restringiam sua pauta à beleza ou à decoração⁸⁸. As reportagens de bastidores passaram a ser pauta de algumas revistas – como o jornalismo da *Playboy*. Ela tirou deste filão um número significativo de matérias, entre elas a reconstituição da história secreta da gestação do Plano Cruzado⁸⁹, em 1986.

As revistas de informação se transformaram no terreno natural da reportagem. Iniciou com a *Visão*, em 1952. Depois veio a *Veja*⁹⁰ que não se limitava à resenha semanal – proporcionou ao leitor coberturas exclusivas – privilegiando o contexto em que o fato se deu, seus desdobramentos e conseqüências. Outra novidade, daqueles começos, “era o texto impessoal, capaz de dar a impressão de que a publicação fora escrita, de ponta a ponta, por um mesmo redator” (RB, 2000, p. 60). *Veja* teve sua trajetória dificultada pelo regime militar até metade dos anos 70. A política gozou de um espaço destacado em suas páginas, no entanto, ela se consagrou pelas reportagens de interesse geral.

Nos anos 90, esta posição chegou a sua máxima, quando *Veja* conseguiu um exclusivo relato do cotidiano numa penitenciária feminina (RJ) ou, quando um documento constrangedor sobre o trabalho infantil no Brasil teve lugar em suas editorias. O seu êxito “(...) excitou o mercado e resultou no aparecimento de outras publicações com fórmula semelhante (...)” (RB, 2000, p. 62). *Afinal* foi uma delas, mas teve vida breve (1984 -1989). *IstoÉ*, criada por Mino Carta, em 1976, como mensal, e que um ano depois se tornou semanal, trouxe uma novidade – um caderno, de seis páginas, destinado aos direitos do consumidor.

Diferente de *Veja*, a *Istoé*, em seu início, não padronizou o texto de quem nela, escrevia – o estilo de cada um foi garantido por seu criador, Mino Carta. Elegeu a

⁸⁷ Revista dedicada ao esporte.

⁸⁸ A primeira ganhou prêmios ao reportar casos de espancamentos de mulheres e abuso sexual contra crianças. A segunda privilegiou temas densos, como o cotidiano das guerrilheiras zapatista no México ou o suplício das mães de internos da Febem de São Paulo.

⁸⁹ Com esta matéria a revista ganhou o Prêmio Esso de Reportagem.

⁹⁰ Criada em 1968, nos moldes da americana *Time*.

política como pauta principal, a exemplo do semanário da Abril. Segundo a RB (2000), ela alcançou a tiragem média de meio milhão de exemplares e entrou neste século como uma das mais importantes publicações brasileiras. Nesta disputa, teria espaço pra mais uma concorrente – a *Época*⁹¹, lançada pela Editora Globo. Com textos curtos, de fácil leitura, com gráficos, tabelas e infográficos⁹² – “*afiançava na estréia o dono das Organizações Globo, Roberto Marinho*” (RB, 2000, p. 62).⁹³

As revistas semanais de informação, mantidas suas particularidades, exerceram significativa influência na vida dos brasileiros, no final do século XX. *Veja* e *IstoÉ* desempenharam um papel determinante, de acordo com a RB (2000), ao denunciarem a corrupção existente no governo Fernando Collor. As duas subsidiaram o Congresso Nacional no processo de *impeachment* que afastou Collor do poder. Por sua vez, *Época*, em 1998, deu um furo ao divulgar o escândalo de escutas telefônicas que derrubou um ministro do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Neste palco, conforme a RB (2000), a política recente brasileira vem sendo contada, respeitadas as singularidades de cada uma delas, como já escrevemos, aos (e)leitores brasileiros.

A mais recente revista semanal que surgiu no cenário das revistas brasileiras foi a *Carta Capital*, fundada por Luís Carta, irmão de Mino Carta⁹⁴. Voltada para política, economia e cultura, a *Carta Capital* surgiu em 1994. No início mensal, depois quinzenal (a partir de março de 1996), e a partir de agosto de 2001 se tornou semanal. Hoje, dirigida por Mino Carta tem uma tiragem média de 65 mil exemplares. Em dez anos de existência, já reúne títulos importantes da imprensa brasileira. Em 2001, o veículo ganhou o Prêmio Brasil de Mídia do Ano pela Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) e repetiu esta conquista em 2003. Também em 2003, conquistou o Prêmio Comunique-se de Imprensa na categoria Executivo de Veículo de Comunicação. Segundo seus críticos, o reconhecimento da revista se destaca pela sua política e linha editorial inconfundível. Diferente da *Veja*, por

⁹¹ Este semanário foi inspirado no alemão *Focus*.

⁹² Tratamento sem precedentes nas revistas brasileiras, diz a RB (2000).

⁹³ “Amparada numa vigorosa campanha de vendas, *Época* atingiria em menos de dois anos uma tiragem de quase 700 mil exemplares” (RB, 2000, p. 62).

⁹⁴ O genovês Demétrio (Mino) Carta, de 71 anos, é italiano por berço e brasileiro por opção. Carta é “pai” de grandes publicações como *Veja*, *Jornal da Tarde*, *Quatro Rodas*, *IstoÉ*, *Jornal da República* e *Carta Capital*.

exemplo, a *Carta Capital* apoiou a eleição de Lula e publica, com frequência, críticas ao governo norte-americano.⁹⁵

Para ilustrarmos a posição partidária do veículo, resgatamos a manifestação de Mino, ao responder a um eleitor, em 12 de novembro de 2003, em sua coluna *A Semana*:

*(...) a mídia, com raras exceções, sempre serviu o poder, sem deixar de fingir imparcialidade, isenção, equidistância. Hoje, um ano depois da eleição, continuamos obedientes, (...), aos mandamentos do jornalismo: fidelidade à verdade factual, exercício do espírito crítico, fiscalização do poder. Às vezes criticamos positivamente o governo (...), às vezes negativamente.*⁹⁶

1.7.1.3 Em cartaz: Ilustração & fotografia – a parceria entre as imagens

A trajetória da ilustração nas revistas brasileiras, em seu começo, foi batizada pela *O Cruzeiro*, quando em suas páginas apareceram “*As Garôtas*” (SIC), criadas pelo desenhista mineiro Alceu Penna. Com traço limpo e requintado, aquelas moças – que surgiram em 1938, e se despediram em 1964 – , “*não apenas ditavam moda e comportamento como deleitavam seu público*” (RB, 2000, p. 65). Diz a revista:

Vinham elas, lindas e modernas, acompanhadas de quadrinhas, historietas românticas, anedotas sem malícia, mero pretexto para exibi-las, tão graciosas, em meio a artigos e reportagens. O texto não tinha autor fixo; variava de um misterioso João Ninguém a Emmanuel Vão Gôgo, pseudônimo de Millôr Fernandes (RB, 2000, p. 65).

Este sucesso configurava o valor dado a ilustração nas publicações nacionais, já no século XIX. O desenho, desde aquela época, tem ocupado espaço ilimitado, enfeitando textos literários, somando outras informações às reportagens ou apenas divertindo

⁹⁵ Informações extraídas do site www.canaldaimprensa.com.br/perfil/quarent5/identidade2.htm. Por Bruna Marques (jornalista). Acesso em 20/05/2005. Canal da Imprensa.

⁹⁶ Depoimento registrado no site Canal da Imprensa. Acesso em 20/05/2005. Enviamos nesta mesma data, um e-mail para a Revista Carta Capital, buscando informações sobre o impresso e, até hoje, não recebemos qualquer retorno (20/05/2006, momento da última revisão e não obtivemos resposta). Nosso registro é mais no sentido de marcar o sentimento de descaso que o veículo demonstrou ter com os seus leitores e pesquisadores.

o leitor. O *Museo Universal* (SIC), de 1837, foi uma das primeiras revistas brasileiras a investir no desenho. Seu criador, o conde Jules de Villeneuve⁹⁷ desejava que, ao ler o *Museo Universal*, “o Brasil folheasse o mundo” (RB, 2000, p. 67). E alardeava: “Nas páginas ilustradas de *Museo*, o leitor admirava edificações e novidades da moda, (...), conhecia paisagens de metrópoles e lugares exóticos”, justificaria Villeneuve (RB, 2000, p. 67).

No entanto, a ilustração se fixou nas revistas na passagem para o século XX. Desenhos ornamentavam a capa das revistas, entre elas: *A Ilustração Brasileira* (SIC), *Fon-Fon!* e *A Cigarra*. As pinturas de salão predominavam, mas a mulher, em pose contemplativa⁹⁸, era um dos temas preferidos. “Raramente a arte, nessas ilustrações, se ligava ao conteúdo da revista. Não se pensava em ‘furos’ jornalísticos; a capa tinha pouco ou nada a ver com o tema principal – importava mais a feição que o artista queria dar a ela” (RB, 2000, p. 67).

Pouco a pouco, a ilustração brasileira ia escapando dos moldes europeus, conquistando ares modernos. Os artistas se sentiam com mais liberdade e adotavam formas estilizadas. Influenciados pela *art déco* e pelo Expressionismo, suas “*pincladas fartas foram se impondo às nuances nas ilustrações*” (RB, 2000, p. 68). Mas, conforme a mesma revista, o lápis⁹⁹ trouxe mais contribuições a esses desenhos do que a própria pintura. Di Cavalcanti¹⁰⁰ criava capas impressionantes, no início do século para a *Fon-Fon!*, *A Rajada* e *Guanabara*. Em *Para Todos...*, quando Di Cavalcanti começou viver a noite carioca, é que surgiram os tipos característicos do teatro burlesco e, de novo, ele se consagrou como ilustrador e caricaturista.

Conta a Revista no Brasil que a ilustração se juntou à literatura em O Cruzeiro, que “*revolucionou o visual das revistas ao integrar definitivamente a fotografia à estrutura editorial*” (RB, 2000, p. 71). Produções textuais de José Lins do Rego, Rachel de Queiroz ou Gilberto Freyre casavam com desenhos de Portinari, Santa Rosa e Augusto Rodrigues (décadas de 30 e 40). “*Fixou-se ali uma fronteira: enquanto a fotografia*

⁹⁷ Jules de Villeneuve era filho do francês Junius Villeneuve, de quem viria herdar em 1863 o *Jornal do Commercio* (SIC) (RB, 2000, p. 67).

⁹⁸ “(...) como um espelho da leitora da época” (RB, 2000, p. 67).

⁹⁹ “O lápis, desde aquela época, foi muito usado pelos caricaturistas” (RB, 2000, p. 68).

¹⁰⁰ “(...) participante ativo da Semana de Arte Moderna de 1922 e caricaturista respeitado (...). Suas imagens passam a refletir, com lirismo ou ironia, o ideal de cosmopolitismo das revistas de variedades dos anos 20, entre elas *O Malho*” (RB, 2000, p. 68-71).

acompanhava as reportagens, a ilustração contracenava com os textos literários ou humorísticos” (RB, 2000, p. 71).

Por essa época, também, começaram a aparecer nas páginas de *O Cruzeiro* os desenhos “graciosos” de Alceu Penna. “*Delicados como croquis da alta-costura, formavam um saboroso picadinho de silhuetas, cinturas finas, perfis e penteados, temperado com os trejeitos da mulher moderna e sensual (...)*” (RB, 2000, p. 71), que no período JK (1956-1961), em especial, definia moda e o comportamento daqueles tempos. Outro marco no uso da ilustração aconteceu na revista *Senhor* (1950). Os responsáveis pela reforma gráfica foram os artistas plásticos Carlos Scliar e Glauco Rodrigues, que, na função de ilustradores, tinham idéias de diretores de arte, observa a RB (2000).¹⁰¹

Em 1964, porém, *Senhor* abandonou as bancas, deixando um vazio no mercado editorial, conforme os registros da *Revista no Brasil*. Quinze anos depois a revista masculina *Playboy* retoma o vigor característico da *Senhor*, apostando nos desenhos com o enriquecimento dos artigos, contos eróticos e das reportagens. Segundo a RB (2000) até as fotografias eram trabalhadas, como ilustração. Pintores e artistas gráficos circulavam na redação da *Playboy*. Entre eles: Rubens Gerchman, Darel Valença, Wesley Duke Lee e Elifas Andreatto – estes últimos conseguiram dividir a atenção do público da revista com as lindas e sensuais garotas e capa.

1.7.1.4 A tecnologia chega com força na imprensa escrita

Figura pós-moderna da antiga família dos gráficos, tabelas e outras formas de desenhos informativos, a infografia¹⁰² surgiu nas revistas e nos jornais no final da década de 70. Foi uma manifestação da “*imprensa escrita ao impacto visual que a televisão e o computador trouxeram ao universo da notícia*“, declina a RB (2000, p. 76). O infográfico organiza ilustrações, fotos, ícones, setas e outros objetos gráficos com a idéia de narrar a história completa. Texto em bloco, quanto mais curto melhor. Há quem acredite que a infografia forneça à página impressa o “*charme e a dinâmica das telas eletrônicas, deixando as informações prontamente acessíveis ao olhar do leitor*” (RB, 2000, p. 76).

¹⁰¹ “A preocupação da dupla era trabalhar o projeto gráfico da revista. A ilustração, para eles, deveria ser utilizada para manter o equilíbrio conceitual e estético de *Senhor*, da capa à última página” (RB, 2000, p. 71).

¹⁰² “Uma outra maneira de escrever, dotada de semântica e vernáculo próprios”, conforme a RB (2000, p. 76).

1.7.1.5 Do histórico ao cotidiano: Fotografia – o registro congelado do fato

De acordo com a RB (2000), a fotografia produziu um gigantesco painel, que as revistas construíram ao longo do século XX. Neste painel, encontramos o sorriso de felicidade do poeta Vinicius de Moraes, a nudez exuberante da atriz Maitê Proença, as mil caras de Jânio Quadros, o perfil enigmático de Getúlio Vargas, as multidões em praça pública a reivindicar por eleições diretas, os olhos desesperançados do garimpeiro de Serra Pelada, entre outras. Elas privilegiam uma busca do país – são cenas que elevam e envergonham. É um país que ora conhecemos, ora nos intriga.

Mas a história remonta ao século XIX, momento dramático que afetaria o país – a partida de tropas para a Guerra do Paraguai, em 1865. O registro foi feito por José Maria da Silva Paranhos Júnior (depois barão do Rio Branco) e publicado meses mais tarde por Henrique Fleuiss, editor de *Semana Illustrada* (SIC). Não foi, porém, a primeira fotografia vista numa revista brasileira. Ainda sem o papel relevante que teria na trajetória das revistas, o invento vinha sendo utilizado havia algum tempo. No início, a fotografia era usada de maneira indireta: ela servia de base para litografias que os jornais e as revistas publicavam. Desta forma, foi feito com a cena registrada pelo José Maria.

Esta parceria¹⁰³ permitiu que *O Besouro* divulgasse, ao país, a seca vivida pelo Ceará, entre 1877 e 1878, com desenhos de Bordallo Pinheiro sobre fotos de J. A. Corrêa, enviadas do Nordeste pelo “*enviado especial – o abolicionista José do Patrocínio*” (RB, 2000, p. 92). De fato, o aproveitamento da fotografia (direta) aconteceu em 1884, na *Galeria Contemporanea do Brasil*¹⁰⁴ (SIC), editada no Rio de Janeiro pelo belga Henrique Lombaerts. Segundo a RB (2000), o retrato de Machado de Assis foi elaborado por fototipia, via um negativo de Insley Pacheco, um dos maiores fotógrafos do século XIX.

No início do século XX, o fotojornalismo ocupou seu lugar, de forma privilegiada, nas páginas da *Revista da Semana*. A utilização das fotografias junto às caricaturas e textos leves, assinados por Sujeitos reconhecidos, fez com que a *Revista da Semana* alcançasse um sucesso significativo, que durou por mais de 50 anos. Influenciada pela *Revista da Semana*, a *Kósmos*, de 1904, foi a que aperfeiçoou a qualidade de impressão.

¹⁰³ Foto e litografia.

¹⁰⁴ “No número único, talvez desta revista” (RB, 2000, p. 92).

Nas revistas populares *O Malho*, *Fon-Fon!*, *Careta* e *A Ilustração Brasileira* (SIC) registros divulgavam os novos hábitos da Sociedade. A explosão da imagem estava por vir. E, ela aconteceu em *O Cruzeiro*, que, no começo, usava fotos apenas como ilustração.

Em 1943, a transformação ficou por conta do fotógrafo francês Jean Manzon. Ele trouxe para a revista uma nova linguagem visual – com muita cor e um grau de dramaticidade, suas fotos tinham um tom opinativo e davam às reportagens um ar pomposo e, algumas vezes, conforme a RB (2000), sensacionalista. Elas requeriam um complexo “aparato técnico, com flashes e tripés, e ocupavam páginas inteiras em *O Cruzeiro*” (RB, 2000, p. 95). O prestígio não acompanhava o comportamento ético. *O Cruzeiro* seguidas vezes desrespeitava o leitor. Quando o fotógrafo saía para cobrir um fato policial, levava uma boneca e uma chupeta, revelou anos mais tarde o fotógrafo João Pires (RB, 2000, p. 97).¹⁰⁵

Em 1940, o piauiense José Medeiros, aluno, preferido de Manzon, abandonou seu mestre, e se transformou um dos principais nomes do fotojornalismo brasileiro. Para Glauber Rocha, Medeiros criou uma “*luz brasileira*” – suas fotos tinham enfoque social e se caracterizavam por serem espontâneas e originais, contrariando a concepção, pouco recomendável, de seu professor. No entanto, a revolução iniciada em *O Cruzeiro* fez escola e outras revistas assumiram propostas gráficas de padrões mais arrojados. *A Manchete* foi uma delas. Lançada, em 1952, privilegiou a fotografia como seu ponto forte. Adolpho Bloch, seu idealizador, acreditava ser antes de tudo um gráfico.¹⁰⁶

O crescimento da *Manchete* iniciou nos anos dourados do projeto desenvolvimentista nacional (1956), quando JK assume o governo federal. A urbanização acontecia rapidamente e o Brasil era envolvido pelo entusiasmo que a construção de Brasília despertou. Mas este ufanismo, após a era JK, não resistiu ao golpe militar de 64. *Realidade*, publicação mensal da Editora Abril, de 1966, auxiliou a fazer a imagem do país depois do golpe. Mostrar a nova forma, “*moderna e arcaica*”, em matérias marcantes e muito ilustradas era a sua preocupação. Da *Realidade*, participaram fotógrafos consagrados, entre eles Walter Firmo, Maureen Bisilliat, David Zingg, Cláudia Andujar, Geroqe Love, Luigi Mamprin, Leus Parrela e Jean Solari.

¹⁰⁵ “No local, arrumava a cena: ao fundo, um carro amassado; na frente, a boneca rasgada e a chupeta lá longe. Era a ‘cascata’, foto que chocava emocionalmente e vendia” (RB, 2000, p. 97).

¹⁰⁶ Ele próprio escolheu o papel de boa qualidade que seria a marca da revista, apostou na modernização das rotativas e reuniu uma equipe de fotógrafos renomados. Muitos deles tirados de *O Cruzeiro*, como Jean Manzon, Indalécio Wanderley, Gervásio Baptista e Yllen Kerr (RB, 2000).

A Abril trouxe uma novidade na área fotográfica, na década de 60, quando instalou o primeiro estúdio brasileiro de grande porte – ali eram fotografados desde pequenos objetos a um elefante de circo, por exemplo. E desta experiência surgiram especialistas em fotos de estúdio – como José Antonio, Sérgio Jorge e Jorge Butsuem –, geração que o cearense Chico Albuquerque, um dos professores da fotografia de propaganda, havia apresentado à arte nos anos 50. Daí apareceu um outro especialista – o produtor visual, repórter responsável em buscar, no comércio, novidades que constituíam esta produção. Segundo a RB (2000), o pioneiro Estúdio Abril encerrou suas atividades em 1999, quando outros menores surgiram nos grandes centros do país.

Curiosamente, a década que deu berço ao Estúdio Abril foi a que testemunhou o surgimento de revistas que privilegiavam o texto – como *Veja* (1968) e mais tarde *IstoÉ* (1976). Todavia, por uma pincelada irônica da história, foi uma foto¹⁰⁷ da *Veja*, que mobilizou a *censura* a tirar de circulação parte de sua edição, quando o Ato Institucional nº 05 já empobrecia, com rigor, a liberdade nacional e coroou sua imposição com o fechamento do Legislativo. Na escuridão do AI-5, a fotografia despontou num brilhante papel – o de falar, por meio das imagens, até algumas vezes, de forma subliminar, aquilo que as palavras não podiam retratar. Ao traçar este e outros caminhos em sua trajetória, a valorização da fotografia foi crescendo no desenrolar das três últimas décadas do século XX (RB, 2000).

Esta importância tomou corpo, sobretudo, nas revistas especializadas. *Quatro Rodas* trazia com exclusividade detalhes dos novos modelos de carros, captados na fase de teste. No segmento da cultura, como *Bravo!* e *Cult*, retratos com alta produção valorizavam perfis de grandes personagens. E foi na força de ensaios fotográficos, como os de Bob Wolfensou ou J. R. Duran que as vendas de *Playboy*, por mais de uma vez, alcançaram a marca de 1 milhão de exemplares.

¹⁰⁷ A do presidente Costa e Silva no plenário vazio da Câmara dos Deputados. Mas de fato este registro foi capturado quando o então ministro de guerra do governo Castello Branco (64-67), Costa e Silva visitava à CD e foi flagrado, no plenário vazio por Roberto Stuckert – Só que *Veja* publicou a foto numa capa de dezembro de 1968, que bateu com a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso. Detalhe: Nesta época o presidente da ditadura militar era Castello Branco. Como de hábito daquele período, parte da edição número 15, foi apreendida (RB, 2000).

1.7.1.6 Cultura: O cenário que reúne escritores & intelectuais nas revistas

A RB (2000, p. 111) nos lembra, com muita propriedade, que as revistas “(...) foram um pouso natural para escritores e intelectuais. Para muitos, também uma segura pista de decolagem”. Foi no *Periodico dos Pobres* (SIC), em 1854, que aos quinze anos de idade, Joaquim Maria Machado de Assis¹⁰⁸ estreou na produção tipográfica, ao dedicar um soneto a uma senhora identificada, apenas pelas iniciais D.P.J.A. Esta foi a forma que o estudante de Medicina João Guimarães Rosa usou para publicar o seu primeiro conto – O Mistério de Highmore Hall – na revista *O Cruzeiro*, em 1929. Os exemplos não param por aí. Para a RB (2000, p. 111):

Boa parte da melhor produção de Rubem Braga apareceu originalmente em Manchete, numa época – década de 1950, começo dos anos de 1960 – em que, na mesma revista, também Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos contribuíram para fazer da crônica um gênero literário mais encorpado.

A primeira fase de *Senhor* (1959 a 1964), coordenada por Nahum Sirotsky¹⁰⁹, publicou, de Jorge Amado, *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*; de Guimarães Rosa, *Meu Tio o Iauaretê*; e de Clarice Lispector, *A Menor Mulher do Mundo*. *Claudia* (SIC) e *Playboy* preservaram, em suas edições, por muitos anos, produções de ficção de qualidade. A *Status*, por sua vez, divulgou diversos cadernos com “seleções de contos de primeira linha”, enaltece a RB (2000, p. 111). Nestas publicações generalistas, vendidas em bancas, a literatura era apenas um dos itens de sua linha editorial. Contudo, segundo a *Revista no Brasil*, havia outras – as revistas de cultura –, de abrangência mais restrita. Estas edições tinham, com frequência, uma forma de livro e eram vendidas em livrarias para um público especializado. Elas até hoje cumprem “o papel de expor, agitar e difundir idéias”, reforça a RB (2000, p. 112).¹¹⁰

¹⁰⁸ J.M.M.A. – iniciais usadas por ele naquela época.

¹⁰⁹ Nesta época, só para exemplificar, o lendário Paulo Francis fazia parte de sua equipe. A RB (2000) considera brilhante esta primeira fase da revista.

¹¹⁰ No entanto, “parece ser próprio dessas publicações ter vida breve, suficiente apenas para plantar novidades, deflagrar debates e, sobretudo, revelar talentos” (RB, 2000, p. 112).

Outra celebridade que apareceu numa revista deste gênero foi Carlos Drummond de Andrade. Ele surgiu na “tosca” *A Revista*, que auxiliou a lançar em Belo Horizonte, em julho de 1925, e, conforme nossa fonte, não passou de três números. De acordo com as explicações da RB (2000), estas revistas eram criadas por grupos de jovens ansiosos por desbravar espaços no cenário literário. Não podemos, portanto, nos surpreender que tais publicações deixem de existir quando estes mesmos Sujeitos passam a ter segurança suficiente para seguirem sozinhos e publicarem seu primeiro livro, a exemplo do próprio Drummond, que, em 1930, lançou *Alguma Poesia* – obra que marcaria sua estréia neste tipo de impresso.

Uma característica marcante destas publicações é o seu ecletismo. E *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, a primeira revista brasileira, foi assim – e, como outras, nasceu na Bahia, em 1812, e ficou em apenas dois exemplares. O mesmo aconteceu, entre 1813 e 1814, com *O Patriota* (RJ); do *Jornal Científico, Econômico e Literário* (SIC), de 1826, que tratava desde amenidades a relatos sobre química e não saiu da terceira edição; de *O Beija-Flor*, de 1830, que, com oito números, teve o mérito de divulgar a primeira novela escrita no país: *Olaya e Julio*, ou a *Periquita*, melodrama, de Charles Auguste Taunay – que conta a história de um casal de jovens nordestinos, que, depois de tanto sofrer, encontra a felicidade.

Naquela época, uma das revistas de cultura, que chamou a atenção foi a eclética *Nitheroy* (1836) (SIC). Editada, em Paris, por um grupo de jovens, cujo comando ficou a cargo de Gonçalves de Magalhães, *Nitheroy* (SIC) valorizou a literatura, mas, por igual, a música, a química, a economia, o direito e até a astronomia. Defendia a cultura nacional, pontuada na máxima: “*Tudo pelo Brasil e para o Brasil*” (RB, 2000, p. 115). A revista mais velha do Brasil é deste mesmo período – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839), que, segundo consta, com bravura, atingiu o ano de 2000, diferente da *Nitheroy* (SIC), que não ultrapassou o segundo exemplar.

Embora breve *Nitheroy* (SIC) representou o marco zero do romantismo na nossa literatura, “*um pouco adiante de Minerva Brasiliense (1843 – 1845) e Guanabara (1850-1855)*”, informa a RB (2000, p. 115). O esforço dessas publicações fortaleceu em duas décadas a nova proposta que já havia tomado conta de outras revistas do Rio de Janeiro – a *Marmota Fluminense*, por exemplo, acolheu o jovem Machado de Assis, logo depois do

Periodico dos Pobres (SIC), dando continuidade à sua carreira literária. *A Marmota*, aliás, era uma das revistas produzidas na tipografia do escritor e jornalista Francisco de Paula Brito, onde o futuro autor de Dom Casmurro esteve, na função de revisor de provas, um ano antes.

Machado de Assis, tempos depois, começou a escrever contos e crítica teatral em *O Espelho*, revista de moda, literatura e indústria. Fazia crônicas para a *Semana Ilustrada* (SIC) e a *Ilustração Brasileira* (SIC); publicava seus contos no *Jornal das Famílias*. Mais tarde, em 1880, dá vida ao romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em folhetins na *Revista Brasileira* (SIC) e *Quincas Borba* em *A Estação*, entre 1886 e 1891. Nela¹¹¹, em 1881, assinou até um editorial, intitulado “*Cherchez la Femme*”, em que noticiava a criação do *Liceu de Artes e Ofícios Femininos* – que reivindicava fundos às leitoras, “*em nome da elevação moral da família*” (RB, 2000, p. 116).

O eclético Machado de Assis circulava em revistas como *A Estação* (para senhoras) e sem problemas na *Revista Brasileira* (SIC) (dirigida aos intelectuais) do crítico José Veríssimo. Era essa a proposta da revista *A Ilustração Brasileira* (SIC), de concepção moderna, que apareceu em Paris, em 1901, e desapareceu em 1902 – voltando em 1909, no Rio de Janeiro. Contava com colaboradores estrangeiros e autores brasileiros renomados, como Olavo Bilac e o inteligente João do Rio. Em 1094, a *Kósmos* – revista cultural – também reunia textos de Olavo Bilac, João do Rio, Coelho Neto, Artur Azevedo e Euclides da Cunha, entre outros. *Renascença* lançada dois meses após a *Kósmos* surgir, arrematou Bilac e João do Rio.¹¹²

Tempos depois, em 1909, Euclides da Cunha foi para a *Revista Americana* e trabalhou com Joaquim Nabuco e Sílvio Romero. Lima Barreto, em 1907, não teve igual sorte, quando fundou e editou a revista *Floreal*, para romper a resistência da imprensa que não o recebia – as vendas foram muito baixas e alcançou apenas quatro edições. *A Semana da Arte Moderna*¹¹³ estimulou o surgimento de outras revistas literárias, entre elas: *Klaxon* (1922) de Mário de Andrade e do poeta Guilherme de Almeida, que teve nove números; *Estética* (RJ, 1924); *A Revista* (BH, 1925) e *Terra Roxa... e Outras Terras* (SP, 1926). Andrade participou destas e de outras revistas, espalhadas pelo país.

¹¹¹ Destinada às senhoras brasileiras, valorizava a moda parisiense.

¹¹² Estes escritores não tinham regime de exclusividade, permitindo ao leitor vê-los nas mais diversas revistas da época.

¹¹³ Realizada em São Paulo, em fevereiro de 1922.

Do modernismo, a que fez mais barulho, de acordo com a RB (2000), foi a *Revista de Antropofagia*, dirigida por Oswald de Andrade. Dentre suas publicações célebres estão *Manifesto Antropófago* (Oswald de Andrade), “*propondo uma deglutição crítica da cultura estrangeira*” (RB, 2000, p. 118) e o famoso *Poema da Pedra* (Carlos Drummond de Andrade); No *Meio do Caminho*, “*talvez o que mais polêmica tenha provocado na literatura brasileira*” (RB, 2000, p. 118). Os ataques foram tantos, que Assis Chateaubriand – proprietário do Diário de São Paulo –, local que sediava a *Revista*, mandou expulsos os antropófagos.

Em 1918, Monteiro Lobato compra a *Revista do Brasil*, que Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, criou dois anos antes, com a intenção de “*construir um núcleo de propaganda nacionalista*” (RB, 2000, p. 119). Não deu certo e Lobato passou a divulgá-la na contracapa de um de seus livros:

Por que não toma V. Sa. uma assinatura desta magnífica publicação? É um meio que (...) tem de instruir-se com o estudo dos problemas vitais da nossa civilização, conhecê-la sob todos os aspectos e ao mesmo tempo deleitar-se com as mais finas produções das nossas letras e artes (RB, 2000, p. 119).

Acompanhava o anúncio um cupom de assinatura e, a partir deste “*marketing editorial*”, a *Revista do Brasil* passou ter saúde financeira. A RB, nossa fonte principal, diz que a *Revista do Brasil* foi passada adiante em 1925. Ela teve desdobramentos em cinco encarnações (a última consta de 1980). Outras publicações culturais surgiram na riqueza dos anos de 1920 – mas a *Revista Nova*, de São Paulo (1931 a 1932), de Paulo Prado, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado foi uma das mais importantes. Ela publicou, por exemplo, o único conto escrito por Sérgio Buarque de Holanda, *Viagem a Nápoles*. Já Gastão Cruls e Agripino Grieco editaram, no Rio de Janeiro, o *Boletim de Ariel* (1931-1939), relevante publicação de ordem bibliográfica.

Os diversos pensamentos doutrinários também conquistavam seus espaços na imprensa. *O católico*, coordenado por Jackson de Figueiredo, editou *A Ordem* no Rio de Janeiro, em 1921. *Anauê* (1934-1937) e os *Cadernos da Hora Presente* (1969-1940) representavam os integralistas. Os comunistas publicaram inúmeras revistas, entre elas

Problemas (1947-1956), comandada, no começo, por Carlos Marighella e, *Literatura* (1946-1948), sob a tutela de Astrojildo Pereira.

Entre 1941 e 1943, a revista *Clima* se tornou a referência das publicações culturais, idealizada por um grupo de destacados alunos das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – entre eles Antonio Candido (SIC), Paulo Emílio Salles Gomes e Décio de Almeida Prado. Com o passar dos anos, estes mesmos Sujeitos representariam o mais alto nível da intelectualidade nacional na área de literatura, cinema e teatro, respectivamente.

Em São Paulo, surge a *Invenção* (nos anos de 1950), do movimento da poesia concreta, e a *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Jr. (1955-1964), que os militares se encarregaram de fechar tão logo deram o Golpe. No entanto, a alma desta última permaneceu no grupo de intelectuais de esquerda – Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹¹⁴ é um deles – que, em 1973, publicou as quatro edições de *Argumento*, da mesma forma exterminada pela ditadura.

Ao analisarmos a trajetória das revistas no Brasil percebemos que o “terrorismo cultural”¹¹⁵ matou a existência de outras tantas publicações neste período. A *Revista Civilização Brasileira* (1965), criada por Ênio Silveira, perdeu a sua total liberdade de ação e penetração social quando o AI-5 foi decretado. Em 1978, tentaram ressuscitá-la, só que, agora, identificada por *Encontros com a Civilização Brasileira*. Outro alvo foi a *Paz e Terra*, que, a partir de 1966, chegou a nove edições.

Na década de 80, a editora L&PM lançou a revista *Oitenta* e, neste período, testemunhou a criação de uma publicação que privilegiava somente a literatura – a *Leia Livros*, da Editora Brasiliense. Seu título foi abreviado para *Leia*, quando passou para outros donos. As duas enfrentaram o mercado quase sempre impiedoso. O que não aconteceu com *Novos Estudos* (1981), editada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).¹¹⁶

¹¹⁴ Presidente da República por dois mandatos.

¹¹⁵ Denominação dada por Alceu Amoroso Lima ao regime militar, que, além de causar horror às revistas brasileiras, provocou também o fechamento de muitas delas (RB, 2000).

¹¹⁶ Onde, segundo a RB (2000), o sociólogo Fernando Henrique Cardoso exibiu, pela primeira vez, o título de Presidente do Brasil.

1.7.1.7 Do planejamento gráfico ao design

Essa mágica que dá expressão e personalidade ao que o repórter escreve, o fotógrafo documentou e o diretor de redação imaginou chama-se editar. No caso de revistas, é dar a tudo uma identidade (como uma capa – que é a face), para torná-las um conjunto coerente e singular (as páginas – o miolo ou corpo), buscando atrair o leitor e ganhar dele a lealdade eterna. Foi longo o processo de sedução (RB, 2000, p. 123).

Nossas primeiras revistas reproduziam a concepção dos livros – “*vinhetas, frisos e alternância de tamanho nos títulos eram os recursos de impressão tipográfica*” (RB, 2000, p. 123). A revista *Museo Universal* (SIC), em 1837 resolveu assumir a ilustração – por sete anos, ela publicou gravuras de artistas franceses e ingleses. Neste período, as imagens eram elaboradas a partir de matrizes de madeira (xilogravura), placas de metal (gravura em metal) ou litografias (pedra preparada com química para que o artista nela desenhe).

Artistas estrangeiros descobriram o país e viviam por retratar o Brasil. O *Ostensor Brasileiro* (SIC) (1845-1846) e o *Brasil Ilustrado* (SIC) (1855-1856) começaram a apresentar “*a paisagem dos trópicos pelo traço de Heaton, Rensburg ou Sisson*” (RB, 2000, p. 123). Logo em seguida, surgiram equipes que decoravam com cores, de forma artesanal, as gravuras impressas, a exemplo do que acontecia no *Correio das Modas* e *O Mosquito*. A *Lanterna Mágica* (SIC), de Manoel de Araújo Porto Alegre, divulgou a primeira caricatura, desencadeando uma revolução visual. A imagem humorística virou pauta das principais revistas brasileiras até as primeiras décadas do século XX.

Por isso, “*as caricaturas (...) de Angelo Agostini (SIC) e Henrique Fleuiss dominaram os processos de criação de suas revistas, da direção editorial à produção gráfica. Essa tradição foi seguida por J. Carlos, diretor de arte das editoras O Malho e Careta*” (RB, 2000, p. 124). A mesma fonte revela que, até os anos de 1940, os desenhos de J. Carlos, Seth, K. Lixto, Raul Pederneiras e outros foram os grandes apelos visuais de revistas, como *Careta*, *Fon-Fon!*, *Para Todos...*, *O Malho*. Uma informação curiosa daquela época: o logotipo das revistas era mutável. Ele se adaptava à ilustração da capa.

O diálogo entre a transformação estética e a mudança industrial era uma característica marcante daquele período. Lado a lado da impressão tipográfica apareceram novos processos de impressão – a rotogravura (desdobramento da gravura em metal), e o *offset*, da litografia. *O Malho* (1902) foi o primeiro veículo de grande tiragem a usar a tricromia, isto é, a impressão em três cores. Dois anos mais tarde, a *Kósmos* despontava em sua concepção gráfica ao utilizar vinhetas, frisos motivos florais *art nouveau*. A *Revista da Semana* trouxe a fotografia em grande escala, mas ela só se legitimou frente à ilustração no final dos anos 40.

Nos anos de 1920, a *Klaxon* (revista modernista) exibia, a cada exemplar, obras de Tarsila do Amaral e Brecheret. “*Sua capa, ao longo de nove edições, foi a mesma: um grande A, disposto de maneira a fazer parte de todas as palavras*” (RB, 2000, p. 131). A *Sombra* sobressaiu-se das demais publicações nos anos de 1940 pelo apurado apelo visual. Contou com colaboradores do nível de Mário de Andrade, Stefan Zweig e Vinicius de Moraes, além de ter no comando da fotografia o francês Jean Manzon, já citado nesta pesquisa como tantos outros.

Em 1943, Manzon foi para *O Cruzeiro*, ganhando as artes gráficas mais espaço nas revistas – as grandes fotos eram evidenciadas por espaços em branco; os títulos, subtítulos e entretítulos conquistaram maior destaque. Essa concepção foi qualificada em cores por *Manchete*, uma das primeiras a cortejar, no expediente, a arte da revista com a denominação de “*departamento artístico*”.¹¹⁷

A década de 50 propagou pelo mundo a dominação das revistas de *desing*, como a suíça *Graphis*, e as idéias revolucionárias do russo Alexey Brodovitch, que, desde 1943, era diretor de arte de *Harper's Bazaar* e outras publicações americanas. O Brasil vivia, no período, a chegada do Cinema Novo, da Bossa Nova e de novas manifestações estéticas, como a revista *Senhor* (1959). Esta publicação se caracterizou por reunir intelectuais, jornalistas e artistas ligados às artes, à literatura e ao que era moderno e atual.

Carlos Scliar era o diretor de arte nas primeiras 16 edições de *Senhor*. Para a época, ele tinha um procedimento bastante singular na concepção da revista: dispunha nas paredes as páginas que ia montando, uma ao lado da outra, para produzir cada revista como

¹¹⁷ Um dos pioneiros foi Wilson Passos, que chegou à redação na edição de nº 16, em 1952, e ali ficou como diretor de arte por 40 anos, conforme revela a RB (2000).

um filme, revela RB (2000). Seu parceiro, o editor Nahum Sirotsky, gozava da mesma liberdade para decidir o que ficava ou não na revista – “eles vetavam até anúncios que achavam feios”, ironiza a RB (2000, p. 132) –. E assumem: “Nenhum de nós respondia pelo todo (...) não há diagramação brilhante que salve uma matéria chata” (RB, 2000, p. 132).

Seliar contou com ilustradores e assistentes do quilate de Glauco Rodrigues, Jaguar, Michel Burton e Bea Feitler¹¹⁸. “Juntos (...) criaram (...) cenários para textos literários, ousaram no corte das fotos e no uso da tipografia para valorizar reportagens e fizeram até borrões, resultantes da limpeza dos pincéis (...)” (RB, 2000, p. 132). A Editora Abril, com a chegada de *Claudia* (SIC) e *Quatro Rodas*, nos anos 60, investiu no visual de suas publicações, delegando a Attilio Baschera a direção de arte. Texto e arte, para *Claudia* (SIC), eram elementos integrados e deveriam ser tratados. Facilitar a vida do leitor era a ênfase da revista – concebendo o espaço da página de maneira, organizada e usando “olho”¹¹⁹ e capitular¹²⁰. Em *Claudia* (SIC), ainda, as decorações leves, as vinhetas indicavam as seções.¹²¹

As publicações da Bloch, no término da década de 60, como *Ele Ela*, *Desfile* e *Pais & Filhos* privilegiavam pautas que integrassem texto e fotografia. *Realidade* perseguiu a mesma trajetória. *Nova*, *Playboy* e *Elle* apesar de considerarem um modelo internacional, conforme a *Revista no Brasil*, adicionaram o perfil tropical aos *layouts* e mantiveram as características singulares da revista – isto é, *folders*, encartes, recortes. Registra ainda a RB (2000, p. 136):

Às portas do século XXI, não há mais lápis, borracha ou pincéis. A revista deixou de ser desenhada no branco do papel e ficou de pé, virtual e profunda, na inventiva luminosa da tela do computador. Ali, tudo é possível. Mas a decisão sobre tipo, corpo e entrelinhamento; largura, fundo e caixa; negrito, formato e espaçamento continuam a fazer parte do cotidiano de um diretor de arte.

¹¹⁸ Tornou-se, com destaque, diretora de arte de revistas americanas como *Ms.* e *Harper's Bazaar* (RB, 2000).

¹¹⁹ “Breve resumo do texto na abertura de matérias” (RB, 2000, p. 136).

¹²⁰ “Letra em tamanho maior no início do texto” (RB, 2000, p. 136).

¹²¹ Na *Quatro Rodas* a tipologia era masculina – limpa, clara e sem adereços (RB, 2000).

O logotipo permanece sendo um elemento de identificação da revista – e, a partir dele, o leitor reconhece, mesmo à distância, sua revista. Este reconhecimento é o passaporte de fidelidade do público. A arte não evolui – muda, diz nossa principal fonte. “*Revistas mudam e fazem sentido quando se tornam uma fala poética, transcendem o óbvio*”, sentencia (RB, 2000, p. 136). Neste contexto, os artistas gráficos foram Sujeitos fundamentais na história da produção das revistas brasileiras e o papel deles “*foi enaltecer o conteúdo das palavras. E embebê-las de viço e frescor para reavivar a alma e a crença dos leitores*”, evidencia a RB (2000, p. 136).

Esperamos que o resgate da história da revista no Brasil sirva de base contextual para a compreensão futura do *corpus* de nosso objeto de análise, isto é, a Revista Textual, editada pelo Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul – SINPRO. O contexto histórico deste tipo de publicação confere maior fidelidade aos propósitos de nosso estudo e sua perspectiva metodológica, para não tratarmos de algo distanciado de sua trajetória histórica e social.

1.8 Fundamentação teórica

Para o nosso estudo, será adotado o **Método Dialético Histórico-Estrutural (DHE)**, na concepção de Antonio **Gramsci** (1987), a partir de quatro categorias: **Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia)**, **Estado**, **Sociedade Civil** e **Intelectual Orgânico** pela pertinência que este sujeito teórico tem com nosso objeto e objetivos. Para tanto, a Organização Sindical será observada em três áreas desta **práxis**. São elas: **Comunicação**, **Negociação** e **Relações de Poder**. Em relação à **produção de sentido** (VERÓN, 1980), da **mídia revista**, a categoria privilegiada será o **discurso** e nossa análise contará com o suporte de José Marques de Melo (1994), ao considerar o **jornalismo opinativo** e os tipos de **artigos (discursos)**, conforme a **Análise de Discurso (AD)**, contemplando, desta forma, as opções teóricas e metodológicas, como veremos no próximo capítulo.

Focalizaremos nossa investigação na prática, no cotidiano, do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul (**SINPRO**). Como mencionamos na introdução, privilegiaremos a análise de parte do *corpus* – a Revista Textual –, ou mais

especificamente os artigos intitulados: “*Sob a espada de Dâmocles*” e “*Podere, fazer, limites e afetos*”, com maior ênfase, neste caso, na **Comunicação Sindical**. E os acordos coletivos, em seus blocos econômico, social e sindical, para evidenciamos a categoria **Negociação**.

1.8.1 As categorias de Gramsci

Como já indicamos, nosso estudo privilegiará as seguintes categorias de Gramsci: Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico.

A Ideologia foi um aspecto do materialismo francês do século XVIII. Sua significação original era a de “*ciência das idéias*” e, uma vez que a análise era o único método reconhecido pela ciência, significava, portanto, análise das idéias, ou seja, pesquisa de origem das idéias. As idéias, contudo, deveriam ser decompostas em seus elementos originários, e estes não poderiam ser senão as “*sensações*”: idéias são derivadas das sensações (GRAMSCI, 1987).

No entanto, a forma pela qual o conceito Ideologia, como ciência das idéias, passou a significar um determinado “*sistema de idéias*” deve ser, segundo Gramsci, examinado no contexto histórico. Gramsci (1987, p. 62) explica este significado:

O próprio significado que o termo ideologia assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor; o qual exclui que para os seus pensadores a origem das idéias devesse ser buscada nas sensações e, portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma ideologia deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura.

Gramsci (1987) vê um elemento de erro na consideração sobre o valor das Ideologias, justificando que se dá o nome de Ideologia tanto a superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de alguns indivíduos. Ele alega que o sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que, por conseqüência, modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de Ideologia.

Portanto, para Gramsci, é necessário distinguir entre ideologias históricas-orgânicas, ou seja, aquelas que são imprescindíveis a uma delimitada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, desejadas. Neste sentido, as primeiras têm uma validade psicológica: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Já as segundas, que são arbitrárias, não criam senão movimentos individuais, polêmicos.

Segundo Guareschi (1992), a Ideologia, como Hegemonia, para Gramsci, parece ter um significado diferenciado. Para ele, Hegemonia designa a capacidade de um grupo, de uma classe, de exercer liderança moral e intelectual. Logo, Hegemonia seria um tipo de liderança. Aqui, o intelectual corresponde às questões cognitivas da Ideologia, e o moral às questões normativo-justificativas da Ideologia. No entanto, precisamos fazer algumas considerações, conforme nos sugere Guareschi – a Hegemonia, como liderança, não é baseada na coerção, na força, na imposição. Ela se dá a partir do consenso, assim, o líder “*é alguém que induz uma pessoa a fazer as coisas em razão de garantias que essa pessoa tem de que aquele está interessado em promover seu bem-estar e interesses*” (1992, p. 209).

No aspecto moral da Hegemonia, distinguimos, ainda, conforme Guareschi (1992), entre duas maneiras:

- a) As Ideologias normativas podem se opor. É quando a Ideologia proletária se opõe, ponto a ponto, à Ideologia burguesa. O que caracteriza a luta ideológica é a confrontação de duas ideologias paradigmáticas;
- b) As Ideologias podem contemplar muitos elementos idênticos, mas concebidos em matrizes diferentes. A crença na liberdade individual é um elemento que está para as duas Ideologias. No entanto, o sentido de liberdade muda, quando ela está ligada à matriz da propriedade privada (compreensão burguesa); isto é, para se ter liberdade é preciso ter propriedade privada. Já na Ideologia proletária, cuja matriz é a autodeterminação coletiva (visão comunitária e solidária), a liberdade é uma decisão, amparada na necessidade de cada um, considerando as limitações objetivas das possibilidades concretas, de maneira que todos possam fazer o que desejam, respeitando as exigências do bem comum.

A Hegemonia e seu aspecto intelectual implica a dimensão cognitiva da Ideologia. A Ideologia burguesa (representados em nosso estudo pelos IOC), por exemplo, para ser hegemônica, não pode ignorar a experiência real e cotidiana dos trabalhadores (IOT), ou ainda, desprezar as categorias, surgidas do dia-a-dia das pessoas que vivem numa Sociedade capitalista. Para tanto, a apropriação dessas categorias se faz necessária, para integrá-las numa estrutura intelectual que se mostre coerente e atuante.

Já a Contra-hegemonia é o resultado da construção de uma nova Hegemonia, contrária à Hegemonia da classe dominante. Neste aspecto, reside a importância da produção gramsciana e a valorização que ele dedicou aos intelectuais. A Contra-hegemonia reivindica uma organização, uma articulação das estruturas normativas e cognitivas, que amparem um projeto diferente de Sociedade e de práticas sociais variadas.

Neste cenário, encontramos a contribuição do cientista social, ou seja, a ele cabe detectar os instrumentos dessa Hegemonia (IOC) e analisar as suas estratégias de luta, para impedir o surgimento da Contra-hegemonia (IOT). Contudo, convém lembrarmos que, na luta pelo poder, o enfrentamento não se dá a partir de uma guerra de assalto, mas acontece por uma “*guerra de posição*”, como nos apresenta Gramsci¹²², cujo objetivo é a destruição do poder hegemônico da burguesia. Aqui surge a “*esfera pública proletária*” ou “*popular*”, em cujo seio é necessária a criação de instituições alternativas, meios de comunicação alternativos, projetos culturais que desenvolvam práticas populares, como bem registra Guareschi (1992). No entanto, esta luta é demorada, exigindo, portanto, práticas e intelectuais diferentes que lhes dê sustentação.

Ao considerarmos o que expusemos antes poderíamos nos perguntar se, ainda hoje, as entidades de classes (os Sindicatos) combativas, isto é, aquelas comprometidas com a luta dos trabalhadores seriam um meio também de viabilizar a esfera pública, defendida por Gramsci?

Por fim, compreendemos que a dominação burguesa, na Hegemonia, se dá, por meio do consenso, como defende Gramsci. E tal consenso é gerado via operação dupla de marginalização das alternativas, de um lado, e da parcial recuperação, absorção dos interesses

¹²² Os conceitos de guerra de manobra e guerra de posição são de Gramsci. A primeira é aquela travada pelas forças armadas com estratégias e recursos militares, e com o uso da força, para tomada do aparelho do Estado. A segunda são lutas que acontecem na Sociedade Civil, onde as armas são ideológicas, como a Hegemonia.

materiais e exigências normativas, do outro. Embora o consenso não se oponha, por completo, e não exclua a coerção, ele incorpora a subjetividade individual de uma forma diferente de coerção, utilizando mais instrumentos de persuasão, sugestão, pressão moral etc., como nos sugere Gramsci (1987).

Gramsci oferece o seu resumo de concepção ampliada do Estado, em uma carta à Tatiana Schucht, em setembro de 1931. Ele diz, num primeiro momento, que o conceito de Estado, por hábito, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento), e não como equilíbrio entre Sociedade Política e Sociedade Civil (ou Hegemonia de um grupo social sobre a inteira Sociedade nacional), exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os Sindicatos, a Escola etc. (GRAMSCI, 1991). Logo, o Estado, em seu sentido mais amplo, contempla duas esferas essenciais: a Sociedade Política (que Gramsci também denomina de Estado em sentido estrito, ou de Estado-coerção) e a Sociedade Civil.

O Estado, em sentido estrito (Sociedade Política), é formado pelo conjunto dos mecanismos, mediante os quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identificado com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar. A Sociedade Civil é constituída pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o Sistema Escolar, as Igrejas, os Partidos Políticos, os Sindicatos, as Organizações Profissionais, a Organização Material da Cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação massivos etc.).

Ao oferecer essas categorias, Gramsci (1987) nos informa que ambas, Sociedade Civil e Política, em conjunto, formam o Estado. Logo, as duas servem, para promover e conservar uma determinada base econômica, em conformidade aos interesses de uma classe social fundamental. Ao mesmo tempo, quando delegamos à Hegemonia, uma condição de figura social, lhe damos uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação. E, desta maneira, a Sociedade Civil desempenha um papel de mediadora necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção.

Para Gramsci, analisar o papel dos Intelectuais nas Sociedades Política e Civil é enfatizar a questão do bloco histórico, pois a estes Sujeitos cabe dar articulação orgânica na estrutura e superestrutura. Ele insiste no caráter orgânico do vínculo que une as superestruturas orgânicas, ou seja, aquelas imprescindíveis a uma determinada estrutura,

como já registramos. São os Sujeitos Intelectuais que vão retroalimentar esta relação, formando uma categoria social diferenciada, ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico – encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que permitirá a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico. Aqui, evidenciamos, a partir de Gramsci, o caráter *dialético* do vínculo orgânico.

Já Portelli (1977) defende que os Intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos que mantêm vínculos com as diversas classes. No entanto, as camadas mais significativas e complexas serão formadas a partir das classes fundamentais no domínio econômico. Este elo, porém, tende ser mais estreito, mais orgânico, de acordo com o mesmo autor, quando o Intelectual se origina da classe que representa. Neste caso, os Intelectuais e organizadores políticos são, ao mesmo tempo, chefes de empresas, grandes agricultores e dirigentes comerciais ou industriais.

Em sua opinião, tal quadro não é produzido, pelo menos no início, no caso das classes subalternas, que importam seus Intelectuais, e, em especial, os grandes Intelectuais. Talvez, aqui, resida, segundo Portelli, a explicação do excesso de vulnerabilidade dessas classes. Ele esclarece: “*A consciência de classe de seus intelectuais pode ser menos elevada e os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, particularmente através do recurso do transformismo*” (1977, p. 85).

Gramsci, diferente de Portelli, nos remete a um outro aspecto, de demonstração de fragilidade, ao alertar para o caráter improdutivo de qualquer Intelectual (aquele que se isola de uma classe social), ou que se intitula independente, autônomo, ou seja, sem vínculo orgânico, pois, nesta condição, eleva sua importância a um nível tão desprezível quanto as ideologias que produz. Percebemos, desta forma, que a compreensão gramsciana de concepção orgânica de intelectual rejeita qualquer idéia autônoma, que considere estes Sujeitos como uma categoria cristalizada, independente de luta dos grupos, negando, portanto, o processo *dialético*, “*segundo o qual qualquer grupo social dominante elabora sua própria categoria de intelectuais*” (PORTELLI, 1977, p. 86).

Logo, para Gramsci, os Intelectuais são células vivas da Sociedade Civil e da Sociedade Política. São eles que elaboram a Ideologia da classe dominante, projetando a consciência de seu papel, e a transformam em concepção de mundo que envolve todo o corpo

social. Na difusão da Ideologia, os Intelectuais se encarregam de animar e gerir a estrutura ideológica da classe dominante, nas organizações da Sociedade Civil (Igrejas, Sistema Escolar, Sindicatos, Partidos Políticos etc.) e de seu material de divulgação (*mass media*). Na condição de funcionários da Sociedade Civil, são, também, os agentes da Sociedade Política, responsáveis da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército etc.) (PORTELLI, 1977).

1.8.2 O discurso da mídia impressa, no olhar do sujeito Melo

O professor Marques de Melo (1994) apresenta no livro “*A opinião no jornalismo brasileiro*”, em sua segunda edição revisada, o estudo sobre a identidade do jornalismo nacional, enfatizando os gêneros jornalísticos. “*Privilegia os gêneros opinativos e os mecanismos usados pelos agentes sociais para interferir na direção ideológica dos fluxos informativos*” (ORELHA, 1994). Sua classificação está dividida em dois tipos de jornalismo – o *Jornalismo Informativo* e o *Jornalismo Opinativo*. O primeiro contempla a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista. O segundo reúne o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta. A ênfase de sua análise recai, portanto, no *Jornalismo Opinativo*, considerando sobremaneira o jornalismo impresso, uma vez que, em sua opinião, há carência de estudos mais sistematizados no jornalismo eletrônico.

Vejamos, então, em síntese, o que o autor traz sobre estes discursos da Mídia. Para Melo (1994), o que distingue a nota, a notícia e a reportagem é a progressão dos fatos, sua cobertura pela empresa jornalística e a possibilidade de acesso do público. A nota é o relato de acontecimentos que estão ocorrendo, mais usual no rádio e na televisão. A notícia é o registro integral de um fato que já “explodiu” na realidade social. A reportagem é o relato aprofundado de um fato que teve repercussão na Sociedade e ocasionou alterações que são observadas pela empresa jornalística. E a entrevista é o registro que evidencia “*um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade*” (MELO, 1994, p. 65).

No Gênero Opinativo, o comentário, o artigo e a resenha indicam autoria identificada, pois sua produção orienta e desperta o interesse do receptor. O editorial, para Melo, não tem autoria, uma vez que, é o espaço da opinião empresarial, isto é, a autoria, neste

caso, reflete a posição da organização jornalística¹²³, a partir de diversos olhares. O comentário e o editorial reivindicam continuidade e cobertura imediata; o que não corre com a resenha e o artigo, “*pois o primeiro, embora freqüente, descobre valores de bens culturais diferenciados, e o segundo, embora também contemple fenômenos diferentes, não se caracteriza pela freqüência, aparecendo aleatoriamente*” (MELO, 1994, p. 65). A competência dos Sujeitos que investigam as questões inerentes dos acontecimentos observados é o que aproximará a resenha do artigo, conforme o mesmo autor.

O traço comum que reúne a coluna, a crônica, a caricatura e a carta é a identificação de seus autores, embora suas angulagens sejam distintas, no dizer de Melo (1994). A coluna e a caricatura opinam, de maneira contínua, sintonizadas com o surgimento e a repercussão dos fatos. Já a crônica e a carta apresentam-se, no tempo, de forma mais defasada; todavia, perseguem os acontecimentos, mas não ocorrem no momento que os fatos acontecem. A carta, por sua vez, se mantém mais distante, refletindo a percepção do receptor, ou ainda, da coletividade.

1.8.3 O perfil dos discursos jornalísticos impressos

Como o nosso objeto de estudo privilegiará *o(s) artigo(s)*, pois serão analisados no decorrer de nossa investigação, através da Revista Textual (SINPRO), além deste tipo de discurso, evidenciaremos o editorial, o comentário, a resenha ou crítica e a coluna, deixando, portanto, de priorizar as demais categorias: a crônica, a caricatura e a carta.

1.8.3.1 Editorial

Expressa a opinião da empresa jornalística frente aos fatos de maior repercussão no cenário social. É o porta-voz da organização. Melo, no entanto, acredita ser

¹²³ Para não restringirmos o campo de compreensão, além da organização jornalística que Melo indica podemos pensar em qualquer outro tipo de organização que produza publicações impressas (revista, jornal), como por exemplo as entidades de classes que, a partir do editorial, manifestam as suas posições referentes a determinados temas, contando para isso, com os discursos de outros sujeitos (assessores de imprensa ou de comunicação) que representam e apresentam, de alguma maneira, os pensamentos da instituição. Ou ainda, a própria manifestação de seus dirigentes. Ora o editorial pontua um acontecimento que teve desdobramento na realidade social, ora apenas apresenta os diversos discursos que serão vistos na edição. Este recurso é utilizado, em especial, nas revistas – como um roteiro comentado da publicação.

necessário explicitar melhor a sua delimitação, até porque, o editorial, na compreensão popular, manifesta a opinião do dono do veículo, mas, em seu julgamento, isto se dá nas organizações de pequeno e médio porte¹²⁴, onde o controle do capital “fica nas mãos de um proprietário ou de sua família” (MELO, 1994, p. 96).

A discussão, para ele, no seio das grandes corporações muda porque, nas Sociedades capitalistas, o editorial não reproduz o que pensa seus proprietários nominais, mas “o consenso das opiniões (...) dos (...) núcleos que participam da propriedade (...). Além de acionistas (...), há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes (...), além de braços do aparelho (...) do Estado que exerce (...) influência sobre o processo jornalístico (...)” (MELO, 1994, p. 96). O editorial é, portanto, um espaço de *contradições*, pois seu discurso forma uma rede de articulações políticas, sendo um exercício de “*equilíbrio semântico*”, como defende Melo. Argumenta, que sua vocação é de conciliação de interesses distintos que se materializam na *práxis* cotidiana desta Produção de Sentido.

O editorial é mais um elemento que, na realidade social, busca orientar a opinião pública, uma vez que é destinado à coletividade. No entanto, acredita que isso ocorre nas Sociedades que têm opinião pública autônoma. Ou ainda, naquelas que possuem uma “*sociedade civil forte e organizada, contrapondo-se ao poder do Estado*” (1994, p. 97). No Brasil, explica, onde o Estado é uma entidade “*todo-poderosa, presente em todos os níveis da vida social*” (1994, p. 97), isso não ocorre. Os editoriais se destinam à opinião pública, mas encenam uma relação de *diálogo* com o próprio Estado.

Em outras palavras, Melo afirma, que as empresas jornalísticas tentam dizer às autoridades do Estado como “*gostariam de orientar os assuntos públicos*” (1994, p. 97). Esta postura não revela a intenção de defesa das necessidades da coletividade. Ela manifesta uma ação de coação ao Estado, em defesa dos “*interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam*” (1994, p. 97).

¹²⁴ Nas organizações sindicais, em nossa experiência, este espaço é ocupado ora pelos dirigentes, ora pelo próprio jornalista responsável pela imprensa da entidade (em concordância com a direção sindical).

1.8.3.2 Comentário

A velocidade na divulgação das notícias radiofônicas e televisivas ocasionou o surgimento do comentário. Com informação rápida e resumida dos acontecimentos, é despertado no cidadão o interesse de acompanhar os desdobramentos dos fatos (MELO, 1994). O comentarista é, normalmente, um profissional com experiência e vai além das aparências dos fatos. É um observador atento que desvela os acontecimentos e os oferta ao público. Reúne uma bagagem cultural considerável, o que lhe permite opinar com determinado grau de credibilidade. É um líder de opinião e goza de prestígio não só do público, mas de outros Sujeitos de seu meio (MELO, 1994).

De qualquer forma, o comentarista não é um juiz partidário, *“alguém que faz proselitismo ou doutrinação. É um analista que aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos, mas procura manter, (...), um distanciamento das ocorrências”* (MELO, 1994, p. 106). Ele não é neutro, ao contrário –, acredita Melo –, é um profissional participante, com opinião própria, mas não deve gozar de benefícios, por exercer sua função. Seu papel é de juiz da coisa pública. Orientador, sem paixão, sem se alinhar com ninguém, na crença do jornalista.

O comentário nasceu para romper com o monopólio do editorial. Esta mudança ocorreu quando as empresas jornalísticas assumiram seu caráter mercantil e começaram a conviver com as concessões sociais – as do Estado, as dos grupos econômicos e a da audiência. O espaço foi aberto para uma apreciação valorativa dos acontecimentos, não se preocupando com a posição da empresa. A voz agora é do *“jornalista competente”* – que omite suas próprias opiniões e se responsabiliza por elas, sustenta Melo (1994). Diferente do editorial, o comentário não privilegia apenas os grandes acontecimentos, fatos de *“menor abrangência, com independência em relação à linha editorial”*, também são tratados (MELO, 1994, p. 107).

O comentário se caracteriza por explicar as notícias, sua abrangência, suas circunstâncias e conseqüências. Melo registra que em alguns momentos o comentarista não emite opinião explícita. *“Seu julgamento é percebido pelo raciocínio que utiliza, pelos rumos da sua argumentação”* (1994, p. 109). Outra característica peculiar do comentário é a sua

continuidade, pois “*uma versão apresentada hoje pode sofrer alteração amanhã, de acordo com as tendências da realidade*”. *Compete ao comentarista perceber essas mutações e ajudar o seu público a entendê-las*” (1994, p. 109). Sua estrutura se constitui em sintetizar o fato; enunciar o seu significado e argumentar para indicar o seu julgamento. Ele exige especialização por setor (política, economia, esportes), isto é, conhecimento é a sua palavra-chave.

1.8.3.3 Artigo

No senso comum, artigo é todo o texto divulgado na imprensa, previne Melo. No contexto jornalístico, ele é identificado como gênero específico, “*uma forma de expressão verbal. Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião*” (MELO, 1994, p. 116). No Brasil, o artigo jornalístico, em geral, é escrito por colaboradores, publicado nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados. Os jornalistas com vínculos empregatícios escrevem artigos, mas os colaboradores, os mais freqüentes, estão assim identificados por Mello: escritor, pesquisador, político, profissional liberal “*– convidado a escrever sobre assunto de sua competência*” (1994, p. 122). Estes últimos, denominados articulistas, enfocam os temas em diferentes aspectos, observando a conjuntura e resgatando informações e idéias para aprofundar a crítica do contexto sociopolítico.

Neste sentido, o artigo “*democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade*”, argumenta Melo (1994, p. 122). Nestas lideranças encontramos parlamentares, dirigentes sindicais, autoridades religiosas, juristas, cientistas sociais. O jornalista também resgata o papel do ensaio – “*por ser mais longo e exigir argumentação documentada, figura geralmente nos cadernos culturais ou científicos (...), tendo lugar mais apropriado nas revistas especializadas ou nos periódicos cuja circulação é espaçada*” (1994, p. 124). Ele alerta que existe um debate sobre a classificação do ensaio que, em alguns momentos, corresponde a uma segmentação do jornalismo opinativo e, em outros, é identificado como forma de expressão da literatura. Discussão que neste estudo não será destacada.

O artigo tem duas feições, quanto à sua finalidade: o sentido doutrinário e o científico. O artigo doutrinário é denominado de artigo jornalístico – que ao analisar uma questão da atualidade, sugere ao público um ponto de vista, inclusive, para julgá-la. Ou ainda: “*é uma matéria através da qual o articulista participa da vida da sua sociedade, denotando a sua condição de intelectual compromissado com o presente*” (MELO, 1994, p. 119). O científico torna público o avanço da ciência, dividindo com os leitores novos conhecimentos e conceitos. Este último, para Melo, conta com duas subdivisões:

a) Artigo de divulgação – destinado (...) a fazer chegar ao conhecimento dos leitores novas descobertas, (...) hipóteses, ou sumariar o estado da pesquisa sobre um (...) setor científico”. b) Artigo educativo – destinado a convencer os leitores para a adoção de novos conhecimentos e o emprego de novas tecnologias (1994, p. 119-120).

1.8.3.4 Resenha ou Crítica

É a apreciação das obras-de-arte ou dos produtos culturais, para orientar a ação dos consumidores (MELO, 1994). A divisão dos termos em resenha ou crítica, segundo o estudioso, ocorreu em consequência da transição que sofreu o jornalismo brasileiro, da fase amadorística¹²⁵ para a profissionalizante¹²⁶. Aconteceu, então, recusa dos intelectuais e dos editores culturais em “*relação à crítica esteticamente embasada. Os grandes intelectuais porque não quiseram fazer concessões à simplificação e à generalização pretendidos pela Indústria Cultural*” (MELO, 1994, p. 126). Os editores, por sua vez, acreditavam que a influência da crítica da arte deveria ser ampliada, “*tornando-se utilitária em relação ao grande público e evitando o seu direcionamento para as elites universitárias*” (MELO, 1994, p. 126).

A divisão agora não era mais apenas nas palavras. Os intelectuais permaneceram a fazer suas críticas, pontuados nos padrões da análise acadêmica e se voltaram para os periódicos especializados ou os veículos dirigidos ao segmento

¹²⁵ Quando as redações contavam com Intelectuais para o exercício da análise estética da literatura, da música e das artes plásticas. Este trabalho era eventualmente remunerado.

¹²⁶ Ocasão em que a apreciação dos bens culturais passou a ser elaborada, de forma regular e remunerada, conquistando caráter mais popular.

universitário. “E se autodenominaram críticos, em contraposição àqueles que permaneceram nos meios de comunicação coletiva, ou que se agregaram ao trabalho de apreciar os novos lançamentos artísticos, cujos textos passaram a chamar de resenhas, traduzindo a expressão *review* utilizada no jornalismo norte-americano” (MELO, 1994, p. 126). Na atualidade, a resenha é feita, no país, por jornalistas que têm experiência em atividades do campo da análise, “o que os torna competentes para esse trabalho”, alega Melo (1994, p. 127).

Com o passar do tempo, a mudança acontece não só na forma, a substituição da crítica pela resenha, mas, ainda, no conteúdo – não só as obras-de-arte são analisadas¹²⁷, mas os novos produtos da indústria cultural¹²⁸. Agora, então, não é a literatura que se avalia, mas o livro colocado à venda. Quase some, portanto, a crítica estética, que privilegiava o sentido profundo das obras-de-arte, localizada no contexto histórico, aparecendo, em substituição, a resenha, atividade mais simples e “*culturalmente despojada, adquirindo um nítido contorno conjuntural*”, pontua o autor (1994, p. 128).

Por isso, a resenha:

“não tem a intenção de oferecer julgamento estético, mas de fazer uma apreciação ligeira, sem entrar na sua essência enquanto bem cultural. Trata-se de uma atividade (...) utilitária; havendo muitas opções no mercado cultural, o consumidor quer dispor de informações e juízos de valor que o ajudem a tomar a decisão de compra” (MELO, 1994, p. 128).

Ela é preparada para orientar o público na escolha dos produtos culturais em circulação no mercado, sintetiza o autor.

1.8.3.5 Coluna

O termo carrega sua natureza ambígua, pois é um espaço que reúne diversas formas de expressão noticiosa. A coluna é a seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade e assinada¹²⁹. Seu estilo é mais livre e pessoal, constituindo-se de notas, crônicas, artigos ou textos-legendas, permitindo, inclusive, que várias dessas formas

¹²⁷ Aceitas como criações que obedecem a padrões estéticos requintados e dirigidos às elites.

¹²⁸ Bens com fins de consumo para grandes contingentes, seguindo as leis da produção em escala.

¹²⁹ Na maioria dos casos ela é assinada.

estejam juntas. Elas apresentam um título ou cabeçalho permanente e são concebidas, em geral, numa posição fixa e na mesma página, para facilitar a localização por parte dos leitores. Estamos, portanto, tratando de um mosaico, organizado por unidades curtas de informação e de opinião, pontuado pela agilidade e pela abrangência.

A coluna recuperou uma marca do jornalismo impresso, anterior ao rádio e à TV – o “furo”. Traz fatos, idéias e julgamentos de primeira mão, antes que outras seções do veículo apresentem, podendo ser, inclusive, fonte da informação. Ela tem como espaço os bastidores da notícia, indicando fatos que estão por ocorrer, privilegiando opiniões que ainda não se manifestaram, ou desempenhando um papel de orientação da opinião pública. Sua aparência inicial indica caráter informativo, mas, na prática, é uma seção que oferece juízos de valor, de modo sutil ou ostensivo. Além de alimentar a vaidade de alguns Sujeitos, Melo acredita que têm outras razões que justificam a sua existência, que *“fazem parte dos mecanismos de reprodução social e de controle político na sociedade burguesa”* (1994, p. 140). São eles:

- a) O columnismo contempla a necessidade de satisfação substitutiva existente no leitor. Como a maioria das pessoas está fora do círculo dos colunáveis (poder/estrelato), a coluna concede a sensação de participação desse universo.
- b) O columnismo é um *“balão de ensaio”*, pois insinua e lança fatos e idéias, sugere situações, para avaliar os desdobramentos. Em outras palavras, a coluna *“planta notícias”*¹³⁰. *“Da reação do público, estimulada por essas informações sutis, depende (...) a tomada de decisões empresariais, políticas”* (MELO, 1994, p. 140).
- c) Ao alimentar a vaidade das pessoas ilustres, a coluna oferta *“modelos”* de comportamento. Incentiva modismo, reforça o consumo e vende a esperança dos que desejam comprar o ingresso do *“paraíso burguês”* (palavras do autor consultado).

¹³⁰ Jargão jornalístico.

Em outros termos, a projeção é a palavra-chave do colonismo, pois os Sujeitos menos favorecidos também almejam suas compensações ao idolatrarem seus mitos, “*projetando-se nas suas realizações*” (MELO, 1994, p. 141).

Reafirmamos, neste momento, que o sentido de ideológico adotado em nossa pesquisa é o da perspectiva gramsciana, no enfrentamento da luta de classe, entre os **IOT** e o **IOC**. Evidenciamos, novamente, o compromisso metodológico com a **DHE** – articulação da Dialética Marxista com o Estruturalismo —.e, nossa opção, por meio da Pesquisa Qualitativa, com a Técnica da **AD**, de Verón, enfatizando o processo de produção, com as categorias **Discurso** e **Jornalismo Opinativo**, de Melo, com sua subcategoria –**Artigo** –, que dá conta de nossa proposta, como reforçaremos a seguir.

1.9 Metodologia

Como já referimos, nossa perspectiva metodológica contemplará a **DHE**, a partir das reflexões de Gramsci (1987) e suas categorias (**Ideologia – poder, hegemonia e contra-hegemonia; Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico**), ancorados na **Técnica de Análise de Discurso (AD)** na visão de Verón (1980), evidenciando o **Processo de Produção**, com as categorias do **Discurso** e **Jornalismo Opinativo**, de Melo (1994), com a sua subcategoria –**Artigo** –. Apresentaremos, ainda, a Pesquisa Qualitativa, os nossos objetivos e as questões de pesquisa.

1.9.1 Considerações Introdutórias da Dialética

A Dialética pode apresentar três aspectos a serem considerados: 1) O movimento concreto, natural e sócio-histórico, da própria realidade estudada (sentido objetivo); 2) A lógica do pensamento, que se pretende conhecimento adequado, dos processos históricos das mudanças e dos conflitos sociais (sentido subjetivo); e 3) A relação entre o objeto, construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por essa ciência (sentido metodológico). Assim, o primeiro aspecto está ligado à ontologia¹³¹, o

¹³¹ “Parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, i. é., do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres” (NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI). Dicionário eletrônico.

segundo ao método filosófico geral e o terceiro à metodologia das ciências sociais, afirmam Bruyne, Herman e Schoutheete (1991).

As concepções, portanto, são diversas e se articulam, segundo estes mesmos autores, de maneiras muito diferentes, contudo é possível elencar características comuns a toda abordagem *dialética*. Vejamos então: a) Ela visa aos conjuntos e seus elementos; as totalidades e suas partes; é, ao mesmo tempo, análise e síntese; b) É negação, pois nega as leis da lógica formal (identidade, não –contradição, terceiro-excluído), uma vez que sua hipótese e fatos analisados são abstraídos do conjunto concreto que os ultrapassa; c) É um desafio constante de todo conhecimento rígido, mostrando que os elementos do mesmo conjunto condicionam-se, na relação recíproca, numa infinidade de graus intermediários entre os temas opostos.

Logo, a Dialética é uma abordagem imanente a um conteúdo, que busca as causas internas de seu desenvolvimento, suas contradições – razão das mudanças, enquanto as externas constituem as condições destas mudanças (BRUYNE et. al., 1991). Encontramos, nesta mesma fonte, pensamentos que nos dizem que a reflexão subjetiva se relaciona com a *dialética* como o momento objetivo — o racional é o real, é a história. O Método Dialético só se concretiza em sua plenitude na absorção total do momento histórico e em suas próprias contradições. Portanto, para captar o momento concreto, natural e sócio-histórico, a Dialética integra, em sua perspectiva, a própria lógica do pensamento reflexivo e científico.

A Dialética, em nível de conhecimento ontológico, no confronto do idêntico *versus* contrário, do imediato *versus* mediato, ultrapassa estas antinomias (contradições). Há, na sua visão, uma identificação entre o movimento real e o do pensamento – a realidade é o “*espírito*” absoluto, tomando consciência de si mesmo. O modelo hegeliano, por exemplo, está na unidade originária simples – de um *Sujeito*, que se diferencia em seu próprio meio, mas que resgata suas diferenciações, suas contradições, sob uma mesma forma idêntica (tese, antítese e síntese) (BRUYNE et. al., 1991).

Já Althusser distingue, desse modelo hegeliano, o modelo marxista da Dialética, que não é uma simples “inversão” do primeiro (a idéia não é a base; o real é a referência) e defende: “*O marxismo estabelece em princípio o reconhecimento do dado de estrutura complexa de todo o ‘objeto’ concreto. Não temos mais uma essência originária,*

mas um sempre-já-dado (...). Não temos mais uma unidade simples, mas uma unidade complexa estruturada” (ALTHUSSER, 1972, p.203).

Poderíamos ainda dizer que a Dialética, como metodologia, necessita de crítica prévia do domínio estudado, isto é, do objeto e do procedimento, crítica das reduções e extrapolações, determinação do grau de coerência do objeto. É um pensamento que se move no tempo, mas que se insere no espaço, que vai da forma lógica, racional, ao conteúdo prático. Ela, também, é um processo epistemológico¹³² crítico, cuja referência se dá não em nível da teoria, enquanto formulação analítica das soluções, mas em nível do pré-teórico das questões que constituem a possibilidade da teoria. Assim, a Dialética, é a articulação entre o epistemológico e o conceitual na teoria cada problema dialético produz um campo simbólico (teoria) no qual se expõe (BRUYNE et. al., 1991).

Logo, o pensamento dialético pode ser concebido por um momento de totalização. É um momento progressivo-regressivo de abertura para o concreto em transformação. A Dialética, por sua vez, coloca, em sua essência, a interação do sujeito e do objeto no conhecimento, problema central da prática. Ela, ainda, ao buscar o concreto, reivindica a prática científica, que é, sobre outro aspecto, uma prática social particular. Portanto, a relação entre teoria e prática é essencial, porque, se o método dialético se propõe desvelar contradições nos próprios conhecimentos que ele investiga, é na prática *dialética* que será preciso procurar o critério da verdade científica (BRUYNE et. al., 1991)

1.9.2 Categorias Básicas do Método Dialético

As categorias do Método Dialético são Conflito Social, Totalidade Dialética, Condições Objetivas e Subjetivas, Unidade dos Contrários e Teoria e Prática. Vejamos, então:

¹³² A epistemologia é o “conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos (sejam eles técnicos, históricos, ou sociais, sejam lógicos, matemáticos, ou lingüísticos), sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações” (NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI). Dicionário eletrônico.

1.9.2.1 Conflito Social

Demo (1995) indica a hipótese de que toda formação social é contraditória, por ser, na história, superável. A compreensão de formação social passa por entender que a realidade se forma (processo), na história, é pontuada como fase, em duplo sentido, observável pelas instituições que nela coexistem, a exemplo da fase capitalista, da fase feudal, da colonial, da industrial; de outro, expõe o aspecto formativo histórico, dinâmico, na unidade dos contrários, isto é, gera dentro de suas condições para surgir a nova fase.

Outra questão, a ser considerada na formação histórica, é que ela está em constante transição, o que nos repõe a dinâmica da realidade social, significando a produtividade histórica, no dizer de Demo (1995). Ele complementa sua análise, quando afirma:

Se, de um lado, as transformações históricas se dão de maneira estruturada, porque não são caos, nem pura veleidade humana, nem intromissão dos deuses; de outro, aportam formas inovadoras, nas quais predomina o novo sobre o velho. O que acontece na história é historicamente condicionado, e por isso não se produz o totalmente novo que não tivesse condicionamento histórico (...). Mas, no plano dos conteúdos, a história produz transformações radicais, de extrema profundidade, como foi a Revolução Industrial, que perpassou todas as dobras da história, desde as mais quantitativas até as mais qualitativas (DEMO, 1995, p. 90).

Compreendemos que conflito social é tomado como estrutura da história, no sentido de que não foi inventado por um passe de mágica, nem vai terminar por qualquer outro artifício fictício. Demo retoma esta idéia, quando relembra que não se produz fase definitiva, sem que não tivesse razão histórica de superação. Portanto, a reforma não se dá nesta dinâmica apenas porque existem antagonismos leves, mas porque vivem aqueles que na própria história são insuperáveis, como é o caso do conflito social, enquanto elemento estrutural.

1.9.2.2 Totalidade Dialética

Toda a realidade social produz, por sua dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para a sua superação. A antítese, também, é alimentada da estrutura do conflito social, tornando-se marca estrutural da história.

A trilogia contempla – tese, antítese e síntese –, que, aliás, é a próxima tese. Demo (1995) diz que toda a formação social é tomada como tese, isto é, a realidade social, historicamente contextualizada. Acontece na história, via sua organização social ou por sua institucionalização, conquistando contornos próprios, ou conteúdo próprio. No entanto, a tese, por ordem da historicidade intrínseca, produz dentro de si a dinâmica contrária, que também a faz gerar as condições necessárias para sua superação. Quando superada, encontramos numa formação seguinte, a síntese.

Demo, ao perseguir esta linha de pensamento, afirma que a antítese não é fase, por ser ela negativa, é o que falta na fase, é o movimento de sua superação. E arremata: *“Como época histórica, é situação dada, síntese desdobrada a partir de outras antíteses, e que, por força de novas antíteses, é levada a gerar novas sínteses”* (DEMO, 1995, p. 92). Nela, conforme o mesmo autor, está o signo de mudança, por isso reconhecida como *“alma da dialética”*. Entretanto, a história não é feita só por antíteses radicais, que levam a transformações radicais. Podemos identificar, na realidade social, antíteses, não-radicais, ou seja, um melhoramento, um aperfeiçoamento, denominado de reforma.

Para esta parte de movimentos críticos que indicam mudanças restritas em um sistema dado, Demo (1995, p. 93) nos fornece a seguinte explicação:

Antíteses não-radicais estão igualmente na base da persistência histórica dos fenômenos, como é o caso do capitalismo. É certamente uma formação social conflituosa, mas ainda não se verificou antítese suficientemente radical que o levasse à superação histórica. Passou por crises graves (...), carrega nas costas um Terceiro Mundo arruinado, mas, por incrível que pareça, foi possível contornar, talvez pelo arranjo contínuo de condições subjetivas favoráveis, tais

gargalos, persistindo além do que se imaginaria, pelo menos dentro do contexto marxista.

Por último, em relação a esta categoria, notamos que a realidade concreta é uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, onde a polarização dentro do todo lhe é construtiva.

1.9.2.3 Condições Objetivas e Subjetivas

Diferente do determinismo histórico, marca de alguns pensadores marxistas, na **Dialética Histórico-Estrutural** aparecem condições objetivas e subjetivas, num mesmo nível de relevância. A realidade social não é determinada, mas condicionada, permitindo ser a ela atribuída maneiras típicas, tendenciais, regulares do seu acontecer. Nesta medida, a realidade social é previsível, planejável, manipulável, isto é – pode, em parte, ser feita pelo homem.

As Condições Objetivas são aquelas dadas externamente ao homem. A exemplo da divisão em dois sexos, a desigualdade social, as necessidades materiais, entre outras. São Condições Objetivas para o desenvolvimento do país: existência de recursos naturais, desqualificação profissional, pressão de desempregados etc. E as Condições Subjetivas são aquelas dependentes da opção humana, isto é, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das Condições Objetivas. Neste sentido, o ator político, diz Demo (1995), também é condicionado, como qualquer componente da realidade social. Logo, as Condições Objetivas se aproximam das estruturas formais da natureza e do homem, invariantes, dentro das quais acontecem conteúdos variáveis, mais ou menos radicais.

1.9.2.4 Unidade dos Contrários

Na história, as realidades sociais não são apenas complexas; são, sobremaneira, complexidades polarizadas. As relações que nela acontecem dialogam no campo do conflito, onde entendimento e desentendimento são partes da totalidade comunicativa. O *diálogo* autêntico, afirma Demo (1995), é uma fala contrária, pois, entre artes idênticas, não há Comunicação – há monólogo, porque duas coisas idênticas são uma só. Então, para haver *diálogo*, é primordial a polarização de interesses contrários. Ele enfatiza a

necessidade de distinguirmos entre contrários e contraditórios. Termos contraditórios não são *dialéticos*, porque se excluem, não permitindo a polarização e um todo dinâmico, de repulsa e necessitação (*expressão do autor consultado*). Termos contrários são *dialéticos*, pois constituem os componentes essenciais das totalidades contrárias.

A unidade de contrários possui, portanto, uma dubiedade histórica – da mesma forma que dói, é a raiz da mudança. Demo (1995, p. 98) justifica:

O fenômeno do poder, que é uma das mais típicas unidades de contrários, retrata esta dubiedade natural e dinâmica: de um lado, o drama humano refletido na dicotomia entre poucos que mandam e muitos que obedecem, nas discriminações sociais entre privilegiados e desprivilegiados, nos choques entre minorias elitistas e maiorias populares; de outro, a provocação da reação entre os desiguais, que põem a história em marcha. Não escapamos do poder, porque faz parte da vida social, de sua própria organização. Mas, se funda privilégios injustos, nelas mesmos se dá o começo da superação, pois não há ideologia sem contra-ideologia.

A unidade dos contrários também reivindica participação, assim como a própria disputa de poder exige mobilização. E Demo (1995, p. 99) resgata que “*a construção da democracia exige extrema qualidade política, na liderança e na base, algo que não é dado, simplesmente encontrado ou pré-fabricado, mas genuinamente construído, também como ciência, mas, sobretudo com arte e sabedoria*”.

1.9.2.5 Teoria e Prática

Para transformar a história, a prática é condição fundamental, tão importante quanto a crítica teórica. A Dialética reconhece a essência da prática histórica, ao lado da teoria, não cabendo, então, separação entre estudar problemas sociais e enfrentar problemas sociais (DEMO, 1995). A prática é uma opção da teoria, no entanto, esta mesma teoria produzida pode gerar várias práticas. Da mesma forma, consideramos que a prática está para o seu traço concreto, ao contrário da teoria, que é generalizante. Logo, não praticamos toda a

teoria, mas as interpretações/versões pontuais dela, o que nos remete a compreensão de que a prática tende a ser exclusivista, porque opcional (DEMO, 1995).

Dizemos que a prática é ideológica porque ela acontece a partir de uma opção política, quando há condições na história, para se realizar, conquistar e ser, inclusive, rejeitada pelo homem. Se a ação humana histórica é política, no sentido de conquistar espaço próprio e no contexto das Condições Objetivas, a marca ideológica transparece em toda *prática*. Em contrapartida, não negamos o caráter ideológico da *teoria*, que, ao admitir o compromisso de distanciamento da *prática*, assume, também, uma posição ideológica (DEMO, 1995). É pela *prática* que a história acontece, pois a realidade social nunca é o que a utopia sonha, o que a *teoria* constrói, mas é o possível, a maneira de acontecer.

Insistimos, no entanto, que não podemos sacrificar a *teoria* em nome da *prática* e vice-versa. A *prática*, nesta relação, deve retornar à *teoria*, à crítica e à autocrítica. Demo (1995, p. 103) explicita esta questão, quando alerta:

É comum que o homem político, imerso numa prática radical, entusiasmado, dificilmente se disponha a colocar sua prática em discussão, a parar para repensar. Tende a colocar a discussão crítica e autocrítica como perda de tempo, ou estratégica para coibir a prática. Todavia, a teoria aí já é vital para a prática.

O *diálogo* entre *teoria* e *prática* no nosso entendimento, é essencial, para alcançarmos mudanças, sejam elas radicais ou não. Ele declina e qualifica a nova intervenção na realidade social (real e a pretendida).

Neste momento, ao finalizarmos esta etapa de nossa abordagem, de resgate do método, a ser adotado nesta pesquisa, novamente assumimos a **Dialética Histórico-Estrutural** – articulação da **Dialética Marxista** com o **Estruturalismo** –, como trajetória metodológica, que dará sustentação ao nosso estudo, a partir da adoção do pensador **Gramsci**, pela pertinência teórica que reúne em relação ao nosso objeto e objetivos, como registramos. E, para complementar a nossa escolha, nos próximos parágrafos trataremos a respeito da **Análise de Discurso (AD)** e da **Pesquisa Qualitativa** que, também, justificam nosso plano de trabalho.

1.10 A trajetória histórica da Análise de Discurso (AD)

Foram os formalistas russos que buscaram o espaço, no campo dos estudos lingüísticos, daquilo que chamaríamos, tempos depois, de discurso. Transcenderam a abordagem filológica ou impressionista que predominava os estudos da língua. No entanto, esta mudança em direção ao discurso não atinge a sua totalidade, porque os estruturalistas, seus seguidores, tratam de estudar a estrutura do texto – nele e por ele mesmo –, limitando-se, de alguma forma, “*a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade*” (BRANDÃO, 1994, p. 15).

A década de 50 foi marcante para a construção de uma Análise de Discurso¹³³, como disciplina. Aparecem os trabalhos de Harris, que demonstram ser possível ultrapassar as análises restritas à frase, ao adotar procedimentos da lingüística americana aos enunciados (denominados discursos), e de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação, conforme alega Brandão (1994). Estas produções textuais já sinalizam “*para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais européia*” (BRANDÃO, 1994, p. 15).

A obra de Harris é vista como o marco inicial da análise de discurso, mas ao aplicar os procedimentos americanos — isto é, a análise de unidades da língua aos enunciados — não privilegia qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão evidenciar e demarcar, após, a Análise de Discurso.

Já Benveniste procura outra direção e afirma que “*o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos*” (BRANDÃO, 1994, p. 15), dá ênfase “*ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite*” (BRANDÃO, 1994, p. 15-16). Ao tratar da *posição* do locutor, ele evidencia a relação existente entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no seio das reflexões da AD, em que a abordagem da posição sócio-histórica dos enunciadores terá um lugar primordial, no dizer de Brandão (1994).

¹³³ Em nosso *discurso* utilizaremos, também, as iniciais em maiúscula (AD), para identificar a expressão Análise de Discurso.

A tendência européia, escolhida por nós, parte de uma relação pertinente entre o dizer e as *condições de produção* desse mesmo dizer, privilegia a exterioridade, como elemento fundamental. “*Esse pressuposto exige um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma lingüística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem*” (BRANDÃO, 1994, p. 17).

1.10.1A Escola francesa de Análise de Discurso

Para Maingueneau (1993), a escola francesa de análise de discurso contempla uma determinada tradição intelectual européia (sobremaneira a da França) que une reflexão sobre o texto e sobre a história. Na década de 60, quando o Estruturalismo estava no seu auge, os intelectuais franceses proporcionaram, a partir de uma reflexão sobre a ‘escritura’, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A AD surgiu baseada na interdisciplinaridade, uma vez que evidenciava não só os lingüistas, mas os historiadores e alguns psicólogos. Ela é caracterizada por uma prática escolar – a explicação de texto –, muito em uso na França (do colégio à universidade).

Ao articular o lingüístico com o social, a AD se espalha para outras áreas do conhecimento, tentando demarcar o seu campo de atuação, privilegiando, de início, sobretudo, *discursos políticos* de esquerda e textos impressos. A partir daí, ocorre “*a necessidade de critérios mais precisos para delimitar o campo da AD a fim de se chegar a sua especificidade*” (BRANDÃO, 1994, p. 17).

No início, como já registramos, ela foi concebida como o estudo lingüístico das *condições de produção* de um enunciado, resgatando conceitos e métodos da Lingüística. Mas, esta perspectiva não será suficiente e outras dimensões foram visitadas, a exemplo: do quadro das instituições em que o discurso é produzido, onde a enunciação é demarcada; os embates históricos, sociais, entre outros, que se manifestam nos discursos e o espaço próprio que cada discurso delimita para si mesmo no interior de um interdiscurso (MAINGUENEAU, 1993).

Desta maneira, registra Brandão (1994), a linguagem é um fenômeno que, ao ser estudado, deverá revelar o seu sistema interno, como formação lingüística que requer

de seus usuários uma habilidade específica e, também, como formação ideológica, que surge por intermédio de uma competência sócio-ideológica. Reafirmamos, a partir da mesma autora, que a AD, ao aliar o lingüístico ao sócio-histórico, privilegia dois conceitos: o de Ideologia e o do Discurso, que veremos mais adiante neste mesmo subcapítulo, no olhar de alguns Sujeitos, entre eles o de Eliseo Verón¹³⁴.

1.10.2A leitura de outro sujeito sobre a AD

Eni Orlandi¹³⁵ é um dos Sujeitos que tratam da compreensão da AD, por isso, então, justificada a sua presença neste resgate que pretende apresentá-la. A AD, na sua compreensão, não trata da língua nem da gramática, embora esses aspectos lhe interessem. Ela revela o discurso – e a idéia de movimento, de curso, de percurso, no dizer de Orlandi, está para a palavra discurso.

Ou seja, o discurso é *prática* de linguagem: “*Com o estudo do discurso observa-se o homem falando*” (1999, p. 15). Neste sentido, podemos conceber a linguagem como prática social e histórica, percebendo a linguagem como mediadora entre o homem e a realidade social. A AD trata a “língua no mundo”, com formas de significar, privilegiando a *produção de sentidos*, como parte da vida dos homens, “*seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade*” (ORLANDI, 1999, p. 16).

Para Orlandi, os estudos discursivos pensam o sentido, refletido no tempo e no espaço das *práticas sociais*, não operando a Lingüística, com a língua fechada nela própria, isto é, o discurso é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico se coloca como

¹³⁴ Intelectual argentino, formado em Filosofia e Letras, pela Universidade de Buenos Aires. Doutor de Estado em Letras e Ciências Humanas, pela Universidade de Paris 8, com especialização em Lingüística. Autor, editor, também tem obras com parcerias. Sua produção conta, atualmente, com 15 livros, entre eles: A produção de sentido, traduzido por Alceu Dias Lima et. al., em 1980, Editora Cultrix, São Paulo. Tem centenas de artigos em espanhol, francês, italiano e em português. Faz cursos, conferências e seminários em universidades e instituições de muitos países (Estados Unidos, México, Colômbia, Venezuela, Brasil, Peru, Uruguai, Chile, Espanha, Itália, Portugal, entre outros). No campo da pesquisa aplicada tem trabalhado na França para empresas, como: Apple Computers France, Paris Match, Elle, Franmce Telecom, Renault, RATP (...) e para administrações e instituições, como o Centro Georges Pompidou, Ministério de Saúde Pública, Ministério da Cultura e na cidade de Caen. Na Argentina, assessora o diário Clarín, Águas Argentinas, Telecom Argentina, a Revista 3Puntos, entre outras empresas. Hoje, dirige a coleção “O mamífero Falante”, do Editorial Gedisa, em Barcelona. Informações extraídas de <http://www.udesa.edu.ar/profesores/web/evero> (currículum vitae de Eliseo Verón). Acessado em 12/05/2004. A página oferece, inclusive, o e-mail de Verón.

¹³⁵ O livro de Eni Perondi é, conforme o seu prefácio, uma proposta de introdução à AD, solicitada por seus alunos e pelo mercado editorial.

pressuposto. A AD não concebe a história e a Sociedade como elementos independentes do acontecimento de que elas significam, argumenta (ORLANDI, 1999).

Em outros termos, a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Orlandi também, aponta a diferença entre análise de conteúdo e análise de discurso. A primeira tenta extrair sentidos dos textos, atendendo à questão – “*o que este texto quer dizer?*” E a segunda busca outro questionamento – “*como este texto significa?*” Em outras palavras, a AD “*considera que a linguagem não é transparente*”, portanto, ela não tenta “*atravessar o texto, para encontrar um sentido do outro lado*” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Ao transitar nas relações entre as três disciplinas citadas neste resgate — Lingüística, Marxismo e Psicanálise —, a AD reivindica algumas características. A Lingüística privilegia a não-transparência da linguagem: “*Ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria*” (ORLANDI, 1999, p. 19). Esta condição é básica para a AD, que busca evidenciar que “*a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, (...), não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade*” (ORLANDI, 1999, p. 19).

Orlandi acredita que a AD reivindica aspectos do Materialismo Histórico. Assim como a linguagem não é transparente, existe na própria história que o homem faz algo de real que não lhe é transparente. Desta relação, portanto, da língua com a história na *produção de sentidos*, os estudos do discurso “*trabalham o que se vai chamar a forma material (não abstrata como a da Lingüística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é (...) lingüístico-histórica*” (ORLANDI, 1999, p. 19). Nestes mesmos estudos, a intelectual acentua que não dividimos forma e conteúdo, pois compreendemos a língua não apenas como estrutura, mas como acontecimento.

Ao reunir estrutura e acontecimento, a forma material é concebida como acontecimento do significante (língua) em um Sujeito afetado pela história. Nesta relação encontramos, no dizer de Orlandi, a colaboração da Psicanálise, “*com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, (...), se constitui na relação com o simbólico, na história*” (1999, p. 19). Desta maneira, a AD considera que a língua tem ordem própria, mas sua autonomia é relativa – aparece a noção de Sujeito e de situação na análise da linguagem; a história tem o seu real, carregado pelo simbólico – reivindicando sentidos; e o Sujeito de linguagem é descentrado, na explicação de Orlandi, porque é tocado pelo real da língua e,

ainda, pelo real da história, sem poder controlar a maneira como é envolvido – ou seja, o Sujeito discursivo se articula pelo inconsciente e pela Ideologia.

Orlandi (1999) insiste na idéia de não confundirmos discurso com mensagem e com fala. Nas duas instâncias, teremos um complexo processo de constituição dos Sujeitos e *produção de sentidos*. Isto é, não se trata de transmissão de informação, estanque. Outra vez, aponta o entendimento de relação entre Sujeitos, sentidos e conseqüências variadas, definindo discurso como o *“efeito de sentidos entre locutores”*. Privilegia a regularidade do discurso, considerando o social e o histórico, o seu sistema e a sua geração, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto, enfim. A língua, para ela, é a condição de possibilidade do discurso. Ao resgatar a AD, a autora afirma que ela busca *“compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”* (1999, p. 26).

A AD não pára na interpretação, navega em seus limites, nos seus mecanismos, como elemento dos processos de significação. Não visa um sentido verdadeiro, *“através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há construção de um dispositivo teórico, (...) Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”* (ORLANDI, 1999, p. 26). Desta forma, a interpretação é o sentido, *“pensando-se o co-texto (...) e o contexto imediato”*. (...). *Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos”* (1999, p. 26).

A formação discursiva se constrói, portanto, numa conjuntura sócio-histórica dada, estabelecendo o que pode e deve ser dito. Ela representa, no discurso, a formação ideológica dos Sujeitos envolvidos nesse contexto. Desta maneira, o sentido é determinado no âmbito ideológico, como afirma Orlandi (1999). Assim concebida, a ideologia *“não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”* (1999, p. 47). A estudiosa afirma ainda: *“O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história”* (1999, p. 47). Em síntese, não há discurso sem sujeito. E não existe Sujeito sem Ideologia, sentencia Orlandi.

1.10.2.1 Os elementos constituintes da AD, a partir do sujeito Verón

Eliseo Verón acredita que “(...) o ideológico é uma dimensão constitutiva de qualquer sistema social de produção” (1980, p. 104). E reforça seu posicionamento quando explicita:

O ideológico não é apenas o nome de um tipo de discurso (mesmo no nível descritivo), mas é o nome de uma dimensão presente (...) nos discursos produzidos no interior de uma formação social, na medida em que o fato de serem produzidos nessa formação social deixou traços nos discursos (e mesmo, como já disse, de uma dimensão presente em toda matéria significativa, cujo investimento de sentido é socialmente determinado) (1980, p. 105).

Para ele, o sistema produtivo é o aglomerado de instituições e de sistemas de ações e de normas que descobrimos no próprio sistema social ou na realidade social. Verón evidencia, ao descrever e analisar este sistema que, num primeiro nível, na descoberta de objetos empíricos, podemos “falar de textos”. Ou seja, na superfície da realidade social, encontramos:

(...) feixes textuais, com conjuntos, (...), compostos de uma pluralidade de matérias significantes: escrita-imagem; escrita-imagem-som; imagem-fala (...). São textos (...) que não se restringem à escrita. Por outro lado, reservaremos a família de termos discurso, discursividade, discursivo, para assinalar uma certa abordagem dos textos (VERÓN, 1980, p. 105).

Verón (1980) defende, portanto, que a noção de discurso corresponde a uma determinada abordagem teórica de um identificado conjunto significativo. E esta noção de discurso será concebida pelo conjunto de hipóteses ou questões relacionadas aos elementos extratextuais. Na leitura de um conjunto textual, podemos dizer, segundo o autor, que a abordagem elaborada pela noção de discurso contempla a descrição de um “sistema de operações discursivas”. Só que este conceito de operações discursivas transcende a clássica divisão de níveis – sintático, semântico e pragmático.

O processo de produção do discurso, então, é a maneira de descrever um conjunto de operações discursivas que formam “*as operações de investimento de sentido na (ou nas) matéria(s) significante(s), componentes do feixe textual analisado*” (VERÓN, 1980, p. 106). Em contrapartida, reforça que não é possível descrever o nível de pertinência de um discurso ou de sua leitura, no processo de produção, sem estabelecer relações com suas próprias *condições de produção*, ou seja, sem considerar os seus elementos extratextuais. Para Verón, o processo de produção “*é (...) o nome do conjunto de traços que as condições de produção deixaram no textual, na forma de operações discursivas*” (1980, p. 106). Ele ainda explica:

(...) a noção de extratextual deve (...) ser definida em relação a um determinado conjunto textual submetido à análise: esta observação é importante na medida que boa parte das condições de produção de um determinado conjunto textual consiste em outros textos já produzidos. (...), uma parte extratextual que se torna pertinente à análise discursiva de um dado conjunto textual é também textual (VERÓN, 1980, p. 106).

1.10.2.2 A ênfase no modo de produção

Para Verón, uma teoria ideológica é elemento constituinte de uma teoria da produção geral do sentido. E a teoria do sentido depende de um sistema produtivo que, por sua vez, é construído, através da articulação entre produção, circulação e consumo. O modo de produção indicará a natureza do sistema no conjunto, alerta o autor. Neste contexto, aparecem as leituras de diversos discursos que indicam, no processo de descrição de operações discursivas, a recepção – “*quem analisa um conjunto textual para nele descobrir operações discursivas é, (...), um receptor*” (VERÓN, 1980, p. 107).

O acesso à análise das operações discursivas aponta para dois modelos diferentes. Um modelo da produção do discurso (processo que leva ao seu engendramento) e um do consumo do discurso (da recepção deste discurso), o que permite, por sua vez, duas leituras possíveis. Esta produção do discurso acontece num conjunto textual identificado, com certo nível de pertinência. Assim, teremos duas “*gramáticas – uma gramática de produção e*

uma gramática de reconhecimento” (VERÓN, 1980, p. 108). No entanto, elas não são, necessariamente, idênticas, adverte o autor.

Já o conceito de circulação contempla o processo em que o sistema de relações entre condições de produção e de recepção é *“socialmente produzido”*, no dizer de Verón (1980, p. 108). Em outros termos, circulação é o conjunto de mecanismos que determinam as relações entre as duas gramáticas *“para com um discurso ou um determinado tipo de discurso”* (1980, p.108). Verón insiste que, neste contexto, o importante é preservar a idéia de que a história de um texto ou de textos revela um processo de alterações sistemáticas, num período histórico, do sistema das relações entre as duas gramáticas já conhecidas – a de produção e a de reconhecimento.

Ao retomar à questão ideológica, ele reforça a concepção de que o *“ideológico não é o nome de um tipo de discurso, mas de uma dimensão dos discursos socialmente determinados”* (VERÓN, 1980, p. 109). Em outras palavras, é o nome de uma leitura possível de acontecer em qualquer discurso socialmente determinado. O ideológico é o *“nome do sistema de relações entre os discursos e suas condições de produção, sendo estas últimas definidas no contexto da teoria das formações sociais”* (1980, p.110). E sentencia: *“(...) todo o discurso acha-se submetido a determinadas condições de produção”* (1980, p. 110).

1.11 A Pesquisa Qualitativa

Chizzotti (1998) diz que a Pesquisa Qualitativa abriga correntes de pesquisas diferentes. Essas correntes são baseadas em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental. Ele registra que cientistas que comungam da abordagem qualitativa se opõem ao experimental, que defende padrão único de investigação para todas as ciências, tendo por sustentação o projeto de estudo das Ciências Naturais. Portanto, os defensores da qualitativa não admitem que as Ciências Humanas e Sociais sejam orientadas pelo paradigma das Ciências da Natureza e, por conseguinte, legitimem seus conhecimentos por processos quantitativos que venham a se transformar – por técnicas de mensuração – em leis e explicações gerais.

Em síntese, afirmam, em oposição aos experimentalistas, que as Ciências Humanas têm sua especificidade – o estudo do comportamento humano e social – que faz delas ciências com metodologia própria. Chizzotti (1998, p. 79) esclarece: “*Em oposição ao método experimental, estes cientistas optam pelo método clínico (a descrição do homem em um dado momento em uma dada cultura) e pelo método histórico-antropológico, que captam os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem*”.

Uma outra característica, que separa a pesquisa qualitativa dos estudos experimentais, está na maneira como a primeira apreende e legitima os conhecimentos. Ela parte da idéia de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o Sujeito, ou seja, uma interdependência viva entre o Sujeito e o objeto, um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do Sujeito. Logo, o Sujeito-observador é parte do processo de conhecimento, interpretando os fenômenos que, por sua vez, têm significados. O objeto está possuído de significado e relações que Sujeitos concretos criam em suas ações.

Retomamos que a Dialética, também, considera a perspectiva da relação dinâmica entre o Sujeito e o objeto, no processo de conhecimento. Só que ela valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do Sujeito que analisa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte, e os vínculos do saber, do agir com a vida social dos homens. O pesquisador, neste contexto, “*é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais*”, como ensina Chizzotti (1998, p. 80).

Neste cenário, a pesquisa qualitativa tem aspectos próprios, entre eles: a delimitação e formulação do problema; o pesquisador; os pesquisados; os dados e as técnicas (CHIZZOTTI, 1998). Vejamos, então.

1.11.1.1 Delimitação e formulação do problema

O problema, nessa perspectiva, decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que se define e se delimita na exploração dos contextos nos quais se dá a pesquisa, propriamente dita; da observação reiterada e participante do objeto pesquisado, e dos contatos com informantes que têm conhecimento do objeto e emitem juízos sobre ele. Em princípio, o problema é apresentado como um obstáculo, visto pelos Sujeitos de modo parcial

e fragmentado. A sua identificação e delimitação pressupõem uma inversão do pesquisador na vida e no contexto, isto é, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema.

Convém, para tanto, que a *prática* seja partilhada nas experiências e percepções que os Sujeitos possuem desse problema, para que a descoberta dos fenômenos consiga ir além de suas aparências imediatas. Logo, a delimitação é feita em campo, onde a questão inicial é colocada, revista e reorientada a partir do contexto e das informações das pessoas ou grupos envolvidos na pesquisa.

1.11.1.2 O pesquisador

A condição de pesquisador, nesta abordagem, requer um Sujeito livre de preconceitos e atento para não se apegar nas aparências imediatas. No entanto, não deve, por ter uma atitude/postura aberta, antecipar explicações, sem antes conhecer, ou melhor, atingir a compreensão global do fenômeno que analisa. Chizzotti (1998, p. 82) explica: *“Essa compreensão será alcançada com uma conduta que partilhe da cultura, das práticas, das percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa, buscando também compreender a significação social por eles atribuída ao mundo que os circunda e aos atos que realizam”*.

O mesmo autor resgata que o pesquisador há de experimentar, segundo diversos Sujeitos autores, o espaço e o tempo vivido pelos investigados e compartilhar de suas experiências para reconstruir o sentido que os atores sociais dão a elas. Esta pesquisa é conhecida por pesquisa implicada. Outros estudiosos defendem o engajamento do pesquisador nos confrontos ideológicos e políticos da Sociedade e o compromisso público com as classes menos privilegiadas, ou como dizem, subalternas. Neste caso, a pesquisa é um processo de formação e ação que provocará uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os determinam, para organizar os meios de defender e promover seus próprios interesses sociais.

Chizzotti (1998, p. 83) acredita que nesta condição *“o pesquisador identificado organicamente com a vida e os interesses sociais dos sujeitos da pesquisa, nesta os forma, para a ação e para atuação política (pesquisa militante)”*.

1.11.1.3 Os pesquisados

Na abordagem qualitativa, os participantes da pesquisa são reconhecidos como Sujeitos que produzem conhecimentos e *práticas* para intervir nos problemas que identificam. Este conhecimento *prático* que seus participantes possuem, de senso comum e representações elaboradas, mesmo que relativas, pressupõe que estes Sujeitos formam uma concepção de vida que orientam as suas ações individuais. Não estamos afirmando que a vivência, a experiência do dia-a-dia e os conhecimentos práticos garantam um conhecimento crítico que articule essas instruções particulares com a totalidade, ou seja, as experiências de cada um com o contexto amplo da realidade (CHIZZOTTI, 1998).

Para Chizzotti (1998), eles são autores de um conhecimento elevado – pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico. Na condição de Sujeitos da pesquisa, identificam os seus problemas, estabelecem análises a partir deles, elencam necessidades primeiras e propõem ações. Da mesma forma, as ações de intervenção na realidade não são sempre consensuais; isto é, elas são negociadas, uma vez que precisam estar adequadas às alternativas concretas do contexto das pessoas e das *condições objetivas* em que vão se dar.

1.11.1.4 Os dados

O significado dos dados, para o enfoque qualitativo, passa por não aceitar a idéia de que são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em determinado momento de observação. Eles acontecem num contexto repleto de relações, ou seja, são fenômenos que não se restringem às percepções aparentes, mas se colocam em uma complexidade de oposições, de revelações e até de ocultamentos. Mas na pesquisa qualitativa é imprescindível buscar o significado manifesto e o que permanece oculto. Chizzotti (1998, p. 84) reforça esta afirmação:

Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto ao iletrado, do delinqüente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais. Procura-se

compreender a experiência que eles têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram.

Na pesquisa qualitativa, o que é manifesto, o relato das experiências, acaba por ocupar o núcleo da referência das análises e interpretações. No entanto, reforçamos que algumas pesquisas qualitativas não abrem mão da coleta de dados quantitativos, na fase exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem indicar uma relação mais consistente entre fenômenos particulares (CHIZZOTTI, 1998).

Esta abordagem pressupõe que não devemos construir um modelo único, exclusivo e padronizado. Ela é, portanto, criação que mobiliza as possibilidades inventivas do pesquisador, sua habilidade e sua perspicácia metodológica, ou seja, coerente em sua adequação ao campo de pesquisa, bem como aos possíveis problemas que ele enfrenta com os participantes da investigação. Contudo, cabe ao sujeito pesquisador manifestar, de maneira clara, a validade do estudo, as técnicas adotadas, evidenciando a cientificidade dos dados coletados e dos conhecimentos alcançados.

Enfatizamos que as abordagens qualitativas privilegiam as especificidades de um fenômeno – suas origens e de sua razão de ser. Além do mais, seus defensores acreditam que elas oferecem compreensão mais aprofundada de determinados fenômenos sociais, considerando o pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societárias (HAGUETTE, 1992).

1.11.1.5 A nossa busca dialética histórico-estrutural no olhar gramsciano

Aproveitamos este momento do texto para apresentar os objetivos e questões de pesquisa que nortearão o nosso estudo. Vejamos então quais são eles:

1.11.1.6 Objetivos

- a) Compreender a prática da Organização Sindical, a partir de três áreas: Comunicação, Negociação e Relações de Poder, considerando o MDHE e as categorias de Gramsci, estabelecendo, para tanto, recortes que

atendam à Negociação (cláusulas econômicas, sociais e sindicais), através da análise de três Acordos Coletivos e, da Comunicação Sindical, duas edições da Revista Textual, privilegiando dois artigos;

- b) Aplicar as categorias de Gramsci – Ideologia (Poder, Hegemonia e Contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico –, na prática desenvolvida no SINPRO, considerando as três áreas delimitadas. Da mesma forma, aplicar a categoria Discurso, de Verón, com ênfase no Processo de Produção e a categoria Jornalismo Opinativo, de Melo, analisando a sua subcategoria – Artigo –;
- c) Analisar parte da produção (acordos e revistas) do SINPRO, articulada com as categorias privilegiadas;
- d) Propor a Negociação e Comunicação Sindicais, a partir da aplicação do MDHE, como categorias *a posteriori* que poderão emergir da análise a ser desenvolvida;
- e) Contribuir, para a produção teórica sobre Comunicação Sindical e Negociação, questões estas pouco estudadas, inclusive no meio acadêmico, e que, também em outras áreas, são fragilmente tratadas.

1.11.1.7 Questões de Pesquisa

Uma política de Comunicação e uma política de Ação Sindical são ou não as condições objetivas, para que uma entidade de classe, hoje, consiga se legitimar? A análise da práxis do SINPRO passa por considerarmos questões que envolvem a Comunicação, Negociação e as Relações de Poder, pois acreditamos que, na atualidade, nenhuma entidade de classe consegue se colocar/legitimar, sem ter uma política de comunicação caracterizada, além é claro, de ter primeiro uma política de ação também estabelecida. Comprendemos, portanto, que a Comunicação traduz, de alguma forma, o grau de organização de uma entidade de classe e, ao mesmo tempo, que ela pode educar e formar o sujeito (base) para a ação que a direção sindical (IOT) estabeleceu como meta (projeto/concepção).

De que maneira a Negociação e a Comunicação se relacionam com a Organização Sindical? A sobrevivência das entidades, neste caso – o SINPRO –, está pontuada no tratamento adequado aos processos de Negociação e Comunicação, nos seus mais diferentes níveis (ou relações/contextos). Há, portanto, a necessidade de contextualizá-las, a partir da análise reflexiva e situá-las como categorias emergentes desta práxis, já que a produção textual, existente na atualidade, é insuficiente, oportunizando, desta forma, a construção de uma referência teórica consistente, que as justifique.

Como se dão as relações de poder no SINPRO? As Relações de Poder, no SINPRO, se estabelecem no fazer sindical, tanto em nível interno, quanto externo, reproduzindo as ideologias vigentes nesta práxis, isto é, tanto aquelas que circulam entre os próprios IOT (embora com uma direção colegiada que, pretensamente, em princípio, garante um equilíbrio de forças e de poder), quanto as outras que se dão entre os mesmos IOT (no sentido de totalidade deste grupo/classe de sujeitos) no enfrentamento com os IOC e destes com seus pares – numa relação dialética que reúne as condições objetivas e subjetivas desta práxis.

Parte II

2 Acordos Coletivos: as relações de poder entre os IOT e os IOC no âmbito da negociação

Neste capítulo, descrevemos e analisamos os recortes discursivos eleitos de nosso objeto, isto é, os acordos coletivos firmados entre os Sindicatos dos Professores Particulares — SINPRO e o dos Estabelecimentos de Ensino — SINEPE nos anos de 1985, 1996 e 2005, privilegiando três cláusulas do bloco econômico ou de reflexo econômico, três do bloco social ou das condições de trabalho e três do bloco sindical. Buscamos identificar e propor a categoria de Negociação nesta relação entre os IOT e os IOC. Vejamos primeiro o contexto descritivo destes acordos, para depois estabelecermos as análises dos três, evidenciando semelhanças, avanços, e como as relações de poder aparecem no processo de Negociação.

2.1 O Acordo de 1985

O documento desta homologação de revisão de dissídio coletivo¹³⁶, entre as duas entidades de classes, estabelecido pela Justiça do Trabalho, do Tribunal Regional do Trabalho, da 4ª Região, reúne um total de 19 (dezenove) cláusulas.

Nesta época, além de sucinto, o acordo ainda não apresentava a divisão por títulos de categorização, ou seja, não havia a separação das cláusulas por blocos (econômicos,

¹³⁶ Documento Acórdão (TRT -1490/85). Ementa: Revisão de dissídio coletivo. Acordo livremente celebrado, sem conflito com o regramento jurídico vigente. Homologação. 4ª Região. (cópia xerográfica).

sindicais, condições de trabalho), a exemplo do que aconteceria nos acordos futuros, como veremos nos anos de 1996 e 2005. Trata-se, portanto, de um acordo “*enxuto*”, sem desdobramentos por eixo ou por bloco. Por esta razão, selecionamos as seguintes cláusulas: *Adicional por tempo de serviço, Tempo extraclasse à disposição do estabelecimento, Antecipação do 13º salário* (bloco econômico ou de reflexo econômico); *Descontos nas anuidades para filhos e dependentes dos professores, Contratação de novos professores e Limites de alunos por turma* (bloco social ou das condições de trabalho); *Delegado sindical, Contribuição assistencial e Desconto em favor das entidades patronais* (bloco sindical).

2.2 O Acordo de 1996

No ano de 1996, tivemos acesso aos conhecidos cadernos que as entidades editam para divulgar os direitos básicos, regulamentados pelos acordos coletivos. É o caderno do Acordo 96, que segundo a direção colegiada do SINPRO, serve para que cada professor seja um agente fiscalizador de suas conquistas¹³⁷. O caderno, em suas páginas finais, apresenta uma novidade: a lista de serviços e o guia de convênios, firmados pelo SINPRO/RS, “*na perspectiva de ampliar, diversificar os serviços prestados pela nossa Entidade no intuito de melhor atender aos interesses da categoria*” (CADERNO DO ACORDO 1996, APRESENTAÇÃO). O mesmo discurso revela que “*Além da manutenção das cláusulas sociais, do reajuste de salário, a grande novidade, neste ano, é o Plano de Saúde, que concretiza o início do atendimento de uma reivindicação histórica em nossa trajetória de lutas*” (CADERNO DO ACORDO 1996, APRESENTAÇÃO).

Passados mais de dez anos, o acordo reúne 58 cláusulas, isto é, três vezes maior, em número de cláusulas do que o de 1985¹³⁸ e sua vigência é de 1º de março de 1996 a 28 de fevereiro de 1997. No entanto, neste acordo também selecionaremos as cláusulas que privilegiamos no de 1985, embora possamos encontrar mudanças de títulos ou a garantia do direito em outro parágrafo, com novo nome de cláusula, ou ainda, alterações do que e como está previsto seu atendimento em alíneas ou parágrafos.

¹³⁷ Idéia expressa no texto de apresentação do referido caderno, assinado pela diretoria colegiada daquela entidade.

¹³⁸ Observamos que o desdobramento dos blocos de cláusulas, neste acordo, apresenta algumas, inclusive mais interessantes para a análise e interpretação do que as que selecionamos tendo por referência o acordo de 1985. Este por sua vez, bem mais restritivo sob o enfoque da abrangência e discussões que poderiam suscitar em relação ao enfrentamento dos IOT e os IOC, na categoria Negociação.

Além das novidades, o caderno, em seu sumário, tem o Disque SINPRO/RS, com suas Zonais, Delegacias Regionais e setores; Delegacias Sindicais no Interior do Estado, Advogados Credenciados no Interior do Estado; Direitos Básicos do Professor do Ensino Privado, Acidente de Trabalho — procedimento e benefício; Aposentadoria — tempo em outra atividade, aposentadoria dupla, abono permanência, estabilidade, cálculo do benefício, como evitar dificuldades, denominações diferentes, comprovação do tempo de serviço; Demissão do Professor — aviso prévio, rescisão contratual, verbas rescisórias devidas, indenização; Saque do FGTS — melhor dia; Licenças para Tratar de Assuntos Particulares; Licença Maternidade — o que fazer depois do nascimento, auxílio natalidade; Licença Médica — abono de faltas; Salário — como calcular, salário-base, descanso semanal remunerado, hora extra, o que deve constar no contracheque; 13º salário; Descontos — mensalidades (SINPRO/RS), contribuição assistencial – dissídio, contribuição sindical – imposto sindical; Férias; Recesso Escolar; Desconto para Dependentes; Intervalo; Janelas; Adicional Noturno e Creches.

Estes itens, em síntese, dão conta de maiores esclarecimentos dos direitos trabalhistas aos professores de ensino privado e auxiliam na interpretação de algumas outras conquistas firmadas no acordo coletivo.

2.3 O Acordo de 2005

Em 2005, o caderno está com a denominação de Convenção Coletiva de Trabalho¹³⁹, com 64 cláusulas e vigência de 01 de março de 2005 até 28 de fevereiro de 2006. Na apresentação, intitulada “*Conheça os seus direitos*”, a diretoria colegiada do SINPRO/RS registra que a edição 2005 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é um documento resultado da Negociação realizada entre os Sindicatos — SINPRO X SINEPE. Ela “(...)

¹³⁹ “*Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, à relações individuais de trabalho. (...) (a Convenção) envolve pluralidade de sindicatos econômicos ou profissionais para estabelecer condições de trabalho, podendo esses sindicatos fazer-se representar pelas Federações ou Confederações. Já o Acordo é feito individualmente por um sindicato profissional com uma ou poucas empresas, nesse caso sem a representação sindical econômica. O efeito prático dessa diferença está apenas na abrangência. A Convenção obriga ao cumprimento de seus dispositivos um maior número de empresas e sindicatos, enquanto o Acordo obriga uma empresa e seus empregados*”. No entanto, registramos pautados na fonte consultada que “(...) *Convenções e Acordos estabelecem regras coletivas de relações de trabalho (...)*” (SILVA, 1999, pp. 244-246). Por dissídio, no seu sentido jurídico, temos: “*denominação comum às controvérsias individuais ou coletivas submetidas à Justiça do Trabalho*” (FERREIRA, 1975, p. 483).

normatiza o valor hora-aula e as condições de trabalho dos mais de 26 mil professores das escolas privadas gaúchas em todos os níveis” (CADERNO DA CCT, 2005, p. 03). Neste caderno encontramos os capítulos referentes a direitos trabalhistas, “contendo explicações sobre cláusulas da Convenção, direitos previstos na CLT e na legislação previdenciária” (CADERNO DA CCT, 2005, p. 03).

Segundo a direção sindical dos professores, a intenção é de que o professor *“possa ter uma idéia do conjunto de seus direitos em um instrumento de consultas prático e de fácil portabilidade. Por isso, mantenha (...) sempre à mão, pois trata-se (SIC) não apenas do registro do seu patrimônio de direitos mas (...) pode e deve servir como um manual de consulta constante em prol do exercício e manutenção desses direitos”* (CADERNO DA CCT, 2005, p.03). O sentido de fiscalização novamente aparece no discurso: *“Conhecendo a Convenção Coletiva de Trabalho, você poderá realizar, ao lado do SINPRO/RS, a devida fiscalização em favor do cumprimento pleno de todas as cláusulas contidas neste caderno”*, reforça a direção colegiada (CADERNO DA CCT, 2005, p. 03).

Diferente do documento de 1996, este caderno não traz a relação de convênios. No entanto, a tiragem é bem maior que a anterior — 15 mil exemplares (2005) e 1000 exemplares (1996). As cláusulas serão as mesmas privilegiadas antes, observadas as alterações sofridas ao longo dos anos.

2.4 A descrição e a análise de 1985, 1996 e 2005

Os acordos, a partir de agora, serão descritos e analisados, conforme a nossa classificação, isto é, naqueles três blocos: Econômico, Social e Sindical.

2.4.1 Cláusulas do bloco econômico ou de reflexo econômico de 1985, 1996 e 2005

A seguir descreveremos e analisaremos as cláusulas do bloco econômico dos anos selecionados.

2.4.1.1 Adicionais por tempo de serviço (1985, fl. 03, TRT – 1490/85)

Os estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, concederão a seus professores, ressalvada a vantagem àquelas que já a possuem, se mais favorável ao empregado, adicionais por tempo de serviço equivalente a três por cento (3%) por quinquênio, implantados gradativamente da seguinte forma: 1% (um por cento) será pago em 1985; 2% (dois por cento), em 1986; e 3% (três por cento), em 1987. Estes adicionais ficam limitados a cinco quinquênios e incidirão sempre sobre o salário-base do professor, excluídas eventuais vantagens especiais.

2.4.1.2 Adicional por tempo de serviço (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 09)

Os professores de todos os níveis ou graus terão direito a um adicional por tempo de serviço no mesmo estabelecimento de ensino equivalente a 4% (quatro por cento) do salário-base por quadriênio, ressalvadas as vantagens pessoais.

2.4.1.3 Adicional por tempo de serviço (CADERNO DA CCT, 2005, p. 11)

Os professores de todos os níveis ou graus terão direito a um adicional por tempo de serviço no mesmo estabelecimento de ensino, equivalente a 4% (quatro por cento) do salário-base por período de quatro anos trabalhados, limitado a um máximo de 5 (cinco) quadriênios, na totalização de 20%, ressalvadas as vantagens pessoais já adquiridas.

Ao analisarmos as três cláusulas, percebemos que, em 1985, os IOT teriam o direito de receber 3%, a título de quinquênio, só que parcelados em três anos, mas sem limite do número total. Em 1996, desde que no mesmo estabelecimento de ensino, o percentual subiu 1%, ou seja, 4% do salário-base, por quadriênio ou quatro anos, sem limite de número de quadriênios. Encontramos, portanto, um avanço em percentual e tempo, não

esquecendo, no entanto, que já estamos 11 anos mais tarde. Em 2005, o percentual é o mesmo — 4%, limitados a 5 (cinco) quadriênios, estabelecendo ainda o limite total de 20%. Aqui a restrição é clara.

2.4.1.4 Tempo extraclasse à disposição do estabelecimento (1985, fl. 03, TRT, 1490/85)

É assegurada aos professores a remuneração dos períodos e horários em que fiquem à disposição dos estabelecimentos, por convocação destes, bem como das reuniões regulares, desde que não haja, no regimento ou no contrato de trabalho, previsão de pagamento de adicional a esses títulos.

Antes de lançarmos as demais cláusulas dos acordos de 1996 e 2005, registramos que há diferenças de — títulos de cláusulas, do que está sendo negociado e como estão previstas (isto é, o discurso tem outro tratamento). Em 1996 e 2005 temos o *Pagamento de janelas*, *Reuniões de departamento* e *Intervalo para descanso*, entre outras, como desdobramentos da anterior, ressalvadas em todas as cláusulas a expressão “*convocada*” pela escola ou estabelecimento. Apresentaremos as duas primeiras.

2.4.1.5 Pagamento de janelas (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 10)

Os períodos vagos entre as aulas de um mesmo turno (janelas) que ocorram sem solicitação do professor serão pagos como hora-aula normal e não serão incorporados à carga horária e ao salário contratual. Parágrafo Primeiro — Nesses períodos, o professor estará sujeito a tarefas pedagógicas relacionadas com a sua área. Parágrafo Segundo — No caso dos cursos livres, o professor poderá optar por não permanecer na escola, no período das janelas, hipótese em que não receberá a correspondente remuneração.

Em 2005, encontramos o mesmo texto da cláusula anterior.

2.4.1.6 Reuniões de departamento (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 12)

As reuniões de departamento com finalidade pedagógico-administrativa convocadas pelo estabelecimento, quando não incluídas na jornada semanal do professor horista de 3º grau, serão remuneradas em separado, à base do salário-hora normal. Parágrafo Único — A remuneração prevista no caput não se aplica às instituições que já tenham normas internas ou planos de carreira que contemplem o pagamento destas reuniões.

2.4.1.7 Reuniões de departamento (CADERNO DA CCT, 2005, p. 15)

Na educação superior, as reuniões de departamento com finalidade pedagógico-administrativa, convocadas pelo estabelecimento, quando não incluídas na jornada semanal do professor não contratado por tempo contínuo, serão remuneradas em separado, à base do salário-hora normal. Parágrafo único — A remuneração prevista no caput não se aplica às instituições que já tenham normas internas ou planos de carreira que contemplem o pagamento destas reuniões.

A partir da cláusula de 1985 — Tempo extraclasse à disposição do estabelecimento — percebemos que ocorreram alterações de títulos e desdobramentos de conteúdos. A primeira é bem abrangente, preservado aquilo que já está contemplado pelos representantes dos IOC, além, é claro, da manifestação expressa pela palavra “*convocação*” destes últimos. De qualquer maneira, todo o tempo extraclasse à disposição dos estabelecimentos de ensino deve ser remunerado, conforme a cláusula.

Nos anos posteriores, o conceito é desdobrado com pontuações específicas do que está sendo tratado, isto é, este tempo extraclasse passa a ter denominações diferenciadas, como já apontamos — Reuniões de departamentos, Pagamentos de janelas, entre outras. Aqui, a maior diferença apresentada no discurso da cláusula está no início de cada parágrafo: “*As reuniões dos departamentos com finalidade pedagógico-administrativa (...)*” (CADERNO DO ACORDO 1996) e em 2005: “*Na educação superior, as reuniões de*

departamento (...)”, os IOC conseguem suprimir da cláusula de 2005, parte da categoria que se encontra no 1º e 2º graus. Ressaltamos que ambas atendem somente aos professores horistas do 3º grau, preservadas, também, as organizações de ensino que já atendam em suas políticas, o pagamento das reuniões de departamentos.

2.4.1.8 Antecipação do 13º salário (1985, fls. 3-4, TRT – 1490/85)

É assegurado a todos os professores o pagamento de cinquenta por cento (50%) do 13º salário, no mês de julho, desde que haja prévia solicitação, por escrito, até trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e cinco (31-05-1985).

2.4.1.9 Antecipação do 13º salário (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 14)

Fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do 13º salário até o dia 05 (cinco) de agosto de 1996, com base na remuneração devida no mês de julho, independente de solicitação do professor, devendo a parcela restante ser paga até o dia 15 (quinze) de dezembro/96. Parágrafo Primeiro — O pagamento da parcela restante desobriga o empregador a efetuar, no mês de dezembro de 1996, o pagamento do adiantamento salarial quinzenal prevista na cláusula específica. Parágrafo Segundo — A antecipação da primeira parcela prevista no *caput* substitui a vantagem assegurada pelo art. 2º da Lei 4.749/65. Parágrafo Terceiro — O descumprimento dos prazos previstos na presente cláusula, obrigará o empregador a pagar ao empregado prejudicado uma multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia até o 6º (sexto) dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa devida terá o valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculada, em qualquer das duas hipóteses, sobre o montante devido. Parágrafo Quarto — Os descumprimentos previstos na presente cláusula implicarão, além da multa prevista no parágrafo 3º, na correção dos valores, com base na variação mensal do IGP-M/FGV, calculada sobre o montante devido até o efetivo pagamento.

A Antecipação do 13º na CCT, de 2005, não difere em conceito. Ele permanece o mesmo de 1996. No entanto, o que mudou foram os percentuais previstos de multa e as condições dos estabelecimentos de propriedade dos IOC, no parágrafo terceiro:

(...) A partir do 7º (sétimo) dia, a multa terá valor fixo, equivalente a 5% (cinco por cento) na hipótese de a escola pela primeira vez ter descumprido cláusula de Convenções Coletivas e de 10% (dez por cento) quando reincidente, acrescidas da correção mensal baseada na variação do IGPM-FGV, calculadas em qualquer das hipóteses, sobre o montante devido, até o efetivo cumprimento.

No ano de 1985, o trabalhador deveria solicitar, por escrito, a antecipação do 13º salário. Exigência que desapareceu nos acordos posteriores. Mas, nestes últimos, os desdobramentos foram mais detalhados, privilegiando, inclusive, o que não seria atendido e que estaria previsto na legislação trabalhista. Neste caso, o Poder normativo se revigora, mesmo que atingindo a legislação maior.

Outra questão evidenciada é a diferença no tratamento daqueles que descumprem *pela primeira vez* a cláusula e são “*agraciados*” com um percentual menor, por ter cometido tal ato. E para aqueles que já praticaram o descumprimento mais de uma vez o percentual é elevado (10%). Curioso que, no acordo de 1996, o valor era de 20%, independente do caso. Ganho para os IOC que, infringindo o que está previsto, são beneficiados de alguma forma, no processo de Negociação, que resulta nas cláusulas acordadas pelas duas categorias, isto é, no consenso encontramos o dissenso, ou ainda, as contradições não escolhem Sujeitos e contextos para aparecerem.

2.4.2 Cláusulas do bloco social ou das condições de trabalho de 1985, 1996 e 2005

A seguir, as cláusulas do bloco social dos anos privilegiados.

2.4.2.1 Descontos nas anuidades para filhos e dependentes dos professores (1985, fl. 4, TRT – 1490/85)

Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus concederão aos filhos e dependentes de professores, nas escolas em que lecionem e tenham filhos estudando, um desconto nas anuidades, nas seguintes porcentagens: 50% (cinquenta por cento), no mínimo, calculados sobre os rendimentos totais percebidos pelo professor no ano civil anterior, nesse mesmo estabelecimento, aos professores que percebiam em fevereiro de 1985 até Cr\$ 499.680 por mês ou até Cr\$ 2.082 por hora. 30% (trinta por cento), no mínimo, calculados sobre os rendimentos totais percebidos pelo professor no ano civil anterior, nesse mesmo estabelecimento, aos professores que em fevereiro de 1985 percebiam acima de Cr\$ 499,680 por mês ou acima de Cr\$ 2.082 por hora. Parágrafo único — Nos estabelecimentos de 3º grau, o desconto ficará a critério da escola.

2.4.2.2 Desconto para dependentes (CADERNO DE ACORDO, 1996, p. 20)

Fica assegurado desconto nas mensalidades escolares dos dependentes de docentes, no estabelecimento de ensino em que o mesmo professor(a) exerça suas funções, na razão dos seguintes percentuais, limites e condições: a) Para os dependentes de docentes de Pré-Escola, Cursos-livres, I e II graus o desconto devido será proporcional à carga horária contratual semanal do docente, na razão de 4% por hora-aula limitado, para 01 (um) dos dependentes, ao percentual máximo de 90% e, para os demais, ao percentual máximo de 50% do valor das mensalidades. b) Para os dependentes de docentes de 3º Grau, o desconto será exigível para apenas 01 (um) curso por dependente, e limitado a 02 (dois) dependentes, nos percentuais e condições a seguir estabelecidas: b.1 — Docente com 1 a 8 horas-aula semanais — 20% de desconto por dependente; b.2 — docente com 9 a 16 horas semanais — 30%; b.3 — Docentes com 17 a 24

horas-aula semanais — 50%; b.4 — Docente com 25 a 32 horas-aula semanais — 60%; b.5 — Docente com mais de 32 horas-aula semanais — 80%. Parágrafo Primeiro — O desconto de mensalidades nos cursos de Medicina e Odontologia será limitado a 80% dos percentuais estabelecidos na alínea b supra, respeitando o critério da carga horária. Parágrafo Segundo — O conceito de dependente, para os efeitos da presente cláusula, é aquele admitido pela legislação do Imposto de Renda. Parágrafo Terceiro — Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis decorrentes de acordos internos ou de adoção, pelo estabelecimento, de critérios mais vantajosos.

Na CCT, de 2005, o texto (ou discurso) permanece igual ao do ano anterior apresentado.

Os percentuais, em 1985, respeitavam os critérios de quem ganha mais ou menos. Ou seja, os trabalhadores que ganhavam até um valor, teriam direitos a 50% , enquanto aqueles que percebiam acima de um determinado valor, teriam um desconto de 30%. E no 3º grau, o desconto ficaria por conta de cada escola. Já em 1996 e 2005, os percentuais oferecidos aos professores de pré-escola, cursos-livres e de I e II graus variam de 90% a 50%, para um dos dependentes e para os demais, respectivamente. E na educação superior os percentuais são de 20 a 80 por cento, proporcionais ao número de horas-aula. Ressalvadas as situações mais favoráveis, resultantes de acordos internos ou de adoção de políticas próprias, pela organização de ensino, de critérios mais vantajosos. A permanência do conteúdo, nos últimos nove anos, indica a posição assumida ou encaminhamentos consensuais, por ambos representantes na mesa de Negociação.

2.4.2.3 Contratação de novos docentes (1985, fl. 5, TRT – 1490/85)

Nenhum estabelecimento de ensino poderá, sob qualquer justificativa contratar docente com salário inferior ao do professor de menor tempo de serviço na escola, considerando-se o grau ou nível em que atue, ressalvadas eventuais vantagens pessoais e desde que seu tempo de serviço não seja superior a dois (2) anos.

2.4.2.4 Contratação de professor (CADERNO DE ACORDO, 1996, p. 16)

Os estabelecimentos de ensino de 3º grau, somente poderão admitir professores mediante publicação de edital contendo o número de vagas e os critérios de seleção. Parágrafo Primeiro — O professor que pedir demissão, no transcorrer do mês de janeiro fará jus ao pagamento de aviso prévio de 30 (trinta) dias. Parágrafo Segundo — O estabelecimento de ensino que precisar preencher vaga de professor demissionário, ou licenciado (inclusive gestante), no transcorrer do semestre letivo, não estará submetido ao estabelecido no *caput*.

A cláusula permanece com o mesmo teor, em 2005.

Observamos que o conteúdo da cláusula de 1985, nos anos seguintes analisados, mudou no conceito. A primeira diz respeito ao salário, isto é, a instituição de ensino não contratará professor com salário inferior ao do professor de menor tempo de serviço na escola. Os dois últimos acordos prevêm a publicação de edital (número de vagas e os critérios de seleção) e demais exigências. No entanto, numa busca mais apurada nos acordos destes mesmos anos, o que estava previsto no de 1985 está na cláusula intitulada *Isonomia Salarial*, em 1996 e 2005.

2.4.2.5 Limites de alunos por turma (1985, fl. 5, TRT – 1490/85)

Fica assegurada a formação de uma Comissão Paritária constituída por cinco (5) representantes de cada sindicato, a qual terá por objeto o estudo e apresentação, até 31-10-85, da proposta, referente ao limite de alunos por turma, par ser apreciado por ocasião da discussão dos futuros acordos entre os convenientes.

Sobre esta titulação, não encontramos nos acordos estudados quaisquer cláusulas. No entanto, nos anos de 1996 e 2005, há uma denominada *Irredutibilidade de salário e carga-horária*, que a este título, prevê ainda o número máximo de alunos em sala de aula, mas sem estabelecer de maneira específica tal objeto, ou seja, limites de alunos por

turma. Logo, estas evidências demonstram que não houve avanço concreto em relação a esta reivindicação. Até hoje, em alguns estabelecimentos, o número excessivo de alunos em sala de aula tem sido alvo de discussões, descontentamentos e sujeições por parte dos IOT, encontrando, em contrapartida, a resistência por parte dos IOC que representam os estabelecimentos, inclusive via chefias de setores intermediários, em não indicar qualquer possibilidade de mudança neste quadro. A regra aqui tem sido “*quanto mais, melhor*” — , num discurso indireto dos IOC, que garantiria a permanência dos empregos dos professores que têm de enfrentar este cotidiano. Isto é, esta realidade justifica a empregabilidade, pois quando tiverem menos alunos, demissões serão necessárias.

No enunciado desta cláusula, em 1996 e 2005, a carga horária e sua respectiva remuneração não poderiam ser reduzidas, de forma unilateral pelo empregador, salvo nas hipóteses de alteração curricular devidamente aprovada pelo órgão competente da instituição empregadora ou de supressão de turmas motivadas por redução do número de alunos e desde que as turmas restantes da mesma série ou disciplina tenham, no máximo: a) Pré-Escola ou educação infantil — 20 alunos; b) 1ª a 4ª série do I grau ou ensino fundamental (séries iniciais) — 35 alunos; c) 5ª a 8ª série do I grau ou ensino fundamental (séries finais) — 42 alunos; d) II grau ou ensino médio — 47 alunos; e) III grau — média de 60 alunos obtida pela divisão do número total de alunos matriculados na disciplina pelo número de turmas remanescentes. Os demais parágrafos desta cláusula não serão analisados, por se tratar apenas de valores e não de números de alunos por turma.

2.4.3 Bloco das cláusulas sindicais dos anos de 1985, 1996 e 2005

Neste momento trataremos das cláusulas sindicais dos anos escolhidos.

2.4.3.1 Delegado sindical (1985, fl. 6, TRT – 1940/85)

Fica assegurada a existência de um delegado sindical por estabelecimento de ensino, a ser eleito pela maioria dos docentes da escola, com mandato de um ano.

No acordo de 1996, esta cláusula prevê: “*Fica assegurada a existência de 01 (um) delegado sindical por escola, com mandato de 01 (um) ano, eleito por seus pares em assembléia convocada para este fim*” (CADERNO DO ACORDO 1996, p. 20). Na CCT, de 2005, a cláusula permanece com o mesmo teor de 1996. Percebemos que a de 1985 indica que a eleição se dará pela maioria dos docentes da escola e as posteriores estabelecem que eleição acontecerá em assembléia específica e por seus colegas, sem determinar a maioria.

2.4.3.2 Contribuição assistencial (1985, fl. 6, TRT – 1490/85)

Os estabelecimentos de ensino em qualquer nível, grau ou atividade, descontarão de seus docentes, beneficiados com a presente revisão salarial, associados ou não do sindicato suscitante, a importância equivalente a um décimo (1/10) da diferença entre o salário de fevereiro e o do primeiro mês em que for pago o reajuste integral, consoante decisão da Assembléia Geral da categoria. O recolhimento aos cofres do SINPRO-RS, deverá ser feito até o dia quinze (15) do mês subsequente ao em que foi feito o desconto.

2.4.3.3 Contribuição assistencial ao SINPRO/RS (CADERNO DO ACORDO, 1996, p. 24)

Os estabelecimentos de ensino descontarão em folha de pagamento, em favor do SINPRO/RS, em abril de 1996, o valor equivalente a 4% (quatro por cento) do salário do mês de abril de cada docente, associado ou não ao SINPRO/RS, e mais 2,5 (dois e meio por cento) do salário de cada docente em setembro de 1996. Parágrafo Primeiro — Os estabelecimentos de ensino recolherão tais valores ao SINPRO/RS em até 05 (cinco) dias úteis subsequentes à efetivação do desconto. Parágrafo Segundo — Os estabelecimentos de ensino enviarão ao SINPRO/RS cópia das guias de recolhimento das contribuições sindical e assistencial. Parágrafo Terceiro — Sendo impraticável, por questões operacionais, a efetuação do desconto no salário

do mês de abril, a mesma deverá ser feita em relação ao salário do mês de maio/96. Parágrafo Quarto — O recolhimento intempestivo acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, até o 6º dia. A partir do 7º (sétimo) dia, a multa devida terá valor fixo equivalente a 20% (vinte por cento) e correção mensal pela variação do IGP-M/FGV, calculadas, em qualquer das hipóteses, sobre o montante, até o efetivo pagamento.

Em 2005, esta cláusula prevê algumas pequenas diferenças em relação ao acordo de 1996. O seu início reivindica a decisão de duas assembleias gerais, para estabelecer o referido desconto, dando idéia de legitimidade, uma vez que foi aprovado pela categoria — “*Conforme decidido nas Assembleias Gerais realizadas (...)*”. O valor é de 2% (dois por cento), para o mês de maio de 2005, além de mais 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos de inteiro por cento) da remuneração de todos os docentes empregados, na folha de pagamento de mês de julho de 2005. Os valores praticados referentes às multas repetem os valores de cláusula anterior analisada — 5% (cinco por cento) para quem descumpriu pela primeira vez e 10% para a organização de ensino reincidente. Os demais parágrafos são semelhantes. Destacamos que há muito tempo, o SINPRO tem devolvido 60% do valor arrecadado a todos os trabalhadores associados. Os demais não são merecedores de tal reembolso.

2.4.3.4 Desconto em favor das entidades patronais (1985, fl. 06, TRT – 1490/85)

Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, associados ou não ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Rio Grande do Sul, recolherão a esta entidade o equivalente a dois por cento (2%) da folha de pagamento do primeiro mês em que for aplicada a presente convenção. Os estabelecimentos de ensino de 3º grau recolherão aos cofres do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Rio Grande do Sul o equivalente a um por cento (1%) da folha de pagamento do primeiro mês em que houver integral aplicação desta convenção.

Com nova titulação, esta cláusula em 1996 aparece com a seguinte redação: “*Contribuição Assistencial ao SINEPE/RS — Os estabelecimentos de ensino associados ou não recolherão em favor do SINEPE/RS quantia correspondente a 3% (três por cento) de folha de pagamento do mês de maio/96 e mais 3% (três por cento) da folha de pagamento do mês de setembro/96*” (CADERNO DO ACORDO 1996, p. 25).

Os IOC, em 2005, também aprenderam com os IOT e introduziram em seu enunciado a seguinte oração:

Conforme decisão da respectiva Assembléia Geral sindical, os estabelecimentos de ensino, associados ou não, recolherão em favor do SINEPE/RS a quantia correspondente a 3% (três por cento) da folha de pagamento do mês de junho/2005 e mais 3% (três por cento) da folha de pagamento do mês de setembro/2005 (CADERNO DA CCT, 2005, p. 37).

Ao observarmos a cláusula de 1985, detectamos que os percentuais também atendem ao conceito já usado em outras cláusulas — as escolas de primeiro e segundo graus pagam dois por cento, enquanto instituições de ensino superior pagam um por cento. Nos acordos de 1996 e 2005 padronizam os valores para todos os estabelecimentos e, no último, a fórmula utilizada pelos trabalhadores também se dá nos empresários da educação — isto é, ambos reivindicam assembleias de suas categorias para legitimar os descontos divulgados e homologados nos respectivos documentos.

A partir das descrições e análises anteriores, podemos relacionar alguns elementos que se evidenciam neste contexto histórico. Os discursos registrados nos Cadernos dos Acordos ou das Convenções, por exemplo, se materializam na ação, pelo menos pretensa, de cada IOT — eleitos, agora, agentes fiscalizadores. Paralelamente, ao próprio discurso sintetizado no caderno também é dada a condição de Sujeito, que deve fiscalizar as garantias ou conquistas da classe trabalhadora, sendo, portanto uma extensão dos dirigentes dos IOT.

Ao mesmo tempo em que este discurso apresenta os direitos dos trabalhadores, ele reproduz em suas próximas páginas uma *prática* (herança getulista) que por décadas foi e continua sendo dividida e/ou disputada pelas duas classes. Ou seja, tanto os IOT quanto os IOC oferecem vantagens e benefícios aos seus sujeitos em organizações diferentes — o Sindicato de classe dos trabalhadores e os estabelecimentos de ensino concedem aos seus

associados e empregados uma ampla lista de serviços, num viés assistencialista (dentistas, médicos, planos de saúde, entre outros), em nome de ampliar, diversificar e atender os interesses dos trabalhadores.

Ao analisarmos os três acordos, percebemos alguns elementos de abstrações que auxiliam na *reflexão dialética*. Num primeiro momento, podemos dizer que o nível de organização das relações do mundo do trabalho é proporcional ao aumento de número de cláusulas encontradas em cada um dos acordos; vejam, por exemplo, o de 1985 e o de 2005. Por outro olhar, numa perspectiva inversa, a complexidade desta relação se amplia à medida que até os direitos constitucionais são reforçados em ocasiões de Negociação. Revelação e legitimação do Poder normativo, por um lado — fruto da inclusão de cláusulas que não precisariam ali estar, até porque a lei maior já as contempla. Em contrapartida, o mesmo contexto denuncia a fragilidade do Estado e de suas instituições formais, onde as próprias contradições da Hegemonia surgem. Ou seja, se o Estado falhar, o acordo do mercado garante e vice-versa.

Há, porém, outra possibilidade, dado o grau de consciência de classe de cada uma das partes. Se considerássemos um confronto de Negociação, numa relação utópica, onde as reivindicações apenas regrasssem o aumento real, uma vez que outros direitos já estariam garantidos na relação de trabalho entre os IOT e IOC. Contudo, o aumento do número de cláusulas nos acordos, poderia ser visto ainda de outra maneira. Ao privilegiarmos os períodos distintos (1985, 1996 e 2005), não necessariamente a ampliação do rol de cláusulas revela o amadurecimento das relações e tão pouco a consciência de classe, quer dos IOT, quer dos IOC, uma vez que há, para Gramsci, neste contexto, momentos de transformações, que ora produzem um sentimento de evolução e ora de retrocesso, reflexos do processo histórico.

Em outras palavras, o número significativo de cláusulas também seria o espelho da pressão social e das mudanças ocorridas, no final da década de 80, quando o neoliberalismo foi se articulando na busca de regular o mercado, quando os IOC constroem formas de reduzir seus custos, de modo a se manterem competitivos. Para o capital, o mercado se auto-regula, o que pressupõe, inclusive, a presença de outros atores, neste caso, os IOT.

Estes últimos, em decorrência destas mesmas pressões, mas com concepções diferentes dos IOC, vêem o mercado cada vez mais focado e especializado — isso por conta do rápido desenvolvimento dos meios tecnológicos e, por consequência, dos meios de produção. E, para este enfrentamento, usam e criam instrumentos, para garantir a sobrevivência da classe trabalhadora e a preservação da empregabilidade. Até hoje, este processo — de preservação do mercado e dos empregos —, numa relação contraditória, vem afetando o mundo do trabalho. Em síntese, dentro desta compreensão, em 1985 a representação tecnológica era uma, no início da década de 90 era outra, e, de 96 para cá, esta relação se transformou radicalmente.

A compensação aparece nestes discursos, por parte dos IOC, quando prevêem e acordam com os IOT, que os estabelecimentos que descumprirem o que está postulado em descontos deverão pagar uma multa, na primeira vez, de cinco por cento (5%) e na reincidência dez por cento (10%), isto em 2005, pois nas Negociações de 1996, independente do caso, o percentual era de 20% (vinte por cento). Desta maneira, os IOC tentam se beneficiar em qualquer oportunidade e os IOT flexibilizam, em muitos outros momentos, em nome do fechamento do acordo. A recíproca, na troca de interesses e papéis também ocorre. Há momentos que os IOC flexibilizam e os IOT buscam todo e qualquer benefício possível no jogo *dialético* da Negociação, também a título da defesa das conquistas dos trabalhadores.

O consenso surge, então, no dissenso, onde as contradições não escolhem Sujeitos e contextos, para aparecerem, demonstrando as *condições objetivas e subjetivas* deste processo histórico. Na *produção de sentido* destes discursos distintos, o regulamento do acordo é o “máximo possível” do contrato firmado e assinado que poderá ser descumprido. Na Negociação, o consenso prevê, inclusive, esta possibilidade, ou seja, o acordo não garante o seu cumprimento. Esta é outra contradição implícita no relacionamento entre os representantes do trabalho e do capital. As cláusulas acordadas regulam, portanto, as relações de trabalho das classes, mas este compromisso assinado não garante que ele será respeitado, exigindo em contrapartida a intervenção do Estado, na figura da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em alguns casos e, em outros, da Justiça do Trabalho. Mais uma vez, o Poder normativo se apresenta, para regular aquilo que a outra parte da Hegemonia não conseguiu contemplar.

Na relação de mercado, ao compararmos os estabelecimentos de ensino com outras organizações empresarias, dentro da lógica do capital, identificamos algumas diferenças. Enquanto algumas empresas chegam a “*bancar*” ou patrocinar os seus funcionários, com o pagamento total de cursos de qualificação e aperfeiçoamento, inclusive os universitários, como investimento, e em nome de sua política de gestão administrativa, não localizamos nos acordos coletivos desta categoria, qualquer cláusula que conceda aos trabalhadores o pagamento total de quaisquer cursos. No entanto, quando é o caso de interesse das universidades, estas brechas aparecem, mesmo que para atender a uma exigência da legislação de ensino, ligada ao Ministério de Educação¹⁴⁰. Há, contudo, cláusulas que dão benefícios parciais aos dependentes de seus IOT.

A lógica da quantidade¹⁴¹ e do lucro também se apresenta neste cenário, se analisarmos os discursos de sustentabilidade econômica, a partir, por exemplo, da cláusula que prevê o número de alunos em sala de aula — objeto de contínuas discussões de qualidade de ensino —, por parte dos IOT, sob um enfoque, e por parte dos IOC, por outro. Estes últimos se pontuam pela defesa do pensamento de ganhar mais (por aluno pagante) e pagar menos (para um quadro enxuto de professores), ou seja, um número de alunos cada vez maior e um menor número de professores por turmas. Com a ameaça velada de que realidade contrária acarretaria em demissões de professores. E com esta postura, os IOC, de alguma forma, controlam o mercado de trabalho.

Na Negociação, por mais que as relações de poder flutuem nestas forças contraditórias e de oposição, o fechamento do acordo se dá pelo *dissenso* entre os IOT e IOC, ou seja, o *consenso* no acordo significa legitimar uma das partes — a hegemônica, representada pelo controle do capital e pelo poder normativo do Estado, quando não coercitivo, momento em que os donos do poder se colocam e conquistam espaços que, de modo aparente, relativizam os seus ânimos ao flexibilizarem para os IOT, a título da

¹⁴⁰ A exemplo do que aconteceu na década de 90 até 2004 nas universidades, quando os IOC ofereciam em seus programas de pós-graduação “bolsas” totais para seus professores se aperfeiçoarem. A ilustração para esta afirmação foi o “Projeto 1000 em 2000” — PUCRS. Isto é, até o ano de 2000, mil titulados em programas de Pós-graduação.

¹⁴¹ A lógica da quantidade se abriga no quadro de referência do Positivismo que se caracteriza pela objetividade, funções, neutralidade, quantificação, pelos fatos, entre outros aspectos. O positivismo nasceu no século XIX, com Augusto Comte. Suas raízes, porém, podem ser encontradas no empiricismo, na antiguidade. Suas bases, no entanto, foram sistematizadas, ainda, nos séculos XVI, XVII e XVIII, com Bacon, Hobbes e Hume. A certeza é uma das dimensões que a Filosofia Positivista busca, aliada à objetividade científica, pautada na observação dos fatos — “*a ciência estuda os fatos para conhecê-los, e tão-somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado*” (TRIVIÑOS, 1987, p.37). Logo, as conseqüências práticas não interessam para seus seguidores.

continuidade do discurso do “*diálogo aberto*” e “*sem fim*”, num processo que também se retroalimenta na própria história e nas relações sociais construídas.

Logo, os acordos são elementos dos *consensos discursivos* dos Intelectuais — Sujeitos do Trabalho e do Capital — na Negociação, quanto categoria a *posteriori*, que surge a partir das *reflexões* deste processo histórico. Não determinamos com esta análise que os IOT não têm conquistas importantes. Elas existem. No entanto, a sua existência está articulada com o maior ou menor grau de flexibilização do *poder hegemônico*, que neste momento histórico, não está nas mãos dos trabalhadores.

Na Negociação, a dissimulação de alguns movimentos, mesmo que venha construir *condições objetivas* futuras, privilegia ainda os discursos de parcerias, num apelo subjetivo, que carrega uma falsa intenção de socialização das dificuldades, dividindo responsabilidades, como as comissões paritárias, para discutir temas polêmicos e controversos, ganhando tempo ou usando o tempo a seu favor, na mesma lógica que o mercado neoliberal imprime nos negócios que são ou não de seu interesse. Assim, a configuração da categoria — Negociação — se travesti com todas as roupagens das *relações de poder* que traduzem uma idéia de entendimento, quando os balizadores deste *diálogo* se pontuam nas diferenças de concepções de mundo, chegando, portanto, no acordo aproximado, no possível, contemplando ora questões que atendem um lado (IOT), ora questões de Hegemonia para o outro (IOC).

Aliás, convém lembrar que, para manter a Hegemonia, como já demarcamos com outras palavras, em momentos diferentes de nosso discurso, a *produção de sentido* se revela na *hegemonia* e na *contra-hegemonia*, com atitudes semelhantes, ao permitir concessões, através de seus discursos. Portanto, os IOC concedem também para se manterem — ao abrir mão de algumas prerrogativas, que garantem seu status frente à *contra-hegemonia*, inclusive. Esta, por sua vez, via ações assistencialistas, dentre outras, — aquelas que “*vendem*” ou divulgam em seus *recortes discursivos*, seja na Revista Textual ou nos Cadernos de Acordos, igualmente se debruça no gancho da concessão, valorizando sua luta no enfrentamento com os IOC, mas sensibilizando a base da categoria dos trabalhadores, para preservar os seus comandos e comandados, quanto dirigentes sindicais dos seus associados ou não. Este processo se repete e se alimenta em diferentes nichos da *hegemonia* e da própria

contra-hegemonia, reproduzindo escalas de *consensos* e *dissensos* em suas instâncias de classes.

A Negociação, como categoria a *posteriori*, se revela nas partes e na totalidade da representação dos diversos discursos dos Intelectuais — do Trabalho e do Capital — denunciando as *relações de poder* que permeiam este processo histórico, dinâmico, repleto de contradições e com movimentos de avanços e retrocessos, se construindo e se desfazendo na lógica da própria Negociação. Ela se materializa na intenção de ser (o acordo, no seu sentido utópico), mas se desfaz no *dissenso* deste mesmo acordo. Portanto, na condição de categoria, a Negociação se relativiza na *dialética da hegemonia e contra-hegemonia*, conforme o próprio método que abriga o nosso discurso em tese.

No próximo capítulo analisaremos os artigos selecionados da Revista Textual, conforme adiantamos na introdução¹⁴² de nossa investigação.

¹⁴² Intitulada: *Pra início de conversa (...)*.

Parte III

3 A produção de sentido na Revista Textual: Os discursos dos IOT frente aos IOC

Para compreendermos a categoria Comunicação escolhemos dois artigos da Revista Textual. O primeiro foi elaborado por três Intelectuais do Trabalho que não quiseram se identificar pelos seus nomes verdadeiros, com medo de sofrer represálias em seus locais de trabalho. Eles denunciam a maneira como a educação vem sendo concebida nas escolas e os reflexos desta postura na relação — educador e aluno. O discurso recebeu o título “*Sob a espada de Dâmocles*”. A outra produção textual, cujo nome é “*Poderes, fazeres, limites e afetos*” coloca em cenário a representação que os professores têm de sua *prática* pedagógica, tendo por referência o afeto em sala de aula. Gilson Almeida Pereira é o Sujeito autor destes limites revelados. O detalhamento de nossa *práxis* metodológica será novamente evidenciado nas aberturas dos artigos selecionados, para mantermos o compromisso anunciado no início da nossa busca e que procuramos perpassar em todos os fragmentos capitulares da tese, reafirmando a circularidade da trajetória escolhida pela pesquisadora.

3.1 O diálogo com o medo escolar

“*Sob a espada de Dâmocles*”¹⁴³ é o título do artigo, publicado na Revista Textual¹⁴⁴, editada pelo Sindicato dos Professores Particulares do Estado, SINPRO/RS, que

¹⁴³ Dâmocles, na narrativa da mitologia grega, era um cortesão da corte de Dionísio que amava viver, mas tinha sempre sobre si uma espada presa unicamente por um tênue fio que, a qualquer momento, poderia romper-se e trespassar seu corpo (Nota explicativa que acompanha o próprio título do artigo). Aliás, por preservação e

nesta tese, será um dos recortes de análise de nosso objeto, à luz das categorias de Antonio Gramsci – Ideologia (*poder/hegemonia e contra-hegemonia*), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico (IO)¹⁴⁵ – e na perspectiva metodológica da Dialética Histórico-Estrutural. Contemplaremos, ainda, a categoria Discurso, de Verón, através da AD, e o Jornalismo Opinativo, de Melo, na subcategoria Artigo.¹⁴⁶

A Revista Textual pretende ser “um novo espaço para a divulgação da produção científico-acadêmica, para o debate acerca do mundo da escola, bem como para tudo o que diga respeito às políticas gerenciais e ao cenário sócio-econômico (SIC), que exercem influência direta na esfera educativa e em suas instituições” (TEXTUAL, 2002, p. 03). Com periodicidade semestral e tiragem de cinco mil exemplares, a Revista Textual possui um projeto gráfico bem arrojado e inovador na perspectiva estética, reunindo artigos e ensaios científicos de autoria dos professores, estudiosos e pesquisadores, no resgate de assuntos que vão da saúde do professor à democratização das instituições de ensino, além de outros temas que sejam objeto de estudo e pesquisa. Vejamos, então, o artigo.

3.1.1 A dupla cara do medo

O artigo ou **discurso**, conforme Verón (1980) aborda, de maneira contundente e questionadora, o drama, vivido pelos professores das instituições de ensino superior, em face da atual conjuntura que, segundo denunciam seus *a(u)tores (grafia nossa)*,¹⁴⁷ a mercantilização da educação traz como conseqüência uma transformação radical, tanto na forma, quanto em conteúdo, do ato ou ação de educar no sentido etimológico da palavra¹⁴⁸, que compromete não apenas a qualidade de ensino, como as condições físicas e

temerosos por represálias nas instituições de Educação Superior em que atuam, os professores autores assinam o texto com pseudônimos – Francisco Novas Sendas, Eloisa Branco Silva e Maria das Dores Cruz (22 – 28p).

¹⁴⁴ Revista Textual, nº 01, novembro de 2002. Vol 1. Tiragem: 5 mil exemplares. Ela trata de vários assuntos acerca da educação, no ensino privado, entre outros temas. No breve resgate que fizemos sobre a trajetória histórica do SINPRO/RS fornecemos outros dados referentes ao novo veículo.

¹⁴⁵ Lembramos que usaremos as iniciais desta expressão para designar – Intelectual Orgânico – e IOT para os Intelectuais Orgânicos do Trabalho e IOC para identificar os Intelectuais Orgânicos do Capital.

¹⁴⁶ Nesta análise privilegiaremos o artigo, como subcategoria do jornalismo opinativo, de Melo (1994).

¹⁴⁷ Neste capítulo, em nosso texto as palavras, expressões e até parágrafos inteiros que estiverem “*italizados*” e, às vezes, “**negritados**” (com grifo nosso) são de autoria da pesquisadora doutoranda e não dos autores dos artigos extraídos da Revista Textual. Estaremos, portanto, desde os primeiros parágrafos do texto original, nos relacionando com as idéias dos seus sujeitos autores, caracterizando, desta forma, o diálogo possível autorizados pelo método que nos credencia.

¹⁴⁸ “E-ducare”, isto é, tirar de dentro da pessoa seu genuíno potencial de crescimento e fazer com que desenvolva para sua realização como ser universal e singular (TEXTUAL, 2002, p. 23).

psicossociais dos educadores. Quanto à sua finalidade, de acordo com a perspectiva de Melo, é um artigo de feição **doutrinária**, pois analisa “uma questão da atualidade, sugerindo ao público uma determinada maneira de vê-la ou de julgá-la. (...) o articulista participa da vida da sociedade, denotando a sua condição de intelectual compromissado com o presente” (1994, p. 119).

Este contexto fica evidenciado já na abertura do discurso, cujos autores, em face das idéias que passariam a sustentar, na seqüência, preferiram o uso de pseudônimos, como uma *capa protetora* contra as possíveis represálias de/em suas instituições do “*saber*”. *Curioso não? Ou contraditório? Ao que parece, refletir o seu ambiente de trabalho não é saudável. Mas não seria este cenário o local apropriado para debatermos, dialogarmos sobre quaisquer temas? Afinal, estamos falando de um estabelecimento de ensino. Mas, justamente, que ensino estamos – sujeitos que escreveram o artigo (discurso) e sujeito que reflete sobre o tema nesta análise – nos referindo? Talvez, devêssemos ampliar o termo para educação e, adiantaria? São muitas as inquietações. Mas retomemos o artigo.*

Para os autores, a orientação liberal, que se traduz na máxima da produção seriada, com resultados concretos, quantificáveis e, de preferência, acompanhado do selo de qualidade, aliada a uma considerável pressão por parte dos alunos que, da mesma forma, desejam um pacote pronto, rápido, com o mesmo padrão de exigência dos consumidores de bens e serviços, apenas porque eles pagam!

Tal visão nos conduz a vislumbrar a transformação, primeiro, das Instituições de Ensino em empresas de formação de profissionais, que atendem às necessidades pontuais e sazonais do mercado produtivo, por encomenda e, segundo, dos alunos/educandos em clientes/consumidores de um serviço/produto que lhes permitirá maiores ou menores chances de êxito, numa arena marcada pela competição desenfreada. Enfim, a coisificação do conhecimento. Entre estas duas forças, está o educador, cerceado pelos ditames da Instituição e as “necessidades” dos educandos, sem margem para inovação, autonomia e criação. Angustiado e com medo. Qualquer ato falho pode decretar, além de crises, o seu desemprego e, não raro, a sua carreira – “Ele, vive literalmente, sob a espada de Dâmocles (...)” (TEXTUAL, 2002, p. 23). Qualquer deslize o fio rompe.

3.1.2 O contexto das contradições: o diálogo entre o ideal e o real na perspectiva gramscina e na DHE

Ao introduzir o artigo, encontramos uma justificativa para a razão da existência humana. Para estes **sujeitos (IOT)**, que, embora com medo do poder **hegemônico**, representado por um **sujeito orgânico coletivo** – as instituições de ensino¹⁴⁹ –, refletem a sua **práxis**¹⁵⁰, ela tem a ver com a qualidade de vida mais humana e feliz possível. É o que os filósofos denominam de uma “*vida boa*” – que mesmo ampla “pode ser vista como um projeto, um ideal a ser buscado, talvez nunca alcançado em plenitude, mas ao menos como uma luz a nos guiar” (TEXTUAL, 2002, p. 24). *Ao interpretarmos estas duas últimas linhas podemos enxergar uma fagulha que lembra a idéia de utopia – no sentido permanente de busca, por isso insuperável.*

*As várias produções de conhecimento devem, segundo estes sujeitos, refletir de forma contínua e sistemática sobre a realidade, buscando alternativas – estratégias e ações na construção dessa “vida boa”, isto é, uma existência saudável. E para discutir esta questão propõem três passos. A contextualização da problemática (tese), a reflexão sobre os resultados desta lógica sobre a subjetividade e as práticas dos professores (antítese) e, por último, discutir algumas práticas já identificadas em muitas instituições e escolas particulares (síntese que, como sabemos, será a próxima tese).*¹⁵¹

3.1.3 O contexto da problemática

A escola não vive isolada numa redoma. Ela faz parte do “grande” contexto social, sofrendo influências e influenciando outras instituições e instâncias da **sociedade**, construindo, desta forma, diferentes práticas e sentidos na construção de **sujeitos**. Torna-se, necessário, de acordo com os autores do artigo, visualizar o que está por trás do momento histórico, para compreendermos “os fenômenos que desejamos discutir” (TEXTUAL, 2002, p. 24). A ênfase será dada pela influência perversa da filosofia liberal, que tem legitimado o

¹⁴⁹ As instituições de ensino são representadas pelos IOC, que neste caso, é um sujeito coletivo, por institucionalizar as escolas.

¹⁵⁰ Que neste artigo, por razões já consideradas, utilizam pseudônimos.

¹⁵¹ Nossa interpretação está pautada nas colocações de Demo (1995).

papel destinado à educação nesse contexto geral de mercantilização da educação, patrocinado pela Organização Mundial do Comércio, segundo os nossos **IOT** de nomes falsos (*vejam a onde chegamos? Ou a pergunta seria para onde retornamos?*).

Lembramos, no entanto, que as escolas (AIE, conforme Althusser) ou instituições de ensino, na trajetória histórica das relações sociais dos Homens, têm sido espaços privilegiados da hegemonia do capital – e a filosofia liberal –, o berço acalentador da lógica capitalista, onde os IOC sonham com a vida mercantil.

Mesmo assim, de acordo com o texto, é importante discutir o significado e as implicações do que é liberalismo, uma vez que surgem confusões relativas ao seu conceito. O termo liberal tem diferentes sentidos, mas, no mínimo dois, “são quase opostos um ao outro” (TEXTUAL, 2002, p. 24).

Na linguagem popular, “liberal” é algo aberto, alguém franco, generoso, progressista, até mesmo tolerante. Contudo, não é esse o sentido filosófico de liberal e liberalismo. Como filosofia, é a doutrina – que compreende o ser humano como um ‘indivíduo’, singular, mas não tem a ver com os outros, ou seja, ele é isolado e separado do todo o resto –, é aqui que mora o problema. O Estado deve se manter afastado o máximo possível das **relações sociais** e só intervir em momentos extremos.

A regulamentação das relações em Sociedade se dá pela competitividade do mercado. Isso significa, de modo aparente, liberdade irrestrita – de fazer o que bem se entender. A busca do interesse individual, o egoísmo humano, representa o maior motor do desenvolvimento social. A lógica, portanto, não é a da construção coletiva. O indivíduo só deve pensar em si próprio. A competitividade é o mecanismo que faz funcionar o motor. *Só faltou escreverem, conforme nossa análise, que esta liberdade absoluta de fazer o que bem se entender tem destino certo, ou melhor, alguns tipos de homens certos, isto é, os aptos a saírem vitoriosos – os representantes do capital (IOC), pelo menos, segundo esta perspectiva.*

Ao exemplificarem, através de escolas que têm a competitividade, como condição essencial do progresso, dizem que na avaliação (de notas de zero a dez), mesmo que todos os alunos se coloquem entre nove e dez, eles devem ser discriminados, uma vez que uns se sentirão privilegiados com o dez, outros rejeitados, porque ficaram próximos do nove – e

esta maioria deve ser bastante discriminada, pois é nos extremos que a competitividade justifica a sua existência. Em outras palavras: “Dane-se a cooperação, a solidariedade, a colaboração. É preciso competidores!” (TEXTUAL, 2002, p. 25). *A ilustração seguinte é mais rica em “argumentos” (grifo nosso). Vejamos.*

James Goldsmith, homem de negócios, em suas palavras sintetiza o sentimento expresso pelos professores do medo: “Assim como na natureza existem os predadores, que eliminam os ‘supérfluos’, assim também na sociedade devem existir os predadores que irão, através da competição, eliminar os ‘parasitas’ da sociedade (entenda-se os pobres, os menos competitivos)” (PETRELLA, 1995, p. 20 apud TEXTUAL, 2002, p. 25).

Comprendemos que a fala curta e dura deste representante do capital (IOC) é o que de mais apurado encontramos na essência hegemônica do capitalismo moderno – os sujeitos que fazem parte de classes menos favorecidas nesta sociedade de consumo são descartáveis pelos donos do poder econômico. Em outras palavras, aqueles que seriam os IOT não existem ou não deveriam existir para esta camada de poder.

3.1.4 A educação autêntica: para os sujeitos educadores sem nomes

Os autores, Francisco Novas Sendas, Eloísa Branco e Maria das Dores Cruz¹⁵², afirmam que Paulo Freire¹⁵³ não gostava muito que o chamassem de “professor”. A origem da palavra “professor”, do latim, pro= diante de e fari = falar, significa, praticamente, aquele que fala diante dos outros. Ele preferia a expressão “educador”, cujo significado é mais desafiador. Também do latim, de e = dentro e ducere = trazer, tirar, ou, seja, aquele que consegue fazer vir à tona a potencialidade latente do próprio ser (*humano*) (*grifo nosso*). *Até aqui assumem*: “Isso não é muita novidade” (TEXTUAL, 2002, p. 25).

Propõem, então, retornar a Sócrates, para encontrar um tipo de educação “verdadeiramente” ligado a sua etimologia. A pedagogia socrática, o que não é desconhecido, compreendia o caminhar do filósofo com seus alunos pelas ruas e praças¹⁵⁴, *dialogando (grifo nosso)* entre si. O novo, no entanto, era que Sócrates “nunca dava respostas ao que os alunos

¹⁵² Pseudônimos utilizados, como alertamos.

¹⁵³ “O educador mais importante da história brasileira e um dos mais importantes do mundo (...)”, defendem os autores do texto (TEXTUAL, 2002, p. 25).

¹⁵⁴ Peripatéticos.

perguntassem” (TEXTUAL, 2002, p. 25). Sua atitude obrigava os alunos a buscarem as respostas, a criar (...), por eles mesmos. Desta maneira ele ia orientando para uma compreensão mais ampla dos problemas, sem impor ou arbitrar – e os alunos? Tornavam-se pessoas livres e reflexivas, conforme observam os professores autores.

Para Sócrates, o educador é semelhante a um parteiro, pois ele tira o humano do humano. Logo, “assim deve ser o educador: aquele que tira de dentro das pessoas o que existe de humano” (TEXTUAL, 2002, p. 26). Ele denominou este processo de Maiêutica – tirar o humano do humano. Talvez seja por esta razão que Sócrates se deu mal – suspeitam os autores do discurso – pois sua pedagogia formava cidadãos críticos/questionadores e não apenas reprodutores do conhecimento, indivíduos sujeitados aos acontecimentos sociais e à problemática da existência humana. Por isso, também, ele “foi acusado de perverter a juventude” (TEXTUAL, 2002, p. 26). A pressão foi tão forte que ele se matou, ao tomar cicuta.

Hoje, quando as pessoas não se matam, poderíamos dizer, elas se deprimem, elas adoecem com as conhecidas doenças afetivas, dentre outras que o sistema (liberal e hegemônico), sutilmente, provoca, estimula, matando aos poucos este ser que pensa, que reflete, que enlouquece – no limite de questionar o seu modo de ser humano.

*Registram nossos porta-vozes, o educador é aquele que **reflete**, cria, pesquisa, experimenta, por um lado e, por outro, é aquele que contribui para fazer o **outro sujeito** (educando) pensar, **refletir**, criar, pesquisar, buscar os motivos pelos quais é o que é e a razão de por que as coisas que estão a sua volta são construídas de um modo e não de outro, isto é, percebendo a realidade de forma **crítica** e não a aceitando como um dado natural (**grifos nossos**).*

3.1.5 As condições objetivas e subjetivas deste contexto

Diz o discurso: “A melhor análise é aquela que será feita por cada um, cada uma, dos leitores destas discussões” (TEXTUAL, 2002, p. 26). Desafiam cada professor a parar por um momento e refletir sobre sua situação concreta. Nossos interlocutores estão convencidos de que grande parte irá descobrir alguma identificação com alguma situação indicada no texto.

A pressão, exercida sobre o educador para mostrar serviço, é o primeiro ponto desta pauta. Na contramão, da qualidade, os verdadeiros resultados serão os que podem ser quantificados – a extensão predomina sobre a profundidade; o pensar e refletir são substituídos pelo fazer e pelo dado rápido, visível, quantificável. Somos cooptados por essa lógica – não dá tempo para refletir, não há espaço para o amadurecimento, para a criação e para poder testar diversas alternativas. Somos, então, executores, fazedores enfileirados numa linha de **(produção) (expressão nossa)** e montagem, denunciam.

O segundo ponto considera “às exigências do mercado e dos clientes” (TEXTUAL, 2002, p. 26). O parâmetro não é mais do educador; do pedagogo que poderia e até deveria repensar todo dia suas práticas; o parâmetro é determinado pelos apelos do mercado. Ele **(representando aqui o capital, sujeito absoluto¹⁵⁵ dos dias atuais)** impõe suas leis, balizado por seus valores: o lucro, a rapidez, e uma espécie de neurose comprometida com as diferentes e contínuas atrações que renovam o estoque com o fim de novos lucros – **Capital X Capital, esta é a lógica (expressões e grifo nosso)**. *A novidade é a referência, o velho é o pano de fundo – o poder econômico da hegemonia.*

Na dinâmica em curso, o educador é a própria angústia na busca de novos alimentos, para saciar a fome dos consumidores. Não há tempo, conforme disseram nossos colegas ocultos, para digerir os alimentos; não há espaço de absorção das informações que só podem ser aproveitadas e/ou assimiladas por um processo de reflexão crítica, distanciamento e discernimento. *Em nossa compreensão não há, portanto, conhecimento (...) no seu sentido mais amplo.*

*Neste processo, o **sujeito** produz, conforme o **modo de produção capitalista** – muito em pouco tempo, mas sem espaço para **refletir** a sua própria **práxis**. Numa **síntese contraditória** que nega ao **sujeito educador** a perspectiva que ele mesmo gostaria de despertar à consciência do **outro sujeito (educando)** —, ele não pensa, não elabora, não estuda – o seu **cotidiano** (de ser) racional, cognitivo e **subjetivo**. Eles são quase forçados a negar as suas possibilidades e discernir as **condições objetivas e subjetivas**, pois a **hegemonia** estabelecida – escola empresa – não permite outra **relação** senão o relacionamento que privilegia a **produção pela produção, sem questionamento, sem crítica** – **mas, de preferência com lucro, muito lucro.***

¹⁵⁵ Na concepção althusseriana.

Por conseqüência, tem mais elementos de pavor. O medo da demissão, da perda do emprego para outro que venha competir com mais rapidez e técnicas novas, reforçam os autores. Podemos imaginar, dizem eles, a situação complicada em que são colocados os colegas de trabalho – “desesperados em busca de novos milagres, tecnológicos ou não, que saciem seus clientes esfomeados” (TEXTUAL, 2002, p. 27). Mas isto não é tudo. A ameaça é mais contundente, alegam, se considerarmos a ótica produtivista assumida pelos alunos – “eles têm direito, pois estão pagando pelo produto educação” (TEXTUAL, 2002, p. 27). Eles, então, controlam e regulam o trabalho do professor – isto é – “(...) o aluno passa ser um instrumento regulador da eficiência do educador” (TEXTUAL, 2002, p. 27).

*Percebemos que o sistema educacional é articulado de modo que os mais fragilizados (professor e alunos) desta **relação** se cobrem de forma intensa. E se houver qualquer desgaste, que ocorra entre eles próprios, pois a instituição (escola), de preferência, como fórum dos **IOC** deve se diluir no imaginário destes **sujeitos** – como se não existisse um **sujeito coletivo do capital (SCC)** (neste caso a instituição de ensino privado)¹⁵⁶ também responsável por este estado de coisas. No contraponto deste processo, está o outro **sujeito coletivo** – o sujeito coletivo dos **trabalhadores (SCT)**, o **sindicato** que abre espaços como este para que os **IOT** possam, pelo menos, debater e divulgar aquilo que os silencia no seu “processo produtivo”.*

Desta maneira, os autores do artigo acreditam que a questão não trata mais de quem é o ser humano, quais as razões últimas de seu viver, que valores são fundamentais a sua plena realização, o que é uma “vida boa”, digna, humana, ou seja, *a partir desta ausência de ser humano*, o trabalho do professor se dissocia de um projeto que busque a emancipação do Homem. Este esfacelamento, este reducionismo reproduz a “constante busca de atender às necessidades do consumidor, perdendo assim a sua autonomia e dignidade” (TEXTUAL, 2002, p. 27).

*Depreendemos, a partir das colocações anteriores, que a **sociedade** é substituída ou sintetizada pelo **mercado**; este, por sua vez, se funde com o **Estado**, estabelecendo um **poder hegemônico**, ora implícito, ora explícito, onde perdemos o foco de quem é quem no atual **contexto histórico**. O **sujeito**, à primeira vista, não pode mais ser*

¹⁵⁶ O capital se traduz tanto no sindicato representante das empresas (SINEPE), quanto no próprio estabelecimento de ensino, ou seja, como membro do SCC — Sujeito Coletivo do Capital (síntese da representação destes intelectuais).

*sujeito de sua história. Ele, aliás, deixa de ser **sujeito, para virar objeto** – neste caso, de consumo, tanto quanto outros bens e serviços dispostos na prateleira da vida mercantil. O **Estado**, quando não exposto, se esconde em sua aparente ausência. No entanto, ele próprio é mentor e mantenedor do **projeto neoliberal**.*

*Com esta estratégia, os **IOC** trabalham tão bem que a sua lógica se instala e é reproduzida sem questionamento¹⁵⁷. Porque, como nos ensinou Gramsci¹⁵⁸ a **dominação, na hegemonia**, se dá através do **consenso** – fruto da marginalização das alternativas, de um lado, e da parcial recuperação, absorção dos interesses materiais e exigências normativas, de outro. O consenso incorpora a subjetividade individual de uma forma diferente da coerção, usando mais meios de persuasão, sugestão, pressão moral, entre outros, tão comuns em nossos locais de trabalho, não é mesmo? Retomemos o discurso e vejamos qual o outro elemento que entra nesta disputa.*

A família também desfruta desta dinâmica. Alguns pais e mães pagantes são os outros fiscais que, na eventualidade, interferem no processo educativo, exigindo, por sua vez, um determinado tipo de produto. Esta exigência, em muitos momentos, é justificada em nome da qualidade na educação, e cobrada, em geral, por pais e mães de camadas médias altas da sociedade, promovendo a formação de valores e práticas de um fortalecimento conservador, alerta o artigo.

Por outro lado, nossos intelectuais, não negam a presença da família. Mas, alegam ser importante, que ela, em vez de reforçar a situação angustiante dos educadores, estimulando a lógica mercadológica da educação, se transforme numa aliada para uma reflexão sobre um processo educativo de qualidade que tenha por parâmetro as necessidades sociais. “A família também necessita ser educada em um espaço que possa desencadear novas práticas educativas”, sentenciam (TEXTUAL, 2002, p. 27).

*Poderíamos nos perguntar agora: Mas, quem são estes **sujeitos** que formam esta família? Este simples questionamento poderia nos levar a uma outra **reflexão** que renderia, talvez, muito mais que esta breve interpretação que nos atrevemos fazer neste momento. E que escola/universidade/instituição de ensino são estas? Enfim, tantas e outras*

¹⁵⁷ Ao que indica, pela manifestação destes sujeitos autores, não de maneira livre.

¹⁵⁸ Pensador que nos dá sustentação teórica, utilizado em nosso doutorado e mestrado (MACHADO, 2000).

*questões envolvem estas **relações sociais** da atualidade que parece ser este um **diálogo sem fim**.*¹⁵⁹

3.1.6 O diálogo possível

Na opinião dos autores, sem uma relação de mútua confiança e ação conjunta entre os educadores e as instituições, não será possível conquistar a educação que leve à liberdade e à dignidade. É preciso um fórum onde essas questões sejam debatidas. No entanto, reconhecem: “(...) no momento em que os administradores e os produtores de educação aderirem e se aliarem, consciente ou inconscientemente, às exigências do mercado e dos consumidores, será difícil avançar nessa perspectiva” (TEXTUAL, 2002, p. 27).

Ocorre que, neste processo, as **relações de poder**, como já dissemos, são ora sutis, ora escancaradas. Elas fazem parte da trama privada que Gramsci chamou de **sociedade civil** – nela estão as organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, a escola, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação etc.) entre outras. Sua constituição se dá pelo aglomerado de organizações responsáveis pela elaboração e/ou propagação das **ideologias**.

Mas, Gramsci (1987) diz que o **Estado**, numa compreensão ampliada, é a interação da **sociedade política** e a **sociedade civil**, isto é – a **hegemonia** de um grupo social (**IOC**) sobre a totalidade da **sociedade**. Neste caso, a **hegemonia** de uma **lógica capitalista** determina como se darão as **relações** sociais, políticas, comerciais, culturais, **educativas**, entre outras. É o predomínio do pensamento produtivo e do lucro certo.

Podem vir alguns, de acordo com o discurso, defendendo que o que falta aos educadores é eficiência e que estes problemas serão solucionados quando eles atingirem esta qualidade. Até pode existir falta de formação, em alguns casos, admitem. Mas lembram que, na condição de educador, ninguém poderá se considerar preparado, pois a busca do conhecimento é um processo infinito. O problema maior, segundo os **IOT**, é a filosofia individualista, liberal, competitiva, imediatista, consumista, materialista no seu verdadeiro sentido – a exigência de um produto concreto, visível, mensurável e rápido. É este “espírito dos tempos, que ameaça e aterroriza” (TEXTUAL, 2002, p. 28).

¹⁵⁹ Curiosamente este foi o título das considerações finais da nossa dissertação de mestrado.

Ao responsabilizar os educadores, mais uma vez a concepção vigente é perspicaz, ou melhor, é sábia. Se existem culpados, dirão os IOC ou SCC¹⁶⁰, são os professores, seres incapazes de superar as novas exigências do mercado — opa! Ato falho — da Escola, esta mais nova defensora da educação, codificada pelo consumidor, que, por sua vez, como aluno, perde a referência de que local está, de quem ele é, e que mundo o rodeia. Ele não reflete, ele apenas recebe e paga. Este é o ensinamento. Mas a nossa aprendizagem crítica não pára aí.

*Quando lemos este discurso, compreendemos a intensidade deste alerta (e luta) e, ao mesmo tempo, nos damos conta da atualidade de alguns pensadores do passado (como Marx, Gramsci, entre outros). Só que algumas lutas de hoje não são de confronto físico¹⁶¹ direto, com mortos e feridos. Elas se manifestam, no dizer de Gramsci, numa “guerra de posição” — aquelas que ocorrem na **sociedade civil**, onde as armas são **ideológicas** — e, neste caso, a vitória tem sido da **hegemonia neoliberal**, ou seja, a dos **IOC**, estes sujeitos que constroem e mantêm os estabelecimentos de ensino privado e reproduzem de forma tão eficiente e eficaz a **ideologia dominante**.*

Esse processo, dizem nossos **IOT**, está produzindo o ‘*burnout*’¹⁶² caracterizado por uma exaustão emocional e por uma não-realização pessoal, conseqüência da insatisfação nas relações de trabalho, ou melhor, nas **relações entre capital X trabalho**, diríamos (**expressões e grifo nosso**). A frustração de não poder trabalhar em condições outras que não as levantadas antes, faz com que o educador não se gratifique no seu trabalho, impedindo o investimento afetivo e profissional em si próprio, segundo os pensadores do medo.

Como já havíamos antecipado (sem ter ainda total acesso ao pensamento traçado por nossos representantes), o vazio das relações humanas provoca sentimentos de incapacidade, que pode gerar estresse, evidenciado em sintomas de depressão, fobias ou outros que ocorrem no corpo — gastrites, úlceras, alergias, hipertensão arterial (...), *comungam os IOT*.

¹⁶⁰ Sujeito Coletivo do Capital: Instituições de ensino privado.

¹⁶¹ Já comentamos também o outro aspecto deste contato — são as modernas doenças denominadas atualmente de doenças afetivas.

¹⁶² (CODO E VASQUES-MENEZES, 1999 apud TEXTUAL, 2002, p. 28).

3.1.7 A esperança dos educadores

Sendas, Silva e Cruz¹⁶³ acreditam que “é um clima de paz e segurança que permitirá que o verdadeiro trabalho pedagógico possa ser efetuado” (TEXTUAL, 2002, p. 28). E enfatizam: “É impossível estabelecer um processo de verdadeiro **diálogo** com o educando, um processo de confiança mútua e crescimento continuado de ambos, se, sob o educador estiver pairando uma espada ameaçadora, que a qualquer momento poderá pôr fim à sua carreira e frustrar sua vida” (TEXTUAL, 2002, p. 28).

Reforçam que o parâmetro não pode ser a eficiência quantificada e a qualidade não pode ser medida apenas por critérios lucrativos, pois esta realidade (como está) impede a existência de uma verdadeira ação educativa, que leve o educando e o educador, à plenitude como seres humanos livres, dignos e solidários. A construção de uma comunidade educativa, na maior concepção da expressão, não comporta o medo e a insegurança. “Uma paz ativa e um diálogo confiante podem ser fatores de superação das angústias e sofrimentos presentes nos educadores devido ao atual contexto político, econômico, cultural e social. A **reflexão** sobre uma boa educação deve começar aqui” (TEXTUAL, 2002, p.28).

*Será possível, dentro de tantas **contradições**, além de interesses **contrários** e **concepções de mundo** tão distintas, “uma paz ativa e um diálogo confiante” para transcender o **contexto histórico** vivido por estes **sujeitos**? Como conviver com esta realidade? Numa coisa, pelo menos, podemos concordar – é no espaço dos **IOT**, isto é no **SCT**¹⁶⁴ que estas **reflexões** e **debates** devem iniciar (...) e, em nossa compreensão, permanecer e ultrapassar as estruturas da entidade de classe representativa dos trabalhadores, para que a **contra-hegemonia** se articule para, no mínimo, fazer com que a **hegemonia** repense em **parte** a sua **práxis**, já que, na **totalidade**, ela teria resistências concretas.*

Não ignoramos, no entanto, o entendimento de Pedro Demo (1995) relativo aos confrontos existentes nos mais diversos contextos. Demo defende que o **conflito social** deve ser concebido como **estrutura da história**, no sentido de que não surgiu de um toque de

¹⁶³ Sobrenomes falsos, conforme assumiram no início do artigo.

¹⁶⁴ Sujeito Coletivo dos Trabalhadores, o sindicato – SINPRO.

mágica, nem terminará por qualquer outro falso artifício – em outras palavras – para ele não existe fase definitiva, sem que não tivesse motivo histórico de superação. E vai além.

A reforma não acontece apenas nesta dinâmica, porque existem diferenças leves, mas porque vivem aqueles que, na própria **história**, são insuperáveis, como é o **conflito social – elemento estrutural deste contexto**. Demo¹⁶⁵ ainda lembra que toda a **realidade social** produz, por suas próprias relações, seu **contrário**, ou as **condições objetivas e subjetivas**, para a sua superação. E resgata: A **antítese** também é alimentada da **estrutura do conflito social**, tornando-se, igualmente, **marca estrutural da história**.

Reforça, portanto, a idéia de que a **formação social** é tomada como **tese**, e, ela, por ordem de sua **historicidade**, produz dentro de si a **dinâmica contrária**, que também faz gerar as **condições necessárias** para a sua **superação**. Ocorrida a superação, encontraremos a **síntese** – que não apenas repete a **tese**, porque ela sugere a idéia de **totalidade histórica (dialética)**. Mas porque, no sentido de **unidade de contrários** a **síntese** não os destrói, antes se reinventa, para usar uma expressão de Demo. Logo, cada **momento histórico** dará uma **síntese**, fruto de **outras antíteses** que, por sua vez, gerarão outras **novas antíteses**, que produzirão **outras sínteses**. Neste processo relacional encontramos a “alma dialética” (DEMO, 1995, p. 92).

3.1.8 As evidências da perspectiva histórico-estrutural em Gramsci

Ao considerarmos as limitações e possibilidades de nossa análise, dialogada com as idéias de nossos representantes, percebemos algumas evidências da práxis sindical do SINPRO que se materializam no fazer de outros sujeitos que não, necessariamente, seus dirigentes e no veículo revista, que neste contexto, faz a mediação entre entidade e base, reforçando, desta forma, a categorização da Comunicação Sindical (CS)¹⁶⁶. Vejamos, então:

- ✓ *O veículo (revista) dá condição para a **contra-hegemonia** elaborar seu discurso e, por consequência, a sua própria construção. Isto é, a*

¹⁶⁵ Idem 21.

¹⁶⁶ Neste capítulo usaremos as iniciais CS, para identificar Comunicação Sindical.

*Comunicação, via a revista, é uma das formas que os IOT têm, para propagar as suas idéias;*¹⁶⁷

- ✓ *A **contra-hegemonia**, à medida que repensa a sua **práxis**, também estabelece um **confronto** (mesmo que no mundo das idéias) com a **hegemonia**. Embora que, para tanto, tenha que omitir os nomes dos **sujeitos** e usar de artifícios tão “antigos”, que remontam o tempo da ditadura militar – onde a “harmonia” entre **Sociedade Política** e **Sociedade Civil**, no sentido **hegemônico** estabeleceu o que poderia ou não ser feito no país, naquele momento **histórico**;*
- ✓ *A revista é um instrumento educativo não formal, expressando, de alguma maneira, o sentimento de **consciência de classe**. Além de propor, com clareza, a **reflexão** da escola, do local de trabalho destes **intelectuais orgânicos**;*
- ✓ *O discurso – artigo – é do gênero opinativo e, neste caso, crítico, pois reflete uma realidade, vivida pelos **IOT** em seu local de trabalho, contextualizando o tema e levando o leitor à compreensão daquele momento repensado. Os **sujeitos** sabem da onde **falam**, tendo **consciência de si e de classe**;*
- ✓ *Indica as contradições da **práxis** dos **sujeitos**, envolvidos nesta relação – educador (**IOT**), educando (o outro **sujeito que não tem consciência de onde está**) e os **IOC**. Ao mesmo tempo, os **sujeitos reflexivos** que, de alguma forma, entendem dar sustentação à **hegemonia**, acreditam que ela própria deva sofrer o impacto das reflexões dos **IOT**, reivindicando a relação **dialética** deste processo **histórico**;*
- ✓ *A escola particular reproduz a lógica do **capital**. E a revista é um dos meios que o **SCT** dispõe aos **IOT** para eles próprios manifestarem as*

¹⁶⁷ Interessante observarmos que algumas evidências são semelhantes as que encontramos em nossa dissertação (mestrado), quando analisamos a práxis do Sindicato dos Radialistas do RS. Só que naquele momento analisamos o Jornal Sintonia. No entanto, aquela direção não era tão privilegiada, em sua formação intelectual formal, quanto a direção do SINPRO.

*diferenças de concepções existentes, entre eles e os **IOC**, mas defendem ter que haver uma saída, isto é, acreditam que o **diálogo** é possível;*

- ✓ *O projeto da filosofia liberal está para a sustentação do **poder hegemônico** dos estabelecimentos de ensino, assim como está para a contestação da **contra-hegemonia**;*
- ✓ *O artigo indica que no mundo do trabalho, o **intelectual**, seja a serviço de quem esteja, se sente reconhecido e valorizado. Só que, no **contexto hegemônico**, esta relação é mais danosa já que pode retirar do trabalhador ‘especialista’ a sua condição de classe – de **consciência de classe**;*
- ✓ *Ainda no mundo do trabalho, ao compararmos os diversos contextos, percebemos que o medo não escolhe moradia privilegiada – ele pode tanto estar no trabalho manual (considerado menor no conceito social tradicional), quanto no trabalho intelectual (este com maior status, ou ilusão de status). As ameaças do **capital** se dão em vários níveis e instâncias, sob as mais diversas formas. Ora elas são veladas, ora são “escancaradas”.*

Ao buscarmos compreender o agenciamento da categorização da **CS**, observamos que o processo **contra-hegemônico**, baseado na consciência de si e para si, está empenhado em questionar e desvelar o que a **hegemonia**, representada pela filosofia liberal nos estabelecimentos de ensino defendida pelos **IOC**, esconde. Neste recorte delimitado, da **CS**, por meio do artigo analisado, de gênero opinativo, encontramos a reflexão de caráter educativo da base, papel, aliás, bem encaminhado, neste caso, pela Revista Textual.

Assim, a **Comunicação**, via as categorias de **Gramsci – Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Intelectual Orgânico, Sociedade Civil** –, no enfrentamento entre os **IOT** e os **IOC** (professores e donos de escolas), por intermédio da Revista Textual, no artigo analisado, reflete a sua categorização, num cenário, que, além de revelar sua condição de classe, igualmente expressa as contradições que esta mesma classe carrega. A postura assumida pelos **IOT**, ora indica **sujeitos** que elaboram e constroem a partir de sua própria condição; ora aponta estes **intelectuais sujeitados** ao **poder hegemônico**

(dentre os exemplos manifestados no texto, o uso de pseudônimos é o mais significativo deles, na nossa compreensão).

Compreendemos, depois desta análise, que a **Comunicação** está para a Organização Sindical, como categoria que se elabora, através da **Dialética Histórico-Estrutural**, quando os confrontos entre **hegemonia** e **contra-hegemonia** se revelam, reivindicando, para tanto, constante acompanhamento e reflexão para classificar (no sentido de qualificá-la) esta **práxis**, referenciados na concepção de mundo que os **IOT** acreditam e defendem.

Registramos que não foi ignorada a relação histórica a que esta constatação nos leva, isto é, cada contexto, cada momento é elaborado, construído, concebido por **sujeitos** diferentes, que traduzem certo tipo de prática. No entanto, cremos que os **IOT** devem considerar as referências do conjunto de classe – ou seja – não abrir mão daquilo que acreditam e pelo qual lutam, na busca da **sociedade** que desejam construir, até para dar vida e/ou alimento à relação **dialética** que está aí, por mais que o tempo passe e outras formulações teóricas (na trajetória histórica dos homens) nos convidem a pensar o mundo de maneira diferenciada.

Neste recorte, poderíamos dizer que a **Comunicação Sindical**, como fruto da ação coletiva da direção sindical e de sua base reflete a si própria e mantém uma coerência crítica entre conteúdo e forma, privilegiando o caráter educativo não formal que o veículo também sustenta, estimulando a reflexão dos **IOT** frente aos **IOC (poder hegemônico)**.

Em outras palavras, para conceber um projeto de mundo diferenciado, os **IOT** precisam pensar maneiras de encaminhar sua **utopia** (no sentido de busca permanente daquilo que sonhamos) – ou seja – para continuar viabilizando a proposta que defendem, é necessário, dia após dia, retomar, repensar, enfim, refletir sobre o projeto de **Comunicação** coerente com sua **práxis** e, quem sabe, até a sua ampliação, como aconteceu no **SINPRO**, com a criação deste outro meio – a Revista Textual. E, assim, o *diálogo permanece sem fim* e a *história continua no discurso possível entre poderes, fazeres, limites e afetos, no olhar dos Intelectuais Orgânicos do Trabalho*.

3.2 O diálogo possível entre poderes, fazeres, limites e afetos

“*Poderes, fazeres, limites e afetos*” é o título do ensaio, de Gilson de Almeida Pereira, doutorando em Educação pela PUCRS e professor de Princípios e Métodos de Orientação Educacional das Faculdades Porto-Alegrense (FAPA), publicado na Revista Textual¹⁶⁸, também recorte eleito de nossa análise, a partir das categorias de **Gramsci – Ideologia** (poder/hegemonia e contra-hegemonia), **Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico – (IO) –**, ancoradas pelo **Método Dialético Histórico-Estrutural**¹⁶⁹.

Conforme resumo do próprio autor, o trabalho investiga e procura compreender qual a representação que os professores fazem sobre limites em sala de aula e como se dá a prática pedagógica, levando em consideração a base afetiva que permeia as relações entre os sujeitos envolvidos no contexto escolar. Segundo Pereira (TEXTUAL, 2003, p. 06)¹⁷⁰, o processo de investigação “situa-se no paradigma qualitativo, com enfoque etnográfico¹⁷¹, considerando uma interação maior entre pesquisador e participantes, penetrando em aspectos subjetivos do cotidiano escolar, reconstruindo as muitas relações e seus diferentes caminhos”¹⁷².

*Diferente do artigo anterior, este discurso tem nome e sobrenome. Ou seja, o autor é identificado com seu nome verdadeiro, pois não precisa temer represálias e, também, assume uma **postura crítica**, porque **reflexiva** e, ainda, qualitativa, ao recortar seu objeto, como foi registrado, pela abordagem participativa, analisando **aspectos objetivos** e*

¹⁶⁸ Textual: Poderes, fazeres, limites e afetos. Educ, Porto Alegre, v.1, n.3, p. 6- 13, outubro de 2003 (Dados fornecidos pela própria publicação, assim designados).

¹⁶⁹ Como fizemos na análise anterior – O DIÁLOGO COM O MEDO ESCOLAR – as expressões e parágrafos que estiverem *italizados* e, às vezes, em **negrito, com grifo nosso**, são de autoria da pesquisadora doutoranda e não do autor do artigo extraído da Revista Textual. Estaremos, de novo, desde os primeiros parágrafos do texto original, nos relacionando com as idéias do sujeito autor.

¹⁷⁰ A partir desta referência de discurso direto, no nosso texto, usaremos as citações já incluindo o autor do ensaio. A idéia não é omitir a fonte (a revista Textual), mas evidenciar o sujeito autor, que neste momento é, segundo a nossa teoria, credenciado como Intelectual Orgânico (IO), porém identificado, diferente dos anteriores que, por medo, utilizaram nomes falsos para evitar retaliações em seus ambientes de trabalho.

¹⁷¹ A pesquisa etnográfica apresenta algumas características, dentre elas: “(...) *um contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e as pessoas ou grupos selecionados (...); (...)* a obtenção de uma grande quantidade de dados descritivos. Utilizando (...) a observação, o pesquisador vai acumulando descrições de locais, pessoas, ações, interações, fatos, formas de linguagem e outras expressões, que lhe permitem ir estruturando o quadro configurativo da realidade estudada (...); (...) a existência de um esquema aberto e artesanal de trabalho que permite um transitar constante entre observação e análise, entre teoria e empiria; (...) A utilização de diferentes técnicas de coleta e de fontes variadas de dados também caracteriza os estudos etnográficos, ainda que o método básico seja a observação participante (...)”. (FAZENDA, 1994, p. 38 – 39).

¹⁷² Palavras-chave: Afetividade – limite – poder, de acordo com o autor do discurso.

subjetivos da prática pedagógica. O intelectual orgânico se manifesta ao pensar as relações de poder que ocorrem neste cenário educativo, que por ser ele, reivindica um espaço múltiplo de aprendizagem (no seu sentido mais amplo), inclusive com as suas relações saudáveis, as suas distorções, enfim, as suas contradições evidenciadas.

3.2.1 O sujeito observador e o contexto analisado

A proposta do autor do ensaio, como observador, foi de conviver no campo de pesquisa durante três semestres. “Neste período foi possível colher dados e informações pertinentes para confrontar o discurso dos professores e alunos entrevistados com o entorno escolar (...)” (PEREIRA, 2003, p. 06).

Segundo Pereira (2003), a abordagem privilegia as *relações de poder* existentes, na prática pedagógica, isto é, entre professor e alunos, estimulando nos alunos uma força contrária, e descreve:

Com o intuito de negar tal poder e, ao mesmo tempo, romper com as regras. Esta negação do poder discente evidencia-se pela falta de limites dos alunos que, ao negarem a autoridade do professor, estabelecem um conjunto de forças opostas, desencadeando, também, a falta de limites do próprio professor, produzindo assim novos conflitos (PEREIRA, 2003, p. 06).

Nesta perspectiva, Pereira (2003) pretende compreender e analisar os recortes que cada professor faz sobre o que são limites, seus significados, suas origens, características do espaço de atuação, as conseqüências da ausência dessas fronteiras entre os *sujeitos*, as cobranças diárias, as *relações de poder* estabelecidas, os sentimentos emergentes e a identificação desses limites.

Acreditamos que relações de poder aparecem nos mais diversos contextos. E, na relação que se pretende educadora, esta prática se dá, ora como defesa, ora como ataque daqueles sujeitos envolvidos, refletindo, na escola, aspectos que são colocados na prática social da sociedade. Pois medo, repressão, controle, insegurança, autoritarismo, omissão são expressões e/ou manifestações que, também, ocorrem e regulam a sociedade civil. O poder está para a vida dos sujeitos como a reflexão está para a prática crítica

orgânica. Isto é, vivenciar e refletir, por intermédio de vários olhares são elementos constituintes da produção das condições objetivas e subjetivas que auxiliam na busca da transformação.

3.2.2 O olho do poder e sua reprodução nas relações escolares

De acordo com a descrição de Pereira (2003), logo ao ingressar no campo de pesquisa, ele observou o projeto arquitetônico da escola. “Era (...) um enorme corredor central, de onde se podia identificar todo o funcionamento da instituição: seus corredores laterais, escadarias, os vidros nas portas das salas de aula e o tráfego das pessoas que fazem parte do ambiente” (PEREIRA, 2003, p. 06). Segundo o autor, esta construção não foi feita por acaso: “trata-se de um panótipo de Jeremias Bentham, no qual tudo é possível de controle ao olho do poder (...)” (PEREIRA, 2003, p. 07).

Observamos que a descrição do local, caso fosse ocultado de que ambiente se tratava, poderia sugerir um presídio – instalação que reprime, castiga o indivíduo que, marginal, é privado do convívio social. A sociedade, por sua vez, também, sufoca, reprime, e a escola, por ser sua síntese, em menor proporção, carrega as suas características perversas e suas qualidades, como veremos mais adiante, ao manifestar possibilidades enriquecedoras que este mesmo contexto contraditório possui.

Registra que, neste local, funcionários, professores, visitantes e até os alunos que circulam nos corredores são vigiados. O vidro, nas portas das salas, parece uma escotilha¹⁷³, sendo possível saber o que acontece no interior destes ambientes, “sem que o intruso seja reconhecido em sua vigia diária, de onde é possível ver sem nunca ser visto” (PEREIRA, 2003, p. 07). Ao referir Foucault, Pereira (2003) alega que a direção, equipe técnica e a disciplinadora da escola, utilizam esse recurso, como um meio de domesticar o fazer pedagógico.

Semelhante aos reflexos que a ideologia dominante nos coloca, através da hegemonia de quem controla, de quem mantém o poder, a vigilância, na escola acontece mesmo que os sujeitos deste processo histórico não percebam nitidamente como isto se dá. A ideologia, o poder, a hegemonia dominante é o intruso que, às vezes, não é reconhecido em

¹⁷³ Escotilha: Abertura no convés do navio; óculo (FERREIRA, 1975, p. 556).

suas condições objetivas e subjetivas. No entanto, pelas atitudes dos professores e alunos, a partir da análise realizada, as artimanhas do poder são reveladas. É como tomar sem pressa uma droga, que, com o passar do tempo, manifesta os seus efeitos. Há, aqui, uma relação de tensão, dialética: ora, não percebemos os danos do poder, da ideologia, da hegemonia dominante, ora temos clareza das conseqüências desta intervenção, mas isto acontece quando vivenciamos ou quando refletimos.

No entanto, para ele, essa maneira de tornar os “corpos dóceis” é notada pelos professores que,

preocupados em manter seu emprego, seu espaço de atuação já tão reduzido, estabelecem um outro mecanismo de controle, levando para seu grupo de alunos instrumentos coercitivos, seja através de trabalhos (...) cansativos, provas e notas, muitas vezes, servindo como castigo, seja através de espelhos de classe, colocando cabeça atrás de cabeça, privilegiando o audiovisual como sentido de ligação com o mundo, excluindo, então, o restante do corpo (PEREIRA, 2003, p. 07).

Para Pereira (2003), essa exclusão corpórea se dá porque o professor, pressionado pelo olho do poder, sente-se “encurralado”; por isso, necessita ter o máximo de controle do que acontece em sua aula, “não permitindo brincadeiras, conversas, circulação e o mínimo de troca entre os alunos” (PEREIRA, 2003, p. 07). Até o pátio passa ser um lugar indesejável, por ser um espaço onde a dispersão poderia ser facilitada. O professor, então, por medo, deixa de usá-lo ou, ainda, não utiliza outros recursos que tornariam o fazer pedagógico mais prazeroso. E, por não saber o que fazer em outro ambiente, ele fica cada vez mais preso à sala, limitando a sua vivência didática, afirma o autor.

Este “efeito-dominó” acontece num cenário controlado, rígido, passando de *sujeito* para *sujeito*, numa relação autoritária, permeada por regras, limites e com sanções arbitrárias para as infrações. O professor abandona seu perfil saudável, assumindo o papel de disciplinador, autocrático e dominante, desconsiderando a auto-estima dos alunos. E, pela necessidade de *poder*, os laços afetivos ficam comprometidos, conforme constata Pereira (2003).

Mas, para o autor, ao reivindicar Nietzsche, nessa relação de poder, talvez por ingenuidade ou desconhecimento,

o professor nega-se à vontade de domínio existente nas relações humanas, estabelecendo na escola forças contrárias, poderes que se vão opondo. De um lado professores desejam dominar alunos, manter o controle e impor limites; do outro, alunos desejam espaço de liberdade, expressão de idéias, quebra de regras arbitrárias e utilização do corpo que, na adolescência, recusa-se a ficar parado (PEREIRA, 2003, p. 07).

A afirmação do ensaísta se reproduz no depoimento dos alunos que manifestam: “a gente nunca está igual, é como se fosse um teste; cada professor se vê pela reação dele com o comportamento da turma” (PEREIRA, 2003, p. 07). Para o autor, nesta fala, se dá uma relação contaminada pelos conflitos, entre aqueles que, ora se deixam dominar, ora desejam dominar. A transgressão do centralismo regulador e normatizador impede vínculos entre ação educativa e liberdade, rebate Pereira, ao analisar a relação professor-aluno.

*A escola, como espaço privilegiado da **hegemonia do capital**, permite e estimula, de alguma maneira, estas **práticas** pouco sadias. Um controla o outro. Um tenta estabelecer o seu **poder** ao outro. E, numa roda viva, os **sujeitos** se mutilam, se frustram, sofrem. Como buscar, então, a afetividade? Ao mesmo tempo, existem aqueles que se rebelam e manifestam sua insatisfação não aceitando tão-somente o que está dado. Procuram outras formas de **relações** mais sadias e equilibradas, de reciprocidade, considerando o ser na sua **totalidade** e em suas **particularidades**. O aluno não é só aluno. O professor não é só professor – eles são **sujeitos**, eles são **cidadãos nesta relação**, que se pretende educadora.*

Pereira (2003) diz, ainda, que, nesse *jogo de poderes*, o professor autoritário tem uma excelente fala sobre a questão da afetividade; no entanto, a atitude pouco afetiva na hora de tratar os limites, distancia o aluno. Em outras palavras, por não demonstrar afetividade, ele marca sua presença pelo medo e castigo. Pereira (2003, p. 07) reforça esta colocação, quando resgata o depoimento do professor que afirma: “afeto demais prejudica, os alunos tomam conta, é necessário ser severo, professor muito mole acaba sendo dominado”.

As separações entre os bons e os maus alunos, isto é, os rótulos, também, surgem nos conselhos de classe, como uma forma de classificação dos sujeitos, que, no pensar de Pereira, evidenciam o quanto o grupo de professores está envolvido pelo *poder* da avaliação – que garante o direito de punir com números aqueles que não se normatizaram. Neste momento, o autor, levanta a dúvida, de que, talvez, o fato deles não se submeterem, signifique um sinal de negação, ou seja, uma postura saudável por parte daqueles que se negam a se adaptar. Em contrapartida, lembra que os alunos, de igual maneira, rotulam professores, estabelecendo formas de dominação, o que dificulta também a prática pedagógica.

A defesa frente ao rígido esquema de controle e de poder, de alguns professores, como vimos, é montada a partir de mais rigor. As rotulações, assim como acontece na vida social, são os passaportes para discriminar os alunos e fortalecer a postura autoritária dos professores. Os alunos, por sua vez, taxam os professores, resistindo à dominação. Mas a dominação mais resistente está em outro patamar, neste mesmo espaço. E a escola? E quem dirige? Quem comanda este espetáculo quase desumano, por que não compreensível e inteligente? No artigo, os dois lados da relação professor e alunos são postos à prova, e o outro poder, “invisível”, de quem decide de fato, fica ileso de quaisquer responsabilidades, ao que parece, na análise de nosso pesquisado. Este recorte reproduz o que ocorre, muitas vezes, em outros fóruns.

Assim, os possíveis sujeitos participantes daquilo que poderia se constituir na contra-hegemonia (professores e alunos) “brigam” entre si e aqueles que comandam o espetáculo desta luta apenas observam os resultados de suas manipulações. O sujeito oculto desta prática legítima, ainda mais, o seu poder – a hegemonia dominante. Parece até que os donos do capital (IOC), por meio de suas direções escolares (os especialistas a que se refere Gramsci), somente contaminam esta relação, se eximindo de qualquer comprometimento.

Pereira registra, no entanto, que alguns professores transgridem o cerco do *poder*, fugindo do “olho que tudo vê”, conquistando um outro fazer pedagógico. E alerta que, em sua investigação, “emergem aqueles em processo de conquista de um espaço maior de liberdade e outros poucos que já conseguiram uma relação mais afetiva sem perderem os limites necessários para a convivência dos seres que compõem uma sala de aula” (2003, p. 08).

De qualquer maneira, neste **contexto contraditório** de aprendizagem, surgem aqueles que transcendem as **relações de poder hegemônicas**. Conseguem, como demonstra o **IOT**, construir **relações** mais sadias para a transformação educadora. Buscam a reciprocidade entre os participantes deste **processo histórico**, alicerçada na afetividade e no respeito de cada **sujeito**. A partir das **condições objetivas** reconhecem e retomam a **subjetividade** existente nestas **relações**, como veremos mais adiante.

3.2.3 Limites e valores: o diálogo entre duas faces

Segundo Pereira, para os professores entrevistados, a compreensão de limites está ligada à construção de valores. Todavia, há diversidade de significados quando estes mesmos entrevistados tentam explicar o que querem dizer com a palavra limite em sala de aula. Para alguns, limite é algo que exige maturidade por parte do aluno, ou seja, discernimento entre o que pode e o que não pode ser feito, em determinados momentos da vida em *sociedade*. Para outros, os valores começam na família e devem ser trabalhados na escola, num processo contínuo. Pereira (2003, p. 08) enfatiza:

Torna-se imperioso acrescentar que existe aqui uma confusão conceitual entre o que é falta de limites e indisciplina, bem como a negação de que o professor tem de ter seus próprios limites. Nesse grupo de docentes, (...) estão aqueles que conseguem estabelecer limites através do autoritarismo ou, então, mantêm uma conduta do ‘deixar fazer’, conforme a frase de uma aluna, ‘existe aquele que não faz nada, fica olhando para o teto, não tem pulso, deixa (...) como está e já começa a gritaria’. Esta (...) conduta, (...), promove a desintegração do grupo pelo número de conflitos existentes e pelo desinteresse.

A partir desta análise, o autor aponta que tanto os profissionais antes citados, como aqueles em processo de busca pelo trabalho com limites, mas numa perspectiva afetiva, demonstram dificuldades em definir tal relação, pois em algumas ocasiões acreditam que indisciplina e falta de limites são a mesma coisa; em outras, pensam que indisciplina é uma expressão da maldade dos alunos, e ausência de limites é o agir sem conhecimento do que está sendo feito. Adverte, no entanto, que existe uma diferença entre a atuação do professor ditador e do *laissez-faire*, em comparação com o *sujeito* que está em processo. O

que difere, em sua opinião, é o entendimento e a compreensão do respeito mútuo entre professor e alunos.

Pereira (2003) observa que a palavra respeito mútuo, identificando a construção de limites em sala de aula, surge nas entrevistas dos professores que buscam uma ação mais afetiva, ou que já trazem em sua *prática* uma perspectiva pedagógica que privilegie os vínculos e responsabilidades existentes entre os diversos *sujeitos* que constituem uma sala de aula.

Para o pesquisador, o ditador e o *laissez-faire* não reconhecem as suas condutas como fator importante para o desenrolar das aulas. Em geral, eles ocupam um espaço “*neutro*” e o aluno é “*culpado por tudo*” (grifos nossos) Esta postura elege o professor como vítima de alunos indisciplinados. Ou, ainda, o ditador manda e os alunos obedecem. Ele ensina e os alunos aprendem. O outro é bonzinho e os alunos o respeitam, e quando isso não ocorre, é porque os alunos não souberam aproveitar a liberdade que lhes é “concedida” (grifo do próprio autor do discurso).

Mas o ditador e o laissez-faire que não reconhecem suas condutas, como identifica o autor da pesquisa, podem ser concebidos como sujeitos neutros? Em nossa opinião, ao se posicionarem em quaisquer das duas posturas, já existe uma escolha, mesmo que feita em cima do medo e da insegurança. Ao decidir tratar as relações em sala de aula com autoritarismo ou com indiferença carrega uma intencionalidade – que, como, demonstra o pesquisador, é percebida pelos alunos. E, em contrapartida, ao culparem os alunos, os professores, negam a possibilidade da autocrítica. Isto é, eles não se dão conta de rever suas próprias posturas, como sujeitos reveladores de uma prática que espelha, ilumina, a quem neles se apóia.

Já para o professor que busca uma relação de maior aproximação afetiva, na compreensão de Pereira, transparece o seu próprio processo histórico, como *sujeito* em transformação, e seus limites, ora dificultando, ora facilitando, a relação com os alunos. Para este profissional, a individualidade de cada aluno é considerada, e a sua também. Logo, essas individualidades, esses valores são respeitados mutuamente. Para estes *sujeitos*, dessa maneira haverá uma “troca relacional entre seres que estão em crescimento, independente da posição que ocupam” (PEREIRA, 2003, p. 09).

Estes professores, que já trabalham com limites e afetividade, acreditam ser: “necessário ter paciência, não pode haver imediatismo, já que valores são desenvolvidos aos poucos” (PEREIRA, 2003, p. 09). Compreendem, portanto, conforme o autor, que “os valores não são criados, como uma lista de regras, mas são construídos na convivência, através do respeito e no cotidiano” (PEREIRA, 2003, p. 09).

Ainda para Pereira, esta relação de troca e reconhecimento mútuo permite ao aluno vislumbrar em seu professor, uma “pessoa-critério”. Ao perceber o adulto como modelo, como referência de afeto, de conduta, de ser humano, perseguiria esta perspectiva e modificaria seus valores, internalizando esses conceitos e reproduzindo este tratamento aos demais, acredita o autor. Ele faz outras considerações da *prática* educativa, alertando que o olhar do adulto não deve ser castrador, de imposição, do não arbitrário, do fracasso. “É necessário um espaço de liberdade, de atuação, de aproveitamento do desejo, da curiosidade, da vontade, que são alavancas para o momento da aprendizagem”, defende (PEREIRA, 2003, p. 09).

*Na nossa perspectiva, acreditamos que este **sujeito**, que constrói no fórum coletivo, tem consciência de seu papel de educador, neste processo, não perdendo de vista a sua condição humana e o que isso implica. A construção é diária, é conquistada, é legitimada na **práxis** desta **relação**.*

3.2.4 A reflexão das dificuldades da prática docente

Aqueles que não estabelecem vínculos afetivos com alunos e não lidam com os limites, em sala de aula, evidenciam desconhecer as fases do desenvolvimento humano, de acordo com Pereira (2003). Eles, normalmente, não se sentem preparados para tratar com seus alunos, porque os consideram imaturos e infantis, adverte o autor. Esta dificuldade, para Pereira, coloca à prova a formação do professor. Diz ele:

Observei a falta de adaptação de alguns educadores para algumas faixas etárias. Um professor assumiu não estar preparado para enfrentar uma turma de sexta série por achar a conduta dos alunos ‘infantilizada’. O que se deseja de um grupo de alunos de sexta série? O que é ser infantilizado e qual o tipo de atitude

‘madura’ que esse professor desejaria encontrar? Segundo Mosquera, ‘maturidade é a capacidade de ver a si mesmo (...) de se auto-revisar’, então seria possível exigir de um pré-adolescente ou de um adolescente tal capacidade já tão elaborada? Acredito que seja possível fazer uma revisão da maturidade do papel do professor no enfrentamento de sua própria formação como profissional da educação (PEREIRA, 2003, 09).

Segundo Pereira, outro motivo que dificulta uma *prática* mais consistente é o pouco conhecimento da proposta pedagógica da escola. Além do fato de que cada professor tem uma forma de atuação, reproduzindo tendências pedagógicas diversas, refletindo no fazer educacional dentro do mesmo estabelecimento. De novo, aparece aqui, conforme o autor, a falta de formação dos professores e de vontade política.

Quantas vezes reproduzimos atitudes perversas, com aparente segurança autoritária, quando em dada circunstância não temos clareza, de quem somos e como somos? O desconhecimento, que mais de uma vez aparece no ensaio, acontece com o próprio professor, mas não somente no sentido de não ter consciência da proposta pedagógica da instituição, mas, principalmente, por não ter autoconhecimento – seus limites, suas competências, seus medos pessoais, suas habilidades, entre outros aspectos.

*Neste sentido, o desconhecimento credencia o **sujeito** a um falso alívio. É mais ou menos semelhante à conhecida manifestação daqueles que dizem que odeiam política, que é tudo uma sujeira, e que não têm nada a ver com isso! Fragilizados, não são **sujeitos** de seu próprio **processo histórico**. Negam a possibilidade de intervir, de refletir, de transformar algo. São analfabetos do viver e do conviver – revelando imaturidade, ignorância e ausência de solidariedade e afetividade. O que é curioso, em nossa opinião, já que estes mesmos **sujeitos**, ao se comprometerem com a educação, em princípio, estariam abertos a uma série de pressupostos que buscam a transformação, o crescimento pessoal, intelectual e, por que não dizer, afetivo – seu e de seus alunos.*

Outra questão que preocupa os professores, de acordo com a pesquisa elaborada, é a excessiva atenção às regras. Estão presentes no “momento da triagem, quando pais e alunos se responsabilizam no cumprimento das mesmas”, assinala (PEREIRA, 2003, p. 9). Elas também aparecem na agenda escolar; no contrato assinado pelos responsáveis, no ato da matrícula; na lista afixada ao lado de cada quadro nas salas de aula; nas conversas com os

educandos; nas intervenções da disciplinadora da escola; nas reuniões de professores, ocasiões de resgatar as “combinações” (grifo do autor do ensaio) (PEREIRA, 2003).

Segundo Pereira, parece que, a cada novo evento, são criadas novas regras, ampliando mais o número de obrigações e de “nãos” a serem considerados pelos alunos e professores. Esse contexto é demarcado, conforme os participantes, como um elemento dificultador do processo pedagógico, pois o professor fica “inerte” e “perdido” frente a tantas regras, e o aluno, por sua vez, “oprimido” e “contestador”, o que “promove conflitos e a chamada ‘indisciplina’” (no sentido de quebra de regras) (PEREIRA, 2003, p. 10).

*Assim, as regras aparecem como reguladores deste processo do medo. Medo de se expor, medo de transgredir, medo de admitir, medo de perder o emprego, medo de se doar. O contexto passa a ser cenário de uma armadilha que se pretende educadora. Ao serem vigiados, professores, alunos e funcionários cedem à sedução de quem mantém o **poder** sob o **controle**. A **hegemonia** é tão forte que dissimulada e quase oculta sustenta seu “status quo”, ao manipular as inseguranças dos participantes que têm as **relações** tensionadas, o que é interessante pra quem domina.*

A incompreensão do estado emocional do professor, que se reflete na educação, também é elemento que dificulta o fazer educacional. Segundo Pereira (2003, p. 10): “o professor não consegue compreender que (...) ele faz o papel de algumas figuras parentais para seus alunos, e da mesma forma pode ocorrer este espelhamento com seu aluno”. Ele modifica a sua forma de ser para atender o que as regras determinam. É nessas ocasiões que aparecem “as transgressões sadias e necessárias para a mudança do processo”, acredita Pereira (2003, p. 10).

Essa postura, por parte de alguns professores possibilita estabelecer o ambiente “permissivo” para a aprendizagem, diz Pereira (2003). Mas reforça que o ambiente permissivo não é o espaço sem regras, onde tudo é permitido. É o lugar que possibilita a livre expressão, isto é, “dizer o que pensa e sente, sem que isso signifique fazer tudo, principalmente quando isso se torna prejudicial a si e aos outros” (PEREIRA, 2003, p. 10).

*De novo, a **contradição** está presente no contexto escolar. Ela está entre aqueles que se submetem ao sistema e não se diferenciam, e os outros que, mesmo estando no mesmo meio escolar, buscam outras formas de relacionamento, construindo conhecimento*

com afeto. Aqui, tanto professor e aluno são sujeitos de suas histórias de vida. Têm limites e liberdade para as manifestações que surgem no ambiente – resgatando ser possível viver o cotidiano sem medo.

3.2.5 A relação entre limites e afeto

Segundo Pereira (2003), a professora autoritária pensa ser afetuosa, porque usa palavras de efeito como “querido”, “amorzinho”, “provinha”, “trabalhinho”, entre outras. Mas, a sua expressão corporal e o uso de tais palavras denunciam um aspecto irônico, no dizer do autor. O corpo e a voz falam além das expressões, e revelam contradições, isto é, dessa maneira, “a frase tomada por palavras macias afeta os educandos, pela força com que são conduzidas”, sentencia Pereira (2003, p. 11). Neste momento, o autor do ensaio reivindica Nietzsche (2002, p. 97): “É verdade que a mentira sai pela boca, mas a careta que se faz ao mentir diz, apesar de tudo, a verdade” (apud PEREIRA, 2003, p. 11).

Pereira resgata que a linguagem corporal é um indicador “irrefutável” da comunicação não-verbal. E os alunos, crianças ou adolescentes, notam essa mensagem silenciosa, pois ela age “no jogo cênico de cada participante e na energia emocional gerada desta interação inter-relacional. O que é observado é que não existe coerência entre a expressão verbal e a corporal. Isso faz com que a palavra ‘querido’ chegue ao educando como ironia”, explica o autor (PEREIRA, 2003, p. 11).

O recebimento desta mensagem é percebido como fonte de ironia e produz outros sentimentos no educando, como anunciado no depoimento: “(...) ela nos humilha (...)” (PEREIRA, 2003, p. 11). O que o professor fizer será percebido de maneira antipática, comenta. Pereira acredita que isso justifique a repulsão que os alunos desenvolveram pela professora (analisada).

A dialética do corpo e da voz se manifesta nesta relação, denunciando a falta de espontaneidade existente entre quem tenta oprimir e aquele que resiste. Outra vez, os pares deste comando invisível tensionam seu cotidiano, em nome de um poder que não se restringe apenas neles e está numa instância maior, que orchestra esta dialética, em nossa compreensão.

Ao mesmo tempo, diz que existem outras questões que afetam o relacionamento: as incansáveis aulas expositivas com a “obrigatoriedade de cabeça atrás de cabeça” (PEREIRA, 2003, p. 11), os “bilhetes queixosos” aos pais, as “anotações misteriosas” feitas em uma agenda especial, o desconto de notas pelo “mau comportamento”, a forma avaliativa usada pela docente, fazendo de números uma “arma de poder e de autoridade” (PEREIRA, 2003, p. 11). Estes instrumentos impõem a autoridade, desconsiderando o respeito mútuo, privilegiando a “filosofia do pastor que ‘conduz’ seu rebanho” (NIETZSCHE apud PEREIRA, 2003, p. 11).

O professor *laissez-faire* (permissivo) tenta conquistar a simpatia via a liberdade total. Pereira registra que não havia um planejamento de aula — o profissional ficava alheio, sem se envolver com os alunos, proporcionando uma local sem fronteiras, com conflitos constantes entre os alunos e, muitas vezes, entre os alunos e ele próprio. Apesar de inseguro e perdido em sua conduta, sem saber como agir para buscar o respeito dos alunos e, simultaneamente, “não perder os laços efetivos que deveria uni-los”, rebate Pereira (2003, p. 11).

Pereira acusa que essa participante também se proclama afetiva, no entanto, a manifestação dos alunos para sua postura desorganizada passa por demarcar os limites, não sendo possível identificar a figura da professora como autoridade para o fazer pedagógico. Tal análise remete para o seguinte pensamento da professora: “afeto demais os deixam assim, eles acabam tomando conta” (PEREIRA, 2003, p. 11).

A professora, na avaliação do pesquisador, trata de obter os limites pelo afeto sem autoridade e os alunos buscam espaço acreditando ser ela “louquinha e surda” (PEREIRA, 2003, p. 11), conforme depoimento em uma entrevista. Algumas vezes, “a professora grita, bate na mesa e tenta se impor (...)” (PEREIRA, 2003, p. 11), o que não adianta, pois seu efeito é curto e tudo volta ao que era antes, denuncia o autor.

No olhar de Pereira, a professora não consegue vislumbrar sua própria ação frente à turma, tornando-se pouco crítica, também, perante a realidade. Ela pensa “*que ser afetiva é negativo e que os alunos abusam de sua maneira de ser*” (PEREIRA, 2003, p. 11). Sua reação, conforme o ensaísta, é pelo viés afetivo, ao manifestar expressões do tipo: “antipáticos, não sou o que eles esperavam, eles me fazem sofrer, irresponsáveis, não querem aprender” (PEREIRA, 2003, p. 11).

*A escola, como aparelho do sistema, outra vez revela as situações que ocorrem na instância maior – a **sociedade**. Pela força ou pelo berro, **sujeitos** que se desconhecem, como já observamos, impõem um ritmo na **relação** que não se dá, pois do silêncio breve, a retomada anuncia que nada mudou. E, quando isto acontece, responsabilizam os outros (os alunos), tirando de si qualquer compromisso nesta conduta, ou ainda, com esta postura.*

*É semelhante ao que ocorre na **sociedade**. Quando não atingimos o patamar esperado em nossas **relações sociais**, somos identificados, por nossos juizes autoritários, como fracassados, impotentes frente à realidade, que está aí, e é igual para todos! A **sociedade**, o **Estado** tiram de si a responsabilidade que têm com seus supostos cidadãos. Negam a **relação dialética**, as **condições objetivas e subjetivas** e o **processo histórico** de cada **sujeito**.*

A professora identificada com a figura da mãe é analisada no terceiro caso, pelo autor. Mas explica: “Não por assumir uma conduta paternalista, colocando no colo os alunos e fazendo tudo por eles (...), mas dosando muito bem seu ato afetivo e delimitando fronteiras (...), através do respeito mútuo” (PEREIRA, 2003, p. 11). Sua percepção está pautada na manifestação dos alunos entrevistados: “(...) ela nos respeita e nós a respeitamos. Ela nos trata como uma mãe, brinca, ri e dá carinho, mas na hora do sério é sério” (PEREIRA, 2003, p. 11). A confirmação de tal postura evidencia-se no relato da professora analisada: “(...) hora de brincar é de brincar. Hora de estudar é de estudar. Se digo não, eles sabem por que estou dizendo (...). Os alunos não gostam do professor que não assume uma posição(...), eles sentem quando o professor está mentindo” (PEREIRA, 2003, p. 12).

Pereira, ao analisar a professora-mãe, vai além e, inclusive, a elogia. Ele alega ter percebido que esta professora trabalha “muito bem” com a auto-estima do educando, valorizando “ao máximo” o que eles trazem, “sem ironias e humilhações”. E diz mais: “Observei que, mesmo quando uma resposta estava incompleta, não existia a exposição do aluno. Havia (...) o resgate do conteúdo, numa tentativa de complementar o dado fornecido” (PEREIRA, 2003, p. 12). Constatou, ainda, que ela não usa a avaliação como meio de coerção, não desconta nota pelo comportamento e nem manda bilhetes para os pais. E, que, normalmente, conquista autoridade pelo trabalho coletivo com a turma ou por meio do *diálogo* individual com o aluno, aponta.

Há regras básicas de convivência e os alunos as conhecem. Nesta aula, as combinações se dão com a participação dos *sujeitos* envolvidos, favorecendo as relações. A professora disponibiliza um tempo para ouvir as histórias de vida dos alunos, seus problemas com os colegas, com os amigos e pais. Essas ocasiões são “extremamente” (palavra do autor) valorizadas, porque laços são construídos, conforme o ensaísta, pelo tempo disponível, pela sensibilidade e pelo valor dispensado à vida integral do aluno. Para Pereira, a qualidade desta professora, também, está em sua inteligência interpessoal. Ela ultrapassa os limites do autoritarismo ou do presente ausente, conquistando laços afetivos, produzindo empatia recíproca e respeito, observa.

A partir destas evidências, o autor acredita que, por existir o respeito à pessoa, ao ser e à relação entre professor-aluno, ocorre o despertar do desejo pela busca de aprender. Pereira (2003, p.12) faz a seguinte análise:

O ato afetivo toca no sentimento emergente, na necessidade do sujeito. Não importa a palavra, importa é o gesto. A negação de alguma coisa pode demonstrar o interesse do professor, quando este é visto com os olhos da simpatia. O mesmo movimento não acontece com os primeiros participantes citados.

Logo, o interesse que é manifesto pelo professor na vida do aluno, isto é, não só naquilo que ele deveria aprender, é que constrói o afeto. E este afeto é a base para estruturar o processo de aprendizagem, alega. Ele crê que o ato afetivo é a concretização do afeto. Ao colocá-lo, como forma de expressão de sentimento, o professor estabelece o seu próprio sentir e o sentir do *sujeito histórico* do aluno, evidenciando o sentimento de valia recíproco. Assim, os limites se farão presentes como meio de “valoração dos espaços entre si” (PEREIRA, 2003, p.12).

Em outras palavras, para ser afetuoso, diz o autor, não é preciso apenas reafirmar o sim. O afeto se dá, “seja este um afago ou uma negação, seja um elogio ou uma repreensão” (PEREIRA, 2003, p. 12).

Neste momento, o ensaísta (IOT) admite e legitima a “condição ideal” (expressões e grifo nosso) de ser educador. Evidencia que conhecimento com afeto e responsabilidade é a postura ‘politicamente correta’ para a práxis educativa, tanto para

professores, quanto para os alunos. O *intelectual* (ele reforçará isto mais adiante), é um ser que acredita na *utopia* – no sentido de busca permanente – de uma *relação* educadora sadia, onde os *sujeitos* envolvidos neste processo se identificam e se respeitam, sabendo que espaços ocupam.

3.2.6 Síntese da reflexão do sujeito autor

Ao finalizar seu artigo, Pereira registra que evidenciou os pontos mais significativos de sua investigação¹⁷⁴, acreditando que sua *reflexão* possa iluminar as *reflexões* interpessoais existentes em sala de aula, no tocante a limites e afetividade. Resgatou, ainda, as quatro categorias emergentes desta discussão:

O olho no poder, influenciando na dinâmica relacional; os valores, como fonte da construção dos limites; as competências e os procedimentos no atuar do docente e (...) o ato afetivo, como elemento fundamental para o surgimento do respeito mútuo e dos limites entre alunos e professores (PEREIRA, 2003, p. 12).

Defende, por fim, que o fazer pedagógico, envolto pelo afeto, se dá no ato afetivo. Neste momento, privilegia e comunga do pensamento de Restrepo¹⁷⁵ (apud PEREIRA, 2003, p. 13), ao registrar:

(...) acredito ser possível apostar ainda na ternura, espécie de revolução molecular das rotinas da vida cotidiana que, em princípio, não tem por que conter um espaço maior do que daquele que conseguimos abranger com a mão estendida. Entre outras coisas, porque, tratando-se da ternura, não tem sentido pretender ir além do corpo.

E, para ir além do corpo, buscando, a ternura, como síntese de sua *reflexão*, revela:

Quem sabe, a valorização e a busca pelo ato afetivo façam com que os limites de cada um se

¹⁷⁴ Neste momento, o autor revela que esta pesquisa é o resultado de seu trabalho de conclusão de mestrado, na linha de pesquisa Educação de Professores.

¹⁷⁵ O autor do ensaio extraiu esta citação textual de Restrepo (2000, p. 110).

ampliem, lançando mão do egoísmo ferrenho, favorecendo a comunhão fraterna entre alunos e professores em sua caminhada em busca da aprendizagem. Essa é a grande luta de um verdadeiro educador que, enquanto ensina, acaba aprendendo, desenvolvendo nos seus a beleza do ser (PEREIRA, 2003, p. 13).

No término de sua análise, o autor reivindica o cenário dramático da cena teatral, e lança a seguinte perspectiva:

Anseio que o palco, no qual os protagonistas dessa história fazem sua encenação diária, esteja iluminado pela luz do afeto, e que todos apresentem um espetáculo contrário ao drama da violência, mas apoteótico em alegrias e esperanças para a construção de um futuro melhor (PEREIRA, 2003, p. 13).

Acredita ser possível, a partir de seus sonhos pessoais ou na busca de que as vidas dos *sujeitos* sejam pautadas pela compreensão e solidariedade, que, com trocas afetivas e respeito, possamos ter orgulho, sentindo o que é, “realmente” (expressão do autor), ser educador numa *prática* cidadã.

Em nossa compreensão, a Revista Textual (e SINPRO – o sujeito coletivo), possibilitou a livre manifestação de Pereira, na condição de IOT, comunicando, por intermédio dele, a forma como talvez pense a educação. Em outras palavras: A educação é, também, um processo histórico, onde sujeitos interagem de maneira sadia ou não e suas relações refletem e se reproduzem na sociedade, ou ainda, as relações que se dão na sociedade são, também, manifestas no ambiente escolar; evidenciando a dialética que se estabelece nestas duas instâncias.

Ao mesmo tempo, ele é aquele intelectual orgânico do trabalho que acredita na transformação que, embora com dificuldades, pode ser feita com ternura e afetividade. As relações, não mais de poder, acontecem de maneira compartilhada entre sujeitos que se vêem na totalidade e em suas particularidades, prevalecendo o respeito mútuo no processo de aprendizagem no qual estão envolvidos.

3.2.7 As manifestações da perspectiva teórica: “Poderes, fazeres, limites e afetos”, a partir de Gramsci

Ao privilegiarmos as possibilidades e limitações de nossa análise, pontuadas no **diálogo** que mantivemos com as idéias de nosso pesquisador, ao abordar as **relações de poder** entre “professor” e aluno, detectamos algumas evidências da **prática sindical** do SINPRO que se manifestaram no fazer daquele IOT, que, por meio da Revista Textual, fez a mediação entre o Sindicato e a sua base, priorizando, desta maneira, a categorização da **Comunicação Sindical (CS)**¹⁷⁶. Observamos, também, que as evidências que se destacaram se assemelham com as anteriores apresentadas na análise do artigo “*Sob a espada de Dâmocles*”, demonstrando a circularidade e a retomada da **práxis sindical** daquela entidade. Vejamos, então:

- ✓ *A Revista Textual permite, na figura do pesquisador, que a **contra-hegemonia** elabore seu discurso e sua prática. Ou seja, a **Comunicação**, via o veículo, é uma das formas que os **IOT** têm, para propagar as suas idéias;*
- ✓ *A **contra-hegemonia** ao refletir sobre sua **práxis**, também, mantém um **confronto** (mesmo que no plano das idéias), com a **hegemonia**. Nesta abordagem o **sujeito-autor** se identifica, no entanto, ao estabelecer a sua análise fica apenas nos dois pólos deste **diálogo** (professor-aluno), não priorizando um outro elemento que compõe este contexto – aquele que chamamos de “**poder invisível**” – que, na nossa avaliação, é quem define, comanda e estabelece o **poder da hegemonia**, de maneira tão sutil que aquele **IOT** restringe, nesta relação de forças, quem de fato, dirige a situação, na maioria das vezes;*
- ✓ *A revista é um meio educativo não formal, manifestando, de alguma forma, o sentimento de **consciência de classe**. Abre espaço para **refletir** a escola, local de trabalho de seus **intelectuais orgânicos**;*

¹⁷⁶ Utilizaremos as iniciais CS para identificar Comunicação Sindical.

- ✓ *O texto – ensaio – da categoria de produções científicas, é do gênero opinativo e, nesta situação, crítico, porque reflete parte da realidade vivida pelos **IOT**, em seu local de trabalho. Ao preparar a organicidade do próprio texto, o **IOT** leva os leitores à compreensão daquela relação repensada. Ele também conhece de onde fala, manifestando ter **consciência de si e de classe**. No entanto, suas colocações revelam as **contradições** vivenciadas pelos **sujeitos** na relação de aprendizagem.*

- ✓ *Existem aqueles (professores) que se sujeitam ao sistema e culpam o outro extremo (alunos); e os outros (professores) que buscam estabelecer **relações** mais sadias, em construção contínua, com estes mesmos alunos, que agora não são mais culpados, redimensionando os fazeres desta **práxis**, que traz, consigo, como registramos, suas próprias **contradições**. A **dialética** deste **processo histórico** ocorre a partir das vivências de seus **sujeitos**, que, ao comporem a **contra-hegemonia** têm que lidar com suas próprias fragilidades para repensar como enfrentar a **hegemonia dominante**;*

- ✓ *Igualmente, embora não assumido pelo ensaísta, o ambiente escolar reproduz a lógica do **capital**. E a Revista Textual é um dos veículos que o **SCT**¹⁷⁷ disponibiliza aos **IOT** para eles próprios manifestarem as diferenças de concepções também diferentes. A escola reproduz o que acontece na **Sociedade**, no seu sentido mais amplo. Ela manifesta **relações de poder**, quando alguns tentam dominar e outros tentam resistir, independente dos espaços e cargos que ocupam. Mas o mais curioso é que o **poder invisível** (da **hegemonia dominante**) perpassa estas relações no texto produzido, sem ter sido analisado pelo seu sujeito-autor, em nossa opinião;*

¹⁷⁷ Lembramos que esta sigla designa o Sujeito Coletivo dos Trabalhadores (SCT) ao significar, neste caso, o SINPRO. Já registramos, que o sujeito coletivo surge como categoria *a posteriori*, isto é, ela emergiu de nossa análise, caracterizada ainda por duas subcategorias: SCT e SCC — figuras representativas da práxis dos intelectuais da contra-hegemonia e hegemonia (SCCH) e (SCH).

- ✓ *O ensaísta (também **especialista**, no dizer gramsciano) ao refletir de forma crítica, valoriza o **intelectual orgânico**, embora identifique limitações e debilidades de alguns de nossos membros. Evidenciando, a partir de suas **reflexões**, que, no **contexto hegemônico** é retirada do **especialista** (professor), quase sem que este perceba, a sua condição de classe – sua **consciência de classe** –; a sutileza é tamanha, que é mais fácil culpar o outro (o aluno), a fazer uma **autocrítica** e repensar a **hegemonia**, para enfrentá-la de maneira mais qualificada;*
- ✓ *No mundo do trabalho, ao analisarmos e compararmos diversos contextos, detectamos que o medo não escolhe moradia e **condições (objetivas e subjetivas)** privilegiadas – ele se manifesta nas relações interpessoais, até nas mais complexas, pois as ameaças do **capital** se dão em vários níveis e instâncias, de formas múltiplas. Ora, elas são veladas, ora “escancaradas”, como observamos no discurso anterior;*
- ✓ *Este IOT não estabelece, em sua análise, a exemplo do que os IOT com nomes falsos fizeram no artigo anterior, a diferença entre ser professor e educador, o que, em nossa opinião, em sua produção textual seria oportuna. Afinal, professor, como vimos, é aquele que apenas fala diante dos outros, como fizeram o ditador e o tipo “laissez-faire”, e educador é aquele que consegue fazer vir à tona a potencialidade latente do próprio ser humano, como demonstram os educadores que buscam estabelecer uma **relação** de construção, pautada no respeito mútuo e na afetividade;*
- ✓ *Neste caso, o professor (especialista) produz, conforme o **modo de produção capitalista**, sem espaço para **refletir** a sua própria **práxis**, numa **síntese contraditória** que nega a perspectiva do **sujeito educador**, no sentido de ele próprio despertar a **consciência do outro sujeito (educando)**. Eles, por ação sutil da **hegemonia**, negam as suas possibilidades e não discernem as **condições objetivas e subjetivas**, pois o **poder** (invisível) estabelecido no ambiente escolar tenta*

*inviabilizar outra **relação** senão aquela onde a rotina ocorre sem crítica, sem entusiasmo, sem **reflexão**;*

- ✓ *Como evidenciamos no artigo anterior, aqui também podemos dizer que o sistema educacional é articulado de modo que os mais fragilizados (professores e alunos) na **relação** se cobrem intensamente. No desgaste proveniente desta tensão, dentro da escola (fórum dos **IOC**), a **hegemonia dominante** se dilui no imaginário destes **sujeitos** – como se não existisse um **sujeito coletivo do capital (SCC)**, responsável e participante deste **contexto histórico**. Mas, no contraponto deste processo, estão outros **sujeitos** – o **sujeito coletivo dos trabalhadores (SINPRO)** e os **sujeitos educadores (IOT)**, que repensam e refletem as suas práticas. O **sindicato** abre espaço, com a revista, para que os **IOT** possam refletir, debater e divulgar aquilo que permeia seu processo produtivo;*
- ✓ *O **poder hegemônico**, ora exposto, ora não, como vimos nesta e na outra produção textual, faz com que perdemos o foco de quem é quem no **contexto histórico**. O **sujeito**, aparentemente, não pode mais ser **sujeito de sua história**. Envolvidos neste jogo de esconde-esconde e nos efeitos dominós, os trabalhadores se sujeitam à **hegemonia dominante**. Esta, por sua vez, por intermédio desta estratégia, permite que seus intelectuais (**IOC**) trabalhem com sutileza a sua lógica – que, instalada e reproduzida, impede o questionamento crítico daqueles que se submetem;*
- ✓ *Aqui, de novo, retomamos o ensinamento de Gramsci (1987), ao dizer que a **dominação**, na **hegemonia**, se dá mediante **consenso** – resultado da marginalização das alternativas, de um lado, e da parcial recuperação dos interesses materiais e regras normativas, de outro. O **consenso** se apropria da **subjetividade** do indivíduo, utilizando meios de sedução, sugestão, pressão moral – práticas evidenciadas nos locais de trabalho, como as escolas;*

- ✓ *Também detectamos, neste discurso, que as **relações de poder** são ora sutis, ora transparentes. Elas constituem a **trama privada** que Gramsci denominou de **sociedade civil** – reunião de organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, a escola, a mídia, entre outras. Sua composição acontece pelo aglomerado de organizações que constroem e/ou difundem as **ideologias (dominantes)**;*
- ✓ *Nosso ensaísta, ao publicar seu artigo, ao **refletir a prática educacional** e as **contradições** nela existentes, produz as **condições necessárias** para a sua superação, como diz Demo (1995). O **SCT (SINPRO)**, por sua revista, também, auxilia nesta construção. Assim, dada a **tese**, buscaremos a superação desta realidade social, para evidenciarmos a **síntese**. Logo, o **momento histórico da práxis destes sujeitos** educadores, produzirá uma **síntese**, resultado de outras **antíteses**, que gerarão outras novas **antíteses**, que farão surgir outras **sínteses** – nesta relação está a **alma dialética**, no dizer de Demo (1995).*

Esta **relação** se dá em várias instâncias: no próprio ambiente escolar analisado; na releitura crítica que o ensaísta produziu; na mediação do Sindicato, a partir da veiculação na revista e, por fim, a nossa participação – ao refletirmos sobre os elementos constituintes deste **processo histórico**. E, poderá produzir outras tantas, por outros sujeitos que se apropriarem da leitura daquele texto.

Ao tentarmos compreender o agenciamento da categoria **Comunicação Sindical**, notamos que o processo **contra-hegemônico**, por intermédio do SINPRO, pontuado na **consciência de si e para si**, busca questionar e evidenciar o que a **hegemonia**, representada, neste discurso, em nossa opinião, pelo **poder invisível (categoria a posteriori)**, dissemina na escola, de maneira velada. No estudo deste recorte textual, de categoria científica, mas crítico, também, identificamos a **reflexão** de caráter educativo da base, divulgado, propagando e educando seus trabalhadores (**IOT**), por meio da Revista Textual.

A CS, pelas categorias de **Gramsci – Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado¹⁷⁸, Intelectual Orgânico, Sociedade Civil** –, reflete, também a sua categorização, num contexto que, além de revelar sua **condição de classe**, ainda expressa as **contradições** que esta mesma classe carrega. O comportamento dos **IOT**, ora demonstra **sujeitos** que elaboram e constroem, considerando a sua própria condição, ora apresenta **intelectuais submetidos ao poder hegemônico**. Conforme observamos, a desigualdade se manifesta na diferença de atuação dos (entre) professores e educadores, situação pouco abordada pelo *sujeito*-autor do ensaio.

Num outro patamar, podemos ainda reafirmar que o **confronto** mais amplo se dá entre a **contra-hegemonia** (representada aqui pelo SINPRO, via a revista) e a **hegemonia (ideologia dominante** que faz com que os indivíduos tomem atitudes sem refletir as razões destas). Valorizando a CS como categoria que se elabora, por intermédio da **DHE**, exigindo, em contrapartida, **reflexão** permanente da **práxis sindical**, privilegiando a concepção de mundo que os **IOT** buscam.

Novamente, assumimos que a CS, como resultado da ação coletiva do **SCT** (SINPRO) e de sua base, repensa a si mesma e preserva sua coerência – ao privilegiar a relação entre conteúdo e forma – evidenciando o caráter educativo não formal, o que a revista também proporciona, despertando e incentivando a **reflexão** dos **IOT** no enfrentamento ao **poder hegemônico (IOC)**.

Reiteramos, desta maneira, que a concepção de um projeto diferenciado requer que os **IOT** reflitam as formas de encaminhar sua luta, sua **utopia** (busca permanente daquilo que sonham). Em outras palavras, para viabilizar a sua **ideologia**, os **IOT** precisam cotidianamente repensar suas **práticas** e divulgá-las, compreendendo que esta permanência constrói o seu **processo histórico**. E ao **refletir** sobre esta perspectiva, a CS reproduzirá a sua **práxis**, ampliando sua **projeção ideológica**, no sentido **contra-hegemônico**, razão pela qual, surgiu, inclusive, a Revista Textual, mantendo um canal que permite acontecer, também, o **diálogo** – a *“alma da dialética”* – que não termina e se reinventa para dar andamento a *própria história que continua...*

¹⁷⁸ Na presente análise a categoria *Estado* não foi evidenciada.

A conversa sem fim: breve interrupção do discurso

Esta investigação finaliza uma trajetória que iniciou com um sonho, ainda no mestrado, quando privilegamos o estudo da *práxis* do Sindicato dos Radialistas, entidade em que trabalhamos durante dez anos, como assessora sindical e de comunicação. E, naquela ocasião, nos atrevemos a indicar a continuidade desta busca, no doutorado, onde o Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul seria o foco. Eis então, a tese, materializada nos *fragmentos discursivos* apresentados e analisados, a partir das *condições objetivas e subjetivas* de nossa própria *prática* intelectual.

Desigual, portanto, dos laços que nos ligavam a primeira entidade de classe, como IOT, no papel de especialista, como diria Gramsci. No SINPRO, nossa posição é outra. Somos associados, base da categoria e *sujeitos* atentos agora a sua *práxis*. Atentos, porque refletimos sobre os seus *discursos* e descobrimos outras perspectivas que antes não vislumbrávamos. Contudo, nossas constatações atuais não estão tão distantes das primeiras revelações anunciadas em 2000¹⁷⁹. Até por que a luta de classes não escolhe cenários e formações distintas, ela se repete com seus elementos constituintes, ao evidenciar as **Relações de Poder** entre dirigentes e categoria, no interior do movimento e ao seu redor.

Desta forma, aconteceu a pesquisa que desejou compreender a Organização Sindical, pautada nas categorias da *práxis* do SINPRO — **Negociação e Comunicação**¹⁸⁰, denunciando as **Relações de Poder**, que ocorrem neste *contexto histórico*. A opção teórica foi

¹⁷⁹ Momento que finalizamos a dissertação.

¹⁸⁰ Corpus: duas edições da Revista Textual e três Acordos Coletivos — 1985, 1996 e 2005.

ancorada por Gramsci, por intermédio de quatro categorias — **Ideologia (poder, hegemonia e contra-hegemonia), Estado, Sociedade Civil e Intelectual Orgânico** — sustentados pelo **Método da Dialética Histórico-Estrutural (DHE)**, técnica de **Análise de Discurso (AD)**, na concepção de Verón (1980), categoria **discurso**, apoiados na Pesquisa Qualitativa. Contamos, ainda, com o suporte de José Marques de Melo (1994), ao considerarmos o **jornalismo opinativo** — subcategoria **artigo** (discurso).

As questões que nortearam nossa trajetória contemplaram os seguintes aspectos:

Uma política de Comunicação e uma política de Ação Sindical são ou não as condições objetivas, para que uma entidade de classe, hoje, consiga se legitimar? A análise da práxis do SINPRO passa por considerarmos questões que envolvem a Comunicação, Negociação e as Relações de Poder, pois acreditamos que, na atualidade, nenhuma entidade de classe consegue se colocar/legitimar, sem ter uma política de comunicação caracterizada, além é claro, de ter primeiro uma política de ação também estabelecida. Compreendemos, portanto, que a Comunicação traduz, de alguma forma, o grau de organização de uma entidade de classe, ao mesmo tempo em que ela pode educar e formar o sujeito (base) para a ação que a direção sindical (IOT) estabeleceu como meta (projeto/concepção).

De que maneira a Negociação e a Comunicação se relacionam com a Organização Sindical como categorias a posteriori? A Negociação e a Comunicação estão para a Organização Sindical como categorias, a *posteriori*. A sobrevivência das entidades, neste caso – o SINPRO –, está pontuada no tratamento adequado aos processos de Negociação e Comunicação, nos seus mais diferentes níveis (ou relações/contextos). Há, portanto, a necessidade de contextualizá-las, a partir da análise reflexiva e situá-las como categorias emergentes desta práxis, já que a produção textual, existente na atualidade, é insuficiente, oportunizando desta forma, a construção de uma referência teórica consistente, que as justifique.

Como se dão as relações de poder no SINPRO? As Relações de Poder, no SINPRO, se estabelecem no fazer sindical, tanto em nível interno, quanto externo, reproduzindo as ideologias vigentes nesta práxis, isto é, tanto aquelas que circulam entre os próprios IOT (embora com uma direção colegiada que, pretensamente, em princípio, garante

um equilíbrio de forças e de poder), quanto as que se dão entre os mesmos IOT (no sentido de totalidade deste grupo/classe de sujeitos), no enfrentamento com os IOC, e destes com seus pares, – numa relação dialética que reúne as condições objetivas e subjetivas desta práxis.

O estudo evidenciou alguns elementos desta *relação*. Na Negociação, em síntese, encontramos as seguintes características: os *discursos*, publicados nos Cadernos dos Acordos, se materializam na ação, uma vez que foram eleitos como agentes fiscalizadores e, por conseqüência, extensões dos dirigentes sindicais do trabalho; tanto os IOT, quanto os IOC oferecem benefícios aos seus *sujeitos*, a título de ampliar e diversificar os interesses dos trabalhadores; os *discursos* dos cadernos dão espaço ao poder normativo do *Estado*, numa *relação* também contraditória dos dois outros *poderes*, representados pelos *intelectuais* dirigentes — *hegemônicos* e *contra-hegemônicos*; as *relações de poder*, na Negociação, apontam transformações que ora produzem um sentimento de avanço e ora de retrocesso, reflexos do *processo histórico* vivido pelos *intelectuais*; a pressão da evolução tecnológica e dos meios de produção aparece neste cenário, gerando tensão entre a preservação do mercado e a dos empregos; existem momentos em que os IOC flexibilizam e os IOT buscam alternativas possíveis no jogo da Negociação, em nome da defesa das conquistas dos trabalhadores. No entanto, a posição assumida pelos IOC, de alguma forma, controla o mercado de trabalho; por último, lembramos que há ocasiões em que a sujeição dos IOT se manifesta, demonstrando as contradições existentes nesta relação de confronto.

Ao considerarmos nossa trajetória de pesquisa e pontuados nas evidências apresentadas, podemos categorizar Negociação, no seguinte sentido:

— na Negociação, o *consenso* surge no *dissenso*, onde as contradições não escolhem *sujeitos* e contextos para aparecerem. E revelam as *condições objetivas* e *subjetivas* deste *processo histórico*. Na *produção de sentido* destes *discursos* distintos, o regulamento do acordo é o “máximo possível” do contrato firmado e assinado, que poderá ser descumprido;

— o *consenso*, no acordo, fruto da Negociação, significa a legitimação de uma das partes — a *hegemônica*, representada pelo controle do capital e pelo *poder* normativo do Estado;

— os acordos singularizam, portanto, os *consensos discursivos* dos *intelectuais* na Negociação, enquanto categoria *a posteriori*, que surge a partir das *reflexões* deste *processo histórico*;

— a socialização das dificuldades aparece na Negociação, traduzida pelo sistema de parceria, mesmo que venha construir *condições objetivas* futuras, mas com apelo *subjetivo* que dá a falsa intenção de encaminhamento e possível resolução. Ao dividir a responsabilidade, os IOC amenizam o problema e usam do tempo a seu favor. Logo, a Negociação se traveste com outras roupagens das *relações de poder*, para dar a sensação de entendimento, quando a base deste *diálogo* se dá pelas diferenças de concepções de mundo;

— a *produção de sentido* se revela na *hegemonia* e *contra-hegemonia* em *discursos* e ações semelhantes, porque, ao permitirem concessões, garantem sua manutenção, reproduzindo escalas variadas de *consensos* e *dissenso*s em suas instâncias de classe.

Assim, a Negociação, como categoria *a posteriori*, se manifesta nas *partes* e na *totalidade* das *representações discursivas* dos IOT e IOC, denunciando as *relações de poder* que acontecem no *contexto histórico* que gera *teses, sínteses e antíteses*, ou no acordo, *consenso* e *dissenso*, construindo e desorganizando a sua própria produção, num outro momento que está por vir. A Negociação se concretiza na intenção de ser — o acordo, no seu *sentido utópico* —, mas se desarranja no *dissenso* deste mesmo sentido. Na condição de categoria, a Negociação se relativiza na *dialética* da Hegemonia e Contra-hegemonia nos *discursos* dos Intelectuais pesquisados e no próprio *discurso* de nossa tese.

Não diferente, a categoria Comunicação Sindical também originou algumas evidências. São elas: a Revista Textual é um dos canais em que a *contra-hegemonia* elabora e explora seu *discurso* e sua *práxis*, estabelecendo um confronto, mesmo que no mundo das idéias, com a *hegemonia*; ao mesmo tempo, ela é a mediação entre a entidade e a sua base. Neste sentido, o SINPRO, também faz a sua própria base de porta-voz de sua mensagem, ora usando *sujeitos* revelados e identificados, ora *sujeitos* que se escondem atrás de nomes falsos — isso, não significa que estes trabalhadores não saibam de onde e para quem estão dirigindo os seus *discursos*, tendo, portanto, consciência de si e de classe. Por outro lado, esta postura evidencia que o *poder hegemônico* estabelece o que pode ou não ser exposto; ele tenta tirar do trabalhador especialista a sua condição de classe, independente do contexto; a revista é um meio educativo não formal e, ao expressar um sentimento de classe, reflete, além da *prática*

da entidade sindical, o ambiente de trabalho dos IOT; o medo não privilegia moradia ou instância, pois as ameaças do capital (*hegemonia*) se dão em vários níveis, sob maneiras diversas; o ambiente escolar reproduz a lógica do capital, numa síntese da *sociedade*, onde alguns tentam dominar e outros resistir; na escola também encontramos a ausência de *crítica* e de *reflexão*.

Na condição de categoria, a Comunicação Sindical se reflete num cenário que, além de expor sua condição de classe, igual, denuncia as contradições que esta classe incorpora. A posição dos IOT indica *sujeitos* que, num *momento histórico*, constroem a partir de sua realidade e, noutro, expõe estes mesmos *intelectuais* sujeitados ao *poder hegemônico*. Desta maneira, a Comunicação está para a Organização Sindical, como categoria que se manifesta, através da Dialética Histórico-Estrutural, em que os enfrentamentos entre *hegemonia* e *contra-hegemonia* se revelam, exigindo, para tal, um acompanhamento constante e pleno de *reflexão*, para qualificar esta *práxis*, ancorados na concepção de mundo que os IOT buscam. Acreditamos, portanto, que os IOT, para construírem um projeto diferenciado, precisam, dia após dia, repensar suas *práticas*, ampliando a *perspectiva ideológica* que se propuseram, até porque esta compreensão é que dará continuidade ao seu processo.

Em outras palavras, diante do nosso comprometimento frente aos objetivos e questões de pesquisa, a tese desta investigação se refaz na percepção de que a Comunicação traduz o grau de organização de uma entidade de classe, ao mesmo tempo em que ela educa e forma o *sujeito* para ação que a direção sindical dos trabalhadores estabeleceu quanto concepção, mesmo com existência de contradições no seio e ao redor de seu movimento social. Mas, reforçamos que a Negociação e a Comunicação, na qualidade de categorias *a posteriori* emergentes, precisam ser contextualizadas, a partir da *práxis reflexiva*, até porque as *relações de poder* ocorrem no *fazer sindical*, no confronto entre os IOT e os IOC, tanto em nível interno, quanto externo, reproduzindo as *ideologias* vigentes nesta *relação dialética*, que contempla as *condições objetivas e subjetivas de suas práticas e discursos*.

Nesta caminhada, após a análise, descobrimos o Sujeito Coletivo, que está, para os Intelectuais Orgânicos do Trabalho e para os Intelectuais Orgânicos do Capital, na condição também de categoria *a posteriori*, gerando duas subcategorias: o Sujeito Coletivo dos Trabalhadores e o Sujeito Coletivo do Capital. Logo, o Sujeito Coletivo é a figura

representativa dos Intelectuais Orgânicos, da *hegemonia* e da *contra-hegemonia* — categorização que surgiu em nossas *reflexões*.

Comprendemos, por fim, que as categorias Sujeito Coletivo, Comunicação e Negociação alimentam a *alma dialética* do enfrentamento sindical, mas, que, em seu caráter provisório e relativo, abre espaço para a próxima tese, quem sabe no Pós-Doutorado, que a história privilegiará, garantido a circularidade destes e outros *diálogos*, que os *sujeitos* irão ainda produzir.

Referências Bibliográficas

1. ALTHUSSER, L. **Pour Marx**. Paris: Maspero, 1972. p. 203.
2. ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 3).
3. BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Arte & Comunicação. Edições 70. v. 12, 1989.
4. BRANDÃO, Helena H. Nagami. **Introdução à análise do discurso**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994. (Série pesquisas).
5. _____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, Pontes – editora da Unicamp, 1987.
6. BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
7. CASTEJÓN, S. J., Agostinho. Os leigos no colégio católico – subsídios para uma revisão conjunta. **Boletim da AEC do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 3, nº 12, p. 14 – 25, 2. trimestral. 1974.
8. _____. Tensão, conflito e greve na escola. **Revista de Educação**. AEC, Brasília, v. 16, nº 65, p. 41 – 43, jul./set., 1987.

9. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998 (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 16).
10. COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981 (Fontes do Pensamento Político; v. 2).
11. DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
12. EXTRACLASSE. **Jornal do SINPRO**. 2003, junho, nº 72, p. 14./ p. 15.
13. FAZENDA, Ivani (ORG.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 38-39.
14. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
15. GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987. (Traduzido por Carlos Nelson Coutinho)
16. _____. **Cartas do cárcere**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
17. GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da prática social**. Petrópolis: Vozes, 1992.
18. HAQUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
19. MACHADO, Elaine M. C. **A organização sindical: reflexões sobre comunicação, negociação e relações de poder – a partir da DHE** Dissertação, FAMECOS/PUCRS, 2000.
20. MAINGUENEAU, D.. **Novas tendências em análise do discurso**. Initation aux méthodes de l'analyse du discours. Paris, Hachette, 1993.

21. MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
22. MEIRA, Fabiana Borges. . **A construção de um caminho coletivo** – Professores de Escolas Particulares e SINPRO/RS. Dissertação. Educação/UFRGS, 1991.
23. MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora Vozes, 1994.
24. MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Dulce Matos. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
25. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
26. PEDROSO, Elizabeth M. K. **Movimento sindical no Brasil** – Porto Alegre: Evangraf, 1998.
27. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
28. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
29. **REVISTA NO BRASIL**. Em comemoração aos 50 anos da Abril. Editora Abril: julho, 2000. (livro-revista).
30. **REVISTA TEXTUAL**. Sob a espada de Dâmocles. Porto Alegre, v. 1, nº 1, p. 3- 28, novembro de 2002. Publicação semestral do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul.
31. _____. Poderes, fazeres, limites e afetos. Educ, Porto Alegre, v. 1, nº 3, p. 6- 13, outubro de 2003.
32. RUFFIER, S. J., Guy. A experiência e a pedagogia da greve na escola confessional. **Revista de Educação** – AEC, v. 16, nº 65, p. 54 – 60, jul. /set., 1987.

33. SANTIAGO, Cláudia e GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical:** falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1997.
34. SILVA, Ciro Pereira de. A milenar arte de negociar e a negociação sindical. São Paulo: LTr Editora, 1999.
35. VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido.** Tradução de Alceu Dias Lima (et. al.) . São Paulo: Cultrix – Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

Fontes eletrônicas

36. <http://www.sinpro-rs.org.br> (acesso em 22 de julho de 2003).
37. <http://www.udesa.edu.ar/profesores/web/evero> (currículm vitae de Eliseo Verón). (acesso em 12 de maio de 2005).
38. <http://www.canaldaimprensa.com.br/perfil/quarent5/identidade2.htm> (acesso em 20 de maio de 2005).
39. <http://www.globalizacion.org/biblioteca/MorinGPlural.ttn> (acesso em 02 de abril de 2005).
40. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/sociutopsocien/index/htm>. (acesso em 1º de maio de 2006).
41. <http://www.vermelho.org.br/pcdob/secretarias/formacao/socialismocientifico.esp>. Destaque das principais idéias do texto: Owen (1771-1858). (acesso em 1º de maio de 2006).
42. <http://www.pcb.org.br//biblioteca.rtf>. Ensaio na íntegra: “*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*”. Escrito em 1877. Publicado em 1880 (folheto). (acesso em 1º de maio de 2006).
43. Dicionário eletrônico **NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI**, versão 3.0, Lexikon Informática, Editora: Nova Fronteira, 2001.